

ROSILENE ALVIM

A Sedução da Cidade

OS OPERÁRIOS-CAMPONESES
E A FÁBRICA DOS LUNDGREN



GRAPHIA

A memória operária da indústria dos coronéis

Quem conta melhor esta história,
com simplicidade e clareza,
é quem a viveu: tecelãs, estampadores,
fiandeiras, toda a humanidade
que faz funcionar uma fábrica têxtil,
entrevistada pela autora
em nove meses de pesquisa de campo.

Em sua maioria, estes trabalhadores
migraram de áreas rurais, junto com
a família, trocando a agropecuária
pelo emprego na fábrica. E viram
a vila operária, alguns arruados de casas
que lhes destinavam para moradia,
expandir-se e transformar-se em cidade.
Por isso, memória individual e coletiva
convergem ali, de maneira incomum,
favorecendo não apenas o estudo
de um caso específico
de transformação de camponeses
em grupo operário, mas também
de questões gerais da vida brasileira,
a começar pelo êxodo rural.

A cidade é Paulista, em Pernambuco,
e a fábrica, a Companhia de Tecidos
Paulista (CTP), o braço industrial
de um conglomerado que se tornou
nacionalmente conhecido por suas
redes de comércio varejista,
as Casas Pernambucanas
e as Lojas Paulista.

Trata-se de uma saga
em que se entrecruzam,
mesmo entre os empregadores,
histórias de família.
Fundada no fim do século passado
a CTP começa a sua expansão
sob a liderança de três irmãos,
Frederico, Alberto e Arthur,
herdeiros e sucessores do imigrante
sueco Herman Lundgren. Ganham fama,
no cotidiano de Paulista, por uma gestão



GRAPHIA EDITORIAL
Rua da Quitanda, 194/1201 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – 20091-000
Tel.: (021) 263-8762
Brasil
1997

ROSILENE ALVIM

A Sedução da Cidade

Os operários-camponeses
e a fábrica dos Lundgren

que maneja bem

com a mulher

deu verde e

meio curulo

por isso



... 1998

Edição
GRAPHIA PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Capa
MÁRCIA REGINA DE JESUS CAMPOS

Editoração eletrônica
MÁRCIA REGINA DE JESUS CAMPOS
JOSÉ ACÁCIO DE CAMPOS

Ilustrações de capa e página interna
*Uma rua da vila operária
e a porta de entrada da fábrica Arthur,
em Paulista*
(Autores não identificados, sem data)

ISBN – 85-85277-18-1

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A484s Alvim, Rosilene
A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren /
Rosilene Alvim. – Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
(Temas e reflexões; 5)

Inclui bibliografia.

1. Migração rural-urbano – Brasil. Nordeste. 2. Brasil, Nordeste – Indústrias.
3. Crescimento urbano – Brasil, Nordeste. I. Título. II. Título: Os operários-campo-
neses e a fábrica dos Lundgren. III. Série.

97-0980

CDD – 304.820981
CDU – 325.11(812/814)

SÉRIE
TEMAS E REFLEXÕES

V

A Sedução da Cidade começou a nascer no Projeto Emprego e Mudança Sócio-econômica no Nordeste, realizado, entre 1976 e 1978, pelo Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1985, Rosilene Alvim reuniu os resultados das pesquisas sobre o tema em tese de doutoramento defendida no Museu Nacional. Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, a autora publicou anteriormente: "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis" (in: *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979) e "Trabalho infantil e reprodução social. O trabalho numa fábrica com vila operária" (in: *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984).



Companhia de Tecidos Pralistas
FABRICA ARTHUR

SUL
NE

FA BRICA ARTHUR
RANGOS DE SUELO, IN
LAVARIA PARA O PROCELADO

CTP

CTP

FA BRICA ARTHUR
LAVARIA PARA O PROCELADO

SUMÁRIO

REVISITANDO UMA HISTÓRIA	3
FALANDO DE FAMÍLIAS.....	5
RECRUTAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA FAMÍLIA	
OPERÁRIA	12
Família de trabalhadores e proletarização industrial	12
A sedução de Paulista: o <i>tempo dos coronéis</i> , os <i>agentes</i> e o <i>interior</i>	18
Da idealização do <i>tempo dos coronéis</i> ao presente	27
CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE RECRUTAMENTO	
FAMILIAR.....	36
A <i>CTP</i> e sua força de trabalho.....	36
O mercado de trabalho têxtil e a <i>CTP</i>	46
A VINDA: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE FAMÍLIAS A CAMINHO	
DA FÁBRICA	50
As <i>três eras</i> do recrutamento.....	50
O <i>aliciamento familiar</i>	53
O <i>auto-recrutamento</i> familiar.....	70
As <i>famílias de viúvas</i>	84
As <i>vindas</i> individuais.....	88
A <i>vinda</i> individual através da sujeição a uma família estranha	90
A <i>vinda</i> individual através do subaliciamento familiar.....	93
TRABALHO FAMILIAR E PROLETARIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	99
O trabalho do <i>chefe de família</i>	99
O trabalho do <i>chefe de família</i> no roçado	101
O pequeno comércio, uma alternativa de trabalho	109

O trabalho do “velho” <i>chefe de família</i>	111
O trabalho dos filhos e das filhas.....	114
O trabalho dos filhos	114
O trabalho das filhas	122
A FAMÍLIA OPERÁRIA DO PRESENTE.....	137
Velhos e jovens operários no fim da <i>terceira era</i>	137
O bairro e a vida familiar	144
O horário fabril e a vida cotidiana da vila operária de hoje	153
O acordo e sua importância nos grupos domésticos	156
Do bairro para o interior das casas	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
NOTAS.....	184
BIBLIOGRAFIA.....	200

A Sedução da Cidade

Os operários-camponeses
e a fábrica dos Lundgren

Dedico este livro

Às famílias operárias de Paulista que, generosamente,
me contaram a história de sua vida, possibilitando seu registro.

À minha família: José Sérgio, meu companheiro,
e aos nossos filhos Pedro, Francisco e Manuel
que comigo compartilharam a aventura desse livro.

REVISITANDO UMA HISTÓRIA

A história de famílias que se mudam para a vila operária da Companhia de Tecidos Paulista (Olinda até 1935, e depois Paulista, em Pernambuco), de propriedade da família Lundgren, em busca de um novo modo de vida pode ser vista como um processo de sedução em que os seduzidos não são meros objetos mas também sujeitos que usam tal processo a partir de estratégias familiares diversas. A descrição da *vinda* de famílias para Paulista feita por elas mesmas nos aproxima e nos afasta da imagem de outro tipo de família produzida por Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*. A *vinda* de famílias de origem camponesa para a fábrica de tecidos dos Lundgren no início do século e intensificada a partir dos anos 30 contém, assim como no romance mencionado, a dureza e a secura de um cenário composto de pedras, poeira e mandacaru. No caso dos personagens que se vai conhecer nas páginas desse livro, a paisagem semelhante é percorrida dentro das chamadas *sopas* (ônibus enviados pela fábrica para trazerem os recrutados) sem que estas pessoas se encontrem, neste trajeto, ameaçadas de morte pela seca e pela fome. Esta *vinda* significa para estas famílias mais do que o abandono de uma situação social anterior insuportável sem que se apresente uma perspectiva no final da caminhada; significa que, ao atenderem o chamado sedutor dos agentes recrutadores, elas encontraram uma solução para a insuportabilidade diante das diversas crises que se abatem sobre seu modo de vida original. A saída forçada em ambos os casos revela também a exclusão social de grupos de camponeses imersos em formas de submissão diferenciadas e que têm suas vidas completamente mudadas quando enfrentam crises sociais diversas e sucessivas. A origem dessa transumância forçada é mais dramaticamente atribuída à seca, pela sua aparência e radicalidade.

A história das famílias que são objeto desse livro também se desdobra em várias histórias particulares que são como que englobadas pela história do desenvolvimento dessa fábrica têxtil, podendo ser lida como parte do que se costuma chamar de história não visível ou do cotidiano das classes subalternas. O que diferencia essas famílias daquela descrita por Graciliano Ramos é o

fato de que a saída de seus lugares de origem as leva a um porto que, se não é o ideal de segurança, é um lugar em que novos arranjos sociais e familiares são possíveis a partir de uma nova forma de subordinação. De famílias camponesas, estas famílias, seduzidas pelas benesses apregoadas pelos agentes recrutadores dos Lundgren, elas se transformam em famílias de trabalhadores industriais e, nesse processo, vários dramas são vividos, hierarquias familiares e intergeracionais reconstruídas, um novo modo de vida e de trabalho lhes é imposto. No entanto, ao mesmo tempo em que se submetem, elas se reapropriam dessa nova forma de subordinação e, dentro dela, recriam uma nova família que, sendo operária, mantém quase que integralmente as formas hierárquicas internas à família camponesa na medida em que estas são apenas parcialmente abaladas pelas normas do trabalho industrial. As famílias camponesas que são o objeto desse livro, ao se transformarem em operárias, mantêm a autoridade paterna, atribuindo-lhe o papel de organizador e mediador com a fábrica da mão-de-obra industrial de seus filhos, permitindo que o trabalho destes seja vivido por todos como uma *ajuda*.

A relação paternalista típica de fábricas com vilas operárias foi fenômeno mundial e por si só não pode ser vista como uma exclusividade da relação social e de trabalho exercida pelos Lundgren em sua fábrica.

Exemplos do paternalismo na história brasileira podem ser vistos no famoso livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, num sistema de dominação baseado no trabalho escravo e que, segundo o autor, revela um aspecto que vai se configurar numa característica da cultura brasileira, em particular nas relações raciais, assim como na música, comida e danças.

Revisitando uma história, doze anos depois de ter defendido minha tese de doutorado sobre as famílias operárias de origem camponesa, deparo-me com dados obtidos na pesquisa de campo que realizei em Paulista nas décadas de 70 e 80, consciente do tempo que me separa do início da pesquisa que originou a tese e este livro. Constató que, no decorrer destes anos, algumas pessoas por mim entrevistadas morreram e a Companhia de Tecidos Paulista encerrou suas atividades. A distância cronológica da vila operária do início do século até os nossos dias contém uma série de transformações que são mencionadas no livro e que se constituem numa história vivida e reconstruída por trabalhadores que, ao contá-la, reafirmam sua própria identidade.

FALANDO DE FAMÍLIAS

Este livro trata do processo de transformação de famílias de trabalhadores de origem rural em grupo operário, durante o período de uma geração. Tal processo implica na inserção desse grupo em uma forma de dominação industrial, diferente daquela a que estavam originalmente submetidos em áreas rurais.

Estudo a família e sua constituição em um grupo de trabalhadores industriais têxteis de uma fábrica situada na cidade de Paulista, Pernambuco, cidade originalmente construída pela fábrica — a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) e a ela pertencente. Este processo se caracteriza pela preferência da CTP pela força de trabalho dos membros familiares, tendo como consequência imediata a *vinda*, para a cidade de Paulista, de grande número de famílias. Chamo a atenção para o fato de que esta preferência incide, em especial, no seio de unidades familiares com um grande contingente de filhos, de maneira que as *famílias numerosas*, encontradas em diferentes áreas rurais do Nordeste oriental, são trazidas diretamente pela fábrica; esta, ao enviar *agentes* aliciadores para aquelas áreas, indistintamente classificadas como *interior*, forma assim o contingente operário de que a fábrica necessita para sua expansão.

A revelação da importância da família no processo de formação desse grupo operário, enfatizada pela memória dos trabalhadores, veio ao encontro de meu interesse prévio no estudo da família, de tal forma que pude conjugar meu objeto de estudo — antes voltado para a análise sincrônica das relações sociais encontradas na família diretamente observada, a família do presente, — com a descoberta desse passado tão freqüentemente referido pelos trabalhadores em questão. A análise do processo de constituição da família visto a partir da formação de um contingente de trabalhadores industriais de origem rural é, assim, uma das contribuições originais desse trabalho.

A ligação entre família e trabalho aqui enfatizada não é comum na literatura antropológica, seja nos estudos sobre a família operária, que vêm muitas vezes a família a partir da ótica do mercado de trabalho, seja nos estudos das sociedades primitivas, em que a família se articula com o estudo do parentes-

co. O trabalho surge, então, como uma decorrência, aparecendo embutido na família. No entanto, nos estudos sobre campesinato, a ligação entre família e trabalho é um dado fundamental para a sua própria especificidade, sendo a literatura sobre o trabalho familiar camponês bastante explícita a este respeito (Chayanov, 1966; Tepicht, 1973; Galeski, 1972; Bourdieu, 1962; Garcia Jr., 1983 (a) e (b); Heredia, 1979; Esterci, 1985; Seyferth, 1985).

No interior das Ciências Sociais, os estudos sobre a família da classe trabalhadora têm um impulso maior na Inglaterra do pós-guerra. Publicados em meados da década de 50, resultam de uma postura crítica seja a tese difundida da importância menor, na sociedade urbano-industrial, dos laços de parentesco (Firth at alii, 1956; Young & Willmott, 1975 — 1ª edição em 1957, e Firth, Hubert & Forge, 1970), seja à descaracterização da classe operária enquanto classe, com uma identidade e cultura próprias, diluída numa grande classe média, tal como preconizada em vasta literatura e senso comum jornalístico do pós-guerra (Hoggart, 1973, 1ª edição em 1957). Estes estudos também reagem à ignorância e ao desprezo quanto aos efeitos sociais, avaliados negativamente pelos grupos de trabalhadores envolvidos, da política habitacional do pós-guerra, destruindo a sociabilidade habitual dos velhos bairros operários, calcada no parentesco e na vizinhança, no novo quadro dos conjuntos habitacionais poli-classistas (Young & Willmott, 1975).

Motivada por lacunas e desdobramentos possíveis de uma pesquisa anterior, tencionava fazer um estudo sobre a organização familiar de um grupo de trabalhadores contemporâneos, inspirada tanto na literatura sobre a família da classe trabalhadora, quanto na antropológica sobre o parentesco e o trabalho familiar camponês. Com efeito, na minha dissertação de mestrado, *A arte do ouro, um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte* (Alvim, 1972), percebi a importância da família para os trabalhadores que a ela se referiam para avaliar negativa ou positivamente o seu trabalho, a sua *arte*. Deixei, no entanto, para um projeto posterior a abordagem da família, visto que na dissertação de mestrado priorizei a produção, a prática econômica dos trabalhadores, e não a família.

Com essas motivações e leituras realizei a maior parte do trabalho de campo com o grupo operário de Paulista em 1976 e 1977, e em 1979 publiquei um primeiro tratamento do material empírico coletado. Reunia a observação dos padrões de autoridade doméstica dos papéis conjugais, das redes de parentesco e vizinhança a uma descrição das famílias estudadas segundo as características nos momentos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (Alvim, 1979). Em linhas gerais estas preocupações se juntavam às de outros estudos, realizados no Brasil, feitos independentemente do meu e publicados aproximadamente no mesmo período, tais como as análises das estratégias de sobrevivência empreendidas por famílias de trabalhadores (Bilac, 1978; Macedo, 1979; Souto de Oliveira, 1980; Fausto Neto, 1982; Machado da Silva, 1979; menos voltadas para a família e mais para o trabalho da mulher situam-

se os estudos de Rodrigues, A., 1978 e Rodrigues, J., 1979). Alguns desses e outros trabalhos são comentados por Fukui, 1980 e Woortman, 1982, 1984 *a* e 1984 *b*. Durham (1980) também sistematizou estas preocupações, ressaltando a ligação da família operária como unidade de consumo, de rendimentos, distribuidora de mão-de-obra e produtora de valores de uso por um lado, com a produção e a reprodução da ideologia no interior da família por outro lado.

Além da literatura antropológica inglesa sobre a família operária já referida, a leitura de historiadores sociais (incluindo sociólogos trabalhando com objetos históricos do período da Revolução Industrial européia) também me motivaram a empreender a análise do processo histórico relacionando a família dos trabalhadores a seu processo de proletarização, assim como tiveram importância para análise do meu material empírico. Trabalhos como os dos historiadores ingleses Hammond (1967; 1ª ed. 1917), Thompson (1968) e Hobsbawm (1974) apontam para a importância da cultura específica à classe trabalhadora. Particularmente a contribuição de Thompson na ruptura com o economicismo e o evolucionismo – quanto à análise do surgimento da classe operária e de seus movimentos sociais, enfatizando a experiência concreta de vida e tradições culturais dessa classe que assim também se auto-constrói – alertou-me para a relevância das relações sociais envolvendo a família nessas tradições e nesse processo de auto-construção. Utilizei como fontes os trabalhos pioneiros referentes à família de trabalhadores na Revolução Industrial, de Collier (1968, escrito em 1921) e de Smelser (1973, 1ª edição em 1959). Este último livro registra o recrutamento fabril de grupos familiares como unidades de trabalho, e as práticas de subcontratação e empreitada na indústria da fiação de algodão na Inglaterra, deixando ao trabalhador adulto a condução da arregimentação de filhos, parentes ou vizinhos como seus ajudantes. Segundo o autor, tal envolvimento da família como unidade mais diretamente vinculada ao trabalho teria cessado na primeira fase da Revolução Industrial, com a especialização e a diferenciação na família a qual deixa de ser uma unidade de trabalho a partir da introdução de novas máquinas e como resultado do desdobramento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e da legislação de fábrica. Anderson (1971), no entanto, registra a persistência do recrutamento de famílias na indústria têxtil do Lancashire na segunda metade do século XIX, o que é reafirmado por Hareven (1982) em seu estudo sobre a presença da família e do parentesco na formação de um grupo operário, proveniente de áreas rurais, em cidade dominada por grande fábrica têxtil nas três primeiras décadas deste século nos Estados Unidos. Estes dois últimos trabalhos atraíram minha atenção: o primeiro para a importância da família no processo de proletarização industrial; o segundo para a relação entre família e trabalho na formação de um grupo operário de origem camponesa.

Anderson (1971 e 1972) analisa o fortalecimento das relações familiares e de parentesco (principalmente através da co-residência de parentes externos à família nuclear), encontrado na classe operária tradicional inglesa contempo-

rânea no processo de industrialização e conseqüente proletarização industrial dos trabalhadores. O período crítico de estudo se torna alvo de seu interesse como conseqüência da comparação entre os estudos sobre a família da classe trabalhadora contemporânea (Dennis, Henrique & Slaughter; Young & Willmott, Hoggart) e os estudos de demografia histórica questionando o padrão aceito de famílias extensas predominantes no período pré-industrial e mostrando para este período (desde o século XVI) a relevância do padrão de família nuclear, ao menos na Inglaterra (Laslett, 1972). Assim, pelo menos na construção inicial de sua problemática e do seu objetivo de pesquisa, Anderson inter-relaciona a vertente de estudo da história da família com os estudos antropológicos produzidos antes sobre a família da classe trabalhadora inglesa, inter-relação que no entanto não é explorada no decorrer do seu trabalho nem nos estudos históricos mais recentes sobre família e industrialização (para uma resenha destes trabalhos, ver Anderson, 1984). Neste livro, ao contrário, pude relacionar resultados de ambas as vertentes dos estudos na elucidação analítica do meu material empírico, por ter tido acesso à observação direta de um grupo operário contemporâneo em atividade e, simultaneamente, acesso à referência à sua própria constituição histórica.

Hareven teve oportunidade de salientar e aprofundar analiticamente as ligações entre família e trabalho industrial em um grupo operário de origem camponesa, na medida em que seu estudo tem por referencial empírico os operários de uma grande fábrica têxtil que controla a cidade; dessa forma, pôde dispor não somente dos arquivos documentais da fábrica como do acesso a ex-operários que contribuam com relatos e histórias de vida. No que diz respeito à justa ênfase colocada em sua introdução (Hareven, 1982), quanto ao papel desempenhado pela família na transição entre a migração de áreas rurais e a inserção desses trabalhadores deslocados em um novo mundo industrial, dispomos também da análise anterior, referida ao caso brasileiro, de Durham (1973), mostrando como a família e o parentesco são mediações essenciais na migração de diferentes tipos de trabalhadores rurais para a grande cidade e na sua sobrevivência e reprodução social no novo contexto. Cabe mencionar a contribuição dos trabalhos de Seyferth (1974 e 1984) a respeito da proletarização industrial do campesinato — que os transforma em colonos-operários, no sul do país. Finalmente Scott e Tilly (1985) salientam a forte ligação entre migração de áreas rurais, laços familiares e trabalho nas fábricas têxteis inglesas e americanas.

Tanto a literatura dos historiadores sociais sobre a classe operária e a família quanto as peculiaridades do grupo operário ao qual tive acesso empiricamente me levaram a dedicar a maior parte do livro ao processo histórico de constituição de uma família operária específica, e apenas o capítulo final às características desta família no *presente*.

A constituição histórica da família de trabalhadores que acompanha a formação deste grupo operário está relacionada às consequências da política de recrutamento de famílias desencadeada pela fábrica a partir dos anos 30. Tal experiência de recrutamento foi vivida diretamente por meus informantes sendo considerada importante mesmo por aqueles que não foram aliciados das áreas rurais, mas vieram para Paulista com suas famílias ou individualmente. O recrutamento ocorre principalmente entre os anos 30 e o início dos anos 50, quando a fábrica vive o auge de sua expansão, mas também nos anos 60 e 70, quando o processo de modernização reduz a força de trabalho empregada.

A *CTP* foi fundada em 1891 e sua pequena fábrica, situada no então povoado de Paulista, pertencente ao município de Olinda, produzia sacos destinados à produção açucareira. Em 1904 a Companhia, em dificuldades financeiras, passou ao controle acionário da família Lundgren, cujo chefe, Herman Lundgren, era um comerciante importador e exportador de origem sueca (Huitzler, 1983). Com a morte de Herman Lundgren, em 1907, a *CTP* passa a ser dirigida de fato por seus filhos Alberto, Frederico e Arthur, principalmente os dois últimos (Góes, 1964).

Entre 1908 e 1912, a *CTP* instala sua seção de estamparia, a maior do Nordeste, e passa a produzir as variedades de tecidos chita e levantine que são escoadas por uma rede comercial varejista própria, as Lojas Paulistas. Em 1920 os irmãos Lundgren teriam cerca de duzentas lojas varejistas próprias, espalhadas por todo o Nordeste do Brasil, nas quais vendiam a sua própria produção e a de outras fábricas. Esta ligação entre produção e comercialização própria realizada pela *CTP* seria "um fato único até 1925" (Stein, 1979). Em 1924 é inaugurada outra fábrica da *CTP* na localidade de Rio Tinto, na Paraíba. No final dos anos 30 a expansão das cadeias de lojas de tecidos dos Lundgren acontece em pleno sul do país, com as Casas Pernambucanas, Industriais do Rio e de São Paulo reagem acusando, publicamente, a *CTP* de se beneficiar do controle sobre a produção e a comercialização (Stein, 1979). O período da Segunda Guerra Mundial fez aumentar a produção da fábrica de Paulista e promoveu a incorporação de novos trabalhadores. No final dos anos 40 a *CTP*, em seus dois estabelecimentos, a *Fábrica Velha*, hoje denominada *Fábrica Arthur*, e a *Fábrica Aurora*, assim como em seus serviços de *gerência externa*, empregava cerca de 15 mil operários.

Minha "entrada em campo" foi mediada por uma rede de trabalhadores, vinculados, entre outras experiências comuns, por sua participação em movimentos associativos da Igreja Católica; eles mantiveram ligações com atividades políticas e sindicais iniciadas nos conflitos coletivos dos anos 50 e 60 em Paulista; nessa rede predominavam ex-operários aposentados. Os laços comuns entre estes trabalhadores, aos quais fui inicialmente apresentada, incluíam também relações de parentesco, de vizinhança e de proximidade no seu antigo local de trabalho. No decorrer da pesquisa, estes trabalhadores me apresentaram a novos parentes, vizinhos e ex-colegas de trabalho, evidencian-

do-se de imediato a alta densidade desta rede social (Bott, 1971 e prefácio de M. Gluckman). O que me chamou atenção desde o início foi a ênfase com que os trabalhadores recentemente aposentados se referiam ao passado, não apenas o passado recente de conflitos com a fábrica nos anos 60 e 70, mas principalmente um passado mais remoto, por vezes relacionado à entrada para a fábrica e à chegada de sua família na vila operária; atraiu-me também a atenção a própria formação deste grupo operário em uma fase expansiva da história da fábrica têxtil. Esta ligação entre história individual, história do grupo familiar de origem e história do conjunto do grupo social aponta para a possibilidade de reconstituição da história da proletarianização de camponeses de diversas procedências geográficas e sociais e de pescadores de áreas próximas, bem como para o processo de sua transformação em operários fabris. Neste processo de proletarianização e de observação, a família tem uma presença marcante.

As versões da história de Paulista que os trabalhadores aposentados oferecem à pesquisadora não se restringem apenas àqueles trabalhadores, mas se constituem em um universo comum à maior parte dos moradores da cidade, uma tradição vivida e por eles incorporada que se exterioriza no seu discurso. A transmissão desta história, que se constitui numa forte identidade local — passando às novas gerações por aqueles que a viveram — reproduz um conhecimento coletivo fortalecedor de uma memória social que remete aos anos 20 deste século.

Configurava-se assim a oportunidade do estudo de um processo de proletarianização, tendo como referente central a mediação exercida pela família, em um grupo social operário ainda submetido ao mesmo trabalho fabril de suas referências do passado; tal estudo faz comparações entre diferentes modos variantes sucessivos de dominação social e contrasta com outros desenvolvidos pelos historiadores sociais a respeito da formação da classe operária e em particular da importância da família nesse processo. Estes estudos trabalham com dados historiográficos de grupos sociais extintos; mesmo quando recorrem à história oral e às histórias de vida, falta-lhes uma situação similar operando no presente para efeitos comparativos.

A ligação entre a família e o trabalho tal qual articulada neste livro não privilegia o processo de trabalho específico no qual os membros das famílias estão envolvidos. A menção a este processo surge no decorrer dos capítulos para ilustrar sua relação com a organização interna da família.

O trabalho de campo realizado em Paulista teve a duração total mas não contínua de 9 meses: a) o primeiro período de campo foi realizado em 1976 (3 meses) e o segundo em 1977 (3 meses) durante a minha participação no Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, coordenado pelo professor Moacir Palmeira e desenvolvido no Departamento de Antropologia do Museu Nacional; b) os outros períodos ocorreram em 1978 (1 mês), 1980 (1 mês) e 1983 (1 mês). Em 1978 e em 1983 parte do tempo de pesquisa foi utilizado em consultas a documentos e periódicos do Arquivo Público de Recife.

Tanto as entrevistas realizadas diretamente com os trabalhadores (aproximadamente cem), como os dados de observação direta e aqueles obtidos nos diversos documentos consultados aparecem analisados no decorrer dos capítulos formando um conjunto de informações que julgo de grande importância. Por outro lado cabe ressaltar que a busca do registro histórico fornecido pelos documentos mencionados foi um esforço empreendido a partir de pistas indicadas pelos próprios trabalhadores que me aguçaram a curiosidade de saber se os fatos narrados por eles faziam parte desses registros e de que forma poderiam ser complementares e relacionados com os dados colhidos através de observação direta e entrevistas. As referências feitas pelos trabalhadores ao *passado* — *passado* não observado diretamente — me possibilitaram um conhecimento histórico da constituição de suas famílias; além disso, pude fazê-lo com a família do *presente*, detectando suas relações internas e existentes no conjunto das redes de parentesco e/ou vizinhança.

A aproximação com o grupo estudado foi mediatizada por três ex-operárias aposentadas, duas casadas em período próximo à aposentadoria e uma delas solteira morando com sua irmã; elas me conduziram a outras famílias próximas em termos de relações de vizinhança, de aliança e compadrio; todas estas famílias através dos *chefes de família* e *donas de casa* tinham um *passado* comum, seja em relação às suas *vindas* para Paulista, seja pela fato de terem participado em algum momento de seu ciclo de vida no trabalho fabril. Dessa maneira, em quatro famílias, a observação do *passado* e do *presente* foi realizada de forma mais permanente, todas elas podendo ser qualificadas, no momento de sua observação, como em fase de “dispersão” (Fortes, 1974) em que os *chefes de família* estão fora do mercado de trabalho, os filhos adultos trabalhando ou já casados, ou preparando-se para o casamento. Assim, as famílias de trabalhadores já *aposentados*, que tinham filhos no mercado de trabalho, me permitiram conhecer o *passado* e o *presente*, através de suas próprias experiências.

Quanto ao trabalho de campo quero ainda ressaltar o fato de ter sido realizado em conjunto com José Sérgio Leite Lopes, meu marido, cuja pesquisa para doutoramento versava sobre as relações de dominação próprias a esta fábrica com vila operária: esta circunstância muitas vezes ajudou a entrada nas casas dos trabalhadores, que valorizaram o fato de sermos casados e com família em fase de desenvolvimento. No primeiro período de campo tínhamos um filho de dois anos e eu me encontrava grávida de seis meses do segundo; ao voltar no segundo período levei também, além do primeiro, o segundo filho com cinco meses. Evidentemente que tal entrada em campo familiar não fez parte de uma estratégia de pesquisa mas, de fato, ela funcionou positivamente para nossa aceitação pelos trabalhadores, que relativizavam o estranhamento, de alguns dentre eles, diante de nós, um casal que poderia indiretamente prejudicá-los se tivessem objetivos políticos — no contexto do medo presente entre os cidadãos comuns durante a ditadura militar.

RECRUTAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA FAMÍLIA OPERÁRIA

Família de trabalhadores e proletarização industrial

O recrutamento de trabalhadores pela *CTP* nos anos 30 e 40 que resultou na vinda de grande número de famílias, contou com regras próprias que se expressavam nas condições de pagamento dos *agentes*¹ recrutadores: pagamento por cabeça, estimulando a *vinda de famílias numerosas*, compostas por um grande número de filhos aptos para o trabalho fabril. Indicações desta forma de recrutamento podem ser vistas na observação *família nº tal* contida no verso da ficha de *registro de empregados* da seção de pessoal da fábrica, no período assinalado.²

Os membros da família que não interessam à produção fabril, segundo os critérios da administração, são aproveitados em outras ocupações, de forma que é progressivamente construída a prática de se dar uma função aos velhos, tanto em trabalhos acessórios à atividade fabril, quanto através da concessão de *roçados* que melhoram o consumo doméstico, seja através do auto-abastecimento, seja através de um comércio vicinal, seja aumentando a oferta de alimentos na feira semanal de Paulista.

Em outras situações fabris de que se tem notícia, a família de trabalhadores não é recrutada da mesma forma, e na mesma intensidade, como acontece no caso de Paulista. Menores ou jovens de ambos os sexos podem ser proletarizados sem que ocorra ao mesmo tempo a proletarização de toda a família. Pode-se pensar em situações do tipo das minas, por exemplo, em que o recrutamento familiar não supõe o trabalho da maior parte dos membros da família. A família aí é o suporte de uma moral que deve garantir uma certa paz nas relações de trabalho com a empresa mineira, geralmente situada em lugares isolados de grandes centros urbanos. Veja-se também o recrutamento de órfãos e crianças de famílias pobres pelas *working-houses*, nas fases iniciais da industrialização européia (assim como o recrutamento do trabalho feminino nos *conventos industriais* em que a família permanece trabalhando no campo e somente as moças vêm para o trabalho fabril). No caso de Paulista e no de

outras vilas operárias têxteis, o recrutamento de famílias faz parte de uma política de mobilização da força de trabalho que implica em buscar no grupo familiar o fornecimento da mão-de-obra necessária à indústria, articulando família e trabalho numa relação de dominação particular.

Para as famílias que acorrem a Paulista seja a partir do *aliciamento* realizado diretamente pela *companhia*³ seja de forma espontânea, a oferta de uma casa para morar, em troca do trabalho da maior parte de seus componentes, se apresenta como uma garantia de sobrevivência e é um fator decisivo na opção, sobretudo entre os grupos de pequenos produtores rurais, pressionados por uma situação de crise.

A construção de uma família operária que então se consolida em Paulista em função do modelo do *aliciamento familiar*, se caracteriza pela imobilização da força de trabalho através do monopólio da moradia pela indústria. Controlando não só o acesso ao trabalho mas também à casa, a fábrica controla também o uso do espaço social de seus trabalhadores, territorializado em domínios de sua propriedade. Esta fábrica com vila operária, ao deter o controle não só das condições de trabalho de seus operários como também o controle direto de suas condições de reprodução, procura inculcar em seus trabalhadores uma ideologia do trabalho, uma moral do trabalho como um modo de vida que é reforçado e legitimado através da família.

Se a *CTP* procura formar seus trabalhadores dentro desta forma de dominação, a partir da ida de seus próprios *agentes* para as áreas camponesas “dos sertões do interior” (cf. relatório de 1925), em busca de trabalhadores “mais puros”, com menos perigos de contaminação pelos “elementos estranhos” que procurem contestar o poder patronal nas relações de trabalho industrial (cf. o relatório da *CTP* aos acionistas de 1933), não se pode daí reduzir estes trabalhadores a uma massa informe e passiva em que um novo modo de vida e de sobrevivência lhes é simplesmente imposto. Na realidade, a forma de dominação da fábrica com vila operária é como que co-construída, co-participada, interiorizada e reinterpretada pelas “disposições culturais”, pelo *habitus*⁴ das famílias que vêm para Paulista. Há, portanto, neste processo, elementos de continuidade entre a nova e a situação de dominação anterior, como é o caso mais evidente dos *moradores* de engenho. Por outro lado, mesmo se a força de trabalho preferencial fosse aquela encontrada em grupos de pequenos produtores do sertão,⁵ é verdade também que para estes trabalhadores o mundo das relações sociais do *engenho* não lhes é estranho. O que estou querendo marcar é que não é do desconhecimento destas categorias de trabalhadores a existência de relações sociais em que a forma de dominação implique na imobilização da força de trabalho através da moradia.

À família operária em cuja construção está presente uma forte ação do patronato é também freqüentemente atribuído um papel moralizador e ideológico, inculcado a partir da disseminação e interiorização de valores e *habitus*, próprios às famílias da classe dominante, tais como o ideal de unidade e indis-

solubilidade familiar, a concepção de higiene e organização da casa, a crença no papel moralizador do trabalho e na manutenção da dependência ao trabalho fabril para a própria existência desta família.⁶

No universo de Paulista, esse papel moralizador da família impregna o fato quase universal da concessão da casa para morar: a moradia de solteiros agrupados, fato comum nos *castelos* dos *engenhos* e *usinas* de açúcar ou em outras fábricas com vila operária é bastante excepcional em Paulista, onde a regra é o embutimento dos celibatários nas unidades familiares. Impregna também certas concessões acessórias à moradia como os pequenos pedaços de terra para *roçado* e criação, concessão esta geralmente justificada para a ocupação dos velhos, e que contribui para uma moral do trabalho familiar mesmo no tempo livre dos trabalhadores. E impregna também atividades associativas e religiosas patrocinadas ou subvencionadas pela *CTP*.

A *companhia* lida, no limiar da fábrica, no seu mercado de trabalho específico, preferencialmente com famílias e não com indivíduos. Tanto o processo de *aliciamento*, quanto o ritual de introdução dos trabalhadores aliciados ao mundo da fábrica têm por objeto famílias e não trabalhadores individuais. Já na porta de entrada da fábrica, no setor de pessoal, segundo o testemunho, já citado, de antigos funcionários, as fichas de empregados, anteriores ao registro padrão regulamentado pelo Estado a partir de 1935, anotavam o nome dos outros membros da família e sua ocupação na fábrica, além das fotos de todos. A *companhia* como que produzia neste arquivo seu próprio "campo documental" (Foucault, 1975).⁷ Mesmo depois da exigência legal da ficha padrão, quando a fábrica teria que se submeter ao campo nacional de identificação individual, a *CTP* resiste a tal adequação. Ela procura, respeitando formalmente as exigências legais, influenciar as fontes de documentação ao seu alcance para que obedecessem aos suportes reais do seu campo de documentação próprio. Como a *companhia* controla politicamente o município, ela possui um funcionário de escritório especialmente incumbido de conduzir e prestar assistência aos seus novos trabalhadores quando estes tiram certidões de nascimento no cartório. Através desse funcionário, a *CTP* era a testemunha da falsificação de idade das crianças (para burlar a lei que proíbe o emprego de menores antes dos quatorze anos), assim como das falsas relações de parentesco inventadas pelos trabalhadores, com a colaboração dos *agentes*, na composição das *famílias numerosas* exigidas pelas normas usuais do processo de *aliciamento*.

A forma de *vinda* através do *aliciamento familiar* não é a única maneira de mudança de famílias de trabalhadores para a vila operária de Paulista; o que caracteriza a maior parte das outras formas de *vinda* de trabalhadores é o fato de também se processarem em moldes familiares. E é esta questão que se trata de aprofundar e de perceber o porquê da opção pelo trabalho industrial de famílias de trabalhadores que abandonam seus meios tradicionais de sobrevivência para se proletarizarem em termos familiares. O entendimento desta

proletarização familiar contém atrás de si processos particulares de transformação, que por isso mesmo envolvem diferentemente *camponeses livres*, *moradores* e *pescadores*. O caso de Paulista oferece elementos para se pensar não só as rupturas existentes entre o trabalho fabril e as formas de sobrevivência anteriores, como também as continuidades entre ambas.

Apesar da *vinda* para Paulista significar uma mudança radical no que diz respeito às regras de autoridade que informam o trabalho, alterando-se a vida material e a concepção de mundo destes trabalhadores,⁸ a possibilidade de manter a família junta em Paulista é um caminho para o entendimento da opção destes trabalhadores pelo trabalho industrial.

A maior parte das famílias que vieram para Paulista se encontrava em uma situação de crise nas condições materiais de existência, precipitada seja por situações de secas, seja por formas diversas de conflitos com grandes proprietários aos quais encontrava-se subordinada. Acrescentam-se ou superpõem-se a esses motivos, dificuldades ligadas à desproporção na composição interna destas famílias: desequilíbrio entre o número de filhas face ao número de filhos, dificultando sua reprodução social enquanto *camponeses livres* ou submetidos, ou *pescadores*. Em Paulista seria possível o emprego para as filhas, na medida da importância da mão-de-obra feminina para a indústria têxtil de então. A maioria das famílias proletarizadas tem como característica de sua composição um grande número de filhas. E no caso do recrutamento realizado diretamente pela fábrica, a preferência pelas *famílias numerosas* por parte da *companhia* corresponde à sua constituição em uma clientela com bastante receptividade para engrossar o contingente da força de trabalho fabril.

É importante ressaltar que nas famílias que vêm para Paulista, principalmente as camponesas, as regras de autoridade familiar, antes extremamente articuladas ao trabalho produtivo — configurando ao *chefe de família*, ao pai, um determinado tipo de autoridade — se modificam na passagem para o trabalho industrial. A mudança para Paulista implica para estas famílias no rompimento com um modo de vida em que família e trabalho estão fortemente baseados na autoridade familiar. Na situação industrial, o *chefe de família* perde o controle direto do trabalho produtivo de seus filhos. Família e trabalho são agora duas esferas autônomas que implicam também em regras de autoridade específicas e diferentes.

O processo de proletarização industrial que se pode observar através da *vinda* aponta para um outro aspecto desse processo nem sempre evidenciado pelos estudiosos do assunto. Pois não se vê ali o aniquilamento de uma população camponesa e a eclosão de uma massa de vagabundos e crianças abandonadas. A especificidade do caso aponta para a reflexão de que as leis mais gerais presentes na proletarização de trabalhadores, como a expropriação das condições materiais de existência, vão se dar de forma diferenciada nas diversas situações particulares e que nem sempre o caso específico reproduz ou reflete o modelo geral.

Considerando que o processo de proletarização implica na expropriação do controle das condições materiais de produção, nem sempre isso está em jogo no caso dos trabalhadores que vêm para Paulista com suas famílias, e em todo caso não é a *CTP* que o promove, mas dele apenas se beneficia. As diversas categorias de trabalhadores que vão formar o contingente de trabalhadores têxteis da *CTP* viveram em suas áreas de origem crises específicas, envolvendo ou não processos de expropriação específicos. A diversidade de categorias de trabalhadores das áreas rurais que são transformados em operários, no caso, vai desde os *moradores* até grupos *camponeses* como *pequenos proprietários, rendeiros, foreiros*, acrescentando-se a esta diversidade outras categorias como os *pequenos comerciantes* das cidades do interior, assim como *pescadores e pequenos comerciantes* de carvão de áreas próximas a Paulista e da periferia de Recife. A grande diversidade de categorias de trabalhadores — incluindo-se neste conjunto tanto a *vinda espontânea* quanto pelo *aliciamento direto* da *CTP* — diminui se reduzirmos nosso campo de observação apenas a esta última forma de recrutamento. Pois se considerarmos apenas o *aliciamento direto*, predominam as categorias de *pequenos produtores*, onde existe um estoque para a *CTP* de *produtos diretos* com *famílias numerosas* ameaçados pelos conflitos particulares destas áreas, por vezes aguçados em situações de seca.

A *CTP* não pode ser vista como a indústria capitalista nascente que destrói as formas de produção artesanais intensificando a expropriação de trabalhadores que vem ocorrendo antes mesmo da instalação das grandes fábricas mecânicas. Não é a *CTP*, portanto, que expropria estes trabalhadores, mas ela teria sido beneficiada pelos efeitos das diversas formas de expropriação por eles sofridas. Pode-se supor que na situação anterior à *vinda* para Paulista, a reprodução das condições materiais de existência destes trabalhadores se encontrasse ameaçada por movimentos próprios ao desenvolvimento capitalista, específicos das diversas áreas do Nordeste de que são originários. Aliem-se a isso as já citadas crises de reprodução próprias às famílias de pequenos produtores ligadas ao desenvolvimento do ciclo de vida doméstico — desproporção entre filhos do sexo feminino relativamente aos do sexo masculino aliada à idade avançada do *chefe de família*.⁹

Ao considerar a proletarização industrial destes trabalhadores do ponto de vista familiar, verifica-se que a *vinda* para Paulista se coloca então como a saída que garante a manutenção de algum elo entre trabalho e família.

É, por certo, uma característica mais geral das fábricas têxteis em determinados períodos do desenvolvimento industrial, quer no Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos, para mencionar alguns exemplos, a preferência por uma força de trabalho organizada pela família. A existência de vilas operárias com casas construídas para abrigarem famílias faz parte deste modelo de industrialização que, ao se responsabilizar pela moradia de seus trabalhadores, desenvolve uma política em que a família operária se torna um importante referencial para disciplinar uma força de trabalho formada e apta culturalmente para o

trabalho industrial. Mesmo onde não há vilas operárias, a família oferece às fábricas que surgem no capitalismo europeu um importante estoque de força de trabalho.¹⁰

Este privilegiamento do recrutamento de família de trabalhadores corresponde a uma forma de dominação que além de subordinar a força de trabalho individual de seus membros subordina toda a família duplamente, seja no trabalho, seja na moradia. Em um primeiro momento, esta forma de dominação é aceita e legitimada pelos trabalhadores que a interiorizam, recriando-a segundo valores próprios. A recriação é possível porque, do ponto de vista destes trabalhadores, a manutenção da família é fundamental, além da fábrica propiciar uma moral familiar na vila operária que minimiza, principalmente para as famílias camponesas, o fato de terem suas filhas dentro da unidade fabril. Apesar de a fábrica ser vista pelos trabalhadores das áreas rurais, segundo os próprios informantes aludem, “como um lugar de moça que não presta”, Paulista aparece para estes trabalhadores e suas famílias como a cidade em que toda a família pode trabalhar, como o lugar por excelência do trabalho.

Ao se beneficiar da permanência do caráter familiar da força de trabalho numa situação fabril específica, o caso de Paulista permite relativizar confrontações, que levam a resultados por vezes simplistas, a propósito das consequências sociais da Revolução Industrial (tais como a oposição “otimistas” versus “pessimistas” entre historiadores ingleses, uma polaridade que favorece a visão “pessimista” e “catastrófica” da industrialização).¹¹

Por outro lado, se através de Paulista é possível pensar a *vinda* destes trabalhadores como a melhor opção do ponto de vista familiar, dadas as condições sociais concretas em que se encontravam, não se quer concluir daí que o deslocamento de trabalhadores de áreas rurais para a indústria levasse necessariamente a um aumento da consciência política.

Ao traçar a trajetória social vivida pelos trabalhadores e suas famílias que se proletarizam conjuntamente ao se tornarem operários de Paulista, quero ver algo além do que Smelser (1973, primeira edição em 1959) considera como “adaptação de grupos sociais a um novo modelo estrutural de relações sociais de trabalho”. Estes trabalhadores não formam apenas um grupo social ligado a “um modelo industrial” tradicional e que por mudanças estruturais que ocorrem na sociedade “têm como escolha adaptarem-se a este novo modelo”. No caso de Paulista, os trabalhadores, ao terem vivido uma ruptura com suas condições sociais de produção originais, foram na realidade expropriados de uma série de relações sociais af contidas. Moacir Palmeira argumenta, no caso da expropriação de *moradores*, que no “modelo que subordina o trabalho à *morada* e às relações sociais que o suportam, (...) só tem sentido falarmos de expropriação de alguma coisa como um campesinato nordestino, se pensarmos em expropriação, não em termos de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, como é o caso de outras situações históricas, mas para usarmos os termos de Marx, em expropriação de suas ‘condições de produção’ (Palmeira, 1977).

Os *pequenos agricultores, pescadores e pequenos comerciantes* que vêm para Paulista com suas famílias expressam, ao falarem do motivo de sua *vinda*, a vivência deste tipo de expropriação, a perda de suas condições habituais de produção. Essas condições de produção anteriores implicavam, entre outras coisas, no controle da força de trabalho dos filhos, os quais obedeciam a regras específicas de uma concepção do trabalho familiar relativa à forma de produção em que estavam inseridos.

Na situação fabril em Paulista, esses trabalhadores e suas famílias passam a depender para sua reprodução de um outro tipo de relação social, suportada pela relação de trabalho industrial. No entanto, o tipo de dominação que a fábrica com vila operária exerce sobre seus operários oferece, pelo menos, uma saída: as novas condições de produção, ainda que de uma outra natureza, têm na família um peso fundamental. E, neste caso, é possível mudar sem que a família se desestruture.

A sedução de Paulista: *o tempo dos coronéis, os agentes e o interior*

No processo de *aliciamento direto* realizado pela *companhia*, os *agentes* utilizavam-se, segundo as histórias de vida de diversos informantes, e segundo o anedotário consensual da cidade, do recurso ao anúncio messiânico de uma terra prometida: Paulista era a “terra das montanhas de cuscuz” e dos “chafarizes de leite”. Quem estaria por detrás desta terra prometida? O próprio mote aliciador profético dos *agentes* trai, por detrás de uma natureza tão pródiga proporcionando montanhas de cuscuz, os indícios de um sistema social, uma organização urbana que instala chafarizes, mesmo sendo eles de leite.

O sistema social característico que produziu essa epopéia do trabalho ou o drama da proletarianização massiva de famílias na maior indústria têxtil do país dos anos 40 é designado pelos trabalhadores de *tempo dos coronéis*. Ao se referirem ao passado, os trabalhadores não remetem a um marco cronológico, datado de forma precisa, mas a um tempo em que certas relações sociais existiam e em que a presença dos *coronéis*, em particular a do Coronel Frederico, é marcante. Essa referência ao passado pode ser resumida na expressão *tempo dos coronéis* e em suas inúmeras variantes: “naquele tempo”, no “tempo do Coronel Frederico”, “tinha o Coronel Frederico, o Coronel Alberto, o Coronel Arthur, eram estes os coronéis”.

O *tempo dos coronéis* faz parte de um passado em que as relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários da indústria eram marcadas por fortes laços pessoais. A própria nomeação dos *coronéis* e a descrição de seus comportamentos, maneira de falar, hábitos em geral e idiossincrasias demonstra este lado das relações personalizadas, que não só são recorrente-

mente acionadas pelos trabalhadores como também legitimadas através do consenso de que o fim deste tempo significa uma perda.

Se procurarmos a presença dos *coronéis* unicamente em documentos oficiais da *companhia*, como o são os relatórios anuais da *CTP* aos seus acionistas, ou seremos levados a crer que ela é afastada e discreta — expressando-se apenas quantitativamente no maior número de ações — ou remeteríamos o *tempo dos coronéis* aos anos 10, quando só então eles aparecem como *diretores da companhia*.

De fato, os *coronéis* não estavam nada ausentes da *companhia* nos anos 10 e 20, anteriores à chegada massiva de famílias de trabalhadores do *interior*. Os *coronéis*, os irmãos Lundgren (Frederico, Alberto e Arthur) assumiram a direção da Companhia de Tecidos Paulista após a morte do patriarca da família, Herman Lundgren, em 1907. A partir daí, até os anos 20, a fábrica se amplia (já em 1908 a *CTP* montou a primeira estamperia do Nordeste). Informações contidas em documentos oficiais da *CTP* e no livro de Góes, *Um Sueco Emigra para o Nordeste* (1964), indicam que neste período a fábrica compra terras dos engenhos próximos com fins de ampliação de sua reserva de lenha para o funcionamento das caldeiras da fábrica. O fato é que ao comprarem as terras dos engenhos vizinhos à localidade de Paulista, onde se situava a “pequena fábrica de sacos”, os Lundgren estendem sua área de dominação para uma população rural que é estimulada, por assim dizer, a produzir para o mercado consumidor de Paulista, formado praticamente pelos operários da fábrica. Mas é somente a partir do final da década de 20 e início dos anos 30 que os trabalhadores entrevistados marcam a *vinda* de famílias através do *aliciamento direto* realizado pela fábrica.

O *tempo dos coronéis* é assim um modelo consciente que os trabalhadores têm do período e que remete a um sistema de dominação cujos diversos elementos só estão presentes a partir dos anos 30. Exemplo desses elementos são: aliciamento direto de famílias de trabalhadores, a presença de uma vila operária da dimensão de uma cidade, a produção de alimentos em áreas próximas para o abastecimento da feira, e a personalização das relações de dominação na figura dos *coronéis*. O *tempo dos coronéis* abarca portanto na memória dos trabalhadores aposentados o período que vai dos anos 30 até o final dos anos 40, período de grande expansão da fábrica têxtil e cuja característica marcante para os informantes são o *aliciamento* de famílias de trabalhadores do *interior* e a grande oferta de emprego. A fábrica, segundo os trabalhadores, teria chegado a possuir 20 000 operários nos anos 40, contando com os *fichados* e os da *gerência externa*, da *folha amarela*.¹²

A abundância de empregos e a *vinda* de produtores diretos do *interior* fazem parte, na percepção dos trabalhadores, de um mundo em que as relações entre patrões e operários funcionavam a partir de relações de poder tão fortalecidas que permitiam algumas compensações como o “trabalho para todos”, a

garantia do emprego, a possibilidade do acesso direto dos operários aos *coronéis* — compensações excluídas do presente.

A percepção de Paulista como propriedade dos Lundgren é ampliada por sua presença pessoal no cotidiano da vila deixando claro que as práticas desenvolvidas partiam da vontade e da decisão dos *coronéis*:

“A companhia procurava gente mais pelo interior, sabe? Lugar de preferência era lá mesmo. Eu acho que eles [os coronéis] achavam que era mais trabalhador, né. O pessoal do interior é acostumado a um trabalho mais duro, a vida deles é mais sacrificada”. (Operária aposentada que veio para Paulista por iniciativa familiar própria e cuja família era de pescadores).

“Naquela época, as coisas eram baratas e aqui tinha muita liberdade, muita liberdade, tanto na fábrica como facilidade de alguma coisa, né? De fruta, pescaria no rio, na maré, quando a maré 'tava baixa. E a pessoa procurava completar se defendendo por fora com alguma coisa para aumentar o salário. Ela [a CTP] dizia que o operário tinha muitos benefícios, tinha lenha no mato, uma coisa e outra, buscava fruta no mato. E houve tempo também quando a fábrica foi aumentando, ele [o Coronel Frederico] tratou de procurar gente de fora, do interior, né. Porque realmente não tinha muitos conhecimentos das leis, de nada, né? Um povo atrasado porque vinha de longe e, chegava aqui, se assujeitava a tudo, né.” (Operário aposentado e que começou a trabalhar em Paulista em 1923).

A vinda de famílias do interior através do *aliciamento direto* constitui, portanto, parte do *tempo dos coronéis*, parte de um passado que é valorizado pelos trabalhadores em sua relação com o presente. Um outro lado deste *aliciamento* é a forma jocosa, com que, às vezes, é expresso pela memória dos trabalhadores, sobretudo na representação que fazem da ingenuidade das famílias que vêm do interior.

“Os agentes deles [dos coronéis] iam pelo interior, sabendo que aquelas famílias pobre e tal, que precisavam ganhar dinheiro, tendo família numerosa. Ai juntavam uma, duas, três e tal, quatro famílias, juntava ali e eles queriam vir. Botavam num ônibus, cheinho que era uma beleza, trazia para aqui.” (Operário aposentado, atualmente motorista de táxi, que chegou em Paulista em 1930).

As famílias que vieram através do *aliciamento familiar* são representadas como ingênuas e ludibriadas pelos *agentes* que diziam que “em Paulista tinha montanhas de cuscuz e chafariz de leite”. Referências semelhantes, versões análogas e jocosas fazem parte de um anedotário que os moradores de Paulista oferecem espontaneamente às pessoas que se aproximam para saber algo da cidade. No entanto, meu interesse aqui reside no que está por trás

deste anedotário: uma visão do “povo do interior” como ingênuo e passível de ser mais subordinado que os trabalhadores locais pelo desconhecimento do trabalho fabril e da própria realidade de Paulista.

O *interior* é uma categoria genérica que se refere aos mais diversos lugares de origem. Além da conotação de área distante, é também um local onde as pessoas são pobres e vivem ameaçadas em suas condições de sobrevivência. Mas um lugar de onde as pessoas só saíam por se encontrarem envolvidas em alguma crise, e pelo poder de sedução e engano dos *agentes*. Ainda assim, “o povo do interior”, mesmo ingênuo e passível de engano, muitas vezes prefere voltar para seu *interior*, não se adaptando em Paulista:

“É esse pessoal lá em cima, acostumado com leite, cuscuz, com toda a comida sertaneja, quando chovia ia simhora tudinho.” (Operário que chegou em Paulista em 1927)

O *interior*, como categoria que expressa simultaneamente pobreza e fatura, expressa também a vida material das pessoas que sobrevivem da agricultura: uma área rural que se opõe enquanto lugar à fábrica. Em Paulista, apesar da “liberdade” possível, como diz o informante antes citado, permitindo a utilização de recursos naturais como a pesca no rio e na maré, não oferece a fatura de “leite e cuscuz”, própria de seus lugares de origem. Isso fica claro a partir do momento em que vários trabalhadores retornam ao *interior* quando a seca termina.

Por outro lado, no contexto da *vinda* para Paulista, em que a pobreza das famílias *aliciadas* é enfatizada, o *interior* é um lugar inferior em termos de sobrevivência em comparação com a cidade. Paulista seria, neste caso, a solução para a crise pela qual passam as famílias “numerosas e pobres”; estas famílias estariam, a partir das crises particulares por que passaram, e das circunstâncias da *vinda*, por assim dizer, ascendendo socialmente.

As próprias famílias que vieram para Paulista através do *aliciamento direto*, pela mediação dos *agentes*, se referem aos lugares de onde se originaram como o *interior*, e a possibilidade do trabalho para as moças que a fábrica têxtil oferece sempre é mencionada como um elemento favorável e valorizado na mudança.

A procura de *famílias pobres e numerosas no interior* com a utilização de *agentes* se relaciona com a expansão da fábrica face à conquista de mercados, em particular a faixa do mercado popular no Brasil — as famosas chitas “marca olho” das Lojas Paulistas, no norte, e Casas Pernambucanas, no sul, ambas vinculadas à CTP.

Paulista poderia ser classificada como uma “comunidade industrial”, ou conforme a vê Leite Lopes, como um sistema, o “sistema Paulista”, em que o mundo do trabalho e o mundo da família, apesar de se constituírem em esferas autônomas, aproximam-se de forma não típica dos moldes do capitalismo

industrial em que casa e trabalho são espaços diferenciados, e em que somente a reprodução mais restrita ao nível da venda da força de trabalho está na dependência direta do capitalista. No caso de Paulista, a fábrica monopoliza não só o trabalho dos membros familiares como a sua moradia. Forma-se assim uma "comunidade industrial" em que os trabalhadores que se ombreiam na fábrica são vizinhos, parentes e amigos na vila operária. O mundo da fábrica com vila operária aponta para uma situação em que os proprietários, donos desta "comunidade industrial", são também os juízes que não só ditam as regras de convivência social como também punem os que se afastam das regras estabelecidas. O tempo dos coronéis também é o tempo da existência de um corpo particular de vigias com os quais os coronéis garantem, no limite, o funcionamento deste sistema. Em várias entrevistas os trabalhadores se referem aos vigias da companhia, seja por "surras" dadas em supostos "desordeiros" ou sindicalistas, seja pelo impedimento concreto à venda dos produtos de camponeses moradores dos engenhos de propriedade da companhia, situados em áreas próximas às unidades fabris. Os vigias controlavam as fronteiras da comunidade para que os camponeses dos engenhos do "Coronel Frederico não vendessem fora da feira de Paulista".

A "comunidade industrial", cujas regras de convivência implicam em relações sociais com a presença personalizada dos donos, ao lado de uma forte rede de relações de amizade e parentesco, seja no trabalho, seja na vila operária, estende-se ao abastecimento de alimentos e à utilização de uma força policial própria. Seus donos, ao monopolizarem a produção agrícola dos moradores dos engenhos, canalizando sua distribuição exclusivamente na feira de Paulista, organizam o consumo de seus trabalhadores e controlam os preços dos produtos. Este controle dos preços é valorizado pelos trabalhadores, indo ao encontro de uma "economia moral" (Thompson, 1979) legitimando a forma de dominação que propicia a fartura de alimentos a baixos preços.

O fim desse passado, do tempo dos coronéis, muitas vezes é atribuído à morte do Coronel Frederico no final dos anos 40: ele é apresentado pelos trabalhadores, que com ele conviveram, como mais próximo aos operários do que os outros irmãos, chegando a freqüentar inclusive festas locais, muitas das quais eram por ele mesmo promovidas (Leite Lopes, 1985). Inúmeros casos são contados em que o Coronel Frederico intervém pessoalmente para manter um operário na fábrica contra a decisão de algum chefe; em vários destes casos o trabalhador o procura pessoalmente, pedindo sua mediação. Não é à toa, assim, que dentre as situações em que a ação dos coronéis é mencionada, o Coronel Frederico seja sempre individualizado e destacado dentre os irmãos.

Estamos aqui em presença de um talento particular no uso das técnicas próprias aos modos de dominação caracterizados por Weber (1969) como tradicionais, e cujos efeitos são tanto mais eficazes quanto irrompem paralelamente às características do modo de dominação próprio à grande indústria (Marx, 1983). Em contraste com a opressão do poder difuso da hierarquia no

interior da fábrica, assim como da materialização deste poder na própria disposição espacial dos arruados da vila operária, mecanismos próprios às “disciplinas” (Foucault, 1975), aparece paralelamente esse poder visível, ostentatório e personalizado do patrão em forma humana.

A construção da monumental *casa grande* dos patrões, de um aspecto nórdico singular dentre a arquitetura das casas grandes nordestinas, é uma presença cotidiana na vida dos trabalhadores (Gilberto Freyre, 1933) A presença do *coronel*, sempre sentida pelos trabalhadores, não se dá porém fisicamente de maneira cotidiana. Existem os negócios, as viagens, o consumo e o *hobby* de ostentação patronal. No entanto, essa presença física é multiplicada por uma teatralização da dominação (Thompson, 1976 e Leite Lopes, 1985) exercida nas ocasiões importantes, cruciais às condições de existência dos trabalhadores. Ela se dá no pedido de emprego ou no pedido de revogação de ordem de demissão dada por chefe intermediário, no ritual de introdução no mundo da fábrica pelas famílias *aliciadas* e no controle de preços na feira efetuado pessoalmente de forma eventual. Essa teatralização fixa a presença pessoal e cotidiana de uma figura nem todo dia fisicamente presente no “laboratório secreto” (Marx, 1983). Há aqui um talento particular nesse investimento renovado na construção personalizada da dominação que caracteriza as “formas elementares da dominação” (Bourdieu, 1976). Com isto não se pretende dizer que estejam ausentes entre os operários nem uma “linguagem e práticas de tipo familiar” (Perrot, 1979), nem uma concepção do que deve ser, para os patrões, a família operária. O que não existe são as práticas de tipo familiar *entre* patrões e operários, ficando também impossibilitada a associação dos operários à história da família patronal, via festas de casamento e outros eventos familiares dos patrões. Alguma associação deste tipo existe, no entanto; tal é o caso da construção de um jardim zoológico e um parque no interior dos jardins da *casa grande*, acessível aos operários e suas famílias — há uma foto desse jardim zoológico no verbete *Paulista* da *Enciclopédia Brasileira de Municípios*. Os patrões se valem de uma moral familiar para maior eficácia na formação, estabilidade e disciplina dos operários, moral esta que em casos-limites pode ser acionada para mandar casar; entretanto, eles próprios, os *coronéis*, raramente se casam. Estou insistindo nesse ponto particular das idiosincrasias patronais pois pode estar em jogo aqui um limite à solidez dessa construção da família operária, pelo menos do lado da contribuição patronal, construção esta que pode pôr em xeque a centralidade de um modelo de família e de uma moral familiar para essa forma de dominação particular que é o “sistema Paulista”.

Segundo vários relatos, o poder de mandar casar os trabalhadores parece não ser contraditório com a raridade de casamentos dos *coronéis*.

“Operário na rua com mulher, depois de meia-noite, mandava casar. Isto prova o respeito pela família. Ele [o Coronel Frederico] podia manter

várias mulheres, assim como Salomão da Bíblia, não havia escândalo. Cada rico tem o seu capricho”.

O operário que fez o depoimento acima lutou contra a CTP para que esta cumprisse o que ele chama “os direitos que as leis garantem ao trabalhador” e apesar de se considerar um opositor aos Lundgren desde quando chegou a Paulista em 1931, resguarda o lado do que ele chama “o respeito pela família”. Ao narrar sua chegada, o informante demonstra sua discordância com uma série de prerrogativas patronais, ao mesmo tempo em que elogia o fato de lá existir o “respeito à família” apesar da fama oposta que corria pelo interior sobre o comportamento dos coronéis.

Vejam a descrição retrospectiva da chegada desse operário da seção de acabamento da fábrica — que posteriormente destacou-se como líder sindical, prefeito e político — e de sua avaliação inicial de Paulista, inclusive de sua vida familiar:

“Cheguei em Paulista, vindo da cidade de Guarabira, no dia 3 de janeiro de 1931. Fui botar os pés lá, pela primeira vez, às 5 horas da tarde. (...) Então, cheguei aqui a 3 de fevereiro, estranhei. Vim de uma cidade que tinha um clube, uma cidade livre, uma cidade de estudantes, de banda de música, que cada um tinha a sua pequena propriedade, sua casa. Tudo que eu perguntava, uma casa: “De quem é?” “Da Companhia!” Um trem, uma carroça, “é da Companhia”. Ninguém tinha nada! Tudo era da Companhia de Tecidos Paulista. (...) Eram doze mil e quinhentos trabalhadores, não tinha médico, não tinha dentista, não tinha nenhuma assistência social. Eles se associavam com esse coronelismo do Nordeste brasileiro, de ser senhor do barão e do cutelo: casar, batizar, era o juiz, era o delegado, era o promotor, era o cabo. Sabíamos nós, e todos sabem que eles tinham 743 homens que usavam o título de vigias. Para vigiar os 241 quilômetros quadrados de terreno do município, que todos pertenciam à família Lundgren. Então bastava uma ordem, um piscar de olho, para que um desses homens exterminasse qualquer um que não lhe cheirasse bem, ou não rezasse por sua cartilha. A Companhia de Tecidos Paulista era a única que oferecia emprego no Nordeste. Então ela mandava os agentes ao interior do Estado da Paraíba e de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, à cata de famílias. Famílias pra trabalhar como aprendiz de tecelagem. E de preferência esses agentes só traziam famílias de 5, 6 moças, porque eles justamente, como o salário era ínfimo e miserável, faminto mesmo ou famélico, justamente botavam uma família grande numa casa só, porque todos em conjunto com esse pouco dinheiro, se alimentavam, uma espécie de uma coletividade, de um mutirão né, pois bem era assim. (...) Eu tinha cinco irmãs moças, e eu trabalhava numa padaria, uma mercearia de um tio meu, na cidade de Guarabira, e tive notícia que a minha família [o pai já havia morrido] tinha sido transferida

do município de Areias e estava na cidade de Paulista. Então eu escrevi uma carta para a velha minha mãe que não mais me procurasse, que eu tinha pavor do nome de Paulista, pela fama. E, não é verdade, faça-se justiça, que eles (os coronéis) eram conquistadores das moças e menores. E que mandavam buscar pra deflorar; não é verdade, eles não faziam isto, essa justiça eu faço a eles. Eles mandavam buscar pra trabalhar na fábrica, e não com aquela intenção, ou aquela fama que eles tinham por todo o Nordeste brasileiro. A velha adoeceu, mandou me chamar, que tivesse com ela com vida, aí então, tratando de minha mãe, eu vim embora e ingressei dentro da fábrica no dia 24 de fevereiro de 1931. Rapazinho do comércio, cidade de clubes, estranhei profundamente a falta de assistência, sem bebedouros, sem refeitório”.

Ora, a preocupação do informante em resguardar “o respeito à família” que existia por parte dos *coronéis* não vem somente do fato de querer resguardar a sua moral familiar — afinal ele tinha seis irmãs operárias na fábrica — mas faz parte da percepção de uma certa ordem existente no comportamento dos *coronéis* que tinham várias mulheres entre suas operárias. Essa ordem está contida no que o operário chama de *capricho dos ricos*. Tal *capricho*, por outro lado, é do domínio público, sendo até mesmo noticiado na imprensa de oposição da primeira metade dos anos 30.

Para os trabalhadores entrevistados, o *capricho dos coronéis* é visto com certa admiração jocosa, os trabalhadores não parecem formular uma condenação moral aos Lundgren. O caráter machista contido nesta admiração, por outro lado, não contempla adequadamente, a meu ver, todo o significado aí contido. Na realidade, o que percebo por trás do que os informantes dizem sobre a vida amorosa de seus patrões é uma aprovação pelo respeito a certas regras que orientam tais uniões: ilegítimas do ponto de vista moral e da própria lei; legítimas, no entanto, segundo as regras que as organizam.

A própria ênfase dada pela fábrica à mão-de-obra *familiar* é vista pelos trabalhadores como um sinal de “respeito à família”, e além disso também como parte da relação social que aproxima as esferas da família e do trabalho. A “comunidade industrial” formada em Paulista — em que os laços familiares são reforçados por uma política da própria indústria — se por um lado aponta para uma relação de dominação na qual a família é usada estrategicamente na domesticação da força de trabalho, aponta também para uma certa legitimidade que os trabalhadores atribuem a esta forma de dominação. Os dominados, apesar de viverem numa relação social despótica em que a vontade dos donos é a instância de decisão incontestável, legitimam nesta relação a importância da família e as oportunidades de trabalho para seus componentes e conseqüentemente a proteção e as obrigações que daí decorrem.

Os filhos das uniões dos *coronéis* com operárias, por eles assumidos, são também mantidos e protegidos junto com suas mães, através da garantia da moradia e da alimentação, que, segundo os trabalhadores, “eles (os *coronéis*)

faziam questão de dar". Esse *capricho* é matéria de polêmica entre os escritores Joaquim Pimenta e Souza Barros.

Um lado importante do *capricho dos coronéis*, e que se adiciona às regras do "respeito à família" é a condição celibatária desses *coronéis*. As avaliações feitas pelos trabalhadores sobre seu comportamento estão dentro de um quadro de referência em que a questão da honra se coloca. Pitt-Rivers em seu trabalho sobre a honra na Andaluzia chama a atenção para a diferença das avaliações de questões que envolvem esse tema, as quais dependem da situação social do grupo que avalia e dos indivíduos que são avaliados. Assim, a honra de um "homem rico" passará por outros critérios por parte dos "comuns" que o avaliam, diferentes daqueles, pelos quais os "comuns" serão julgados pelos seus pares.¹³

A proteção, quando exercida entre as classes, adquire um caráter diferente daquele que teria dentro de uma mesma classe. Um homem que recebe ordens e proteção de um outro homem que tem "de direito autoridade sobre os outros" não é um homem "afrontado"; tal aspecto é crucial para se entender como funciona a honra nas relações sociais hierárquicas segundo o autor. Desta forma, "receber proteção de quem não se reconhece como superior é humilhante, mas, no momento em que se aceita esta proteção, está se admitindo de forma implícita esta superioridade". Pitt-Rivers mostra que a proteção recebida, por outro lado, implica em prestação de algum serviço como forma de retribuição. Proteção e serviço são "laços recíprocos de um único sistema que se chama patronagem" (p. 43).

O sistema de patronagem permite que o *patrão*, ao distribuir bens, serviços e proteção a seus *clientes*, exija em troca a contrapartida do que foi distribuído. Evidentemente, num sistema desses, as relações são fortemente personalizadas e este aspecto é que me parece particularmente importante no caso de Paulista.

É a proteção dada pelos *coronéis* às suas *mulheres* e aos seus filhos que é enfatizada e valorizada pelos trabalhadores: eles estão vendo de forma semelhante aos andalúzios o cumprimento das obrigações envolvido na proteção, em um sistema de patronagem. Os trabalhadores reconhecem que os *ricos* e, no caso, os *coronéis*, detêm o poder de dar e distribuir bens e proteção.

O fato dos *coronéis* serem celibatários (ou viúvo, no caso do Coronel Frederico), faz com que, segundo as regras do *direito local*, nenhuma *mulher* seja vista como menos legítima na medida em que todas são classificadas como "mulher do coronel", não havendo portanto uma hierarquia entre os filhos *legítimos* e *ilegítimos*.

Os *coronéis*, segundo os trabalhadores:

"(...) mandavam feira, davam casa, ó xente! Ser mulher de coronel era muito bom... Não eram largadas na rua... Essa bondade eles tinham... E quan-

do não queriam mais, eles mandavam casar, ajeitavam a vida. Não ficavam na rua, como acontece com muitas."

Sendo o tema das relações sexuais ilícitas extremamente difícil de ser abordado por fazer parte de uma área das relações sociais permeada de muita ambigüidade, não me é possível dar conta de forma exaustiva de todas as implicações, para estes trabalhadores, daquilo que eles próprios classificam como o *capricho dos ricos*. Estou querendo chamar atenção para a existência de dois tipos de moral familiar: a dos patrões e a dos trabalhadores, que, sendo diferentes, obedecem a critérios de avaliação diversos. Os *coronéis*, ao terem várias *mulheres*, exercem, na realidade, um poder de distribuição de proteção, e em razão deste poder, que se coloca como igual para todas, não são obrigados a abandonar uma família para constituir outra. Um trabalhador, não detendo o mesmo poder, quando transgredir as regras da moral familiar e tem "outra família", é censurado pelo grupo e corre sério risco de ter como consequência a perda de sua honra e da família que abandonou. Segundo os trabalhadores, o chefe de família tem que estar presente e "dirigir sua casa", porque ele é "a cumeeira da casa".

Ao praticarem "este capricho", "como Salomão", os *coronéis* podem até, porque têm poder para tal, restabelecer as regras da moral dos trabalhadores, refazendo um equilíbrio perdido para as famílias que tiveram alguma filha atingida por seu *capricho*.

Por outro lado, este *capricho de rico* particular dos Lundgren, aparentemente irrelevante enquanto idiosincrasia lateral de uma forma de dominação mais geral, é, para os trabalhadores, um elemento importante de identidade do patronato e da forma de dominação a que estão submetidos. De uma certa maneira, este *capricho* compõe um conjunto de outros *caprichos* — como o gosto patronal pelo turfe, com criação própria de cavalos de corrida; a criação de galos de briga; o estímulo a atividades carnavalescas e a festividades locais — que identificam o patrão com posição de sucesso; sucesso este que de certa forma se estende para a localidade e seus habitantes. Tais particularidades, de fortes conotações simbólicas, tornam-se aos olhos dos trabalhadores como que indissociáveis de seus negócios no ramo têxtil.¹⁴

Da idealização do tempo dos coronéis ao presente

A fábrica de tecidos Paulista, ao recrutar sua força de trabalho no *interior*, arcava com as despesas necessárias, garantindo o transporte e a hospedagem provisória em Paulista. As famílias eram assim alocadas em prédio a que os trabalhadores se referem como o *depósito* ou *chalé 2*. Ali as famílias eram *depositadas*, e permaneciam até que todos ou alguns de seus componentes fos-

sem empregados no trabalho fabril. Recebiam então uma casa e passavam a sobreviver com o salário de seus membros trabalhadores.

Paulista do *tempo dos coronéis* é representada pelos trabalhadores de uma forma positiva, ainda que os mesmos apontem para as dificuldades que viviam e conseqüentemente para o tipo de dominação a que estavam submetidos. Tal dominação supunha contrapartidas dos patrões, valorizadas pelos trabalhadores, como também, por outro lado, uma série de violências, que, por sinal, não são tão freqüentemente enfatizadas quanto os aspectos vividos como positivos.

A maneira idealizada de representar o *tempo dos coronéis* tem como referência o presente. As relações sociais daquele *tempo* surgem de forma idealizada no discurso dos trabalhadores. A versão dos trabalhadores sobre as relações sociais existentes entre os *coronéis* e seus operários revela uma realidade histórica vivida por eles e interiorizada que, no tempo presente, explicita uma "história incorporada" (Bourdieu, 1980), simultaneamente história de vida e história de seu grupo social. Pode-se dizer que, como uma versão, ela revela parcialmente a realidade que está sendo idealizada, mas pode-se também dizer que está implícito na idealização do *tempo dos coronéis* a consciência da perda de uma relação social personalizada, de um tipo de dominação paternalista, e de todos os benefícios que ela implicava. Implícito está também o significado desta perda em termos de segurança que eles lamentam não existir no presente. Neste sentido é que os conflitos existentes no *passado* são apresentados de forma relativizada, principalmente quando a referência ao *presente* se coloca de maneira explícita. O contexto do *presente* em que se fala do passado é o contexto do desemprego e de dificuldades de sobrevivência, em que a garantia do emprego futuro para os filhos não é mais possível como o era no *tempo dos coronéis*. O salário destes trabalhadores *aposentados* é considerado insuficiente para a reprodução do grupo familiar; e as dificuldades de emprego decorrentes da modernização da fábrica, que diminuiu massivamente o número de seus trabalhadores, bem como as crises sucessivas da indústria têxtil fazem estes trabalhadores perceberem o *passado* como um momento de suas vidas em que, apesar de todas as dificuldades, existiam certas garantias para a família.¹⁵

O *passado* é bom porque, "no tempo do Coronel Frederico, todo mundo trabalhava". Nesta perspectiva, a *vinda* para a fábrica é vista como uma opção positiva, porque além da garantia da hospedagem provisória, com alimentação gratuita, Paulista significava trabalho para todos e conseqüentemente a garantia de sobrevivência.

Os trabalhadores, por outro lado, minimizam o baixo salário recebido, constitutivo do "sistema Paulista", na medida em que se fundamentava na possibilidade de trabalho para todos. Tal compressão salarial era funcional à fábrica, que, ao deter toda a força de trabalho da família dependente do trabalho fabril e das contrapartidas daí decorrentes, podia manter seus operários

disciplinados e subordinados, tanto individualmente, como pressupõe o trabalhador livre do capitalismo, quanto em conjunto como totalidade da força de trabalho potencial da família. Os baixos salários de todos os trabalhadores da família somados possibilitavam a sobrevivência, ainda que precária, do grupo familiar. A este somatório de salários individuais os trabalhadores chamam o *salário da família*, em que o nível mínimo de subsistência social depende do número de membros aptos para o trabalho fabril (neste sentido é que se pode entender o significado da categoria *família numerosa*).

A ligação entre trabalho e casa, como parte de uma mesma relação, aliada às diversas situações de dependência daí decorrentes, estimula as próprias famílias no sentido do aproveitamento máximo da força de trabalho dos seus componentes. A fábrica, ao utilizar a estratégia da vinda de *famílias numerosas*, contribui para a produção de uma percepção que leva os trabalhadores a relativizar os baixos salários, porque a soma do salário de todos permitiria a sobrevivência da família e a obtenção de uma casa maior (a maior quantidade de quartos da casa concedida está condicionada a um maior número de trabalhadores).

"A companhia sempre foi um pouco vaidosa. Já apresentava um grande número de operários, né. Fazia o salário família. Naquele tempo era diferente do nosso tempo, de hoje: fazer um salário de criar família, eram quatro pessoas que trabalhavam. Não era um só que ganhava aquele salário não, não pagava só ao chefe, pagava ao chefe e a dois, três filhos." (Operário aposentado que chegou a Paulista nos anos 20)

Se o "trabalho para todos" e o *salário da família* são, em comparação com o *presente* ameaçado pelo desemprego, fortes elementos de uma "idealização do passado", as avaliações dos trabalhadores sobre as qualidades comparativas da vida no *interior* e da vida no mundo da fábrica atenuam implicitamente aquela idealização.

Para os trabalhadores a *companhia* tinha interesse no aliciamento de famílias do *interior* porque:

"(...) não tinham muitos conhecimentos das leis, de nada, né. Um povo atrasado, porque vinha de longe e chegava aqui e se assujeitava a tudo. (...) A companhia procurava gente mais pelos interior, sabe? Eu acho que eles achavam que era mais trabalhador, né? O pessoal do interior é acostumado a um trabalho mais duro, a vida deles é mais sacrificada." (Operária que veio para Paulista em 1934, da zona praieira)

"A companhia ia buscar de ônibus e trazia o trabalhador pra cá. Tinha o Chalé 2 (ou depósito) ali. O camarada passava três dias ali, mais ou menos. Ia para o Coronel, trazia para examinar e ele examinava. Aí mandava trabalhar. Trabalhava todo o mundo naquela época, né. Lá em casa, eram sete pes-

soas e trabalhava todo o mundo.” (Operário que veio aliciado pela companhia com toda a sua família em 1944)

“O dono da fábrica, dessa aqui, ele tinha uma virtude com ele. Porque ele mandava apanhar, buscar gente no interior mas empregava tudinho. Esse pessoal, naturalmente que era apanhado lá pelo interior, né. A vida não era boa, claro que não era. Chegava aqui, ele empregava do pai ao menor. Os menores, eles botavam como contínuo. Os pais, sem profissão, sem nada, é lógico que não tinham, porque no interior não tinha fábrica, então ele dava outro serviço. Contudo que todos trabalhavam. O salário era pouco, naquela época não existia nenhum salário taxativo, quer dizer, salário mínimo. Então existia a renda da família que dava para sobrevivência deles, assim aconteceu comigo também.” (Operário que veio com a família em 1934)

Para os trabalhadores, o *interior* é abandonado por não permitir que eles e suas famílias vivessem segundo um “fartura” que seria típica da “vida do sertão”. Assim, ao viverem a perda das possibilidades costumeiras de sobrevivência, a Paulista do *tempo dos coronéis* se torna uma opção, em função da total impossibilidade para esses trabalhadores de sua reprodução nos locais de origem.

Eles e suas famílias não teriam vindo para Paulista se as possibilidades de reprodução no *interior* se colocassem em termos da tradição, expressa também na possibilidade de manter a alimentação habitual e culturalmente valorizada. Isso me parece claro quando eles opõem o *interior* sem “fartura” à “fartura” de Paulista — lugar em que, apesar das duras condições de trabalho (baixos salários, longas jornadas de trabalho, trabalho noturno), “todos trabalham e a vida é barata”.

O *interior* aparece com sinal negativo em função da crise que as famílias estariam vivendo, mas tem sinal positivo em função de ser um “lugar de gente trabalhadora, acostumada a dar duro”, Paulista reeditaria assim uma fartura perdida no *interior*.

O trabalho industrial, se muitas vezes parece ser valorizado em função de permitir o aprendizado de uma profissão, é também denunciado como maléfico à saúde da *gente do interior* “acostumada a respirar um ar mais puro (...) jogada dentro da fábrica, aí adoece tudinho e até morre”. Os trabalhadores, assim, ao indicarem “o sofrimento da gente do interior dentro da fábrica” revelam as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos. O trabalho industrial significava para eles um desgaste com prejuízo à sua reprodução física.

A “gente do interior” que vem para Paulista é vista ainda pelos trabalhadores como mais doces porque “não conhecem as leis”.¹⁶

O “sistema Paulista”, através da dominação exercida pelos *coronéis*, possuía suas leis e regras próprias. As famílias do *interior* ao chegarem a Paulista são iniciadas nas regras deste sistema e para isto concretamente é que existe o *depósito*, onde ficam até que obtenham trabalho e moradia. Mais do

que solucionar o problema logístico do abrigo, o *depósito* propicia o ritual de agregação ao mundo da fábrica. Antes de saírem para suas casas, as famílias são apresentadas a um dos *coronéis* que pessoalmente escolhe o tipo de emprego e concede ou não a possibilidade de cada família fazer parte da comunidade industrial. Vários depoimentos indicam que nem sempre as famílias eram aceitas pelos *coronéis*; muitas vezes, após examinarem as mãos de seus componentes, decretavam que uma determinada família não era adequada ao trabalho.

Ao enfatizarem a docilidade das famílias do *interior* que se “sujeitam a tudo”, os trabalhadores estão também enfatizando o fato da *companhia* receber e lhes dar uma profissão. A *companhia do tempo dos coronéis* é vista como uma “escola”. Tal característica ainda era mantida até o momento em que o trabalho de campo foi realizado, embora a fábrica lidasse com uma força de trabalho inteiramente diferente daquela dos anos 30 — seus trabalhadores atuais são filhos de ex-operários e tiveram uma experiência inteiramente diferente com a fábrica.

“No tempo do Coronel Frederico, este era um homem progressista, um homem de progresso, no tempo dele construía-se sem parar. Ele fez várias ruas, ele empregava todas as pessoas que podiam trabalhar em Paulista. E ainda mandava trazer gente do interior. Aleijado, tudo trabalhava, mulher, criança, tudo. O Coronel Frederico era uma pessoa muito boa. Agora, ele mesmo queria fazer a bondade dele, ele queria mudar. Naquele tempo era fácil encontrar trabalho na fábrica, não precisava de documentos, nem nada. Havia muita folga no trabalho e às vezes trabalhavam dez pessoas num lugar em que bastava uma. Mas isso porque as leis eram eles [os coronéis, os irmãos Lundgren]. Mas quando vieram as leis, aí é que começaram a exigir documentos e não admitir operário tão facilmente e começaram a cortar salários. O Coronel Frederico era bom, mas, ele queria fazer a bondade dele, ele queria dar e não queria que outro viesse e dissesse: ‘Dê isso a esse rapaz.’ Aí ele resistiu às leis evidentemente.” (Ex-contramestre e mestre de tecelagem)

As leis trabalhistas que começam a ser aplicadas em Paulista, com marchas e contramarchas desde os anos 30, marcam, segundo os trabalhadores, o surgimento de uma outra lei que não era a “lei dos *coronéis*”. E com a “chegada” dessas leis inicia-se a quebra das relações sociais do “sistema Paulista” que implica em um poder centralizador, em um só poder, que é o poder dos *coronéis*. Os *coronéis* se dão o direito, visto como legítimo pelos trabalhadores, apesar de condenarem os excessos, de formular as regras de convivência na comunidade industrial de Paulista. E contra as leis, que não as leis que formulam, vão lutar e conseguem durante muito tempo impedir que elas se implantem efetivamente.¹⁷

Para alguns trabalhadores, o fim da situação de pleno emprego e a eliminação da “bondade” do *coronel* vão se concretizar em função da chegada das *leis*. Reconhecem a impossibilidade a longo prazo, da convivência do poder exercido pelos *coronéis* com um outro poder que formula outras *leis*, as quais independem da “vontade e bondade” daqueles que são os seus patrões. As leis formuladas através de uma legislação a ser cumprida em todo o país, representam um outro poder, poder este que vem favorecer os trabalhadores através de sua organização sindical e que por isto mesmo se contrapõe ao domínio absoluto dos *coronéis*.

Ao admitirem o fato das famílias do *interior* estarem mais subordinadas do que as famílias que já se encontravam em Paulista, os trabalhadores permitem que o pesquisador entenda que a subordinação destas famílias do *interior* é a forma pela qual muitas vezes eles mesmos denunciam as condições de trabalho e de vida. Se Paulista do *tempo dos coronéis* é idealizada, por outro lado, ela é também mostrada em seus aspectos de exploração e de dilapidação da força de trabalho adulta e infantil. Mas se é relacionada ao *presente* — e é o que parece estar sempre sendo feito pelos trabalhadores ao falarem deste *passado* — aí as qualidades deste sistema são mostradas de forma “caricaturada”, “pura”, aos moldes dos tipos ideais weberianos (Palmeira, 1977), como se estivessem, implicitamente, denunciando as dificuldades de sobrevivência atuais.

Os trabalhadores vindos do *interior*, isto é, a maior parte dos entrevistados, sofreram eles próprios essa experiência, e, em seguida, assistiram ao processo de adaptação ao “sistema Paulista” de outras famílias: ao descreverem essa dupla experiência, eles estão falando de um processo de desenraizamento que sofreram, aguçado pelo fato de que a situação inicial dos primeiros anos de permanência na vila operária é o de maior subordinação. Essa dupla experiência, a de sua própria história de vida, e o espetáculo de sua reprodução no fluxo de novos trabalhadores recrutados, configura a visibilidade da experiência coletiva desse grupo social singular. No entanto, como essa vivência é dura, e há sempre uma pequena diferença ou particularidade entre a história de vida e a construção do estereótipo coletivo, muitos informantes escapam das situações trágicas ou tragicômicas dos primeiros contatos com o “sistema Paulista”, ilustrando tais situações com a experiência dos outros, não com a própria. Na qualidade de pesquisadora, procurei sempre valorizar a “experiência dos outros” (Geertz, 1985), essas anedotas e estereótipos, tais como o logro das famílias *aliciadas* pelos *agentes*, como significativas da situação de todo o grupo social, de toda a violência da perda social e cultural implicada na mudança do mundo camponês para as regras e formas de comportamento do mundo da fábrica.

A “idealização do passado” operada por este grupo social contribui para que as experiências negativas do “sistema Paulista”, particularmente as consideradas mais humilhantes, sejam ilustradas por outros subgrupos operários que não o do informante. Se por um lado elas são resgatadas como signifi-

vas de todo o grupo social, por outro, essa defesa por parte dos informantes consistindo na ilustração pelo outro nos aponta para as diferenças concretas existentes entre os subgrupos operários, o que é essencial para a dominação exercida pela *companhia*.

Os trabalhadores não diretamente *aliciados* se distinguem dos *aliciados*: vários depoimentos comparam, no *passado*, a situação de suas famílias com a daquelas a que assistiram chegando do *interior*; mencionam, também, o fato de que seus pais, operários qualificados, “um bom banqueiro” ou “uma boa tecelã”, podiam eventualmente procurar emprego em outras fábricas, principalmente a partir da década de 20 quando novas indústrias de tecido se implantam em Pernambuco. Nessas ocasiões, minimizam fatores impeditivos. Por exemplo: se algum membro arrumasse ocupação fora de Paulista, isto significava a perda do emprego de todos os trabalhadores daquela família. Era necessário que a família se mudasse junto com aquele indivíduo que logrou emprego em outra fábrica, principalmente se fosse um trabalhador considerado importante para a produção. Os trabalhadores se expressam da seguinte forma para aludir a esta mudança: “onde ia o pai, ia a mãe e o filho”. A volta do grupo familiar, no entanto, podia ocorrer se a *saída* não envolvesse grave conflito com as regras da disciplina da fábrica e da vila operária. Na maioria dos casos encontrados, as famílias retornaram posteriormente para a fábrica e os motivos que acarretaram a troca de emprego estavam ligados a brigas com contramestres e chefes. Tais brigas não eram consideradas uma grave falta disciplinar, que o excluísse para sempre do trabalho na *companhia*. Ao contrário, essas pequenas brigas eram supostas na própria rotatividade entre as seções das duas fábricas no “tempo do trabalho para todos”, sendo mesmo uma de suas peculiaridades. Elas faziam parte também da expressão cotidiana da “cultura fabril” dos operários, simultaneamente resistindo à adversidade das condições de trabalho e tornando-as indiretamente mais suportáveis — portanto mais funcionais a médio prazo para a própria eficácia da produção fabril. Sem o domínio da malícia da “cultura fabril”, nem das regras de convivência operária, os novos trabalhadores *aliciados*, ao contrário, sofriam no seu período inicial em Paulista.

Se os trabalhadores *aliciados* pela *companhia*, principalmente por aqueles trabalhadores que não o foram, são mostrados como os mais subordinados, os próprios trabalhadores que “foram buscados no interior pelos *agentes*” também se representam desta forma, ainda que muitas vezes procurem relativizar o fato de terem vindo sem “serem enganados pelos *agentes*”.

Muitos pensam como a ex-tecelã:

“A gente não foi enganado, mas muita gente achava que a companhia ia pagar a conta do leite, e que aqui tinha muita fartura. Lá onde eu morava [Vitória de Santo Antão] não sabia de nada, nunca tinha visto uma fábrica.”
(Ex-tecelã)

A compensação encontrada para esta entrada humilhante no mundo da fábrica seria a garantia do trabalho, da moradia e do aprendizado de uma profissão.

A suposta ingenuidade das famílias do *interior*, além de traduzir um desconhecimento do mundo da fábrica, aponta também para a valorização, por contraste, de sua situação posterior ao adquirir um saber, uma profissão. Esta aprendizagem, difundida entre as fábricas têxteis da época, é extremamente valorizada pelos trabalhadores que vêem como uma grande qualidade a fábrica ser “uma escola”. Mas, ao mesmo tempo em que a fábrica ensina uma profissão, ela, em si mesma, é um mundo de conhecimentos, que vão da produção ao morar na vila operária, uma escola das “disciplinas”. Na maioria dos relatos dos trabalhadores *aliciados*, são destacadas a moradia no *depósito* — como transitória e ilegítima — e a entrada na fábrica como um lugar assemelhado a “um inferno”, onde o barulho é ressaltado. Se morar no *depósito* é uma realidade transitória, esta significava o incio do conhecimento das regras a que deveriam se submeter juntamente com suas famílias. Tanto a passagem pelo *depósito* como a entrada na produção são vistas como momentos que causam estranheza e sofrimento. São narradas, através dessas duas situações, a forma traumática pela qual entraram no mundo de Paulista no *tempo dos coronéis* e as dificuldades de adaptação a este mundo

Além de criar as condições de uma proletarização conjunta de todo o grupo familiar, a *companhia* mantém e recria as condições para que ele se mantenha coeso no mundo da fábrica. Tais condições dizem respeito ao *salário da família* e ao aprendizado desde criança de uma profissão fabril. As condições de proletarização passam ainda pela materialização mesma, fora da fábrica, da reprodução da unidade doméstica. Isso se verifica, como já disse, através do controle administrativo dos preços da feira local, que permite que aquele pequeno somatório de salários da família se compatibilize com uma *fatura* recriada na feira de Paulista e através também de concessões anexas à moradia como o *roçado*, o terreno para criação ou a possibilidade da coleta de lenha. O vigor dessa forma de dominação pressupõe sua interiorização ativa — envolvendo resistência a certas diretrizes administrativas, assim como a pressão a limites pouco definidos das margens de concessão nas atividades autônomas anexas à moradia — e a auto-construção dessa família operária. A respeito desta auto-construção deve-se atentar também para a reinterpretação por parte dos trabalhadores das práticas de dominação patronais: a própria idiosincrasia patronal de incluir em sua vida privada um relacionamento particular com o lado feminino das famílias de trabalhadores, denominada pelos operários de *capricho dos ricos*, é analisada e reinterpretada de tal forma que, ao invés de colocar em xeque, por incoerência, a moral familiar — em que as relações sociais na fábrica e na vila operária se sustentam — ao contrário passa até a confirmá-la .

A “idealização do passado” pelos trabalhadores desvela a forma particular com que a dominação era por eles interiorizada — não somente para assegurar a extração da mais-valia, mas também como um sistema de redistribuição contendo reciprocidades entre os trabalhadores e os patrões. Paralelamente às características do modo de dominação próprio à grande indústria, irrompem, como já referi anteriormente, as técnicas particulares aos modos de dominação caracterizados por Weber como tradicionais. Ou seja, o trabalhador aposentado, ao lembrar-se do *tempo dos coronéis*, descreve o “sistema Paulista” em estado “puro”, opondo este sistema às dificuldades pelas quais passa atualmente e que mesmo com “muita luta” não consegue superar. No *tempo dos coronéis*, ao contrário, as pessoas idealmente “não precisavam lutar”: recebiam emprego e casa para toda a família, proteção em caso de doença ou morte e participavam de uma vida social com festas e esportes organizados ou mantidos pela *companhia*. Eram mal pagos, mas tinham o *salário da família*, resultado do emprego existente para todos, abundância esta que garantia não só o trabalho dos filhos como apresentava a perspectiva do emprego para os futuros membros da família que viessem a nascer. O “sistema Paulista” da mesma forma que possibilitou a proletarização conjunta de toda a família assegurou sua não dispersão. Tudo isto se configura como a contrapartida de um sistema de trocas em que uma forma de dominação traveste sua prática efetiva de exploração através do “dar e receber” — embora quem detinha visível e ostentatoriamente o controle do que deve ser dado e do que deve ser recebido sejam os *coronéis*. Os trabalhadores que atualmente idealizam esta forma de dominação não ignoram a violência da mesma; o que parecem nos querer dizer é que, ao idealizarem o passado, e em nome deste, denunciavam a “ilegitimidade das formas novas — mas não necessariamente mais suaves — de submissão aos patrões que, em muitos casos, são os de sempre” (Palmeira, 1977). É interessante notar que se essa interiorização da dominação se dá no *passado*, ela se reforça e se revigora no *presente* — e isso para ilegitimar por contraste uma nova forma de dominação. O grupo dominado — por diversos aspectos mais até que o grupo dominante, preocupado com suas novas maneiras de dominar — guarda e reconstrói essa forma legítima, tal como a recriam, de dominação do *passado*, como a sua própria identidade enquanto grupo social. E nesta identidade, o processo de construção da família — constituído por imposição, consentimento, conservação e reinvenção — ocupa um lugar central.

CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE RECRUTAMENTO FAMILIAR

A CTP e sua força de trabalho

A Companhia de Tecidos Paulista, fundada em 1892, passa para o controle acionário da família Lundgren em 1904, ocorrendo a partir de então uma grande expansão de sua parte industrial têxtil. Ao ser fundada, tem como objetivo a produção de tecidos e de açúcar, conforme consta no art. 2º de seus Estatutos, que também destaca a unidade da fábrica com vila operária.

"(...) os fins da Companhia consistem em explorar a indústria têxtil e a fabricação de açúcar, mantendo para isto as fábricas e aparelhos necessários ao desenvolvimento dessas indústrias, podendo também edificar em terrenos próprios e nas proximidades das fábricas, habitações para serem alugadas a operários e empregados da Companhia." (Estatuto da Companhia de Tecidos Paulista, artigo 2º — A Província)

Quando adquirida pelos Lundgren, a CTP possuía uma usina — a Timbó — e vários *engenhos*, segundo consta nos relatórios da *companhia* até o final da década de 20.

A Usina Timbó aparece nas informações dadas pelos trabalhadores também como uma unidade produtiva; no entanto, ela não funcionava como produtora de açúcar como as demais usinas de Pernambuco. No discurso dos trabalhadores, a Usina Timbó faz parte daquilo que chamam de "o capricho dos ricos", sendo sua produção essencialmente voltada para a alimentação dos cavalos do "Coronel Frederico".

Essa peculiaridade da Usina Timbó — de atender ao "capricho dos ricos", alimentando com melaço os cavalos de raça — também é reveladora da decadência da sua produção. Ofuscada pelo sucesso mesmo da fábrica têxtil, a usina — esse complexo agroindustrial que, como padrão geral, tem sob seu domínio extensas propriedades agrícolas onde além das plantações de cana são concedidos aos trabalhadores pedaços de terra para uma produção de subsis-

tência — utilizava-se cada vez mais de suas terras para uma produção de bens alimentares destinada ao mercado consumidor dos operários da fábrica têxtil através de uma só praça de mercado: a feira de Paulista. A presença dos *vigias* impedia que os agricultores buscassem outras praças de mercado a preços mais favoráveis. Os preços da feira de Paulista, controlados pela administração da CTP, possibilitavam a compatibilização dos baixos salários com a aquisição de uma cesta alimentar, cujo preço causa nostalgia quando lembrado nos dias presentes (Leite Lopes, 1985).

Essa circunvizinhança agrícola da fábrica têxtil tinha portanto sua importância para o funcionamento da fábrica. Não era assim de interesse da CTP recrutar sistematicamente sua força de trabalho operária de seus próprios engenhos. Ao contrário de outras indústrias que recrutam grande parte de seus operários da população de agricultores dos arredores — é o caso das usinas de açúcar (Leite Lopes, 1976), e de outras fábricas têxteis de Pernambuco mesmo (a de Goiana, a de Camaragibe, a de Ribeirão ou a de Escada, por exemplo), ou das fábricas têxteis de Mundo Novo e Sobrado em Minas Gerais (Brandão Lopes, 1964), ou das indústrias de outros países (como a indústria mineira de Carmaux, na França, Trespé, 1971) — a fábrica de Paulista interessava ter uma política de recrutamento de operários para além de sua área agrícola vizinha.

A presença, portanto, da Usina Timbó contígua à Fábrica Paulista, com a utilização autárquica de recursos agrícolas em benefício da fábrica, mostra essas duas características do mercado de trabalho próprio à CTP: a necessidade de recrutamento de uma força de trabalho operária longe de área agrícola próxima e a ostentação de um controle do conjunto da vida de seus trabalhadores, operários ou lavradores, materializada nesse grande corpo de *vigias* já referido. O recrutamento de mão-de-obra de famílias que vêm procurar trabalho em Paulista provenientes do *interior*, se transforma, a partir do final da década de 20 e até o início dos anos 50, numa política de *aliciamento direto* pela CTP, em vasta área de Pernambuco e da Paraíba, principalmente.

Estas duas fontes que reforçam a identidade do grupo¹ — memória social dos trabalhadores e os relatórios e outros documentos da CTP — permitem uma complementação recíproca esclarecendo elementos importantes do *passado*.² Assim, o critério usado para o corte temporal — *trinta*, por exemplo — foi fornecido pelas indicações dos trabalhadores ou aposentados, e não por um processo de dedução do marco político Revolução de 30; a partir daí se procurou nos jornais da época e outros documentos consequências do fato político nacional. Tais fatos políticos nacionais têm importância local, no entanto, o que procuro aqui apresentar é a história interna a esse grupo social de trabalhadores, que possui cortes temporais próprios. Os anos 30 estão assim associados principalmente aos atuais *aposentados* que, ao falarem do *passado*, testemunham o momento de sua chegada a Paulista, transmitindo

à pesquisadora experiências vividas juntamente com suas famílias. Tais experiências estão vinculadas à constituição de um mercado de trabalho peculiar à CTP, como indica a referência de todos os trabalhadores entrevistados, ao *aliciamento direto* de famílias.

Ao temporalizar a *vinda* concentrada de famílias a partir de 30 — como pareciam indicar informações preliminares dos trabalhadores — num primeiro momento considerei que ela se fazia exclusivamente através do *aliciamento familiar*. Isto porque a maioria dos entrevistados se referia predominantemente a essa forma de *vinda*, inclusive pelo fato de terem passado pelo *aliciamento familiar*. Os relatórios, por sua vez, se ocultavam o *aliciamento familiar*, por outro lado me ajudaram a relativizar este tipo de recrutamento da força de trabalho fabril. Pude perceber que a *companhia*, desde o início do século, conforme consta dos relatórios a partir da década de 10, contava com uma força de trabalho familiar “vinda dos sertões do interior” por “conta própria”, *vinda* esta que eu estou classificando de *auto-recrutamento familiar*.

Vou acompanhar a constituição deste mercado de trabalho peculiar a partir dessas duas fontes complementares, confrontando relatórios anuais da CTP com entrevistas dos trabalhadores, e me utilizando acessoriamente de jornais da época. Em alguns relatórios dos anos 20, como nos dos anos 10, consta a menção de trabalhadores, que vindos “do interior” em função de “secas”, constituíam força de trabalho fundamental e “barata”. Tanto estes relatórios como o artigo 2º dos Estatutos da CTP, já citado, registram a construção de casas “para operários e empregados”, havendo um aumento considerável do número de casas construídas nos anos 20 se comparado aos anos 10. O fato dos relatórios citados quase não conterem referências a famílias de trabalhadores (com exceção do de 1925) mas sim a trabalhadoras, não significa que não fossem famílias de trabalhadores que se mudavam em bloco para Paulista através da iniciativa de seu *chefe*. Alguns trabalhadores, os que sobraram da geração anterior a que entrou na fábrica nos anos 30 e 40, falam de sua incorporação a Paulista através da *vinda* de toda a família:

“Nasci em Brejo de Areia. Nasci lá. Eu vim de lá tão pequena que não me lembro mais. Trabalhei 35 anos no enrolador. Trabalhei na fábrica ainda pequena.” (Operária que chegou a Paulista com toda a família em 1910).

“Em 23 eu comecei a trabalhar aqui. Entrei como aprendiz na seção de banco (...) Em 23 já vinha gente do interior, mas pouca... (...) E houve tempo quando a fábrica foi aumentando, ele [o coronel] tratou de procurar gente de fora, do interior, né?”

A princípio, veio meu pai [ferreiro em Olinda], primeiro praqui, Ferreiro. Acabou o serviço por lá, veio trabalhar aqui. Aqui tinha o movimento não só da fábrica, mas de todo o material que precisava para a fábrica, né.

A própria companhia aqui tinha fabricação de tijolos, de telha, de cal, tudo que era necessário para o movimento daqui, para construção. Era tudo tirado daqui mesmo. De modo que as coisas eram mais baratas para a fábrica. Porque tinha tudo aqui. Então veio meu pai trabalhar em construção de tijolos, de telha. Depois a gente veio pra aqui e eu durante o tempo que era menino, não trabalhei aqui não. Trabalhei de pedreiro, quando tava com 23 anos de idade é que eu (trabalhei).” (O informante chegou em Paulista antes deste ano, época a que ele se refere como seu tempo de “menino”: provavelmente veio para Paulista com sua família na década de 10)

O relatório referente a 1918/19, publicado em 1919, menciona a construção de “cem casas confortáveis para operários”. Cabe notar que neste relatório há uma menção à seca que é registrada como “sem precedentes, começando a chover apenas em julho” que teria levado a “fábrica de açúcar a obter (somente) um pequeno lucro”. A seca é também em outros relatórios (os de 23/24/25) apresentada como a causa da *vinda* de trabalhadores. O relatório de 1923 lamenta que, devido “à pequena colheita de cana deixamos de aproveitar os ótimos preços em vigor”, o que por sua vez teria reduzido o fluxo para Paulista de famílias “dos sertões do interior”. Nesta época, não só o preço do açúcar é considerado lucrativo; há também uma valorização do algodão. E como não há seca, estes dois fatos aliados — ausência de seca e valorização do algodão — teriam servido, segundo a interpretação do relatório de 1924, para manter a mão-de-obra tradicional da Companhia de Tecidos Paulista em suas áreas de origem.

A questão da mão-de-obra que vem do *interior* está articulada com a disputa pelo mercado de tecidos intensificada no final dos anos 20 quando então já existiam várias fábricas em Pernambuco. Até 1923, os relatórios mencionam a concorrência da CTP com os produtos do “sul” (relatórios que vão de 1913 a meados dos anos 20), sem que se refiram à competição com as indústrias do Nordeste.³ Se a relação das indústrias do “norte” com as do “sul” aparece como uma relação em bloco é porque até o momento as outras indústrias da região ainda não representavam para a CTP uma ameaça. Até 1928, ela é a única fábrica do Nordeste a possuir uma estamperia; só no final da década, em 1929, é que o Grupo Othon instala uma estamperia em uma de suas fábricas em Pernambuco, enfrentando oposição por parte dos Lundgren.

A partir de 24, a relação da indústria têxtil do “norte” com a do “sul” aparece sob o viés da inferioridade da força de trabalho do “norte” diante da do “sul”. Tal diferença será explorada pela CTP principalmente por ocasião da implantação da legislação trabalhista; a CTP alega não poder pagar direitos a seus trabalhadores como as indústrias do “sul”, visto que o operário do Nordeste não teria a mesma produtividade que o do “sul” (Memorial da CTP ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho de 1/10/1938 contra as limitações às horas de trabalho e à importação de máquina. Ver também Leite Lopes, 1985).

A partir de 23, os relatórios, principalmente o de 23 e o de 24, falam explicitamente do que classifiquei como política de recrutamento de trabalhadores através do *auto-recrutamento familiar*.

O de 1924 mostra de forma eloqüente a dependência que tem a CTP de um fluxo constante de mão-de-obra proveniente das áreas rurais, tanto açucareiras quanto algodoeiras:

"O nosso lucro insignificante e até certo ponto desolador, pois na verdade não representa mais que uma simples fração dos dividendos que uma empresa, com a movimentação commercial da nossa, tem por obrigação obter, em obrigação aos seus esforços e em virtude dos capitães nella empregados, explica-se pelos factos que se seguem:

Em primeiro lugar as empresas industriaes dos Estados dos productores de generos altamente valorizados como o assucar e algodão têm forçosamente, em maior ou menor escala, de augmentar os salários dos seus operários e funcionários de accordo com o encarecimento da vida, que é a consequencia lógica da valorização acima mencionada. (...)

(...) Em terceiro lugar é preciso ter em vista que a Zona Norte do nosso Estado dependia, como ainda depende, em grande parte, da mão de obra sertaneja, e tendo esta escasseado em consequencia das grandes vantagens auferidas em virtude da alta dos preços do algodão, necessário se tornou conservar os operários existentes, o que só poudo ser realizado com augmento considerável dos salários anteriormente em vigor."

Como já observei anteriormente, estas informações denotam que neste momento a força de trabalho escasseia em função de já terem sido superadas as conseqüências da seca de 1919, quando então mais ainda teriam as famílias do *interior* acorrido a Paulista em busca de emprego. Naquele momento, no entanto, a força de trabalho "sertaneja" pode permanecer no "sertão" face à valorização do algodão e à ausência de secas. Mas, além disso, o relatório faz supor que as melhorias de remuneração dos produtores diretos, não somente nas áreas algodoeiras mas também nas áreas açucareiras próximas, pressionam a fábrica no sentido de aumentar o salário de seus operários. Com isto a força de trabalho da Companhia de Tecidos Paulista tem aumentado o seu valor e até mesmo faz reivindicações salariais e greves como indica o relatório de 1923.⁴ A massa de trabalhadores que costumeiramente procurava emprego na fábrica tem o seu fluxo diminuído, havendo inclusive ameaça de evasão; com isto aumenta o custo que a empresa tem que arcar com o pagamento do salário de seus trabalhadores.

Neste mesmo relatório de 1924, é novamente enfatizada a superioridade dos operários têxteis do "sul" em comparação com os do "norte", a propósito da mudança temporária nas condições de retenção da mão-de-obra em suas

áreas rurais de origem. Tal interrupção, aumentando os salários dos operários de Paulista, reflete-se no quadro da concorrência nacional da indústria têxtil.

"(...) é necessário ter em vista que a indústria têxtil, cujo maior desenvolvimento se verifica no Estado de São Paulo, onde a mão-de-obra aperfeiçoada rivaliza fortemente com as suas similares em outros estados, tem o franco auxílio e por assim dizer verdadeiras subvenções por parte do Estado que a torna competidora temível quando comparada com as suas congêneres do norte, onde infelizmente não conseguem um amparo semelhante. (...) é preciso notar que a indústria no nosso Estado, há anos passados estava em condições de competir com as suas congêneres nos outros estados em virtude do custo da produção, conseqüentemente da mão-de-obra barata até então existente em nosso Estado, enquanto que hoje em dia a mão-de-obra paga em certos Estados, como Sergipe, partes de Alagoas, etc., não chega a ser a terceira parte do que somos obrigados a pagar em virtude do aumento do custo de vida proveniente da alta considerável dos dois produtos que são as principais fontes da riqueza de Pernambuco."

No mesmo relatório, a conjuntura aparece desfavorável à CTP, inclusive no quadro estadual:

"este aumento [o aumento de salários devido ao 'encarecimento da vida', que é 'consequência da valorização do açúcar e algodão'] é muito mais accentuado na capital e nas suas circunvizinhanças do que no interior."

A CTP declara-se constringida, de um lado, pela retenção do fluxo de mão-de-obra do *interior* e mesmo pela evasão de sua força de trabalho recém-recrutada em direção às suas áreas rurais de origem e, de outro lado, pela possibilidade de atração de sua mão-de-obra mais qualificada pelas indústrias do Recife e circunvizinhanças. Tais inconvenientes se agravam com a fundação de novas fábricas têxteis em Pernambuco na segunda metade da década de 20. As novas fábricas aumentam a concorrência entre as empresas têxteis pela mão-de-obra.⁵

Estas são algumas das circunstâncias que antecedem a instituição pela *companhia*, a partir do final dos anos 20 e início dos anos 30, do *aliciamento direto* de famílias de trabalhadores através de *agentes* especializados. O relatório de 1925 sintetiza a situação da escassez de mão-de-obra, que revela o fato da importância para a fábrica de seus operários de origem rural:

"A mão-de-obra que antigamente era suprida em grande escala pelos sertões do interior, escasseou de maneira notável, resultando daí o aumento extraordinário hoje verificado no custo do trabalho braçal." (*Diário do Estado*, 29/03/1925)

Se o deslocamento de *famílias* não é mencionado de forma explícita pelos relatórios até 1925, a chegada de famílias de trabalhadores do *interior* está de certa forma implícita, como já vimos, pela expansão da vila operária através do aumento da construção de casas. De fato, os relatórios de 1927 e 1928, sem mencionar o número de novas casas construídas, explicitam uma orientação no sentido de aumentar as casas da vila operária.

"O industrial moderno já não pode fugir à obrigação de fornecer aos seus operários habitações confortáveis e higiênicas e neste ponto incontestavelmente aparece a Companhia na vanguarda. As casas onde residem os operários da Companhia são construídas nos lugares mais apropriados do povoado de Paulista e constantemente estamos empenhados em aumentar os números dessas casas. São todas de alvenaria, ladrilhadas e cobertas com telhas de barro." (Relatório de 1928)

O aumento do número de casas da vila operária está envolvido por uma preocupação "higienista" que esconde uma orientação de disciplinarização no interior da vila operária. Tal disciplinarização canaliza-se numa política de destruição das casas de *mocambo*, as quais simbolizam uma concepção de casa e de atividades anexas à casa que a *companhia* pretende substituir por sua própria concepção de casa.⁶ Ela é uma variante da concepção corrente nas fábricas com vila operária, com suas matrizes disciplinares baseadas em qualidades sanitárias e higiênicas, pedagógicas e militares (Murard & Zylberman, 1976).

Como já mencionado, os relatórios de 1923, 1924 e 1925 falam da vinda a Paulista de trabalhadores do *interior* mas não da vinda de famílias. Os relatórios de 1927 e 1928 mencionam a ampliação da vila operária. E só no relatório de 1931 é dito explicitamente aquilo que já vinha ocorrendo, isto é, a construção de novas casas visava atender à vinda de *famílias* de trabalhadores do *interior*:

"Foram construídas durante o ano financeiro bastante casas de pedra e cal para hospedar as famílias, que vindo do interior durante os meses de seca procurando emprego em Paulista, foram colocadas na fábrica e ensinadas a trabalhar nos teares. Gostando da vida, muitas dessas famílias decidiram ficar aqui."

Conquanto acrescente detalhes que faltavam em relatórios anteriores, o de 1931 omite práticas que já estavam ocorrendo, como o *aliciamento direto* pela *companhia*.

Num jornal local que se diz "órgão dos operários de Paulista", *A Gazeta de Paulista*, publicado em 1911, numa de suas seções de "Humorismos", é narrada a seguinte situação:

"Na Fábrica:

— Operário: Chefe me dê um emprego que eu estou fora do meu país.

— Chefe: Onde mora? Tem mulher e filhos?

— Operário: Tenho sim senhor.

— Chefe: De onde é? Quantos filhos tem?

— Operário: Tenho 5 meninos e mulher, e assim paralytico fora de meu país.

Chefe: De onde você é?

— Operário: Sou de Alagoas.

— Chefe: Bem. Vá mais tarde falar-me.

— Operário: Sim senhor...

Sai." (Gazeta de Paulista nº 8, 23/7/1911)

O diálogo revela algo extremamente importante sobre a questão da força de trabalho familiar. Note-se que o "chefe" não pede ao trabalhador informações quanto à sua qualificação profissional. O que quer saber do trabalhador é seu lugar de origem e o número de filhos. Ao saber que são "cinco meninos", o "chefe" manda que o procure. A história contada pelo jornal é semelhante àquelas ouvidas de trabalhadores que vieram anteriormente a 30 para Paulista, quando muitas vezes o pai vinha "procurar trabalho" e, conseguindo, trazia toda a família. A diferença entre as duas formas de *vinda*, é que em 30 e 40 os trabalhadores predominantemente são trazidos pela própria fábrica que se "apropria" de um deslocamento já realizado anteriormente pelos próprios trabalhadores em diversas situações de crise. A fábrica estimula esse deslocamento, dá-lhe condições de transporte, procurando manter a *vinda* de famílias de trabalhadores que estivessem vivendo situações de privação e que fossem de "fora", ou, parafraseando a pequena história da *Gazeta de Paulista*, vivessem em outro "paiz".

O deslocamento *espontâneo* de trabalhadores e suas famílias representou uma dificuldade de reprodução, freqüente, aliás, para *pequenos produtores* (*camponeses, pescadores, etc.*) — o deslocamento passou a ser apropriado pela fábrica, através da via do *aliciamento familiar*, sendo desta maneira transformado e "desnaturalizado". Trata-se agora de pressionar e persuadir trabalhadores e suas famílias a abandonarem seus modos de vida tradicionais e virem para Paulista que, como apresentada pelos *agentes* recrutadores, é uma espécie de Eldorado em que impera a "fartura", o respeito à família e a dedicação ao trabalho.

É interessante marcar mais uma vez que os relatórios da *companhia* não assumem a vinda de trabalhadores através do *aliciamento familiar* que ela promove a partir de 30. Esta forma de *vinda* não se encontra nem nos relatórios da CTP nem em folhetos de propaganda ou notícias apologéticas sobre a *companhia* (*A Manhã*, de 13/7/1944) e nem tampouco nas suas sínteses históricas oficiais (Raul de Góes, 1964). O relatório de 1931 explica de maneira parcial

o súbito afluxo de trabalhadores na vila operária durante aquele período. Os únicos indícios escritos dessa política de *aliciamento direto*, no início de seu período de vigência, são registrados na imprensa, no bojo dos conflitos ocorridos entre os trabalhadores e a fábrica, no início dos anos 30, e são declarações de operários.

No *Diário da Manhã* de 3 de julho de 1932, por exemplo, uma entrevista com o então presidente do “Syndicato dos Operários de Paulista”, Roberto Marques, menciona em tom de denúncia a *vinda* de famílias do *interior* pela ação direta da fábrica:

“A situação em Paulista, fala o sr. Roberto Marques, estaria já resolvida com o cumprimento da lei porque nos batemos em forte campanha. Acontece, porém, que os directores das fábricas cada dia tomam as medidas mais compressoras e odiosas, deixando nelas transparecer a franca prevenção em que se acham com o operariado.

Procurando perturbar a tranquilidade nos lares modestos dos operários, continua o sr. Roberto Marques, os directores das fábricas estão obrigando-os a receber em suas casas, elementos estranhos, homens, mulheres e crianças, que são mandados vir de outros municípios (grifo meu). Semelhante imposição revolta. Mas não fica só nisto: vae mais adeante. Cada operário ou operária tem nos elementos estranhos um aprendiz que se manda por junto a faceta, ao banco do fiador, etc.

Está aqui bem claro um meio de se inutilizar o actual operariado, substituindo-o manhosamente.”

No mesmo jornal, de 11 de dezembro de 1930, há outro registro da *vinda* de trabalhadores do *interior* trazidos diretamente pela fábrica. Trata-se da carta de um operário de Paulista ao Departamento Estadual do Trabalho, em resposta a artigo do *Jornal Pequeno*, de 4 de dezembro de 1930, elogiando as qualidades higiênicas das casas da vila operária de Paulista:

“(…) E para a veracidade dos factos eu aponto as Ruas da Linha, Marreca, Glória, Boa Luz, Gonçalves Dias, Praça da República, Aurora, Imperatriz, Villa Caboatan, Rua Caboatan, Victoria, Boa Vista, etc. Em nenhuma dessas casas são ladrilhadas e nem têm fossas. Se, algumas existem dentre essas com algum saneamento é porque mora ou morou alguém de destaque. Com certeza as casas que o Jornal Pequeno se refere são umas 20, ultimamente construídas, as quaes têm ladrilhos e fossas, mas isso foi uma tapiação, em vista de terem mandado aliciar gente no interior (grifo meu) e, naturalmente, era necessário mostrar um pouco de agrado ao menos nos primeiros dias.” (Diário da Manhã, 11/12/1930, p.1)

O sindicalista Roberto Marques atribui a *vinda* de famílias *aliciadas* à uma estratégia fabril de substituição da força de trabalho que naquele momento encontrava-se em conflito com a fábrica face ao não cumprimento do horário de trabalho de oito horas, então implantado nacionalmente por via legal. O operário que escreve a carta procura denunciar as condições de moradia existentes em Paulista e, ao fazê-lo, admite a existência de casas melhores que seriam para “enganar” a “gente” que era “*aliciada no interior*” pela *companhia*. Sem querer provar que estas versões são falsas, mas sim apontar, ao contrário, sua parcialidade, utilizo as diferentes versões da *vinda*: a que a atribui a uma espontaneidade devido à seca (versão da *CTP*), e a que a vê como uma forma de arrefecer a combatividade dos operários. As duas versões são “verdadeiras” e se completam, seja pelo testemunho dos trabalhadores que efetivamente vieram *aliciados* pela fábrica, seja pelo testemunho de famílias que vieram “espontaneamente” ou dos que vieram individualmente através da mediação de relações pessoais e/ou de parentesco.

O esforço de recrutamento desta força de trabalho, apesar do custo de sua mobilização e treinamento parece ser compensador para a fábrica, que se permite, segundo seus documentos oficiais, concessões adicionais:

“Para atender também ao recreio de nossos operários, procedemos à beneficiação do campo de Football no qual construímos uma arquibancada, fazendo outros melhoramentos (na vila operária) afim de animar o exercício physico e assim melhorar o estado de saúde de nossos empregados, sendo a nossa opinião que o futuro da nação depende em grande parte da educação physica da mocidade. (...) Afim de tornar mais efficiente a prophylaxia adoptada pela Companhia para salvaguarda da saúde de seus operários e respectivas famílias, e afim de precaver seus filhos contra esse perigo e contagioso mal que é a variola, insistimos na vacinação para todos, serviço esse que como a demais assistencia médica prestada aos nossos operários pela Companhia é grátis.” (Relatório de 1930, relativo ao ano de 29/30).

Trazendo desde sua área de origem famílias que atravessam uma situação de crises nas suas condições habituais de reprodução social, instalando-as em Paulista, a *CTP* procura criar um tipo novo de mão-de-obra — segregada em um primeiro momento, para num segundo momento partilhar as regras do jogo da ordem social peculiar à vila operária. O *aliciamento* é assim um elemento estratégico no processo de disciplinarização da vila operária. Essa política de recrutamento, além de atender à necessidade de mão-de-obra, e mão-de-obra barata, possibilita o controle, desde a área de origem, do conjunto da vida dos seus trabalhadores. Ela aposta também na unidade da família e particularmente em seus membros infantis que, além de serem aproveitados

desde os 10-12 anos de idade no trabalho fabril, constituem-se na matéria prima do operário formado técnica e moralmente pela *companhia*.

Esta política de *aliciamento direto* posta em prática pela *CTP* é subsequente a uma conjuntura de escassez de mão-de-obra ocasionada tanto pela interrupção temporária do fluxo de trabalhadores do *interior*, quanto pela concorrência no mercado de trabalho têxtil de novas fábricas que se instalam nas décadas de 20 e de 30. Tal política procura assim fornecer um fluxo constante de mão-de-obra familiar, atenuando os efeitos cíclicos de sua retenção no campo. E, por outro lado, formar continuamente uma força de trabalho fiel e dócil, além de limitada a seu "mundo" particular, evitando sua evasão para as fábricas recém-instaladas no Recife e arredores.

O mercado de trabalho têxtil e a *CTP*

A encenação clássica do mercado de trabalho, da compra e venda da força de trabalho, esse limiar do "laboratório secreto da produção", tem por atores básicos o capitalista e o trabalhador, e a metamorfose de seus personagens, que de tranquilos proprietários, compradores e vendedores de livre-vontade e interesse próprio, transformam sua fisionomia, o primeiro "cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios", e o segundo, "tímido contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtume" (Marx, 1983). Mas na compra e venda de força de trabalho, no mercado de trabalho têxtil pernambucano do final dos anos 20, os rumores dos bastidores, tão intensos, acabam invadindo momentaneamente a cena. Os ecos desses rumores reverberam alguns anos depois em carta do industrial Othon Lynch Bezerra de Mello dirigida ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, denunciando a *CTP* por envolvimento em um incêndio "criminoso" em uma das fábricas do Grupo Othon, cujo mandante teria sido o Coronel Frederico Lundgren. Esta carta historia então os desentendimentos entre as duas companhias, que teriam se originado na disputa por mão-de-obra. Esta é a versão de Othon Bezerra de Mello, que, prejudicado, teve interesse em explicitá-la:

"Em 1928 fui procurado pelo senhor José Gordo, empregado de confiança do Coronel Frederico Lundgren, que veio em nome deste, pedir-me para não aceitar em minhas fábricas nenhum operário dispensado das Fábricas Paulista e Rio Tinto.

Respondi que, naturalmente não aceitaria em minhas Fábricas, nenhum operário que se livesse retirado de qualquer Fábrica ou tivesse sido dispensado, por faltas graves; mas que aceitaria, não só das Fábricas do referido

Coronel, como de outros, os operários que tivessem sido dispensados por ligeiras faltas, ou que tivessem retirado por incompatibilidades pessoais, necessidades de mudar de clima, ou outros motivos de somenos importância.

O emissário insistiu e como eu mantivesse o meu ponto de vista, retirou-se aborrecido, tendo eu no dia imediato sido procurado pelo Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Polícia do Estado e Advogado da Companhia de Tecidos Paulista, meu velho amigo, que em termos delicados insistia comigo para que eu atendesse ao pedido do Coronel Frederico Lundgren, pois o homem era rico, poderoso e inimigo rancoroso.

Respondi-lhe que não me intimidava o poderio do famoso Coronel e nada me faria demover do meu ponto de vista. Achava que os operários, como todo e qualquer cidadão, tinham o direito de escolher a Fábrica onde quisessem trabalhar e que o meu espírito liberal não se conformaria em coagir de qualquer forma a liberdade dos operários.

De então para cá, venho sendo vítima duma guerra surda e cruel, por parte do Coronel Frederico Lundgren e sua Empresa, Companhia de Tecidos Paulista, que se compraz em fabricar em panos inferiores e mais estreitos, para vender por preços mais baixos, todos os artigos que a minha Empresa lança no mercado, o que tem me acarretado avultadíssimos prejuízos.

A campanha que me fazia o Coronel Frederico Lundgren recrudesceu ainda pelo fato de eu ter montado em minha Fábrica de Apicucos uma Seção de Estamparia, o que até então era monopólio da Companhia de Tecidos Paulista, pois esta Empresa era a única que, no Norte do Brasil, possuía máquinas de estamparia.” (Carta enviada ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Distrito Federal em 30 de março de 1937)

A luta feroz entre os industriais têxteis em todo o Brasil por uma posição melhor no mercado consumidor depende enormemente do acesso a uma mão-de-obra barata e eficiente. O conflito entre os industriais do “sul” (representados por suas associações, principalmente os centro industriais, CIFTA-RJ e CIFTA-SP) e os do “norte”, por ocasião da controvérsia sobre a “superprodução industrial” na década de 30 (Stein, 1979), a que os relatórios da CTP dos anos 20 já se referem é ilustrativo. No nível local, a concorrência pode manifestar-se, como denuncia a carta, através da ação direta contra o concorrente.

Por ser a maior fábrica de Pernambuco em número de operários e pelo fato de ter transformado trabalhadores rurais de diversas procedências em operários industriais eficientes, pagando um salário monetário baixo, o contingente operário de Paulista constituiu-se num alvo atraente para as novas fábricas que se instalam em Pernambuco no final dos anos 20. Há diversos depoimentos de antigos operários da fábrica que afirmam ter a fábrica da Macaxeira (antiga fábrica de Apicucos), do Grupo Othon, recrutado grande parte de sua mão-de-obra adicional de operários da fábrica Paulista. Alguns desses ex-operários se deslocaram para a fábrica da Macaxeira no início dos anos 30, retornando

depois para Paulista, onde o acesso à casa na vila operária era mais facilitado. A fábrica de Apicucos, mencionada na carta de Othon Bezerra de Mello, quebra nos anos 30 o monopólio da estamperia no “norte”, detido pela CTP. Mais que as outras fábricas que se instalam no final dos anos 20 e início dos anos 30 em Pernambuco, por sua necessidade de mão-de-obra e por ser relativamente mais próxima a Paulista, a concorrente vem não somente alterar o custo da mão-de-obra com que a CTP lida, valorizando-a, mas também alcançar o próprio sistema de dominação existente na vila operária de Paulista.

O fato do treinamento que a fábrica de Paulista se orgulhava de dar a seus trabalhadores — a fábrica-escola, como a ela se referem os operários — traz como contrapartida uma relação que envolve uma série de símbolos, representados como dádivas pelos próprios trabalhadores; destes era exigido que agissem em acordo com o agradecimento a esta peculiar lógica do dom. A possibilidade de trabalhar em outra fábrica ameaça quebrar o tipo de relação social de dominação em jogo.

O conflito desenvolvido entre o Coronel Frederico Lundgren e o industrial Othon Bezerra de Mello mostra que a CTP procura, através do controle do mercado de trabalho, estabelecer regras de convivência entre as fábricas que a protejam na competição pela força de trabalho; além disso, ela busca por meio do controle da mobilidade da força de trabalho — exercido por intermédio do monopólio de oferecimento de trabalho a seus operários formados desde o aprendizado — impedir até mesmo o simulacro de “liberdade de ir e vir” própria do mercado de trabalho industrial capitalista. E, através deste controle que ela quer a todo custo manter, tenta desestimular os trabalhadores em suas formas de luta. No entanto a competição pelo mercado consumidor entre os empresários, necessidade de uma força de trabalho que é escassa, abre uma brecha na forma de dominação do “sistema Paulista”. Não é por acaso que o primeiro sindicato dos operários de Paulista pôde aproveitar-se da conjuntura política aberta no final de 1930 para fundar-se e enfrentar a forma de dominação característica da Fábrica Paulista durante dois anos (Leite Lopes, 1985).

A disputa pela força de trabalho têxtil entre as fábricas contribui por outro lado para a adoção da nova política da CTP de *aliciamento direto* de famílias no *interior* a partir dos anos 30. Trata-se não somente de uma estratégia para manter um fluxo constante de trabalhadores mas para assegurar a permanência de um baixo nível de custos com essa mão-de-obra.

Ao sistematizar e transformar em estratégia a *vinda* costumeira e *espontânea* de famílias de trabalhadores do *interior* a Paulista, o *aliciamento direto*, ao mesmo tempo em que faz continuar esse fluxo tradicional, provoca sua mudança de qualidade ao discipliná-lo. Por meio das exigências, requisitos e instruções formulados pela fábrica, a serem executados pelos *agentes* no processo de *aliciamento*, a *companhia* constitui seu modelo ideal de família. Em primeiro lugar a exigência da *família numerosa*, com muitos filhos, e especialmente filhos em idade de trabalhar, isto é, próximos aos 14 anos. Tal exigên-

cia faz com que muitas famílias, no seu local de origem, para atenderem aos requisitos de aliciamento, adotem novos dependentes para assim aumentarem seu tamanho. Essa ênfase no recrutamento de trabalhadores infantis e jovens traz, por sua vez, conseqüências futuras sobre a autoridade doméstica no interior das famílias já estabelecidas na vila operária. Em segundo lugar, o tamanho da família e o número de seus membros que são incorporados ao trabalho fabril são fatores condicionantes para o acesso às casas da vila operária. À família considerada “pouco numerosa” poderá recair o constrangimento de ter de dividir a casa com outra família nos períodos de escassez de unidades de moradia. Além disso, o tamanho da casa concedida dependerá do número de membros da família trabalhando na fábrica. Essas regras para o concessão de casas, que persistem mesmo após o fim do período de *aliciamento direto* da força de trabalho, estimulam as famílias a um *subaliciamento* de membros familiares em suas áreas de origem. Está aí, portanto, o lado conflituoso das relações entre a fábrica que se representa como “benemérita” das “famílias pobres” que “fogem da seca” e estas famílias que criam formas “autônomas” de resistência à entrada da fábrica no interior de suas casas, de seu “território” particular. Particular aqui no sentido cultural em que se reconhece o “domínio familiar” como esfera restrita à competência do *chefe de família* e da *dona de casa*.

Por outro lado, o “esquecimento” da *CTP* — no que diz respeito à política de recrutamento de trabalhadores e suas famílias via *aliciamento familiar* — pode ser interpretado também como uma evidência política da disputa do mercado de trabalho com as fábricas têxteis locais. Além disso — e sobretudo — evitava conflitos legais com o Estado uma vez que as fábricas do “sul” já acusam nos anos 30 suas competidoras do Nordeste de não cumprirem a legislação trabalhista vigente, pagando sua mão-de-obra de forma inferior e expondo-a a condições de exploração “ilegais”. A *CTP* não poderia “documentar” em seus relatórios sua prática de *aliciamento* de famílias no *interior* porque assim estaria aumentando os argumentos que as fábricas do “sul” e as de Pernambuco acionavam contra ela em particular, visto ser a maior indústria têxtil do Nordeste e uma das maiores do Brasil entre 30 e 40.

A VINDA: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE FAMÍLIAS A CAMINHO DA FÁBRICA

As três eras do recrutamento

As características específicas do deslocamento de trabalhadores e suas famílias para Paulista no período que vai do início dos anos 30 até o final dos anos 40 se mostram como um fato social significativo para o estudo da constituição de uma força de trabalho; mais que isto, de um grupo social operário que se distingue pela forte presença da família como unidade social básica. Esse deslocamento, por mim já caracterizado como política de *aliciamento familiar*, pode ser assim sistematizado:

- a) O recrutamento tem por alvo *famílias* de trabalhadores, dispersas pelo *interior* dos Estados do Nordeste Oriental (Pernambuco e Paraíba principalmente). Essas famílias, atravessando dificuldades face às suas condições habituais de existência, são vistas como *pobres e ingênuas*. O *interior* de onde provêm é associado idealmente às áreas rurais mais longínquas, de preferência sertanejas.
- b) O recrutamento processa-se pela ação direta da *companhia* através do envio a essas áreas do *interior* de *agentes* aliciadores, pagos segundo a quantidade de trabalhadores em potencial trazidos, agrupados por famílias. Estes *agentes* não somente têm algumas recomendações genéricas quanto às características das famílias a serem trazidas, *famílias numerosas*, como a sua ação aliciadora cria algo das características das famílias trazidas. Aqui a ação de *sedução* do aliciamento se encontra com a *pobreza e ingenuidade* das famílias do *interior*.
- c) O transporte coletivo num ônibus ou caminhão, o alojamento provisório num dormitório também coletivo denominado de *depósito*, e a alimentação durante este período provisório, são custeados e controlados pela *companhia*.
- d) As famílias passam por um processo de seleção e alocação de seus membros ao trabalho, assim como são alocadas às casas da vila operária.

A descrição da política de *aliciamento familiar* feita pelos trabalhadores é a mais importante fonte para o conhecimento deste processo peculiar de recrutamento da *companhia*. Além disso, ela tende a ser a explicação única para a constituição do próprio grupo operário. Na sua pretensão de modelo explicativo único, ao se referir à origem dos operários de Paulista, esconde alguns fatos sociais importantes; revela também outros tantos.

Este modelo explicativo parece apagar o fato de que a *vinda familiar espontânea* de trabalhadores é uma característica do povoamento da vila operária antes dos anos 30. A *CTP* segue um padrão de recrutamento mais geral, coerente com uma forma de industrialização que controla o trabalhar e o morar da sua força de trabalho, comum em muitas fábricas têxteis brasileiras durante a primeira metade deste século (Alvim, 1980, Paoli, 1984). E, além de apagar a forma de incorporação da força de trabalho existente antes dos anos 30, aquele modelo hegemônico parece desconhecer também a forma diversa de incorporação de trabalhadores que se dá após o término da política de *aliciamento familiar*, isto é, a partir dos anos 50. É como se a versão hegemônica entre os trabalhadores sobre a maneira como eles são recrutados acentuasse uma única dentre as três *eras* de incorporação de famílias de trabalhadores à fábrica e à vila operária de Paulista (Sayad, 1977).¹

Tal modelo, que se refere ao período do *aliciamento* nas décadas de 30 e 40, além de apontar para fenômenos sociais da maior importância na constituição do grupo, é tanto mais hegemônico quanto adequado a diferentes apropriações por parte de agentes sociais diversos. Ele se ajusta de certa forma aos interesses da *companhia*, na medida que reforça a exemplaridade de suas regras de recrutamento, de incorporação à fábrica e de residência na vila operária. O modelo também vai ao encontro dos interesses dos *agentes* recrutadores, pois que nele a valorização de sua profissão é patente, através de sua atuação destacada no desencadeamento do deslocamento de trabalhadores. Os próprios trabalhadores que passaram pelo *aliciamento* podem se escorar nessa versão dos acontecimentos para uma explicação do seu deslocamento que economiza as especificidades dolorosas vividas com a perda das condições habituais de vida nas áreas de origem. E aos trabalhadores que não passaram pelo *aliciamento*, aquele modelo explicativo é aceito e difundido também por eles, como marca de distinção e valorização por contraste com os que passaram pelo processo de *aliciamento*.

Além de privilegiar um só período histórico do recrutamento, o modelo explicativo sobre a origem dos operários de Paulista oculta certos processos sociais quando confrontado com as descrições detalhadas das histórias de vida dos operários entrevistados. Isto é, uma coisa é o discurso genérico dos operários sobre o recrutamento de trabalhadores e suas famílias que recai no padrão do que estou denominando de modelo hegemônico; outra coisa, é o detalhamento da entrada para a fábrica e a vila operária feito por eles em sua história de vida concreta. Assim, quando se faz a confrontação entre esses dois tipos

de discurso, resulta uma série de vindas de trabalhadores e de suas famílias, contemporâneos ou posteriores à política de *aliciamento familiar*.

Esta confrontação — necessária para o desvendamento das trajetórias sociais de famílias envolvidas num processo simultâneo de descampesinato e obreirização que é subjacente às diversas formas de *vinda* — não significa que tal modelo seria falso diante do detalhamento concreto das diversas histórias de vida. Ao contrário, aquele modelo aponta para o fato central do *aliciamento familiar* na constituição e na *autoconstituição* deste grupo operário, tanto na sua formação objetiva quanto na sua auto-avaliação e na sua construção como grupo social. Pode-se dizer que o *aliciamento familiar* é uma das principais características que distinguem o “sistema Paulista” de outras formas peculiares de dominação do padrão fábrica e vila operária. Leite Lopes (1985) analisa tal aspecto como um processo introdutório à dominação específica da administração da fábrica sobre os novos operários, num esforço de imposição de uma dominação que incorpora elementos tradicionais no contexto da grande indústria capitalista, resultando na formação de operários modelares para o seu sistema peculiar de dominação. A consideração das trajetórias (Sayad, 1977) percorridas pelas famílias de trabalhadores me leva a sistematizar algo das “variáveis de origem”² dentre as múltiplas determinações que explicam tanto essas trajetórias quanto o processo complexo de incorporação dos trabalhadores e suas famílias à fábrica e à vila operária.

Tomando-se assim como referência este período no qual se desenvolveu a política de *aliciamento familiar*, detectam-se não somente as vindas para Paulista que obedecem a esse modelo, mas também outras modalidades. A esse respeito distinguirei duas delas: a) *vinda* através do *aliciamento familiar* e b) *vinda* através do *auto-recrutamento familiar*. Entre estas duas formas pode haver uma variante *intermediária* como a *vinda* através do *auto-recrutamento disfarçado* ou seja, através da transformação do *auto-recrutamento familiar* em *aliciamento familiar*.

Considero ainda algumas características destacadas nos relatos, que podem ser incluídas simultaneamente nas duas modalidades. Estas características frequentes são: i) a *vinda* de *famílias de viúvas*; ii) a *vinda individual* através da *sujeição a uma família estranha* e iii) *vinda individual* através do *subaliciamento familiar espontâneo*.³

Na *era* do *aliciamento familiar* existem outras formas de *recrutamento*, apesar de aparentemente contrariarem o modelo hegemônico do *aliciamento*. Numa conjuntura expansiva das atividades produtivas fabris e de crescimento correlativo da vila operária — em que existe uma forte demanda de mão-de-obra por parte da fábrica — não será a sua administração que irá rejeitar famílias que espontaneamente acorram a Paulista em busca de trabalho sem a mediação dos *agentes*. Existe, portanto, simultaneamente à forma de *recrutamento* dominante através do *aliciamento familiar*, a forma oposta do *auto-recrutamento familiar*. Mas não seria esta forma uma continuação das modali-

dades de *vinda* prevaescentes no período anterior ao do *aliciamento*, isto é na *era das vindas familiares espontâneas* anteriores aos anos 30?

Se efetivamente famílias de trabalhadores já vinham para Paulista antes do *aliciamento familiar*, essa prefiguração do *auto-recrutamento* anterior à *era do aliciamento* sofre uma transformação a partir da apropriação pela fábrica das formas de *vinda* espontâneas anteriores aos anos trinta. Ao sistematizá-las e institucionalizá-las, a fábrica muda o seu caráter e delas extrai o padrão de sua configuração familiar: famílias com grande número de filhos e de preferência “pobres”, ou seja, já destituídas de suas condições de vida tradicionais. A mudança de natureza da *vinda* na forma de *aliciamento familiar* em relação à *vinda espontânea* antes de 1930, mostra como o aumento da produção industrial e a conseqüente expansão da fábrica têxtil levam a CTP a organizar não só o recrutamento desde as áreas de origem da mão-de-obra, mas a própria forma de povoamento e controle de sua vila operária.

O aliciamento familiar

O padrão de recrutamento implícito nas características do modelo hegemônico explicativo da origem dos operários também pode ser confrontado com os dados estatísticos provenientes de uma amostragem de fichas de “registro de empregados”, mantidas no arquivo do setor de pessoal da fábrica, o antigo “Departamento Operário”. Para tal análise, inspirei-me na “*démarche*” heurística que inicia a colocação do problema a ser analisado no trabalho *Célibat et Condition Paysanne*, de Bourdieu, e que consiste na oposição inicial entre o conteúdo de um discurso genérico do grupo social sobre ele próprio e dados estatísticos disponíveis relativos àquele conteúdo (Bourdieu, 1962.). Os dados provenientes dessa amostragem, tabulados no quadro abaixo, referem-se ao “lugar de nascimento” dos trabalhadores individuais, fichados após 1935 no “Departamento Operário” da fábrica. Embora pobre diante da complexidade dos processos de recrutamento de famílias de trabalhadores e suas modalidades, essa variável — “lugar de nascimento”, situada em duas “eras” de recrutamento, a do “aliciamento” e a do “pós-aliciamento” — pode nos fornecer algumas indicações a serem confrontadas com as características apontadas no modelo de recrutamento dos operários de Paulista.

À primeira vista, o quadro confirma o modelo de recrutamento. De fato, entre 1935 e 1949, em plena *era do aliciamento familiar*, a grande maioria das fichas contidas na amostragem aponta como “lugar de nascimento”, municípios do *interior*, não somente de Pernambuco, mas também da Paraíba. Esta grande freqüência de “lugares de nascimento” do *interior* se atenua no período do *pós-aliciamento*, quando Paulista e municípios próximos passam a ser a área mais freqüente de “lugar de nascimento” nas fichas da amostragem. Esta

QUADRO Nº 1

Frequência, por períodos, de trabalhadores originários de municípios

Lugar de Nascimento	Anos			Total	
	1935/1949	1950/1963	1964/1980		
Paulista	5	19	19	43	
Recife	3	1	5	9	
Olinda	-	1	2	3	
Igarassu	2	4	-	6	
Zona da Mata (PE)	S. Lourenço	1	2	1	4
	Cabo	1	-	-	1
	Goiana	2	3	1	6
	També	1	-	-	1
	Vitória	2	1	2	5
	Chã de Alegria	1	-	-	1
	Glória de Goitá	-	-	1	1
	Carpina	-	1	-	1
	Nazaré	4	2	-	6
	Aliança	2	-	1	3
	Vicência	3	-	-	3
	Timbaúba	1	-	-	1
	Macacaruna	-	1	-	1
	Gameljeira	1	-	-	1
Agreste e Sertão (PE)	Gravatá	1	-	-	1
	Bezerros	-	1	-	1
	Limociro	3	1	1	5
	Bom Jardim	7	6	1	14
	Surubim	2	2	-	4
	Vertentes	2	-	-	2
	Taquaretinga	1	-	-	1
	Garanhuns	2	-	-	2
	Correntes	1	-	-	1
	Bom Conselho	1	-	-	1
	Pedra	-	1	-	1
	Serra Talhada	-	-	1	1
	Paraíba	Ingá	4	-	-
Campina Grande		3	1	-	4
Brejo de Areias		3	-	-	3
Mogido		1	-	-	1
Espírito Santo		1	-	-	1
Lagoa Nova		-	-	-	-
Lagoa Grande		-	1	-	1
Pilar		-	1	-	1
Sapê		-	-	1	1
Rio Tinto		-	1	-	1

Fonte: Amostra de fichas de "Registro de Empregado" contidas no Arquivo do Setor de Pessoal (antigo Departamento de Registro Operário) nos escritórios da fábrica.

tendência se reforça no período posterior a 1964, diminuindo ainda mais a participação das áreas do *interior*. Além disso as áreas comumente representadas como "sertanejas" têm uma participação importante no período do aliciamento, com uma grande incidência de municípios do agreste de Pernambuco e da Paraíba.

Algumas implicações dos dados contidos no quadro parecem atenuar certas características do modelo de *recrutamento* implícito nos relatos dos trabalhadores. Os municípios do *interior* no período do *aliciamento* não são apenas os correspondentes às áreas “sertanejas” mais ressaltadas nas versões dos operários, mas também têm uma grande presença os municípios da zona da mata pernambucana, onde predominam as atividades associadas à *plantation* canavieira. Além disso, há uma parcela não negligenciável de trabalhadores recém-fichados, contidos na amostra, que nasceram em Paulista ou em municípios próximos, sendo possivelmente ou oriundos da *vinda familiar espontânea* da *primeira era* ou filhos de operários já estabelecidos em Paulista, ou ainda provenientes de famílias *auto-recrutadas* de áreas próximas, ligadas à pesca ou à agricultura. Se Paulista se torna o “lugar de nascimento” modal no período *pós-aliciamento*, permanecem importantes ainda a procedência dos municípios tanto da zona da mata quanto do agreste/sertão, refletindo possivelmente a incorporação dos filhos, nascidos no local de origem, das famílias *aliciadas*, ou o *auto-recrutamento familiar* da *terceira era* do recrutamento de trabalhadores talvez seja mais provavelmente o *subaliciamento familiar* que persiste após o fim da política de *aliciamento* da CTP.

Estas atenuações e relativizações do modelo hegemônico, considerando-se as limitações da variável “lugar de nascimento” na amostragem reduzida de fichas de pessoal, podem servir de pista inicial para uma complexificação das características indicadas pelo modelo dos operários, apontando para as modalidades efetivas de recrutamento.

Dessa forma, vou detalhar e seguir tanto as confrontações que se dão entre as características do modelo dos operários e as histórias de vida concretas, quanto as interseções e cruzamentos entre estes dois tipos de discurso, para analisar as nuances do processo de *aliciamento familiar*.

Os trabalhadores aposentados com mais de 30 anos de serviço na CTP, que permanecem atualmente na vila operária da fábrica, geralmente são ex-operários “estabilizados” que, através de indenização ou acordo trabalhista, tornaram-se proprietários de casas da fábrica. Ou seja, através de indenização ou de um acordo, estes trabalhadores, que se prevaleceram da antiga “lei da estabilidade”, concordaram em se aposentar em troca da propriedade da casa. A importância de tal dado deve-se ao fato de que são esses *aposentados* que fazem com que se mantenha em Paulista a memória do *tempo dos coronéis* — tempo relativo ao momento de suas vindas — e esta memória é um registro não só da história individual desses trabalhadores e de suas famílias como também da própria cidade. A lembrança do passado é também para esses trabalhadores o resgate de sua própria identidade social — a de operários e operárias — que se mantém por referência ao passado marcado pela sua inserção na produção fabril.

A lembrança deste passado foi oferecida livremente pelos *aposentados*, quando eram perguntados sobre o que faziam na fábrica, na conversa que ini-

ciava a relação entre pesquisador e pesquisado. Falar do trabalho e da família para cada trabalhador(a) *aposentado(a)* é falar de um passado cuja referência última no tempo o leva a mencionar o local de origem de sua família. A saída é geralmente explicada por dificuldades econômicas, embora a valorização maior repouse sobre a decisão da família em partir. Afinal, apesar das crises econômicas por eles identificadas, existia uma margem relativamente autônoma de escolha. A saída parece significar para estes trabalhadores uma opção às situações que são descritas *a posteriori* como difíceis ou quase impossíveis de serem enfrentadas. Sair e proletarizar-se na indústria surge como uma forma de resolver o problema vivido, ainda que leve a um processo de mudanças envolvendo não só o aprendizado de uma nova profissão como também a uma alteração nas relações de autoridade internas à própria família.

As etapas do processo de *aliciamento familiar* serão expostas através das diferentes versões de trabalhadores que tiveram trajetórias distintas de *vinda* para Paulista.

Há uma certa ambigüidade nos depoimentos dos operários, sobre a avaliação dos efeitos sociais tanto do *aliciamento* dos *agentes* nas áreas de origem, quanto da chegada a Paulista — quando são instalados em alojamento coletivo provisório — bem como do processo seletivo e cerimonial pelo qual são alocados ao trabalho e às casas da vila operária, incorporando-se ao mundo da fábrica.

Uma parte dos trabalhadores entrevistados, vindos através do *aliciamento familiar*, tem uma avaliação positiva sobre o processo em seu conjunto, avaliação esta que pode ser explicada pela situação vivida por sua família no seu local de origem no momento imediatamente anterior ao *aliciamento*. Neste tipo de avaliação são ressaltadas as dificuldades econômicas das famílias, associadas a uma composição desfavorável (por sexo e idade) do grupo familiar camponês. A *vinda* para a fábrica neste caso se apresenta como uma alternativa que recompõe a adequação entre esta composição familiar e as suas possibilidades de trabalho e sobrevivência, como mostra o relato desta ex-friandeira cuja família é proveniente de engenho de usina da área sul da zona canavieira de Pernambuco:

“Minha mãe teve dezoito filhos de tempo e por fim dois abortos e ficou doente até morrer. Então meu pai trabalhava no campo. Somente ele e o Severino meu irmão. Minhas irmãs ainda trabalharam um pouco no campo. Eu nunca trabalhei, que eu era muito pequena. Minha infância, eu posso dizer que não tive infância. Porque era assim no mato, não tinha escola, nada mesmo. Como bicho do mato. Quando vim para Paulista, mãe já tinha tido os dezoito filhos e morreu um bocado, quando a gente veio praqui só tinha oito. Tinha deixado uma casada no interior, a mais velha. Vieram oito. Agora, quando chegamos aqui, todos tiveram que aumentar a idade, por minha causa. Fui trabalhar, veio oito. O Coronel Frederico ficava muito contente quando

chegava uma família grande que todo mundo queria trabalhar. Ele fazia todo jeito, num havia dificuldade para entrar para trabalhar. Todo mundo, fui eu, Severino, Helena, Beatriz, Maria e meu pai. Entrou logo todo mundo para trabalhar na fábrica. Meu pai já estava com quase 60 anos, mas dava pra trabalhar, trabalhava catando algodão."

Ao se esmiuçarem os detalhes desta avaliação positiva do processo de *vinda*, detecta-se que ela se refere não apenas à resolução econômica das dificuldades de reprodução social do grupo familiar, mas também a motivações culturais (com conotações pertencentes ao campo "moral") que inviabilizariam a permanência no local de origem. Isto aparece na descrição do aliciamento da família desta mesma ex-fiandeira, que "foge" da Usina Pedrosa em 1936:

"A gente ouvia falar que aqui [em Paulista] o povo trabalhava e essa coisa toda, né. Então apareceu lá [no engenho] uma turma de pintores, que foram pintar uma casa lá, do usineiro. Um desses pintores se engraçou com Maria, minha irmã, e ela se perdeu. [Este pintor tinha estado em Paulista e conhecia os mecanismos de aliciamento]. Então ele trouxe meu pai. [O pintor pagou a passagem do pai da ex-fiandeira até Paulista e forneceu indicações de agentes aliciadores para que ele fosse procurá-los tratando do aliciamento de toda sua família]. A gente sair de lá foi aquele sacrifício, não sabe. Sair escondido porque a gente tinha medo e tudo, deixamos as coisas pra trás. A gente trouxe mesmo a roupa do corpo, numa trouxa. O ônibus que apanhava a gente [o ônibus da CTP] ficava em outro lugar, nem entrava lá, porque usina você sabe como é, né, os capangas são uns desgraçados mesmos. Então o ônibus ficou em Caxangá [já tinha havido aliciamento de operários desta usina para Paulista e o usineiro se tornou vigilante para impedir novos aliciamentos]."

O motivo pelo qual a família teria deixado o *engenho* é atribuído a um comportamento que fere as concepções culturais do grupo. Diante do namoro não convencional de uma das filhas, que "se perde" com um homem que não pertencia ao "mundo de engenho", a permanência naquele mundo como que se inviabilizaria: como reparação moral, o pintor "namorado" da irmã ajudou o pai de família a "fugir" para Paulista. O problema cultural enfatizado pela informante — a qual pula vários elos mediadores do processo de *vinda* e vincula diretamente a sedução do pintor ao aliciamento no ônibus da CTP — faz parte de um discurso mais geral dos trabalhadores que pensam as causas frequentes das decisões de saída fundamentalmente como questões *morais*. No entanto, estas questões culturais mais gerais, no caso, significam sobretudo a gota d'água, levando o *chefe de família* a decidir-se pela saída. Aqui também, como se nota no caso de várias famílias, o excesso de contingente feminino

em relação ao masculino na composição do grupo familiar, aliado à idade avançada do pai, contribui evidentemente para a decisão da *vinda*. Ainda que esta decisão tenha se dado diante de uma *questão de honra* e pela intermediação de alguém de fora do mundo fechado do *engenho*, sair não significa que não tenham ocorrido pressões de várias ordens que levaram o *morador* a se retirar do *engenho*. No entanto, a coincidência entre estas “crises” (econômicas e culturais) e a necessidade da fábrica é que é determinante para a saída.

Estas motivações culturais não são exclusivas das famílias representadas como “pobres” e com dificuldades de sobrevivência nas áreas de origem. Também nas famílias não subordinadas às relações sociais do *engenho*, como naquelas de pequenos produtores do campo ou de pequenas cidades do *interior*, com uma trajetória social descendente, as motivações culturais podem ter, também, um peso determinante na decisão de sair. A descrição do processo de *vinda* de uma ex-tecelã, cuja família chegou a Paulista em 1940, reproduz motivos não-econômicos como sendo determinantes à sua saída. E aqui também o processo de *aliciamento familiar* vem atualizar uma vontade de sair, canalizando-a para Paulista e evitando outras alternativas como a procura de trabalho, através de parentes, nas demais fábricas têxteis da região.

“Eu morava em Vitória de Santo Antão. Eu era de lá. Morava lá com a família toda. Meu pai era negociante, vendia, era muito trabalhador. Depois ficou numa situação precária, ele deixou de negociar e a gente nunca tinha trabalhado na enxada (as filhas). Ele achava difícil pra gente, ele gostava muito da gente, e ele não queria que a gente trabalhasse. Passamos lá assim um ano, no outro ano, aí ele não podia mais negociar. Aí viemos embora pra Paulista.

Quando [o agente] chegou lá, chamou, e meu pai aproveitou. Chamou nós todas. Os homens já tinham casado. Só tinha moça e ele [o pai] odiava ver mulher no roçado, então ver mulher trabalhando no roçado, ele não gostava, ele não gostava. Meu pai queria ir para Jaboatão. Ele tinha idéia de procurar assim trabalho de fábrica em Morenos. Ficar lá perto de Morenos, lá também tinha umas primas minhas que trabalhavam para Morenos [fábrica de tecidos].

Aí chegou um homem chamando pra Paulista, aí foi em casa chamando a gente e perguntou quem queria vir para Paulista. A gente tudinho ficamos doidinho pra vir para Paulista. A gente pensava que ia fazer os panos com as mãos, pensava que era com as mãos que a gente ia tecer. Então, ele [o agente] ensinou tudo pra gente certinho, que aqueles panos que a gente ganhava, como é que ia fazer, qual era os trabalhos que tinha. Fiação, tecelagem, que tinha vários trabalhos, não sabe, para mulheres.”

Os preceitos culturais ameaçados, que se apresentam para as famílias *aliciadas* — que nesses casos se manifestam através da ilegitimidade do trabalho feminino “na enxada” (situação da família de Vitória de Santo Antão) ou no fato de um “namoro” fora das regras locais (como no caso da família do

engenho da Usina Pedrosa) — são importantes na decisão da *vinda* tomada pelo *chefe de família*, e se articulam com as suas condições materiais de existência. Não se trata de absolutizar tais condições materiais, de abstrair e isolar as crises econômicas, tornando-as causas essenciais da *vinda*, na medida em que elas não existem em sua forma pura sem seu “embebimento” (Polanyi, 1957) nas relações sociais que as suportam. Desta forma o fato do grupo doméstico ter sua composição fortemente marcada, e quase exclusivamente, por indivíduos do sexo feminino, dificulta no limite a sua reprodução social, de acordo com os valores sociais subjacentes. Assim, o *chefe de família* decide buscar um lugar em que suas filhas tenham trabalho, e um trabalho socialmente aceito para as moças — a vila operária com sua fábrica parece ser uma solução razoável dentro do seu “apetite” de aproveitamento de todos os braços, colocando no trabalho fabril desde os menores até os idosos. O *aliciamento familiar*, ao beneficiar-se das dificuldades vividas pelas famílias do *interior*, significa para estas famílias uma safra conjunta, mantendo assim uma certa continuidade com os seus valores e não apenas uma subordinação perversa obtida através do “engano” e da “sedução” dos *agentes*.

A fábrica pôde assim aproveitar — e os dois exemplos permitem ver isto — todo o contingente feminino, de menores e até mesmo dos considerados “idosos”, os quais ou recebem um *roçado*, ou são empregados em tarefas secundárias à produção, como catar algodão no início do processo produtivo, por exemplo, ou em atividades ligadas ao trabalho de manutenção da vila operária.

A atração exercida sobre estas famílias pela fábrica com vila operária também ocorre independentemente da ação dos *agentes* que entram em cena para intensificar a *vinda*: ela se torna mais eficaz com a entrada dos *agentes*, na medida em que já existia uma certa predisposição, nessas famílias, ao *aliciamento familiar*.

Ao lado de uma série de depoimentos que apontam para uma avaliação positiva do processo de *vinda*, há outros, em contextos diferentes indicando uma apreciação crítica da violência social subjacente ao processo de *vinda* e, em particular, do de *aliciamento familiar*. Como já me referi anteriormente, a ambigüidade que permeia os depoimentos se relaciona tanto com os efeitos sociais inerentes ao processo de *aliciamento* quanto com o significado atribuído à perda das condições habituais de vida a que estavam acostumados. É dentro desta ambigüidade que surge a descrição da jocosidade da *vinda* através do *aliciamento familiar*. Essa maneira de se expressar através de falas jocosas permite que os trabalhadores ocultem o drama social que a *vinda* significou para eles e suas famílias. Isto porque a *vinda* através do engano dos *agentes* — os quais, nas versões jocosas, prometem “rios de leite e montanhas de cuscuz” — curiosamente nunca aparece nos depoimentos como tendo ocorrido com a família de quem está narrando sua história de vida. As famílias do *interior* são aquelas “enganadas”; significativamente, porém, quando a família do informante é do

interior ela não veio para Paulista através da sedução mentirosa dos *agentes*. O fato é que a maior parte dos trabalhadores chegados a Paulista no período do aliciamento familiar veio “de fora” — o que pode significar ser procedente do *interior*-sertão, pois que o *interior* é idealmente um lugar bastante longínquo com relação a Paulista; ou então do *interior*-zona da mata, conforme se observa no quadro exposto. Não há portanto nesta categoria uma precisão geográfica; ela se refere sobretudo ao fato de ser “de fora”, variando de acordo com a destituição social das famílias e, também, com o peso de sua significação pejorativa, articulando-se com uma maior (ou menor) submissão às regras sociais estabelecidas em Paulista.

O relato de uma ex-tecelã, proveniente de Caruaru, revela a diferenciação interna deste grupo social, refletindo-se, dentro da vizinhança constituída na vila operária, na oposição entre as famílias mais antigas no lugar e as recém-chegadas, *aliciadas* do *interior* e “ingênuas”.

(...) Nós éramos cinco irmãs, tudo tecelã, não sabe, fomos todas para a tecelagem. Meu pai e os outros dois irmãos foram para outros trabalhos. Viemos de uma fazenda lá de Caruaru, dois quilômetros acima de Caruaru. (...) Eles preferiam o pessoal do interior, não é, que o pessoal do interior, naquela época, tinha menos experiência, tinha mais possibilidade de explorar. Chegava assim e enganavam. Porque tanta coisa assim eles [os agentes] ofereciam, e o pessoal chegava aqui e nada. Muita gente ia embora de madrugada. Esse pessoal que não tinha educação, rasgava as camas, deixavam uma esculhambação na casa, e iam embora, não queriam mais ficar. Porque eles foram enganados, não queriam. Porque os agentes fazem isso, diziam: ‘Olha, lá tem leite à vontade, tem chafariz de leite.’ Aí quando eles chegavam, passava o leiteiro assim na rua, eles chamavam e diziam: ‘Não é a companhia que dá esse leite?’ Ah! A gente ria à beça. O pessoal mais ignorante ia na conversa deles. Meu pai não, que a gente já entendia mais um pouco das coisas, né.”

Neste relato, que imbrica o modelo hegemônico explicativo da origem do grupo social com a história de vida concreta, a informante, embora *aliciada* no *interior*, se distingue das outras famílias *aliciadas* por não se considerar ludibriada pela sedução dos *agentes*. O drama social da chegada a Paulista — que o distanciamento temporal permite descrever numa jocosidade tranqüila — envolve uma diferenciação social através do logro e da humilhação.

O depoimento da ex-tecelã proveniente de Caruaru ajuda a desvendar não somente a pensada normalidade social da pobreza das famílias *aliciadas* no *interior*, como também a diferenciação interna entre elas, segundo trajetórias sociais diversas e suas repercussões na chegada a Paulista. O processo do *aliciamento familiar* é aqui descrito e detalhado, mas também o é a sua complexificação.

Como já assinalai, a família desta ex-tecelã não corresponde ao padrão de pobreza suposto no modelo hegemônico, presente em outras histórias de vida como a dos membros da família que foge de engenho da Usina Pedrosa. Por outro lado, ela não é um caso único, incluindo-se num subgrupo maior de famílias (ver o caso também da família da ex-tecelã proveniente de Vitória de Santo Antão) que percorrem uma trajetória social descendente simultaneamente ao seu deslocamento espacial para Paulista.

"Viemos de uma fazenda dois quilômetros acima de Caruaru, meu pai era empregado do Dr. Diniz Carrilho. Meu pai trabalhava no campo, em agricultura, a agricultura de cana, era administrador de engenho. Depois o Dr. Diniz resolveu transferir meu pai para esta fazenda que comprou lá no Caruaru, aí ele ficou lá administrando, mas era muito diferente do tipo de serviço que nós fazíamos, extração de cana assim em engenho. Depois meu pai não deu certo lá e foi quando ele resolveu pedir as contas e vir praqui. Éramos cinco irmãs e dois irmãos."

Diante de um desentendimento com o patrão, o ex-administrador decide procurar trabalho e moradia em fábrica têxtil de Paulista. Ali, ele é como que interceptado pelos *agentes* e o que seria o início de um *auto-recrutamento familiar* se torna um processo de *aliciamento familiar* com suas vantagens: o transporte, a estadia provisória no *depósito*, a garantia do "trabalho para todos" e da obtenção de casa na vila operária assumidos pela *companhia*.

"Meu pai veio aqui à procura, sabe. Aí tinha um agente — que chamavam os agentes, não era, que andava com aqueles ônibus. Naquele tempo o pessoal do interior chamava até sopa, não é, a gente chamava de sopa aquele ônibus. Aí meu pai falou e eles disseram:

— Deixe, nós vamos, tem agente aí, o Mané José, até aí nós vamos mandar apanhar vocês.

[Quando o agente chegou]

— Ah! Vocês vão trabalhar e não sei quem vai pra fábrica, serviço, você vai pro escritório, você vai não sei pra onde. Você não sei, não você vai ganhar não sei quanto, o outro vai ganhar tanto. Aquela coisa lá é muito bom.

E, foi tanta vantagem, (grifo meu) aí nós viemos embora para cá. Aqui, nesta Casa de Saúde era um depósito, que trazia as famílias e reunia ali. Quando chegamos era gente à beça. Aí meu pai disse:

— Não sei o que, a família separada e coisa e tal...

Aí meu pai falou logo com dona Rute, a gerente lá do escritório:

— Eu não posso ficar com a família aqui não,, e a senhora tem que arrumar logo uma casa.

Mas nós tínhamos deixado os móveis todinhos. A casa não tinha nada, aí nós fomos morar, ela deu uma casa no Nobre [bairro], no dia seguinte. Aí nos

entregou a casa. A casa não tinha morado ninguém ainda:

— Vocês vão pra lá, toma as chaves, e tem umas camas de lona.

Eles juntavam, botavam aquelas camas lá. Aí, nós fomos, depois de uma semana, na outra semana, eu sei que eles mandaram o caminhão buscar os móveis.

Sei que quando nós chegamos aqui o pessoal se admirou e tal:

— Virgem Maria! Como é que essa família veio praqui trabalhar!

Olhava assim, porque achava que a gente tinha possibilidade de viver em outro meio, essas coisas. E que chegavam famílias tudo pobrezinhas, que não tinham móveis, não tinham nada não, e aí admiravam muito."

A diferenciação entre as famílias que vinham do *interior* é um dado a ser considerado sob pena de se ceder a uma aparente homogeneidade social que oculta uma diferenciação real entre elas. No entanto, a expectativa da fábrica face às famílias *aliciadas* é que elas se encontrassem de tal forma despossuídas que assim pudessem desfrutar das garantias dadas pela CTP de maneira a recebê-las como um dom. As famílias que possuíam alguns bens, como móveis e até terra em suas áreas de origem, não seguiriam o padrão esperado pela política de recrutamento da fábrica, nem o esperado pelos habitantes de Paulista e nem pelas próprias *famílias aliciadas* — como mostra o modelo explicativo sobre a origem do grupo — no sentido que elas não configuravam o padrão da família ideal da *companhia* e de sua vila operária. Apesar da diferenciação entre as famílias, as remediadas se aproximam das típicas do *interior* (pobres) por possuírem uma desproporção entre o número de filhos e o de filhas. Quanto aos motivos que teriam levado essas famílias a virem para Paulista — mesmo considerando a diferenciação social em jogo e que dá a esta *vinda* um caráter diferente — incidem neles também as pressões sociais, inseparáveis de questões de ordem cultural — a desonra da filha no caso da família do engenho da Usina Pedrosa, a ilegitimidade do ponto de vista cultural do trabalho agrícola das filhas do ex-comerciante de Vitória Santo Antão, o desentendimento com o patrão do ex-administrador de fazenda de Caruaru. Tais pressões e questões teriam feito com que o *chefe de família* se deslocasse de seu *interior*, juntamente com sua família.

Na *vinda* para Paulista da família do ex-administrador de Caruaru, desencadeia-se o processo habitual de *aliciamento*, e como tal é ele descrito pela ex-tecelã que narra sua história de vida. E então as vantagens do *aliciamento* vão revelando seus aspectos humilhantes na versão dos membros da família que sofre, com esse processo, uma trajetória social descendente. Exemplo disso é o fato do transporte ser coletivo (misturando num só espaço famílias estranhas) — primeiro vêm as famílias, usualmente já com suas "trouxas" e seus poucos pertences; depois vêm os móveis, pelo menos para a família que os possui. Depois vem o *depósito*.

Ao se beneficiar das vantagens (como o transporte gratuito, a hospedagem e principalmente a obtenção de casa e trabalho) do *aliciamento familiar*, a família de Caruaru também é atingida pelas suas desvantagens: a permanência no *depósito*, lugar em que a família se divide e se mistura com outras famílias “mais pobres” e mais despossuídas, é vivida como algo que viola os padrões familiares, além de diminuir a autoridade de seu chefe, um ex-administrador.

O contraste produzido entre os pressupostos do *aliciamento* — segundo o modelo hegemônico lidando com famílias pobres e despossuídas — e a origem social da família de Caruaru — levando a um estanhamento e um protesto do ex-administrador relativamente ao *depósito* — acabam revelando efeitos sociais deste alojamento provisório, que outras descrições da *vinda* não mencionam. O protesto do ex-administrador quanto à separação por sexo dos membros familiares no *chale* 2 e quanto à aglomeração inerente a este alojamento coletivo ressalta o *depósito* como o ponto nodal de todo o processo de aliciamento em que a autoridade familiar se vê mais ameaçada.

Na *vinda* dessa família, o ex-administrador faz valer na chegada o peso de sua origem social — atenuando as desvantagens do processo de *aliciamento* e acelerando a sua transitoriedade — ao conseguir de imediato uma casa nova na vila operária, além da mudança dos seus móveis desde o interior por conta da *companhia*. No entanto, o impacto dessa trajetória social descendente e da entrada no mundo hostil da fábrica se faz sentir. O fato de suas filhas entrarem para a tecelagem, para onde eram sistematicamente alocadas as moças tidas como de origem social mais elevada segundo os critérios da fábrica, não relativiza a trajetória social descendente vivida por essa família, ocorrendo o estranhamento às condições da produção fabril.

“Quando pai chegou e falou: Nós temos que nos apresentar ali pro tal de Galvão. Ele ia passando neste prédio da Casa Grande, tinha que apresentar a ele, eles faziam um exame, assim ligeiramente nas mãos da gente, não sei o que, e olhava os olhos e coisa e: — Pra tecelagem, todas cinco pra tecelagem.

(...) Mas, eu achava, quando cheguei logo no trabalho aí, na fábrica, eu olhei assim, que eram aquelas máquinas antigas da tecelagem, aquela zoada, meu Deus, é o verdadeiro inferno! Eu nunca vi o inferno, como se diz, mas, a zoada terrível, meu Deus, quando vou me acostumar!

Ah! Nós achávamos triste, porque nós não trabalhávamos, sabe. Nós éramos gente boa, sabe. Chegou aqui foi chorar muito, quando eu escutava o apito da fábrica, meu Deus, que tristeza! Achava tão triste que chorava.”

Desta forma, o *depósito* é vivido como um momento incômodo e também violento — ainda mais para as filhas, não acostumadas ao mundo do trabalho fabril. A referência à “zoada” das máquinas, assim como à “zoada das ruas”, mencionadas por informantes que tiveram modalidades de *vinda* diferentes, marcam o estranhamento à fábrica e à vila operária.

O estranhamento da chegada em Paulista, conforme narrado por vários informantes, persiste no incômodo demonstrado em relação à “zoada” das ruas e da fábrica.

A submissão à jornada de trabalho fabril e à concepção de tempo subjacente à vida cotidiana numa vila operária de fábrica — simbolizada pelo apito temporal — transporta o inferno de dentro da fábrica para a tristeza da vida.

Essa passagem traumática para o mundo da fábrica — marcada por dificuldades na reprodução das condições materiais e culturais de existência nas áreas de origem, pelo *aliciamento* e transporte coletivo para Paulista e pelo alojamento no *depósito* — é ritualizada pela *companhia* no momento de saída do depósito e de alocação à fábrica e à casa na vila operária. O patrão em pessoa é o centro desta cerimônia de introdução — o *exame* — ao mundo da Fábrica Paulista:

“Quem escolhia [o lugar onde a pessoa ia trabalhar] era o Coronel Frederico. Quando chegavam as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora, numa fila, e ele ia chamando família por família. ‘Família Fulano de Tal’. Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: ‘Esse aqui tá bom pra tal serviço!’ Olhava outro: ‘Esse aqui pra tal serviço!’ (...) Cada um que ele olhasse a mão. Era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes. Eu disse: ‘em todo serviço, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo.’ ‘Então vai pras caldeiras.’ Quem tinha a mão fina demais, ele não gostava não, porque dizia: ‘Ih, esse aí vive de malandragem!’ Ele queria de mão grossa (risos).” (Ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora, chegado em Paulista em 1943).

A distância do relato retrospectivo ressalta mais do que a humilhação do trabalhador, o pitoresco da idiossincrasia patronal, a maneira particular através da qual afirma ritualmente a dominação da *companhia* por meio de uma “teatralização da dominação” (Leite Lopes, 1985). Este relato é de um trabalhador aliciado, aos 23 anos de idade, com uma experiência anterior de trabalho assalariado em áreas do sertão, e que veio para Paulista através do artifício de incorporação a uma “família estranha” para atender aos critérios de *aliciamento* de *famílias numerosas*. Por isto o patrão e seus auxiliares dirigem-lhe a palavra, perguntando sobre seus trabalhos anteriores, enquanto o padrão normal de interpelação se limita preferencialmente ao *chefe de família*.

As avaliações feitas pelos operários sobre o ritual do *exame* mostram outras dimensões da diferenciação interna do grupo social.

Um informante cuja mãe veio para Paulista em 1910 e que se classifica como sendo “de Paulista” por oposição aos de “fora”, às “famílias do interior”, descreve o *exame* realizado pelo Coronel Frederico nas “famílias do interior” com uma profunda admiração pelo comportamento patronal; ao mesmo tempo demonstra uma certa pena dos trabalhadores que passavam por tal cerimônia. O fato desse trabalhador não ter passado pelo ritual permite que descreva a situação nos seus mínimos detalhes sem que se sinta humilhado pelo fato de ser ator de uma teatralização que dignifica o proprietário mas que ridiculariza o examinado. Tal ritual de passagem, reforçando um poder personalizado pelo Coronel Frederico Lundgren é também uma exposição pública das fraquezas e qualidades arbitrariamente atribuídas aos trabalhadores pela *companhia*, podendo chegar à humilhação da família ser mandada de volta.

“Minha mãe chegou aqui com a idade de 8 anos, depois voltou com a mãe dela, mas na segunda vinda, não voltou mais para Timbaúba, até a data presente. No tempo do Coronel Frederico, só não trabalhava quem não queria, eu mesma trabalhei nessa companhia, e entrava e saía, brigava com os mestres, os agentes, o escambau e entrava de novo. Só não trabalhava quem não queria. Era pra cortar capim, pra cobrir casa de mocambo, era pra trabalho de bater tijolo, trabalhar na gerência externa, negócio de fossa. Mas tinha trabalho!

O Coronel Frederico, que até o tempo do Coronel Frederico foi correndo bem, porque o Frederico era progressista, era trabalhador. Ele queria ver todo o mundo trabalhar. As famílias que vinham do interior ficavam no depósito, depois, ele olhava as mãos, porque quem tivesse mão fina... Ele queria ver era mão grossa [dos homens] que nem pé de cajá, tudo encaroçado, com aqueles caroços, aí era trabalhador.

[Imita a voz grossa do Coronel]:

— Sim, sim, viu. Você é trabalhador, a família é trabalhadora, viu. Oh, o Galvão das casas, vem pegar a família, viu?

Agora se visse mão fina...

— Sim, sim, sim, uma família preguiçosa, viu. A companhia não emprega gente assim não, viu. Homem trabalhador é esse aí, viu, olha a mão. Oh, olhe aqui, cada calo que...

E, era assim. Às vezes, olhava pro olho, se era vermelho, num sei quê, quando era vermelho, parece que era trabalhador. Era assim, era todo cheio de novela. Comigo nunca aconteceu isso não, graças a Deus. Porque eu nasci e me criei aqui e ainda estou aqui. Mas, com essas famílias que vinham de fora, o teste era a mão. Se a mão fosse que nem essa mão de moça, Virgem Maria! Não ficava não, mandava logo se retirar:

— Sim, sim. Essa família volta, viu. É uma família preguiçosa.”

Para os trabalhadores que assistem à chegada daqueles *aliciados*, o *depósito* e o *exame* significam partes de um ritual de humilhação. Ao serem as famílias submetidas a um *exame* realizado pelo dono da fábrica, elas vêem a autoridade de seu chefe posta em cheque, uma vez que este, sendo rejeitado, a recusa recairá sobre toda a família. Desse modo, o patrão afirma sua autoridade publicamente, teatralizando⁷ o seu controle e domínio sobre a fábrica e a cidade, enquanto os *chefes de famílias* representam para ele toda a família; suas qualidades de “trabalhador” ou de “preguiçoso” serão extensivas a todos os componentes de seu grupo familiar.

Para além da humilhação percebida por aqueles que se consideram “de Paulista”, o *exame* contém uma outra dimensão: ele reforça diante do grupo familiar e de toda a comunidade industrial a representatividade e legitimidade do *chefe de família* no seu papel de responsável de direito e de fato pelo seu grupo familiar. Com efeito, ao encenar este ritual que enfatiza as qualidades necessárias para ser operário fabril e morador da vila operária — através do elogio do trabalho e da punição à preguiça — o coronel Frederico Lundgren reafirma publicamente a ordem a ser mantida em Paulista, ou seja a ordem baseada numa moral familiar inseparável das qualidades de trabalhador presentes no *chefe de família*. Os trabalhadores que já fazem parte da vila operária — tendo ou não passado pelo *exame* — recebem através desse ritual um recado, significando que também os que ali já estão deverão ser e continuar sendo bons trabalhadores para que permaneçam em Paulista.

Os que se consideram “de Paulista” por oposição aos de “fora” — “famílias do interior” — marcam em suas representações a submissão em que se encontram estas últimas; as famílias recém-chegadas conformam uma espécie de tipo ideal de adequação à dominação presente no “sistema Paulista”, ao mesmo tempo em que a submissão delas como que faz esconder para os “de Paulista” a sua própria submissão.

O caráter humilhante do ritual não é enfatizado pelos trabalhadores que por ele passaram, como o é pelo operário que o observa “de fora”. O *depósito*, sim, é mais humilhante e destruturador por assim dizer, porque não só a família permanece aí dividida e misturada com outras famílias mas também por ser o primeiro contato com a vila operária e um momento ainda de expectativa face à permanência ou não na cidade.

O *exame*, se contém aspectos de provação e humilhação perante o patrão, por outro lado pode ser visto como uma celebração da família, do *pai de família* e da autoridade familiar como organização social básica em que a *companhia* investe e confia.

Dependendo da disponibilidade de casas na vila operária — a qual varia com a construção de novos arruados e com a velocidade com que chegam a Paulista novas levas — as famílias recém-chegadas poderão ter que passar pela provação de serem obrigadas a dividir a casa com outras famílias, provisoriamente. Já assinalei anteriormente ao mostrar uma declaração à imprensa

do presidente do sindicato dos operários de Paulista em 1932, a existência desta coabitação forçada entre famílias de Paulista, obrigadas a receber em suas casas famílias recém-aliçadas. Nesse contexto, a *companhia* usava a coabitação como uma estratégia de enfrentamento aos operários sindicalizados. (Leite Lopes, 1985). Outra forma de coabitação encontrada foi aquela verificada entre diferentes *famílias aliçadas* (e não envolvendo famílias “de Paulista” e famílias recém-chegadas). No exemplo que passo a citar, relatado por uma fiandeira, a co-habitação é atenuada pelo fato das três famílias colocadas numa só casa fazerem parte da mesma família extensa. Observa-se que a coabitação forçada de diferentes grupos familiares, após a passagem pelo *depósito* e pelo *exame*, contrasta com a promessa de obtenção da casa gratuita na vila operária feita pelos *agentes* no momento do aliciamento nas áreas do *interior*.

“Minha família toda é de lá. Agora, nós viemos trabalhar aqui por intermédio da Companhia de Tecidos Paulista. Ela sempre apanhava povo do interior para a gente trabalhar aqui. Eu vivia na casa de meus pais, mas trabalhava, dava duro, né, ajudava meus pais. Aí nós viemos, né, viemos tudinho, viemos três famílias para uma casa só, tudo no mesmo lugar, tudo dum sertão só. Tudo família.

A gente trabalhava assim, na agricultura, a gente trabalhava pra papai, que ele ganhava terra, trabalhava até de ganho para apanhar algodão, essas coisas, né. Antigamente o meu poder de trabalho posso dizer que desde a idade de oito anos a nove anos que eu trabalhava, trabalhava demais até. Trabalhava, vim prá cá e ainda continuei trabalhando. No interior eu vivia uma vida pesada, uma vida cansada, que eu trabalhava até pra queimar forno de cal, eu garota, trabalhava pra fazer aquelas pedras, pra ganhar, pra comer né, eu era pequena. Aí vim pra cá, eu ainda ia fazer doze anos, foi quando eu entrei aqui, com doze anos.

(...) Eles (os agentes) diziam que Paulista era bom, era lugar que o pessoal podia trazer as pessoas pra trabalhar, dizia que Paulista tinha até um rio de leite. Era, dizia até isso, dizia que ganhava bem que a Companhia dava casa. No interior a casa ninguém pagava mesmo não. Em 46, no ano que eu cheguei aqui,

(...) Uma família que viesse, já tinha mandato deles [dos patrões]. Quando vinha, tinha um sobrado velho, que hoje é o Chalé 2, hoje é o hospital, aquele chalé ali, ali era o convento, (grifo meu), para aquelas famílias do interior. Quando as famílias do interior vinham, ficava tudo naquele chalé. A companhia dava cama, dava tudo, deixava aquele pessoal ali até arrumar casa. Nós ficamos lá, aí ele arranhou casa, essa casa grande pra gente, para três famílias, uma casa de três quartos, e deixou a gente ali, depois que ele deixou a gente ali, aí é que foi empregando o povo e aquele povo que ele empregava já ia dando casa, cada um ganhava a sua, entendeu. Aí terminou

ficando a gente só na mesma casa, que a gente veio. E, continuou assim, para as três famílias que estavam lá, ele deu casa.

(...) Eram três famílias numa só, né, entre tios, primos, três famílias unidas, né, vivia tudo direitinho em casa. Porque tem família que não tem união, viemos três famílias num caminhão só. Quando nós viemos morar aqui na rua nova, não tava ainda terminada, ainda faltava piso que não deu tempo de terminar, e nós ficamos numa casa só. Aí depois é que a companhia deu casa para três famílias, porque era muito pequena, que não podia aquelas três famílias ficar numa casa só, aí depois a companhia foi e deu casa para cada oito pessoas com seu chefe. A família de mamãe que ficou comigo, era mamãe, Irene, Severina, Maria, Antonia, José, Josefa, tudo isto era família de irmão, né, irmã. Meu padrasto Sebastião, outra neném novinha que nós saímos de lá, com poucos tempos ela morreu aqui, isso era minha família. Agora tem os primos, tios, parentes de pai, parente de mãe, aí a companhia deu casa para cada um, e cada um procurou seu setor, né. E, todo esse pessoal trabalhou."

Além de mencionar o contraste entre a promessa da casa feita pelo agente e a chegada a Paulista passando pelo *depósito* e pela casa com várias famílias, este relato é bastante expressivo na sua referência à vida "dura" no *interior*. Ele reforça uma visão que opõe trabalho industrial e vila operária por um lado, e trabalho agrícola e *interior* por outro. O *interior*, em certos contextos, aparece como um lugar de "pobres" e de trabalho penoso, ao passo que em outros, quando é descrito o processo produtivo da fábrica têxtil, o *interior* é visto como mais puro e mais saudável. Portanto, é nesta medida que se deve pensar o significado da "dureza" da vida do *interior*, ou seja, ela não é um atributo natural do trabalho no campo: mesmo que ela exista, só é vista como insuportável quando as condições sociais nas quais está inserida são pensadas "a posteriori" como impedindo a permanência e a sobrevivência destas famílias. Não é estranho que muitas famílias retornem para seus *interiores* após a chegada de chuvas — no caso da saída ter tido como motivo a seca.⁴

Na última descrição — a do *depósito*, feita pela fiandeira — é ressaltada a garantia do alojamento e alimentação provisórios por parte da *companhia*, mais que o detalhamento dos constrangimentos passados ali por estas famílias; o relato, ao aludir de passagem ao *depósito* como *convento*, expressa o caráter coletivo que anula provisoriamente as famílias.

O momento da alocação das casas da vila operária às famílias recém-chegadas não causa apenas constrangimentos entre diferentes famílias *aliciadas*. Tais constrangimentos ocorrem também com as famílias já estabelecidas na vila: a administração da fábrica em muitos casos remove famílias "de Paulista" para residências menores, obrigando-as a ceder casa a famílias recém-chegadas.

"Meu pai tomava conta de uma fazenda em Parelhos, no sertão do Rio Grande do Norte. Chamavam a gente de família que eles vinham buscar no interior para Paulista. Agora, este rapaz que veio nos buscar [o agente] não contou mentiras. Também ele só trouxe duas famílias. Naquele tempo eles pagavam dez mil réis por cabeça para o agente, eles queriam produção e o agente tinha que mentir. Meu pai gostava de jogo. Ele estava jogando, numa segunda-feira, quando chegou a "sopa" (o ônibus da CTP que transportava as famílias aliciadas). Aí disseram a papai, e ele se interessou. Depois foram umas quinze pessoas lá pra casa e botaram a mão no queixo: — 'Se o senhor for pra lá, o senhor não vai gostar. Mas parece que lá é bom, e tem isso, tem aquilo.' Quando papai entregou a fazenda ninguém acreditou. A gente veio, passamos 22 dias no depósito, a gente comia por conta da companhia. Fomos três vezes para o Coronel Frederico. O Coronel Frederico disse: 'Essas meninas têm mão fina, não bota na fiação, bota na tecelagem.' Aí fomos para a Roseira [bairro da Paulista] e lá tiraram umas pessoas de uma casa da Roseira e botaram para outra casa, a mulher de resguardo, chorando. Ela tinha uns dezesseis dias de resguardo. Papai não queria, mas seu Manuel [da seção de casas] disse que tinha de querer. No outro dia veio a caiação da companhia. Ficamos seis meses sem pagar a casa. (...) Vinha gente de todo lugar para Paulista, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, até do Ceará. Em Parelhos é agricultura de algodão. Eu lá via muito caminhão carregado de algodão que vinha prá cá. Eu apanhei muito algodão. Aí eu falava: 'Ah, papai, como é que faz roupa disso?' Ele dizia: 'Faz, tece.' Terminei que tanto sei plantar quanto tecer, só não sei acabar." (Ex-tecelã, cuja família veio para Paulista em 1930)

Se o depoimento da ex-tecelã não demonstra uma vivência negativa da permanência no *depósito* nem pelo passar no *exame*, ele mostra como essa família de um ex-administrador de fazenda se pensa diferentemente das outras famílias do *interior*, explicitando, numa clara referência a tais famílias, uma autonomia na decisão da *vinda* que não teria se dado através do "engano" dos *agentes*. Por outro lado a família da informante também se enquadra dentro do padrão familiar preferido pela CTP que é o da existência de muitas mulheres. Nesta família a inexistência de filhos homens parece ter pesado na decisão do ex-administrador, seu chefe, de vir para Paulista, — embora o depoimento também ressalte o poder de atração exercido por Paulista, mesmo sobre famílias aparentemente bem estabelecidas. Os privilégios contidos na sua permanência no *depósito* onde ficaram 22 dias — a informante ressalta o aspecto positivo de que "a gente comia por conta da companhia" — e a obtenção da casa, da qual foi tirada outra família, se comparados com a *vinda* de outro ex-administrador (o de Caruaru) que consegue casa rapidamente por uma ação reivindicativa individual, permite afirmar que estas famílias, mais bem sucedidas em termos sociais em suas áreas de origem, eram melhor recebidas em

Paulista. No entanto era preciso que elas se adequassem à regra da família que fornece braços para a fábrica, em particular muitos braços femininos.

O fato de a alocação da casa da vila operária à família do ex-administrador de fazenda ser precedida pela remoção de outra família, já estabelecida em Paulista, indica um aspecto da oposição, criada pela administração da fábrica, entre os trabalhadores "de Paulista" e os "de fora" ou "do interior". A fábrica procura transformar esta diferenciação interna do grupo operário, em divisão, jogando um subgrupo contra o outro. A humilhação do *depósito* e do *exame* passada pelas famílias do *interior*, corresponde aqui à humilhação das famílias "do lugar", eventualmente removidas das casas pela *companhia* para darem lugar às famílias recém-aliciadas.

O auto-recrutamento familiar

No decorrer do período de vigência da política de *aliciamento familiar* ocorre em paralelo um processo de apresentação espontânea à fábrica, sem a mediação dos *agentes*. Este *auto-recrutamento* incide seja nas famílias provenientes de áreas próximas à fábrica, das áreas do litoral ou das áreas agrícolas dos municípios vizinhos, seja nas famílias do *interior* com parentes já instalados em Paulista.

A família proveniente do *interior*, e sem a mediação dos *agentes* aliciadores, podia contar, no período inicial de busca de trabalho e moradia, com a presença de parentes na vila operária, como se relata a seguir:

"Vim de Limoeiro, em 1931. Eu, duas irmãs e um irmão. Esse irmão trabalhou seis anos mais ou menos e não quis mais trabalhar na indústria. E as duas tecelãs continuaram a trabalhar e agora elas já se aposentaram.

Meu pai chegou idoso, minha mãe não trabalhou não. Em Limoeiro trabalhava na agricultura, terra própria, terreno próprio, crise pesada em 1931, papai disse: — Ninguém aguenta fome aqui não. Ninguém aguenta fome. O terreno vendeu em 1944.

Fui morar na casa de uma tia nossa, tinha parente. Depois arranjamos uma casa. Agora, vinham muitas famílias que ele [o Coronel Frederico] trazia. O velho sempre ia ser agricultor, trabalhava na agricultura, ele dava sítio, terreno, não pagava nada. E a família ia trabalhar na fábrica.

É, agora, disse que uma vez o camarada disse:

— Ah! Eu não quero trabalhar na agricultura.

— Por quê?

— Não agrada o terreno aqui não. Era bom lá onde eu morava.

— Ah! Então leva ele pra terra dele. Terra boa é a dele, leva, leva...

O povo conta isto." (Ex-operário da seção de gravação, na estamperia)

A família do informante contou com o fato de ter lá parentes para poder realizar sua mudança. Mas a referência ao *aliciamento familiar* é um marco sempre presente no discurso dos trabalhadores, independentemente de terem vindo ou não através da mediação dos *agentes*. O depoimento do trabalhador considera a *vinda* de famílias do *interior* que o Coronel Frederico “trazia” e dramatiza um acontecimento que “o povo conta” e que exemplifica a presença do dono na condução da vida em Paulista. Esta superposição de história de vida e modelo hegemônico entre os operários — explicativo da origem do grupo social — é tanto mais ilustrativa da força do padrão do processo de *aliciamento* quando se verifica que o caso contado de punição patronal a um velho trabalhador se refere ao próprio pai do informante. Decidido a deslocar-se para Paulista em período de seca em 1931, seu pai parece apegado ao pedaço de terra em sua área de origem, pois só o vende em 1944. A versão contada pelo filho deste deslocamento para Paulista já incorpora a concepção dominante acerca da adequação das diversas classes de idade de trabalhadores às conveniências da administração da fábrica, inclusive a adequação dos velhos ao tipo de agricultura que lhes é oferecido pela *companhia*: se não houver adequação ao modelo dos “roçados operários” (Leite Lopes, 1985), a família poderá ser mandada embora de volta, como acontece nas sanções eventualmente humilhantes que ocorrem no *exame*.

Também o relato de um ex-contramestre de tecelagem e ex-sindicalista nos anos 50 e 60 sobre o deslocamento de sua família para Paulista, proveniente da área litorânea de município próximo, que se auto-recruta para o trabalho e a moradia da fábrica, mostra a importância das relações de parentesco para o amparo inicial da família na vila operária. Também neste caso aparece a referência ao processo de *aliciamento familiar* como o modelo explicativo mais geral do recrutamento de trabalhadores para a fábrica; é visível, também, a interpenetração, no depoimento, entre o modelo mesmo da origem do grupo social e a história de vida de sua família, embora não coincidentes. Mas aqui a referência ao processo de *aliciamento* tem um aspecto mais concreto: na história de vida desta família, os *agentes* aparecem em ação *após* a chegada da família a Paulista, insinuando-se como mediadores — “despachantes” — para conseguirem trabalho e moradia para a recém-chegada família *auto-recrutada*.

“Cheguei em 1934. Nessa época, existiam aqui em Paulista aproximadamente 14.000 operários. O dono da fábrica, dessa aqui, tinha uma virtude com ele, porque eles mandavam buscar o pessoal no sertão, nesse meio de mundo e aí davam tudo. Eles davam tudo, toda a assistência aqui. Mandava apanhar, buscar gente no interior, mas empregava tudinho, esse pessoal, naturalmente que era apanhado lá pelo interior. Lá a vida não era boa, claro que não era, né. Chegava aqui ele empregava tudinho do pai ao menor. Os menores eles botavam como contínuo, os pais, sem profissão, sem nada, é lógico que não

tinha profissão. No interior não tinha fábrica, então ele dava serviço a eles de tomar conta do sanitário, distribuindo papéis, ou então no chafariz. Contudo, todos trabalhavam, contudo dava trabalho para todos. Aquele povo que naquela época chamou a gente, acho que ganhava cachê por família, porque eles tiveram o máximo interesse quando souberam que a gente queria vir pra-qui. Mas nós viemos por nossa conta mesmo. Não houve quem fosse buscar. Mas viemos porque chegou-se aqui e acertou, a família nossa era de 13 pessoas. Então 13 pessoas trabalhando, enquanto lá não trabalhavam entendeu?

Meu pai era proprietário lá na ilha de Itamaracá. Tinha 2 sítios de coqueiro, tinha corte de lenha, era um negócio. Terminou aqui na fábrica, trabalhando para os outros. Quer dizer, que até a idade de 15 anos nós nunca trabalhamos para homem nenhum. Eu sou filho natural de Itamaracá. Eu sou praieiro. Veio toda a família. Até que a coisa rodou ao contrário, ele terminou aqui. E, o jeito que teve, ele sozinho o salário não dava, então tivemos que trabalhar. Porque o salário daqui só dava quando era conjunto. Quando recebia, aí juntava e era assim que podia dar pra manutenção. Mas, se fosse só um só, não tinha condição, como ainda hoje não tem

Nós tínhamos aqui uns primos da minha mãe, primo segundo, muito longe, aliás, nós tivemos até nos primeiros dias que chegamos aqui, tivemos que pernoitar na casa deles.

Bom, a partir daí ficou fácil, porque o agente interessado foi logo para o escritório e aí nós, então fomos fazer o exame de saúde, essas coisas. Aí, logo em seguida entramos na fábrica. E eu entrei como aprendiz de tecelagem, com alguns irmãos meus. Meu pai entrou na parte burocrática, um irmão meu também. E, eu, três irmãos e duas irmãs fomos pra tecelagem, na verdade sei que a maioria foi para a tecelagem.

Depois um alcançou a idade e entrou pra trabalhar. Porque nós também não fizemos como os que vinham de lá (do interior) que fazem trabalhar os pequenos, não. Ele ficou estudando, né. E, depois quando ele atingiu a idade, entrou pra trabalhar."

A maneira como este ex-contramestre e sindicalista apresenta a distinção entre a trajetória social percorrida por sua família e a trajetória das famílias modelares do "sistema Paulista", *aliciadas no interior*, dá-me oportunidade para consolidar alguns aspectos da diferenciação interna que já foram anteriormente mencionados, particularmente diferenças entre as famílias *aliciadas* e as *auto-recrutadas*.

Na auto-representação deste informante sobre sua *vinda*, aquelas que vinham do *interior* faziam "trabalhar até os pequenos". Diferentemente, famílias como as dele, identificadas por uma posição social de autonomia — o "trabalhar por conta própria", a posse de um sítio — vêm para Paulista por uma casualidade, em função de um infortúnio, uma situação imprevisível, mais inesperada, comparativamente ao caso das famílias do *interior* modela-

res. Os integrantes de famílias que se diferenciam das modelares do *interior*, neste caso, enfatizarão sempre o fato de nunca terem trabalhado. A *vinda* então significa uma regressão em termos da hierarquia social, e não uma ascensão. Desta forma, as famílias do *interior* modelares representam, para os que se auto-diferenciam, a caricatura de suas *vindas*, uma exacerbação de toda a ingenuidade e desconhecimento do trabalho industrial que levam a maior submissão às regras sociais presentes na fábrica com vila operária. No entanto, a ingenuidade atribuída às famílias do interior — que dramatiza a submissão das famílias *em geral* que vieram para Paulista — não exclui que as famílias do *interior* modelares nem sempre tenham aceito e experimentado a *vinda* para Paulista como uma grande salvação. Já mencionei que muitas famílias voltavam para seu *interior*, quando as chuvas recomeçavam; ou até mesmo fugiam “na madrugada, rasgando camas, deixando uma esculhambação”. Tais fatos atribuídos à “ignorância” e à “falta de educação desta gente” podem ter um outro significado. Ou seja, remetem muito mais a uma reação diante do trabalho fabril, com seus horários intensos e condições de trabalho penosas e às próprias regras presentes na fábrica, além de uma preferência pelo trabalho agrícola, que é uma alternativa à aceitação irrestrita de uma submissão ilegítima. O outro lado da questão é que as famílias do *interior* que permanecem são passíveis de ficarem ainda mais subordinadas, pelo fato de não contarem com a segurança da situação anterior que desfrutavam em suas áreas de origem, decorrente das relações sociais de vizinhança e parentesco.

As famílias *aliciadas* modelares não se apresentam como superiores, nem procuram negar a “pobreza” em que viviam, mencionando ao mesmo tempo a “dureza” da vida que levavam — talvez por isto a “dureza” do trabalho fabril não seja tão enfatizada. São, assim, mais enfáticas na referência aos benefícios dados pela fábrica, à existência do emprego para todos e à “bondade do Coronel Frederico”.⁵ Tais aspectos da vida de Paulista fazem parte do discurso de todos os informantes, sendo que aqueles cujas famílias se diferenciam daquelas do *interior* mencionam as benesses como existentes para estas famílias e não para as suas, na medida que suas famílias só vieram para Paulista em função de uma situação que pensam ser excepcional. As famílias do *interior*, por outro lado, não escondem, mesmo ao idealizarem o *passado*, a exploração existente em Paulista e a dificuldade da vida que levaram; tais fatores são pensados como parte de todas as dificuldades que já viveram em suas histórias. Brincam também com o “engano dos agentes”, sem se preocupar em especificar que não “foram enganadas”, como fazem os “de Paulista” ou os que vieram “de fora” mas que não se consideram como parte de famílias do *interior*.

O depoimento do ex-contramestre de tecelagem, de família originária da “praia” — e de uma vertente mais abastada, proprietária de sítios de coqueiros, e não da vertente dos *pescadores* — mostra o interesse dos *agentes* em intermediar a entrada para a fábrica desta família *auto-recrutada*. O processo

de *aliciamento familiar* vem assim interceptar essa família no umbral da fábrica e na soleira da porta da casa.

Mesmo quando não há nenhuma interferência no *aliciamento familiar*, este processo, por ser a forma hegemônica de explicação geral do recrutamento para a fábrica, pode ter sua presença ressaltada por negação. Assim, nas famílias *auto-recrutadas* "pobres", e além disso pouco numerosas e com poucas moças, o fato de não conseguirem se beneficiar com o processo de *aliciamento familiar* é ressentido, aparecendo por negação a força social do processo de *aliciamento*. É o caso da ex-fiandeira que alude à pobreza de sua família no interior e às dificuldades vividas na chegada a Paulista em decorrência do fato de fazer parte de uma família não "numerosa", não tendo sido cobijada pelos *agentes* na sua *vinda auto-recrutada*.

"(...) Lá era pobreza. Trabalhava na agricultura. Fiquei sem mãe em 1946 e vim embora pra Paulista. Viemos por conta própria. Primeiro vieram dois irmãos. Chegaram aqui e arrumaram trabalho em Paulista. Depois, foi buscar, veio eu e meu irmão caçula. Quando nós chegamos aqui, depois de alguns meses não me recordo bem, foi buscar o velho meu pai. Formamos a família reunida. Meu irmão ficou trabalhando, mantinha a casa. A gente morava em casa particular. Antigamente a gente pra arrumar casa era preciso ser operário. E que tivesse um bom emprego. Meu irmão era operário, mas era operário que não tinha emprego. Considerava um emprego bom, quando era banqueiro, tecelão. Então esses podia dizer que eram bons empregos. Fiador, aí a companhia dava casa, que achava que aquele salário daquele empregado dava pra pagar a casa e manter a família. E, quem trabalhava no externo, porque antigamente eles chamava de externo, um trabalho que ganhasse diárias, então tinha que morar nos arrabaldes, em Jaguaribe [área de plantação de produtos de subsistência], como eu, que morei em Jaguaribe.

Se eles mandassem buscar, o operário tinha toda a cobertura. Vinha para o chalé 2 [o depósito], tinha remédio, tinha remédio para vermes. Quando eles chegavam, davam cama de lona, tudinho. Quando eles equilibravam, essa cama eles iam pagar, mas depois que tava trabalhando.

A gente no interior trabalhava na terra dos outros, que nunca teve nada. Quer dizer que nunca estava ganhando nada. Foi quando a gente veio pra Paulista. Quando cheguei em Paulista custei a trabalhar, trabalhava meu irmão, depois meu irmão casou, deixou a gente na contramão, parado. Aí eu tomei uma decisão, vou trabalhar.

Minha mãe não deixava que eu trabalhasse na agricultura. Eu tinha 14 anos, porque só tinha eu e ela não deixava eu trabalhar. Os outros [os filhos homens] trabalhavam muito e ela criava muito, ela gostava muito de enxada, eu nunca gostei de enxada, que eu não era louca, mas ela era louca por enxada." (Lugar de origem da informante: Nazaré da Mata)

A *vinda* acima descrita se dá em 1946 e é realizada pela iniciativa própria dos integrantes da família, caracterizando-se como uma *vinda familiar* por etapas sem a mediação de parentes já estabelecidos na vila operária. Trata-se de um deslocamento em que a família não consegue se beneficiar do *aliciamento familiar*, chamando a atenção para um outro lado deste processo de recrutamento hegemônico: o *aliciamento* só parece ser viável com um tipo de família — a presença de um grande número de filhos e concentração de mulheres e menores permitindo a plena realização do modelo implícito de família requerida idealmente pela fábrica. Com efeito, a *vinda* anterior de dois irmãos solteiros, que conseguiram emprego nos trabalhos instáveis da *gerência externa* — que é o lado hierarquicamente inferiorizado na segmentação de uma força de trabalho que tem por referência principal os trabalhos no interior da fábrica — não os habilita à concessão de uma casa da vila operária. Por outro lado, a família restante, “pouco numerosa”, composta de um velho pai, uma irmã e um irmão não atrai a atenção dos *agentes*.

A comparação das condições do deslocamento para Paulista da família desta ex-fiandeira com as da família do ex-contramestre de origem “praieira” tende a contrariar o que é suposto no modelo explicativo da origem do grupo operário, onde o *aliciamento* está associado à “pobreza” das famílias do *interior*. No entanto, esta “pobreza” tem que ser matizada pelo contingente do grupo familiar e por sua composição por sexo e idade, por crises econômicas e culturais. Pois a “pobreza” pode ficar aquém do *aliciamento*, quando a composição interna da família é desfavorável. Por outro lado a origem social “remediada” interessa aos *agentes* e facilita o processo de *aliciamento*, embora os membros de tais famílias, narrando retrospectivamente suas histórias de vida, façam questão de distinguir-se do comum das famílias *aliciadas*. Também tem importância na diferenciação entre as famílias *auto-recrutadas* o fato do grupo familiar deslocar-se completo, de uma só vez — e neste caso possuir algum respaldo familiar anterior já estabelecido na vila operária — ou deslocar-se por etapas. E tem importância também a maneira como se dá este deslocamento por etapas, que tipo de trabalhador vem primeiramente, se consegue alocar-se no interior da fábrica ou fora dela, nos trabalhos intermitentes da *gerência externa*. Assim, o caso da família da ex-fiandeira mostra como, além da segmentação da força de trabalho entre os operários fabris e os trabalhos no “externo”, existe a diferenciação entre as famílias alocadas às casas da vila operária e as que procuram alojar-se nas *casas particulares*, alugadas geralmente em áreas que não são propriedades da CTP. A *vinda* por etapas da família da ex-fiandeira é quase que uma *vinda individual* de dois irmãos solteiros, contrariando o padrão de *vinda familiar*. E estando esta *vinda individual* aquém do *aliciamento* acaba deixando a família sem possibilidade de morar na vila operária.

A família da ex-fiandeira, que se auto-recruta para as atividades da fábrica é originária do município predominantemente canavieiro de Nazaré da

Mata. Talvez por isto, a *vinda do interior* (de um *interior* açucareiro), sem qualquer ponto de contato com o processo de *aliciamento*, seja um caso limite de “pobreza” que se reproduz na área da fábrica. No entanto outras *vindas*, segundo as características do *auto-recrutamento*, e, como no caso da família da ex-fiandeira de Nazaré, processando-se por etapas, são mais freqüentes quando provenientes de áreas mais próximas a Paulista, de áreas agrícolas de Igarassu, ou de áreas litorâneas e praieiras de Olinda e Igarassu.

Assim, uma grande parcela das famílias *auto-recrutadas* em todas as três *eras* de recrutamento, e particularmente na do *aliciamento familiar*, é proveniente destas áreas praieiras próximas aos territórios da CTP. Talvez por atravessarem as três *eras*, estas *vindas espontâneas, auto-recrutadas*, das áreas próximas, sejam apagadas do modelo hegemônico explicativo da origem do grupo social. No entanto, examinando as diferenças entre as *vindas espontâneas* ou *auto-recrutadas* anteriores, simultâneas e posteriores ao período de *aliciamento familiar*, pode-se aí observar as transformações por que passa a vila operária de Paulista.⁶

Apesar de constar em todas as formas de *vindas* a importância do apoio, na vila operária, de relações de parentesco e amizade, quero dar destaque a tais relações, no caso da *vinda* de famílias que originariamente viviam nas áreas próximas a Paulista.

Estes trabalhadores, ao falarem da *vinda* para Paulista, reconhecem, nas suas condições anteriores de vida, uma identidade social diferente da de operário. No entanto, se diferenciam das famílias que teriam vindo do *interior*, classificando-se como sendo “de Paulista”, como sendo “daqui”. Ser “daqui” é ter vivido nos arredores de Olinda, em áreas litorâneas e agrícolas próximas a Paulista.

Esta proximidade permitiu que famílias de pescadores e de pequenos comerciantes e artesãos se mudassem para Paulista de forma parcelada no tempo. Muitas vezes o pai se muda primeiro — este é o caso da maioria dos artesãos e pequenos comerciantes, ou então um(a) dos(as) filhos(as) ainda solteiros(as) e muitas vezes menor; esta é também a situação de *vinda* dos pescadores, em que só posteriormente vem a família. A proximidade permitiu que elas se utilizassem dos conhecimentos existentes em Paulista, bem como das redes de relações pessoais e de parentesco que pudessem ser acionadas na trajetória de sua *vinda*.

A proximidade de sua área de origem, além de facilitar a manutenção de redes de relações pessoais e de parentesco, favorece também o conhecimento das oportunidades de emprego. Desta forma não é neutro o fato de que esses trabalhadores, habitantes das áreas próximas, se classifiquem enfaticamente como sendo “daqui”.

O depoimento mostrado a seguir — de um aposentado que trabalhou 42 anos na fábrica, tendo chegado a Paulista nos anos 20 — fala de sua *vinda* e a de sua família como tendo ocorrido em etapas: inicialmente o pai e posterior-

mente a parte restante da família; apesar de falar de uma época anterior ao *aliciamento familiar*, ele nos revela o que foi este processo, na visão dos trabalhadores que já moravam na vila operária, como também diz da expansão e fixação definitiva de uma forma de dominação específica à fábrica com vila operária. A ampliação desta última acompanhou a expansão da parte industrial e concomitantemente a efetivação de um poder colocado em prática pelos proprietários no território que se espraiava para além da parte produtiva desta *companhia*. Assim é possível perceber que se colocava, antes da ampliação da fábrica, a possibilidade de um trabalhador “comprar casa” ou “chão de casa” no espaço territorial da *CTP*, casas estas designadas como “mocambos livres”. Tal aconteceu à família do trabalhador mostrado a seguir. Posteriormente, a própria família deste trabalhador é “obrigada” a vender o “mocambo livre” que habitava para alugar “livremente” uma casa, também de “mocambo”, da *companhia*, sofrendo posteriormente a transferência para uma casa de “pedra, cal e telha” da vila operária. Este trabalhador, por pertencer a uma família *auto-recrutada*, é um observador privilegiado das transformações ocorridas nas relações sociais no interior da vila operária. Além de sofrer ele próprio e sua família os efeitos da oposição entre os trabalhadores já estabelecidos em Paulista e as famílias aliciadas do *interior*, ele observa outras virtualidades desta oposição — que dizem respeito à obtenção de casa na vila operária.

“Eu sou daqui. Eu sou de Olinda. Eu nasci em Olinda. De Olinda vim para aqui. Eu fiquei aqui [em Paulista]. Não conheço nem a fábrica Aurora [fábrica construída depois da chamada Fábrica Velha — a Fábrica Arthur em um outro bairro]. Trabalhei 42 anos na fábrica Velha. Porque temia ficar um tempo parado. Meu pai, eu era solteiro, mas meu pai não trabalhava [em Paulista, na fábrica] e eu tinha duas irmãs solteiras, meu pai, minha mãe, duas primas menores e eu tinha que dar conta da família. Então, eu não podia sair para procurar trabalho [fora de Paulista, ou em outra seção dentro da CTP] para melhorar minha situação, porque eu sempre fui assim franzino.

Meu pai era ferreiro em Olinda. A princípio meu pai veio primeiro praqui. Ferreiro, acabou serviço por lá, veio trabalhar aqui. Aqui tinha movimento não só de fábrica, mas de todo o material que precisava a fábrica. Tinha fabricação de tijolos, de telhas, de cal, tudo que era necessário para o movimento daqui. Era tirado daqui mesmo. De modo que essas coisas eram mais baratas para a fábrica.

Meu pai não veio trabalhar na fábrica, veio trabalhar em construção de tijolos, telha. Depois a gente veio praqui, e, eu durante o tempo que era menino, não trabalhei aqui não, não trabalhei na fábrica. Trabalhei de pedreiro. Agora em 23, eu comecei a trabalhar, aqui, na fábrica. Meu pai veio para uma casa comprada, meu pai era empregado do Alberto [Coronel Alberto Lundgren], lá na Fazenda Maranguape e quando acabou a criação de porcos que tinha lá, ele não quis mais criar. Meu pai veio morar aqui. Comprou casa,

casinha, quer dizer, era mocambo, casa coberta de capim, cá na Rua da Linha, comprou por 250 mil réis.

Então a companhia mandou derrubar o mocambo, para no mesmo lugar construir. Então deu 50 mil réis pela casa que a gente tinha comprado por 250. Então saímos do mocambo livre e fomos morar numa casa de mocambo. Mas quando veio gente do interior, saí da casa [de mocambo] para morar aqui [na casa em que mora até hoje]. Porque essa gente que se chamou do interior, foi morar na casa que ele construiu. Porque a companhia entendeu de querer todas as casas alugadas, quem morasse aqui tinha que pagar aluguel à companhia.

Aí quando construíram as casas de telhas, então acharam de condenar o mocambo [já de propriedade da CTP]. Não consertavam mais mocambo, não se cobria mais nada. Ia pedir para cobrir: — Nada, não se cobre, tá condenado o mocambo! O que houve é que tinha aí um depósito, que hoje é depósito de caixa. A pessoa aí botava lá. Enquanto isso, ia construindo as casas, aí botavam nas casas. E, às vezes obrigavam o morador a aceitar uma família dentro da casa. Houve muito isso aqui. O morador aceitava, sem querer. Alegavam que a casa era grande com muito cômodo: ‘Você tem pouco operário. Então eles podem morar aqui.’

Se não aceitasse, ficava sem trabalhar, ia embora.

(...) Ela [a companhia], chamou esta gente do interior para morar na casa que ela construiu para botar a gente para fora. Esse pessoal que vinha do interior sempre tinha uma família grande. E, ele [o Coronel Frederico] aproveitava as moças e os rapazes para o trabalho da fábrica e às vezes o velho, ela dava um pedacinho de terra, para o camarada cultivar. Então o camarada se sentia bem, né, cultivando uma terrazinha e as crianças trabalhavam.”

Este velho trabalhador menciona as formas concretas em que se manifesta a oposição entre os trabalhadores “do lugar” e os aliciados do *interior* quanto à distribuição das casas e à reorganização da vila operária: o fim dos mocambos livres seguido da condenação dos mocambos da *companhia*, o desalojamento das famílias “do lugar” para abrigar as “de fora”, o alojamento forçado dos “de fora” na casa dos “do lugar”. Mas além disso, seu depoimento traz implícito uma outra forma menos ostensiva de oposição entre as famílias “do lugar” e as “de fora”, decorrente do padrão de família trazida do *interior*. Diante deste padrão, das *famílias numerosas*, muitas famílias “do lugar” têm sua posição na diferenciação interna do grupo operário piorada, tal rebaixamento refletindo-se na alocação ao trabalho e na distribuição de casas na vila operária.⁷

A *vinda* desta família proveniente de Olinda se dá numa combinação de facilidades que vai desde a proximidade em relação a Paulista até a diversidade de ocupações oferecidas, como trabalho em cerâmica, produção de cal e criação de porcos, a opção industrial dando-se após certo tempo de estada em

Paulista. O velho operário é na realidade o único filho homem de uma família de duas irmãs e duas primas, todas menores quando da chegada a Paulista, além da mãe. Quando entra para a parte industrial da CTP, seu pai já não está em condições de trabalhar e ele passa, a partir de 1923, a ser o responsável pela manutenção de seu grupo doméstico.

Ele é testemunha da coincidência entre o momento da apropriação territorial e reorganização da vila operária feita pela fábrica, impedindo que qualquer forma de autonomia no morar seja viável, com a chegada de famílias vindas do *interior*. A observação de tal coincidência, na realidade, registra a efetivação de uma estratégia de dominação em que a manutenção de uma força de trabalho exclusiva, sem "liberdade de ir e vir", se faz necessária, face ao investimento que a *companhia* se propõe ao trazer uma mão-de-obra não qualificada para a indústria e que se dispõe a qualificar através de um aprendizado. Com a imobilização, através da moradia, de toda a família que faz vir do *interior*, ou das que aceita através do *auto-recrutamento*, a CTP quer garantir também um contingente de trabalhadores disciplinados. Disciplinados tanto no trabalho produtivo quanto na vida comunitária fora dos limites da planta industrial. Para isto, além da garantia do envolvimento de toda a família no trabalho, estimula atividades associativas que não impliquem em demandas sindicais (Leite Lopes, 1985) através da subvenção a clubes de futebol, carnavalescos, de danças tradicionais, e a atividades religiosas.

Este reforço da disciplina, que é produzido através da reorganização da vila operária, se manifesta na imposição de uma concepção de casa. As implicações dos *mocambos* como concepção diferente de casa, possibilitando uma pequena plantação e particularmente a criação de animais domésticos em terreiro anexo à casa transparecem no depoimento de uma ex-tecelã cuja família, vinda "espontaneamente" para Paulista em 1927, tem uma trajetória semelhante à do velho operário, acima citado, que chega em 1923.

"Meus pais moravam em Olinda. Casaram aqui e foram morar em Olinda. Ele, meu pai, não trabalhava na fábrica, vendia carvão. Logo que fiquei com seis anos aí ele disse que tava bom de vir para Paulista. Porque em Olinda, o tal caminhão para carregar carvão não dava para ele. O caminhão pegava o carvão e deixava ele ficar sem trabalho. Ele trabalhava com cavalo, sabe. Aí ele veio embora para Paulista. Ele só carregava, ele não fazia carvão. Ele levava na freguesia o carvão e recebia o dinheiro. Agora, aquele lucro, ficava pra ele. Aí então ele disse: 'Mas, num dá!'

E tava passando necessidade. Vem o caminhão, pega o carvão, porque o cavalo é uma coisa mais atrasada, né. O caminhão não, é uma coisa mais rápida. Então ele chegou aqui em Paulista em 1927. Quando chegou aqui, como mamãe já tinha trabalhado, antes de casar, conseguiu logo voltar ao trabalho, ela era enroladeira. E ele ficou sem trabalho. A gente veio para a casa do tio da minha mãe, na Rua da Levada. Aí mamãe pediu uma casa para

a companhia. Todo operário tinha direito a uma casa, mamãe pediu e deram essa do Catolé [bairro]. Lá a gente acabou de se criar e fomos trabalhar. E meu pai ficou trabalhando em Porto Arthur. Ali ele arranhou trabalho. A casa era de taipa mas o terreno era da companhia. Agora, quem pagava o aluguel de uma casa tinha direito à casa e tinha aquele terrenozinho. Roçava, plantava, tudo. Agora, era pequeno, sabe? Era pequeno o terreno, mas mesmo assim era muito bom para se criar. Criação de bichos, criava porco, essas coisas. (...) Porque antigamente o que tinha mais era casa de taipa. Esse Nobre aí [bairro em que atualmente mora essa ex-operária] tudo eram aquelas casinhas de palha. Era nessas casinhas de palha que o povo morava. Depois foi que pegaram a botar no chão e fazer casa nova. Agora, tinha casa da companhia e tinha casa particular. Tinha aquelas ruas de casas separadas, não era tudo pegada assim [refere-se às casas da vila operária que são coladas, parede com parede]. Agora, tinha gente que, às vezes, tinha casa particular, mas a companhia pegava e comprava." (Ex-operária que chegou a Paulista em 1927)

Em ambos os depoimentos os *chefes de família* não são aproveitados no trabalho fabril, e sim nos serviços exteriores: o ex-vendedor de carvão trabalha no Porto Arthur (porto de propriedade da CTP, próximo à área em que a fábrica fica situada e depois desativado) e o ex-ferreiro é aproveitado em diversos "serviços externos" sucessivamente (primeiro trabalha na produção de telhas, depois criando porcos e enfim se torna dependente do filho quando este último entra para o trabalho fabril) Nenhuma dessas duas famílias recebe os benefícios que as famílias aliciadas passarão a receber a partir de 30. No entanto, é marcante a transformação que sofre o território da vila em sua disposição espacial na distribuição de casas sob a propriedade da CTP. No primeiro depoimento, o trabalhador marca como importante a impossibilidade de ter "chão de casa" onde ele possa construir um "mocambo livre", ligando essa transformação à *vinda* de famílias do *interior*. No segundo, a ênfase na existência e na disposição espacial de "casas particulares" — os *mocambos livres*, que não eram casas conjugadas, mas sim "soltas" — mostra a preferência dos trabalhadores "do lugar" pelas casas "soltas", que dispõem de pequeno roçado e terreiro para criação anexos — suprimidos na vila operária com seus arruados de casas pegadas umas às outras.

Desta forma, as famílias que se estabelecem em Paulista no período anterior ao *aliciamento familiar* sofrem uma expropriação nas suas condições habituais de reprodução social, com a reorganização da vila operária e a imposição pela fábrica de uma outra concepção de casa (Leite Lopes, 1985). Grande parte destas famílias permanece na fábrica — como as do ferreiro e do carvoeiro de Olinda — adequando-se à nova disciplinarização que acompanha a reorganização da vila operária e a chegada das *famílias aliciadas* no *interior*.

Faça ao padrão de família de trabalhadores modelares alcançado pela política de *aliciamento familiar*, as famílias com número reduzido de mem-

bros se *auto-recrutam*. São provenientes das áreas praiieras próximas a Paulista, e procuram se integrar à vila operária, deslocando-se “por etapas” com a ajuda de parentes e amigos já estabelecidos. É o caso da ex-operária que iniciou sua vida fabril em 1937, proveniente da área de pesca. Ao descrever sua entrada na vila operária, ela sublinha o fato de “ser de Paulista”, ao mesmo tempo em que revela a importância das relações pessoais de amizade que permitiram sua *vinda* individual, seguida depois pelo resto de sua família.

“Eu mesma nasci em Paulista, sabe? Fui trabalhar a primeira vez no enrolador (...) Eu era filha de pescador. Naquela época os homens viviam de pesca. As mulheres, em casa, se remediavam com o trabalho manual, fazer um bordado, uma renda. E pois eu vim parar aqui, comecei a trabalhar e resolvi trazer minha família. Uma irmã trabalhava aí na enroladeira, outra aí na tecelagem. Agora a caçula sou eu, já com 64 anos e agora já tá tudo pra morrer. Trabalhei de 37 a 69, muito tempo, 32 anos.

(...) Quando eu cheguei aqui, logo fui para o bairro de Aurora, para a casa de uma colega. Depois, eu fui para casa de minha família, ainda passei cinco anos em Aurora. Depois é que derrubaram essas casas, porque eram de palha, foram acabando com elas e a gente foi para a Rua São João.

(...) Das praias, vinha gente. Muitos vinham e voltavam. Eu vim e fiquei mesmo. Nós éramos uma família de viúva e tinha que trabalhar em fábrica. Lá pelas praias os trabalhos são mais de pesca e mulher não faz esses trabalhos. Vem sempre algum pescador, mas os pescadores são muito mais apegados na pesca. Alguns se criaram aqui, mas, pescador mesmo que viesse da pesca para aqui, eu não conheço nenhum. A pescaria não é muito ruim não. A pescaria tem que esperar pela sorte, é uma profissão que vai de sorte. Às vezes a pessoa vai, tempo bom de verão, não arranja nada.

Quem queria trabalhar é que vinha procurar, a companhia procurava gente mais pelo interior, lugar de preferência era lá mesmo. Eles achavam que era mais trabalhador...”

A característica da ex-operária que veio das “praias”, filha de pescador, cuja *vinda* se dá após a morte do pai, faz perceber que a fábrica atrai também o contingente feminino que habita o litoral e que não pode se reproduzir na pesca. Face a um momento crítico do desenvolvimento do ciclo de vida do grupo doméstico, pai idoso com muitas filhas, com poucos filhos, sem filhos, ou ainda com filhos menores, Paulista é uma solução para os trabalhos feminino e de menores. E também é uma solução, particularmente entre os pescadores e para as *famílias de viúvas*. A informante afirma que “pescador” não ficava em Paulista, expressando a resistência de um trabalhador autônomo, o da pesca, à entrada para o mundo dos assalariados, onde sua autonomia é cortada. No entanto, foram encontrados alguns casos em que trabalhadores homens, provenientes da área de pesca, vieram para Paulista e lá permaneceram com

suas famílias. Mesmo assim, em todos os casos observados, o pai não se adaptou ao trabalho na *companhia*, mesmo quando este não estava ligado à produção industrial. A opção desses trabalhadores, sempre que possível, era por um *roçado* concedido pela *companhia* ou por um *pequeno comércio*.

“Papai, ele era de Olinda. Morava na praia. Quando se casou com mamãe ele tava na praia, mamãe tava na praia, o pai de mamãe foi daqui de Jaguaribe para a praia e lá eles se conheceram. Eu sei que a gente nasceu lá na praia, na praia do Junga, e eu vim parar aqui com 3 anos, Lídia [irmã] com 2, agora o resto veio tudo grande. Ele pescava, lá ele tinha jangada, tinha gente trabalhando para ele. Ele vendia, tinha negócio de vender mel, aquele mel que fazem garapa para cavalo, sabe. Aí ficou ruim a pescaria, aí foi o tempo que a gente veio pra Paulista.

Primeiro veio Zé que tinha nove anos. Veio para trabalhar, porque esse compadre do meu pai que tinha uma venda lá na Rua da Linha, tinha um casal de filhos. Aí morreu o rapaz, o rapaz morreu, e a mulher ficou em tempo de enlouquecer que morreu o rapaz e ficou somente a filha. Esse homem ficava lá em casa tentando, para ver se papai dava o menino para ele:

— Me dê um menino desses, compadre, porque a mulher só vive chorando lá, pra consolar, pra fazer parelha.

E, a filha dela trabalhava, a mocinha já estava trabalhando, a moça mais velha já estava trabalhando, né, na tecelagem.

Aí, dizia:

— Eu levo ele para lá, chega lá ele aprende a negociar, e eu boto ele pra estudar.

Eu sei que ele deu tanta da enrolada que um dia Zé disse à mamãe que queria vir. Aí mamãe deu pra chorar, não queria deixar, que não ia dar filho dela não. Aí papai disse:

— Mas que besteira, vai para o compadre mesmo, é o mesmo que estar em casa. Ele vai botar o menino na escola, e toda a semana a gente vai lá, se quiser ir.

Aí Zé disse que vinha:

— Eu vou.

Ficou doido pra vir, aí papai disse para mamãe:

— Deixe ele ir.

Aí mamãe deixou ele ir, mas só vivia chorando porque Zé veio.

Aí depois que o negócio lá na praia tava meio ruim, a pescaria ruim, tudo ruim. Aí seu Joca disse:

— Meu compadre, o que é que o senhor está fazendo aqui com essas meninas? Não é melhor o senhor ir logo de uma vez para Paulista? Já tem Zé lá, leva as meninas para lá que eu arrumo trabalho.

E o noivo da filha dele era contramestre da tecelagem e tinha muita intimidade com a família dele. Aí eu sei que ele falou de trabalho para as meninas,

aí elas vieram. Com três dias começaram a trabalhar, a Genita e a Maria. Ficaram uma semana morando com esse compadre. Depois a companhia arrumou, deu um quartinho lá no meio da Mangueira [bairro]. Tinha uns quartinho como esses aí, sabe, que eram da companhia. Aí depois a gente foi. Ainda passamos seis meses nesse quartinho. Veio tudo. Depois que as meninas estavam trabalhando, aí, a gente veio tudo. Aí foi morar nesse quartinho. Aí depois ele deu uma casa pra gente lá em Canoas, lá perto do Cemitério, uma casa de taipa, coberta de capim também, aí fui para lá. Só era tapada de barro, no chão assim de barro também, mas era melhor que o quarto, era maior também, né. Tinha sala, tinha um quarto, tinha cozinha, mas depois mandaram cair.

Depois, quando meu irmão Virgílio foi trabalhar, eu também fui. A gente foi trabalhar igual, né. Quando Virgílio foi trabalhar, eu fui também. Ele tava com 15 anos ou era 14, aí ficou nós três trabalhando [a mais velha não estava mais trabalhando porque adoeceu] e papai negociando.

Papai trabalhou em negócio de construção que a companhia tinha. Tinha um bocado de homem em negócio de pedreiro, sabe, assim para consertar as casas, para fazer caiação. Chamava gerência externa, era caiador, pedreiro, tudinho, e tinha também um homem que tomava conta dos cavalos. Aí ele ficava tomando conta desses cabriolé, ou ele andava com o Coronel, com o cabriolé. Aí na hora que ele chegasse, papai tinha que estar lá para dar ração para o cavalo, aí dentro da fábrica, na fábrica Aurora. Aí papai ficava lá até às 11 horas da noite, meia noite, a hora que ele chegasse papai tinha que ficar lá, para dar comida para o cavalo, para dar banho. Aí ele se zangou com esse homem [que tomava conta dos cavalos] e não foi mais lá. Aí começou a cortar capim para cobrir casa, aí depois abusou com o capim e deixou. Começou a negociar com fruta. Ele comprava e vendia no balaio, sabe. Ele saía assim pelos sítios lá por Jaguaribe, comprava jaca, manga, banana, ele vinha e vendia." (A informante relata a vinda de sua família em 1935, quando ela ainda tinha três anos)

A família desta ex-fiandeira e filha de pescador pôde mudar-se para Paulista face a conhecimentos pessoais ali estabelecidos, ao mesmo tempo em que já contava com um de seus componentes — o filho mais velho “semí-adoptado” — na casa do compadre, mediador da *vinda* familiar que se dá por etapas. A composição desta família, no que diz respeito a sexo e idade, colocava seu chefe numa situação social relativamente grave. Um filho de nove anos, o mais velho, vai para a casa de um compadre; o outro filho, com sete anos, não está apto a *ajudar* o pai na pesca. Ao lado disso, com a “pesca estando difícil”, a quantidade de filhas sem possibilidades de trabalho nesta área, faz com que Paulista se apresente como uma solução. As filhas em condições de trabalho vêm primeiro e o restante da família, depois. No entanto, ao vir sem a mediação do *aliciamento familiar* — devido em parte à resistência e hesitações do pai pescador em deslocar-se de vez para Paulista — esta família vai morar em

um *quartinho* e só depois consegue a casa. O conhecimento de um contramestre, noivo de uma das filhas do compadre do chefe desta família, facilita o emprego das filhas e do pai. O *pescador* não se adapta aos serviços que lhe são dados e termina por se estabelecer como pequeno comerciante, vendendo frutas, atividade que já desenvolvia quando vendia mel para cavalos e morava na área das praias.

O depoimento da ex-fiandeira, também pertencente a uma família de pescador que se *auto-recruta* por etapas, mostra como os dilemas e angústias que precedem o deslocamento para Paulista trazem em seu bojo não somente referências à crise econômica vivida pela família, como ainda uma crise cultural, imbuída de aspectos morais e afetivos. Assim, essa trajetória se aproxima daquela vivida por várias famílias *aliciadas*, que enfatizam os aspectos culturais determinantes na saída de seu local de origem. A *vinda* do filho mais velho, de nove anos, é um fator que pesa tanto na decisão posterior do deslocamento da família quanto a crise econômica da pesca.

Além disso, o depoimento da ex-fiandeira mostra que a *companhia* também prevê esse deslocamento “por etapas”, característico das famílias das áreas mais próximas. Embora mantenha sua preferência pelas famílias do *interior*, a *CTP* dispunha de alojamento para trabalhadores individuais. O modelo é a casa da vila operária e a família aliciada, mas havia também os “quartinhos” para as moças que viessem sós. Aos “quartinhos” para as moças parece corresponder o “castelo” para os rapazes, alojamentos com um número maior de trabalhadores celibatários homens. A modalidade do “castelo”, mencionada por apenas um informante, parece ter sido um alojamento muito pouco utilizado no território da *CTP*, como que uma exceção confirmando a regra das casas da vila operária para famílias de trabalhadores.

As famílias de viúvas

As várias histórias de vida, descrevendo os motivos da saída do local de origem e da *vinda* familiar, mostram com frequência a situação de uma viúva no desencadear da aceitação do *aliciamento* ou da decisão de um “auto-recrutamento” para o mundo da fábrica têxtil. Isto pode ser constatado estatisticamente nas fichas de “registro de empregados” da *CTP*, através do item “Beneficiários”, que se refere aos membros familiares declarados pelo operário recém-ingressado na fábrica, para efeitos de direitos previdenciários. Entre 1935 e 1946, período de grande afluxo de novos trabalhadores e de maior intensidade da política de *aliciamento familiar*, 16% dos operários registrados declaram a *mãe* como beneficiária única. Dentre as categorias designadas como beneficiários neste período, a mãe aparece em segundo

lugar em frequência, após a categoria pais,⁸ o que pode vir a indicar a situação de viuvez.⁹

Para a fábrica têxtil, do ponto de vista da incorporação e reprodução de força de trabalho estável, particularmente nos setores de fiação e tecelagem, a prioridade é no recrutamento da força de trabalho feminina e infantil. Assim, quando não existe a figura do *chefe de família*, as viúvas substituem-no em sua função. Ou seja, não é impeditiva a *vinda* para Paulista de famílias cujo chefe — o pai — esteja ausente. A viúva, a mãe no caso, assume as funções do *chefe de família* e ela é quem decide a *vinda* para Paulista. Tais famílias são, portanto, tão atraentes para a fábrica como aquelas em que o chefe esteja presente. De uma maneira geral, elas se apresentam com um grande número de filhos menores e composição feminina bastante acentuada. As mães viúvas encontram em Paulista uma forma de manter unida sua família, além de garantir, através do trabalho fabril de seus filhos menores, as condições de subsistência do grupo familiar.

O depoimento de ex-contramestre de fiação, que tem por área de origem as proximidades rurais de Paulista, já no município de Igarassu, mostra como a morte do seu pai, pequeno produtor artesanal de carvão vegetal, leva à mudança para Paulista da viúva e de seus filhos pequenos, através da mediação de um tio já estabelecido como operário.

"Meu pai fabricava carvão. Esse carvão vegetal, sabe, a gente ia para o Recife, a estrada muito apertadazinha e os animais carregados, né, e lá ia distribuir. A gente tinha a freguesia na entrega do carvão, ali pelo Beberibe, Encruzilhada, Chapéu de Sol, Casa Amarela. Depois desta época foi que eu vim para Paulista. Aí trabalhei em indústria, nessa época, de 29 até março de 1966. Eu vim pra cá depois que meu pai morreu. Foi quando eu vim praqui com minha mãe e duas irmãs. Uma trabalhou em escritório, outra em tecelagem. O mais velho sou eu, elas são mais novas. Eu cheguei aqui no centro da cidade, eu vim de uma área aqui perto, umas duas léguas daqui, mais ou menos. Tinha um tio que trabalhava na indústria, eu vim por intermédio dele e me localizei na indústria. Foi em setembro de 1929. Eu tinha apenas onze anos de idade. E, pra trabalhar, eu precisei de tirar um registro mostrando que tinha doze anos, que nessa época o limite para trabalhar era doze anos. Então consegui o registro com facilidade e me iniciei trabalhando. Com a ajuda de meu tio." (Ex-contramestre de fiação)

As relações de parentesco e amizade entre os moradores da vila operária e a população rural e de pescadores das áreas próximas naturalizam o deslocamento de *famílias de viúva* para Paulista. Tal parece ser particularmente o caso das famílias de pescadores, por apresentarem recorrência no desaparecimento de seu *chefe*:

"Das praias vinha muita gente, muitos vinham e voltavam. Eu vim e fiquei mesmo. Nós éramos uma família de viúva e tínhamos que trabalhar em fábrica. Lá pelas praias os trabalhos são mais de pesca e mulher não faz esses trabalhos." (Ex-operário da seção do enrolador)

O deslocamento de famílias de viúvas do interior, particularmente as sujeitas ao *aliciamento familiar*, estaria associado a circunstâncias de *vinda* para Paulista ainda mais dramáticas do que as implicadas na *vinda auto-recrutada* das áreas próximas.

"A Companhia de Tecidos Paulista era a única que oferecia emprego no Nordeste. Então mandava os agentes ao interior do Estado da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte à cata de famílias, pra trabalhar como aprendiz de tecelagem. E, de preferência, esses agentes só traziam famílias de cinco, seis moças, porque eles, justamente, como o salário era ínfimo e miserável, era mínimo, famélico, justamente botavam uma família grande numa casa só, porque todos em conjunto, com esse pouco dinheiro se alimentavam, uma espécie de coletividade, dum mutirão... Meu pai era Capitão da Guarda Nacional, boiadeiro, tinha duas propriedades no município de Brejo de Areias, na Paraíba, na terra dele, do grande escritor e romancista José Américo de Almeida. Foi quando já fazia um ano que meu pai tinha morrido, tinha cinco irmãs moças, e eu trabalhava numa padaria e mercearia de um tio meu, na cidade de Guarabira. Então, tive notícia que minha família tinha se transferido do município de Areias e estava na cidade de Paulista, então eu escrevi uma carta para a velha minha mãe que não mais me procurasse, que eu tinha pavor do nome de Paulista, pela fama, e não é verdade, faça-se justiça. Que eles [os Lundgren] eram conquistadores das moças e menores que mandavam buscar, pra deflorar, e não é verdade, eles não faziam isto. Essa justiça eu faço a eles. Eles mandavam buscar pra trabalhar em fábrica e não com aquela intenção, ou aquela fama que eles tinham por todo o Nordeste. A velha adoeceu, mandou me chamar, que eu tivesse com ela com vida. Ai então tratando de minha mãe eu vim embora e ingressei dentro da fábrica no dia 24 de fevereiro de 1931. Rapazinho do comércio, cidade de clubes, estranhei profundamente. Vim de uma cidade que tinha clube, de uma cidade livre, de estudante, de banda de música, que cada um tinha sua pequena propriedade, sua casa. Tudo que eu perguntava: uma casa, de quem é? — É da companhia!; um cavalo — Da companhia; uma bicicleta, — Da companhia; um trem, uma carroça, — É da companhia. Ninguém tinha nada, tudo era da Companhia de Tecidos Paulista!" (Ex-sindicalista e ex-prefeito)

Após enunciar em linhas gerais as regras do processo de *aliciamento familiar* da CTP e suas conseqüências para as famílias aliciadas, este ex-sindicalista e político se defronta com a própria trajetória social descendente na

vinda traumática de sua família, marcada pela morte do pai. O fato de ser o filho homem de uma *família de viúva*, com mãe e cinco irmãs em Paulista, o faz superar sua contrariedade com o *aliciamento* de sua família. Ser filho de viúva não tem aqui o significado de injúria que os kabílios argelinos dão ao termo — homem criado por mulheres e cuja honra e masculinidade são suspeitas. No entanto, as dificuldades associadas a essa condição, evocadas retrospectivamente pelo ex-operário sindicalista, assemelham-se ao orgulho demonstrado pelos mesmos kabílios — o orgulho de ser “filho de suas obras” (Sayad, 1975).

Este mesmo orgulho transparece no romance autobiográfico *Os Miseráveis* do operário Adauto Machado, escrito durante minha permanência no campo. Após dificuldades e aventuras no trabalho em Paulista, Recife e São Paulo, Machado finaliza o romance com sua volta à terra natal, Paulista, com seus cinco filhos e sua experiência de operário qualificado em São Paulo:

“Não tinha economias, minha riqueza estava sobre os meus ombros, experiências e profissões que não me deixariam passar fome em nenhum lugar do mundo.”

Este romance autobiográfico é antes de tudo sobre a família, tanto a sua de origem quanto aquela constituída a partir de sua própria experiência de *pai de família*, operário em luta pela sobrevivência. Sua família de origem é focalizada de três pontos de vista, correspondentes a três personagens e a três capítulos: “José Farias”, seu irmão; “A mulher que não rendeu-se”, sua mãe; e “Machado”, ele próprio. Do ponto de vista de minha análise, o romance tem importância pela descrição — de dentro e de diferentes componentes da família: a mãe, o filho mais velho e outro filho que é o narrador — do que seja uma experiência de *família de viúva*. Estão descritos no romance desde a morte do pai camponês e pequeno negociante em Carpina, até o deslocamento da viúva e seus filhos, anos depois, para Paulista, mediado pela ajuda de uma irmã já residente na vila operária, bem como a posterior proletarização industrial da família.¹⁰

O orgulho retrospectivo de filho de viúva não deixa, no entanto, de revelar as dificuldades e humilhações decorrentes de tal condição. Assim, já no processo de *aliciamento familiar*, as humilhações aparecem aumentadas pela situação de maior fragilidade relativa. Não sendo numerosa, sua família é preterida pelo *aliciamento* — seu irmão mais velho ainda é incorporado a outra família para aumentar seu contingente e ser trazida para Paulista — e somente conseguirá vir posteriormente, pela mediação de amigos. Semelhantemente ao ex-sindicalista proveniente de Areias e Guarabira, na Paraíba, esse operário procedente de Garanhuns, após narrar as características gerais do processo de *aliciamento*, isto é, de dar sua versão do mito

de origem dos operários de Paulista, defronta-se com as conseqüências concretas desse processo de *aliciamento* sobre a história de vida de seu grupo familiar:

“Eu cheguei em Paulista com treze anos e comecei a trabalhar com quinze. Então minha juventude foi toda aqui. Venho de Garanhuns. Apesar de ser de lá, eu não conheço. Bom, naquele tempo a companhia mandava buscar o povo e dizia que aqui tinha até rio de leite. As vantagens que eles ofereciam, qualquer um toparia. Eles ofereciam muita coisa. Eles pegavam um pessoal que trabalhava na agricultura. Naquele tempo o pessoal era muito atrasado. Eles diziam: — Você vai pra lá, você vai empregar, vai ganhar salário alto, vai ter casa, luz e água. O pessoal, qualquer um vinha. Agora onde eu estava não dava nada. Eu não vivia, eu vegetava, né. Não dava mesmo. A gente vinha naquela intenção, e quando chegava aqui era aquela negação (...) é porque a coisa não tava boa. Aliás, naquele tempo eu não tinha pai. Era mãe. Naquele tempo eles traziam as pessoas. Quando a família era pequena, então eles juntavam duas famílias numa. Inclusive eu tenho um irmão que mudou de nome para vir junto com outra família. (...) De nossa vez a gente veio, 1946. A companhia arrumou a casa. A tecelagem, sempre dava preferência às mulheres, né. Então as meninas trabalhavam. Chegamos aqui, ficamos um dia na casa de uma família conhecida. Depois de trabalhar uns tempos é que a companhia dava casa à gente.

A situação de *família de viúva* agrava as dificuldades de reprodução social na área rural; no caso da família desse operário — por ter contra si o fato de não ser numerosa — ela se torna ainda mais frágil diante do processo de *aliciamento*. Acresce-se a isto a divisão da família e a saída de um irmão que se incorpora a uma família estranha, participando do *aliciamento* desta última. A transgressão da honra familiar cometida por este irmão poderá ser melhor situada no contexto das *vindas individuais* através da *sujeição* a uma família estranha. A situação de *família de viúva do interior* tende, assim, a aumentar os riscos de uma divisão do grupo familiar perante o *aliciamento*, aumentando também a carga emocional e moral associada aos atos dos diferentes membros deste grupo familiar no seu deslocamento em direção ao mundo da fábrica.

As vindas individuais

Por *vindas individuais* estou designando e englobando dois tipos de deslocamento: a *vinda* através de *sujeição* a uma família estranha e a *vinda* através do subaliciamento familiar.

A *vinda individual* através da *sujeição* a uma família estranha pode processar-se tanto através da *vinda* nos moldes do *aliciamento familiar* como na *vinda* através do auto-recrutamento familiar disfarçado em aliciamento. A *sujeição* consiste em um indivíduo ou mais, parentes entre si ou não, incluem-se em uma família que venha para Paulista e que assim se completa para formar uma *família numerosa*. É uma maneira tolerada e estimulada pelos próprios *agentes* para conseguir famílias de acordo com os padrões ideais de sua composição.

A *vinda individual* através do *subaliciamento familiar* consiste no fato de uma família já instalada em Paulista recrutar um trabalhador individual, geralmente menor, para com ela coabitar (trabalhando na fábrica), e com isso garantir a permanência dessa família em casa da vila operária de um determinado tamanho, assegurando ainda a permanência em Paulista. Os trabalhadores e suas famílias já aí fixados procuram assim resistir às ameaças de expulsão, trazendo mais trabalhadores de fora para com isso garantir a casa em que moram. Os trabalhadores menores que vêm através da *vinda individual* do *subaliciamento familiar* são ligados a estas famílias recrutadoras por laços de parentesco/compadrio ou por redes de relações pessoais. Eles podem também ser apenas trabalhadores potenciais que são recrutados para as tarefas domésticas, enquanto a *mãe de família* e as moças da casa estão vinculadas ao emprego fabril.

As *vindas individuais* são aqui pensadas por referência à família. Significam assim simultaneamente tanto uma forma de resistência e de burla quanto inversamente uma forma de adequação a dois conjuntos de regras impostas pela *companhia* em dois momentos distintos de sua relação com as famílias de trabalhadores: o momento do *aliciamento* e o momento das regras para a residência na vila operária. Para efeitos deste trabalho, interessa-me destacar o "sistema Paulista" como mediado e passível de existir face a esta articulação forte com a família, imbuída pela *companhia* e auto-imbuída de uma moral que permite, no plano dos valores, um controle e uma formação ideais da força de trabalho e dos moradores de Paulista. Não se trata de uma população qualquer, indiferenciada e individualizada em termos industriais; ao contrário o que se tem aqui é um grupo de trabalhadores e de moradores organizados segundo um padrão de família. Nesse sentido é que as diversas formas de *vinda* para Paulista não são passíveis de serem pensadas fora da dominância da família.¹¹

Tem-se em Paulista uma família operária singular formada num processo de obreirização (Leite Lopes e Machado da Silva, 1979) em que a *CTP* contribui diretamente para a transformação de produtores diretos — camponeses, pescadores, pequenos comerciantes e pequenos produtores em geral — em operários industriais. Tal família que se forma em Paulista é portanto um grupo social cujo trabalho industrial — associado ao controle de moradia pela fábrica — é o referencial que unifica todos os setores sociais de pequenos pro-

dutores obreirizados. O que estou querendo chamar a atenção é a impossibilidade de caracterizar a família que se proletarizou em Paulista somente a partir de sua origem; ao mesmo tempo a diversidade aludida de grupos sociais de origem me leva a vê-la a partir de uma unidade que a constitui enquanto família singular, família operária, unidade construída pela prática da fábrica de tecidos Paulista na administração dessas famílias e autoconstruída no decorrer de sua existência na vila operária.

A família é vista aqui como um elo que liga o passado desses trabalhadores, sua condição de vida anterior, ao seu presente, na indústria. Ao mesmo tempo é vista como um locus de transformação e de tensões do próprio grupo familiar; por outro lado ela permanece um espaço formador de moralidade marcada pela importância do *chefe de família* e da *mãe* como autoridades específicas.

Se para além da referência familiar que une as duas formas de *vindas individuais*, considerarmos também que ambas as formas fazem parte de uma estratégia pensada pelas famílias para garantir o direito de vir para Paulista ou o direito de ali permanecer, o universo da fábrica com vila operária apresenta bem mais conflitos do que a paz (familiar e no trabalho) expressa em versões da idealização do *passado* por parte dos trabalhadores ou em versões apologéticas formuladas pela ideologia patronal. Além de apontarem para conflitos com as regras impostas pela administração fabril, a *vinda* através da "sujeição a uma família estranha" e aquela por meio do *subaliciamento* familiar trazem embutidas certas contradições no interior das próprias famílias de trabalhadores.

A vinda individual através da sujeição a uma família estranha

A própria designação — "sujeição a uma família estranha" — traz embutido um conflito entre um trabalhador que se agrega a uma família estranha para torná-la mais numerosa e sua família de origem. É este o conflito a que se refere o operário procedente de Garanhuns, ao enfatizar o ato desonroso de seu irmão que opta por destacar-se de sua *família de viúva*.

"Meu irmão se vendeu para a família de Joaquim Rezende. Aceitou ser incluído numa família estranha. Ele se sujeitou a mudar de nome. Eu, modéstia à parte, nunca me sujeitei a essa covardia. De nossa vez, quando a gente veio, chegamos aqui e ficamos na casa de uma família conhecida, em 1946. A tecelagem dava sempre preferência às mulheres, e então as meninas foram trabalhar. Depois de trabalhar uns tempos é que a companhia deu casa à gente."

Esse caso de *vinda* de uma família de viúva mostra também que a saída de um indivíduo do sexo masculino, mais velho, de uma família que além de não ter seu chefe é composta de uma viúva e de menores, pode ser vivida de forma dramática. Neste caso, a saída individual, não mediada pelas relações de parentesco, dando-se sem o assentimento familiar, significa a quebra da solidariedade familiar e a negação da submissão do destino individual ao destino do grupo familiar.

Se para as famílias que “perdem” um membro individual através da “sujeição”, a atitude deste indivíduo é representada como algo condenável, do ponto de vista do próprio indivíduo que “se assujeitou”, esta saída é vista de outra forma. E para a própria família tal saída não seria tão negativa se fosse uma estratégia familiar que pudesse resultar na *vinda* posterior de todo o grupo. Há em muitos casos um acordo entre vizinhos que recorrem ao aumento de suas famílias através de relações de vizinhança e parentesco, ficando claro que a *vinda individual*, no caso, é apenas uma “sujeição” temporária. Assim, penso que a *sujeição* enquanto um modelo de *vinda* possível, com sua carga cultural de “desonra” à família de origem, é apenas um caso particular de *vinda individual*.

Com efeito, em um primeiro momento da análise do material sobre a *vinda individual*, ela se apresentou sob a forma de *sujeição*, como se tal agregação a outra família implicasse sempre em situação de “desonra”. Tal forma de ver essas *vindas individuais* como uma submissão vergonhosa a uma outra família é apresentada pelos parentes dos indivíduos que vieram com famílias estranhas. Os próprios indivíduos que teriam vindo “sujeitos” não vivem a situação da mesma maneira. O “mudar de nome” é uma possibilidade que nem sempre se concretiza e a “sujeição” — o embutir-se em uma outra família que não a própria, “trocando de nome” — parece apontar para um caso extremo de separação do núcleo familiar original. Só quando a *vinda individual* não é realizada com o consentimento familiar — significando um projeto próprio que exclui a família — ela é condenada. Afirmando isto pelo fato de que somente encontrei a categoria *sujeição* nas avaliações dos familiares que tiveram pessoas de suas famílias partindo individualmente. E estes parentes indignados pela atitude de um consanguíneo afirmam com orgulho o fato de não terem vindo “sujeitos”. A troca de nomes era uma imposição, mas resultante da legislação trabalhista. Ao exigir das fábricas a documentação individual de sua força de trabalho — como o registro de empregados — ela obrigava que fosse exibida a certidão de nascimento. Como a maioria deles não possuía certidões, tornou-se freqüente que um indivíduo agregado a uma família “estranha”, ao chegar em Paulista, fosse registrado com o nome desta família no cartório local.

Mais do que mudar o nome da família, o que parece ser suporte da relação de *sujeição*, no caso, é ficar sob a direção e a autoridade de um outro chefe de família. Se a *vinda* individualizada não se desse através de relações

de amizade, vizinhança e parentesco, tendo o accite da família de origem, era vista como ilegítima e portanto como *sujeição*.

Vejamos, a seguir, um caso de *vinda individual* em que dois irmãos e uma sobrinha aumentam uma família:

"Eu fui criado numa fazenda, entre Serra Talhada e Triunfo. Então, naquele tempo de cangaceiro, nós fomos embora pra cidade. Eu era uma criança. Diz que foi uma afilhada de meu avô, levantou falso; que meu avô tinha acoitado dois espiões pra matar seu Abílio. Seu Abílio era compadre de meu avô, deu dez dias de prazo pra se arretirar. Agora somente ele, a família não. Então ao invés de meu avô se arretirar dessa fazenda, se arretirou toda a família. Tangeram gado, criação, não acharam a quem vender, vinte e pouco, né. Não acharam a quem vender. Aí botaram rebanho de rês pra outra fazenda, rês se perdeu e nós tivemos o maior prejuízo. Então minha mãe, eu não tinha mais pai, minha mãe levou uma vaca. Essa vaca foi com ela pra cidade, depois vendeu e fez uma casinha de taipa. Então nossa vida continuou sem pai, e o resto também sofrendo, porque tudo chegou assim na cidade e sem nada. E foi tudo se acabando. Quando chegamos na cidade, quando acabou a munição que nós levamos, então fomos botar água, fazer mandado, o diabo a quatro, pra poder viver.

(...) Eu quando cheguei aqui em Paulista, vim com uma família lá de Serra Talhada. Então foram lá procurar gente pra vir praqui. Os agentes queriam uma família com bastantes trabalhador, né, parece que eram seis trabalhadores. Então uma família não tinha gente suficiente, então convidaram minha irmã, eu e a filha de minha irmã. Então nós conseguimos vir. Saímos de lá num dia 9, chegamos no dia 10, ficamos lá no depósito. O depósito de botar gente. (...)

Então 13 de janeiro de 1944 comecei a trabalhar. Tinha de pegar de 6 horas da manhã, sem tomar café, porque a situação não permitia, dava 10 horas, os colegas às vezes ofereciam, mas eu sempre não gostei de avançar o sinal. Esperava pelo almoço de 11 horas. Dava meio dia e nada, 12 e 30, nada. Dava uma hora, eu nada, em jejum. Quando dava 2 horas, eu largava e ia pra casa, lá pelas 2 e meia é que eu ia almoçar. Eu me arrependi, que antes eu não tivesse nascido pra estar num sofrimento desses. Parar eu não podia parar que era pior. Parado aí é que eu ia morrer de fome.

[Sobre a família com a qual vieram vários de seus membros] "(...) Trabalharam um bocado, conseguiram trabalhar. Mas, depois foram abandonando o trabalho e hoje em dia eu não sei por onde andam. Saíram uns pro sul: São Paulo. E duas pessoas da família que eu vim enxertado estão aqui em Paulista ainda, que é eu, minha sobrinha, uma irmã, que viemos lá de Serra Talhada. Depois veio mais dois irmãos e todos estão aqui." (Ex-operário da seção de estampania)

Esta *vinda* parece ser, na realidade, uma composição de duas famílias. No entanto não existe entre esses três parentes (a informante, sua irmã e sua sobrinha) a unidade estrutural que lhe possa dar esta característica, de acordo com a concepção de família vigente entre os trabalhadores. Conquanto, neste caso não apareçam as características humilhantes da primeira *vinda individual* e por *sujeição* mencionada, verifica-se nesse, como no exemplo anterior, uma ausência da família original.

A referência inicial ao empobrecimento da família na área rural é remetida a uma briga entre o avô do ex-operário da seção de estamparia e seu compadre fazendeiro, num contexto de conflitos faccionais em "tempo de cangaço", pleno de razões culturais, entrelaçando-se e acobertando razões econômicas para a explicação do deslocamento para a pequena cidade. Já com experiência de trabalho assalariado em cidades do sertão, este ex-operário, juntamente com sua irmã — provavelmente a mais velha da família e encarnando a autoridade doméstica entre os irmãos — agregam-se a uma família em direção a Paulista. Não há aqui referência explícita à *sujeição*, embora possa ter havido necessidade de mudança de nome. Afinal, como já se mencionou, este era o hábito. E o depoimento da funcionária da CTP encarregada durante 50 anos de trabalho de organização do Registro Operário apenas o ratifica. Segundo esta ex-funcionária, muitas vezes ela própria se deparou no Registro Operário com famílias que incluíam irmãos que à primeira vista chamavam atenção pela pouca plausibilidade de serem aquilo que afirmavam: a diferença de idade declarada era freqüentemente inferior ao tempo de uma nova gestação, suas características genéticas aparentes, como, por exemplo, a cor da pele, eram muito diferentes. Mas eram registrados como irmãos, segundo o padrão requerido pela *companhia*. Em tom de ironia, esta ex-funcionária afirmou testemunhar posteriormente muitos casamentos de falsos irmãos em Paulista.

Ainda que não haja na narração da história de vida deste ex-operário da estamparia, procedente de Serra Talhada, a referência direta à *sujeição*, o fato de vir "enxertado" em família estranha, parece ter pesado sobretudo nos primeiros tempos, como quando ele descreve o seu sofrimento de jejuador durante a jornada de trabalho fabril. Assim, o caso extremo da *sujeição*, tal como relatado pelo operário procedente de Garanhuns, ilumina as outras situações de agregação a famílias alheias, no que diz respeito ao desamparo em que se encontravam inicialmente estes operários "enxertados" sem a proteção do salário familiar, da divisão do trabalho e do orçamento no interior da própria família.

A *vinda* individual através do subaliciamento familiar

Se as famílias que vêm para Paulista incorporam indivíduos no ato do *aliciamento* com o intuito de assim se tornarem *numerosas*, às que já moram

na vila operária, diante da ameaça de perda da casa ou de sua divisão com outra família, importam para Paulista indivíduos que são por ela adotados. Dessa forma, garantem o contingente de trabalhadores necessários à manutenção da casa, evitando também a temida divisão do espaço doméstico com outra família.

Cada *subaliciamento familiar* tem por detrás, como o mostra o depoimento a seguir de uma ex-fiandeira, a história peculiar tanto do grupo familiar de origem do trabalhador individual que vem para Paulista, quanto do grupo familiar já estabelecido na vila operária, e que se defronta com as suas regras de residência.

"Minha mãe trabalhava em agricultura, agora ela trabalhava mais em casa de farinha. Trabalhava em casa de farinha dos outros. Raspava mandioca, cevava e ia ganhando aquele dinheirinho. (...) Aí quando meu irmão ficou mais grandinho, assim com uma idade de uns doze anos; então aí começou já esse menino carregando, sabe o que é mangaio, não sabe, vendendo carga de banana, essas coisinhas, ia vender. Minha mãe plantava de tudo: batata, inhame, e umas coisas, era assim. Ela não tinha casa, quer dizer, era lavoura, mas casa não tinha. Ela morava no sítio dos outros. Aí ela criou pé e disse que deixava meu pai andar. Em casa quem plantava era o meu irmão. Aí, eu tava com a idade de cinco anos, aí minha mãe disse que não queria saber mais dele [pai]. Então ele ficou pelo mundo. Depois a gente se mudou, fomos morar em Santa Cruz, depois fomos para Monjope [distritos de Igarassu, próximos a Paulista]. Ela [a mãe] vivia assim de roça mesmo sabe, andava, mesmo plantando, e meu irmão começou a carregar cana no Engenho, Cambitava, negócio de cana. Depois minha mãe em Monjope começou a trabalhar na casa de farinha desse que veio a ser meu padrasto, sabe, quando eu ia completar quatorze anos. Ele era casado, e a família da mulher dele morava aqui em Paulista. Quando mãe começou a morar lá, a gente morava na beira da estrada. E ela começou também a trabalhar na casa de farinha. Ele começou a chamar ela para raspar mandioca. E foi tempo que a mulher dele morreu de parto. Ela trabalhava na casa de farinha, ele ficou de conhecimento com ela. Só sei que chamou mamãe pra morar, ele ficou com oito filhos. Minha mãe era muito trabalhadora, tinha dias que ele trabalhava, e ela assumia até a casa de farinha, não sabe. Plantava, ele mesmo fazia a farinha e vendia no domingo. E, no sábado ele vinha pra feira de Paulista.

Quando eu completei quatorze anos, eu tinha muita vontade, sabe, de trabalhar na fábrica. Tinha muita vontade mesmo. Porque eu vivia cansada daqui. Eu também comecei a descascar mandioca, sabe, porque minha mãe vivia em casa de farinha. (...) E, depois eu comecei também pequena, com onze anos, né, eu comecei também a cevar mandioca, né. Eu tinha tanta preguiça. A gente levantava de madrugada. Mas, eu tinha muita vontade de trabalhar na fábrica porque a gente da rua, né, já é mais alguma coisa. Eu achava tão

bonito trabalhar na fábrica, eu tinha muita vontade. Mas, também minha mãe não saía de lá. Aí foi que, quando eu ia completar quatorze anos, então essa família de meu padrasto... Que é uma história muito diferente da minha. Nesse tempo ela, a ex-sogra do meu padrasto, que depois ficou sendo minha madrinha, morava aqui na Praça da República, aqui chamava praça da República. Esse tempo era em 43. Eu vim prá cá em 43, então era muito operário nesse tempo, justamente 12 mil operários, ou mais.

Era muita gente, não sabe. Então ela morava numa casa de dois quartos. Essa minha madrinha Luzia, sogra do meu padrasto, ela não queria trocar de casa. Então ela não queria trocar de casa, ela não tinha uma pessoa que botasse no lugar; porque tinha três operários, era dois filhos e a filha. Um ficou muito doente e outro se desentendeu e foi despedido, só ficou uma filha trabalhando. Aí a filha tinha que trocar de casa, né, tinha que trocar porque um operário só trabalhando e a casa era de dois quartos.

Eu tinha muita vontade de trabalhar. Então ela também se agradou muito de mim, que eu vinha, quando as meninas [as filhas do seu padrasto] estavam aqui [em Paulista], a gente vinha pra Paulista visitar, de Monjope minha mãe vinha para a casa da minha madrinha. Ela gostou demais de mim. Aí ela pediu a minha mãe para eu vir pra casa dela, para eu trabalhar na fábrica, porque ela não precisava de trocar a casa mais. Eu trabalhando fazia dois operários, né.

Então terminou eu vindo, mãe deixou, né, disse que era em consideração a ela."

O encontro entre essas duas histórias de vida de dois grupos familiares, um deles vivendo de agricultura nas proximidades da fábrica, sob a influência da grande feira de Paulista, e outro instalado na vila operária da fábrica, submetido às suas regras de residência, produz essa vinda individual que denomino de *subaliciamento familiar*. Pois se este deslocamento se dá por iniciativa da família estabelecida em Paulista, ele é indiretamente provocado pela *companhia*, na medida em que suas normas quanto à vila operária estão na origem da iniciativa de cooptação pela família de um novo trabalhador. Tal cooptação — que acho interessante assinalar de passagem ser, neste caso, o produto da história de três grupos familiares marcados pela viuvez — tem repercussões contraditórias para a fábrica. De um lado, redonda como que num trabalho gratuito, de recrutamento, em substituição ao trabalho remunerado do *agente*. De outro, vem paradoxalmente aumentar o campo de autonomia da família face às imposições externas. Por intermédio deste *sub-recrutamento* há um aumento do número de companheiros de trabalho, com vínculos de confiança mútua que pré-existem e independem da cooperação fabril entre estranhos imposta pela *companhia*. Trata-se da criação de um canal independente da política direta de *aliciamento* por parte da CTP, através do qual as famílias de trabalhadores invertem o controle que tem a *companhia* quanto à incorporação de novos trabalhadores em um controle

próprio do povoamento da vila operária de Paulista (Alvim, 1979 e Leite Lopes, 1979).

Esta inversão se consolida quando termina a política de *aliciamento direto* e aumenta o peso relativo do *subaliciamento familiar* como forma de recrutamento de trabalhadores e como fonte diversa de controle do povoamento da vila operária. Pois o *subaliciamento familiar* como que faz a ponte entre duas *eras* de incorporação de famílias de trabalhadores à fábrica — a do *aliciamento familiar* e a *era* que sucede ao término desta política de recrutamento.

Tal inversão é portanto resultado de uma sucessão de formas de incorporação de trabalhadores à fábrica: o *subaliciamento familiar* sucede e completa o *aliciamento familiar*, o qual simboliza o controle da fábrica sobre a família de trabalhadores e a criação de uma família de trabalhadores modelares. Mas a sucessão do *aliciamento familiar* pelo *subaliciamento familiar* é contraditória. Ao centrar sobre um padrão ideal de família de trabalhadores — do *interior, numerosa e pobre* — a sua forma específica de dominação, a *companhia* não pode evitar que se inverta o controle do povoamento da vila operária através do uso do poder de cooptação de parentes e “adotados” por parte dessa família mesma que a *CTP* ajudou a consolidar. Ainda mais que tal cooptação é motivada para responder às normas da *companhia* quanto à residência de famílias na vila operária em sua ligação imediata com a produção. E este efeito contraditório do *subaliciamento familiar*, exercido por famílias estabelecidas na vila operária na *era* do *aliciamento familiar*, terá suas conseqüências na possibilidade de permanência destas famílias através de mais de uma geração numa vila operária que não é de sua propriedade, mas da qual elas tendem a se apropriar no decorrer do tempo.

As *vindas individuais* de trabalhadores, seja através da “sujeição a uma família estranha” por ocasião do ato de *aliciamento familiar*, seja através do *subaliciamento familiar*, são assim formas de deslocamento que passam pela mediação da unidade social básica que é a família. Isto não significa que inexistam conflitos internos entre os membros da família — estas *vindas individuais* são ocasiões em que tais conflitos podem ser explicitados, conforme já assinaléi no caso das *vindas* através da “sujeição a uma família estranha”. Vou procurar assinalar agora aspectos semelhantes da subordinação do membro familiar adotado através do *subaliciamento familiar*. A mesma ex-fianadeira adotada por sua madrinha já residente na vila operária parece trabalhar de forma redobrada na fábrica e no serviço pesado das tarefas domésticas, mais do que os filhas de sua madrinha. Porém, isto não é visto por ela de forma negativa:

“(…) Eu largava de meio-dia, chegava em casa, almoçava, com um sono medonho que caía. E depois ia buscar lenha. A gente ainda cozinhava com lenha. Nesses tempos não havia muito essa história de gás, de bujão. Então eu ia buscar lenha, chamávamos cavaco, sabe, numas matas aí debaixo dos eucá-

liptos. Eu com sono, chegava lá, e era toco, né, tirava tudo de machado, às vezes ainda cavava. Lá por aqueles matos de Maranguape. Ia um bocado de mulher. Todo mundo, olhe, aquelas mulheres em casa, as filhas trabalhavam e as mulheres, as mães das moças, tudinho, que muita moça não botava lenha, né. Agora eu mesma botava mais madrinha Luzia. Eu ia pra lenha mais ela. Quando chegava lá eu tirava na bacia, não sabe, o toco. Levava a bacia, enchia a bacia, depois a gente tudinho deitava lá dentro do mato mesmo. Dormia um sono, um sono de morrer mesmo. Depois, quando o pessoal, que a gente ia tudo junto, né, terminava, aí vinha. Quando eu chegava em casa, botava aquela bacia, tomava banho, e ia pra escola, não sabe.” (Ex-fianadeira)

Se estes aspectos conflitivos ressaltam o lado individual, eles não conseguem apagar o fato de que tais *vindas* estão subordinadas a uma dinâmica que tem por unidade social básica a família de trabalhadores. E mesmo em outras modalidade de *vinda individual* — em que não haja uma cooptação nem por parte da família aliciada, nem da família já estabelecida, e a iniciativa da *vinda* seja unicamente do trabalhador — impõe-se a sua acolhida por uma família. Já assinalei este fato ao examinar as famílias de ex-pescadores do litoral próximo a Paulista: as duas irmãs de uma ex-fianadeira se alojam primeiramente na casa de uma família conhecida, para depois serem alocadas a um quatinho pertencente também à *companhia*. Também no caso do ex-tecelão se dá esta acolhida inicial na casa de uma família de conhecidos:

“Eu cheguei em Paulista em 1946. Naquele tempo ganhava-se pouco, mas com pouco dinheiro dava para se viver. Naquela época, quem não queria trabalhar ia na boodega, comprava um carrinho de mão, botava na porta e vendia. Ganhava mais que o salário.

Eu vim do Limoeiro, cheguei aqui com a idade de treze anos. Eu vim só, eu cheguei aqui pra casa de uma família que era de Paulista. Quando eu não pude mais viver com eles, eu morei só. Naquele tempo, só não trabalhava quem não queria. Os apitos daqui eram muito bonitos. Era apito a vapor. Quando apitava às 3 horas, apitava todas as três fábricas e era um apito global. Era bonito, apito a vapor, não era como agora não. Isso aqui era outra coisa. Era bom demais. Era a cidade das chaminés, né. Chegava em Paulista, o pessoal dizia: — Agora não morro nem de fome e nem de sede, né. Tinha água limpinha, doce, uma beleza. Agora acabou-se tudo isso.” (Ex-tecelão e operário-camponês que ainda cultiva seu roçado-operário)

Esta referência a uma *vinda individual* solitária, sem menção à família de origem, entremeada da idealização “do tempo do trabalho para todos”, do *tempo dos coronéis* — aliás surpreendente por partir de ativista sindical — se situa no contexto de uma entrevista cuja ênfase foram informações políticas e sindicais. Não consegui menções adicionais sobre a família já estabelecida em

Paulista a que se refere. Mas o fato de depois sair para "morar só" pode confirmar o conflito intrafamiliar que tem como centro o indivíduo agregado e vem juntar-se às informações da existência de alojamentos para trabalhadores celibatários em Paulista, constituindo-se como que numa exceção que confirma a regra da onipresença da família de trabalhadores no território da fábrica.

Paradoxalmente, tal onipresença, fortalecida pela ação mesma da fábrica, confiante no papel estabilizador da família, terá conseqüências no próprio enfraquecimento da forma de dominação exercida pela *companhia* sobre seus trabalhadores. Mesmo investindo contra a sua soberania ao interferir na esfera doméstica, a *companhia* deixará espaço para o fortalecimento do campo de autonomia da família, que encontrará ao longo de uma geração formas de assumir o controle sobre a casa.

A interpretação de tais depoimentos indica o quanto estes trabalhadores, mesmo explorados pelo trabalho fabril, dominados pelo sistema fábrica com vila operária e sobrecarregados no cotidiano de suas tarefas domésticas, não são por isto "destituídos de humanidade",¹² podendo ser capazes, como outras categorias sociais de homens e mulheres, de elaborar uma apreciação estética e afetiva dos pequenos fatos que marcam a sua vida — como o som do apito a vapor da fábrica ou como a sensação do sono coletivo das mulheres dormindo no meio da mata.

TRABALHO FAMILIAR E PROLETARIZAÇÃO INDUSTRIAL

O trabalho do *chefe de família*

O *chefe de família* recém-chegado a Paulista durante a *segunda era* do *recrutamento familiar* é sempre apresentado nos depoimentos de seus filhos, os operários entrevistados, como um homem “idoso”, logo sem muita resistência para o trabalho industrial. Há uma espécie de consenso a respeito do passado — transmitido pela memória — segundo o qual os *chefes de família*, juntamente com sua esposa, não podem e não devem mais trabalhar. Acreditam que a idade não permita sua transformação em um outro tipo de trabalhador — situação considerada por eles como injusta e que envolveria seus pais em um processo de aprendizado para o qual não mais os consideram capazes. Uma vez que efetivamente esses *chefes de família* trabalham quando chegam a Paulista, o que os operários parecem nos querer dizer — ao ocultarem em alguns contextos tal fato — é que o ciclo de vida produtivo de seus pais já foi completado, cabendo agora aos filhos trabalharem por eles. E, assim, garantir ao pai, ao *chefe de família*, sua função de organizador e responsável pela força de trabalho dos filhos. Há, portanto, nessa representação que minimiza e oculta o *chefe de família* que não trabalha, mais do que uma negação da própria realidade. Assim sendo, o ocultamento do trabalho produtivo do pai e do trabalho doméstico da mãe revela a dificuldade da transformação social destes dois membros da família. Apesar disso existe uma continuidade com a situação anterior à *vinda*. Continuidade esta somente possível, no caso do pai, pela sua manutenção como *chefe de família*, sem as atribuições produtivas anteriores. E, no caso da mãe, a continuidade vai-se dar pela sua manutenção como *dona de casa*.

Há aqui, assim como no caso do modelo geral da *vinda* de famílias aliadas, do *interior*, “pobres e ingênuas,” uma discrepância entre um modelo geral explicativo da origem ou da estrutura do seu grupo social e as histórias de vida concretas e particulares de cada família. Pois que este ocultamento do trabalho do pai no interior da fábrica ou em atividades da *gerência externa* da

companhia contrasta com o modelo geral do “trabalho para todos” do *tempo dos coronéis* que tem como uma de suas características mais marcantes o trabalho dos velhos.

Esta situação de pleno emprego de fato alcança os “velhos”, que são alocados pela *CTP* tanto em tarefas secundárias ligadas ao trabalho fabril como em atividades da chamada *gerência externa*. Todas estas ocupações, no entanto, são vistas como precárias e temporárias para estes *chefes de família*, mas são ao mesmo tempo parte do ideário ligado à “bondade” e às qualidades dos *coronéis* que permitiam a todos trabalharem, “só não trabalhando quem não prestava prada”, ou “quem não queria”.

Um ponto de interseção entre o modelo geral e as histórias de vida concretas e particulares concernentes ao trabalho do *chefe de família* “idoso”, consiste no trabalho dos “velhos” no *roçado*. Este aspecto do modelo do “trabalho para todos” — o lugar dos “velhos” em *roçados* concedidos pela *companhia* — é retido e salientado nas histórias de vida particulares. Pois se os trabalhadores escondem ou minimizam o trabalho produtivo realizado por seus pais na fábrica, o trabalho ideal do *chefe de família* em suas representações é o trabalho no *roçado*.

Do ponto de vista fabril, como mostra Leite Lopes (1985), o emprego dos “velhos” nos *roçados* é também uma inculcação pedagógica de uma concepção de trabalho e de disciplina que extravasa o trabalho fabril e que controla o tempo livre. O *roçado-operário* é assim uma parte importante de uma moral do trabalho onipresente, cuidando também das horas livres supostamente propícias para o perigo da “preguiça” e do “desregramento moral”. O *roçado* concedido pode ainda ser visto como uma possibilidade que premia os *chefes de família* com famílias ideais, isto é famílias que contêm muitos operários e/ou operárias dedicados ao trabalho fabril. Por outro lado, é do interesse do *chefe de família* obter um *roçado* através do qual não só contribua efetivamente para o consumo familiar, como também desenvolva sua atividade produtiva de forma relativamente independente da *companhia*. Também aí se deve considerar a questão da idade e da capacidade de levar a cabo a atividade no *roçado* sem a *ajuda* dos filhos, que, em sua maior parte, mesmo crianças, estão trabalhando na fábrica.

Além do trabalho na *gerência externa*, na fábrica e no *roçado*, o *chefe de família* podia também se ocupar de um pequeno comércio de verduras e frutas vendidas pelas ruas de Paulista, mercadorias que obtinha através do trabalho no *roçado* de outros *chefes de família*, ou de pequenos camponeses que ainda permaneciam nos arrabaldes de Paulista. A atividade do *pequeno comércio* guarda independência face à *companhia*, na medida em que o pequeno comerciante não precisa para praticá-lo de nenhuma concessão material da mesma. No entanto, apesar da relativa independência, esse comércio só é possível com a permissão da *CTP*.

Tanto o trabalho do *chefe de família* “idoso” no *roçado*, quanto nas atividades de um pequeno comércio independente são freqüentemente mencionados e detalhados nas histórias de vida particulares dos operários. Tais atividades são, em geral, uma continuidade das atividades anteriores à *vinda* para Paulista, e se adequam ao seu próprio lugar central na estrutura doméstica.

O trabalho do *chefe de família* no *roçado*

Na *primeira era* do recrutamento, a *vinda* de famílias para Paulista — não se dando de uma forma massiva e nem sendo contemporânea à expansão da CTP nos anos 30 — não constitui uma ameaça para os habitantes, operários-camponeses, das áreas circunvizinhas à fábrica. Seguindo o padrão prevalente na *vinda espontânea* de famílias expulsas do campo por alguma crise ocasional ou cíclica como as “secas”, há uma reedição em Paulista de uma certa condição rural do *chefe de família*, que, ajudado pelos filhos, combina o trabalho fabril de algum deles com a exploração do *roçado* em um pedaço de terra concedido pela CTP. Posteriormente, na *segunda era* do recrutamento, a *vinda* massiva de famílias de trabalhadores vinculada à grande expansão fabril que aproveita ao máximo a força de trabalho da família, o trabalho do *roçado* fica restrito praticamente ao *chefe de família*; ao mesmo tempo o *roçado* se torna muito mais difícil de ser obtido. Agora, sua concessão depende diretamente de uma doação, uma espécie de prêmio da CTP aos *chefes de família* por ela considerados dignos de recebê-lo. Se na *primeira era* do recrutamento as atividades agrícolas próximas à fábrica eram possíveis — diante da disponibilidade da posse de chão de casa, mocambo e pequeno pedaço de terra anexo para *roçado* e/ou pequena criação, na *segunda era* a expansão da fábrica e da vila operária expulsa estes camponeses-operários; pressionados pela fábrica a vender suas posses e benfeitorias, os mocambos, terreiros e *roçados* são transformados em arruados de casas da nova vila operária.

Até o final da década de 20 o estabelecimento em Paulista se dava em grande parte através de casas de *mocambo* da *companhia* ou através de *mocambos* construídos pelos operários em “chão de casa” concedido pela CTP. Estes *mocambos* construídos por conta dos próprios trabalhadores eram objeto de um pequeno mercado imobiliário entre os operários. Tanto os *mocambos* da *companhia* quanto os particulares, construídos pelos operários, diferentemente dos *arruados* de casas da vila operária “de pedra e cal”, possuíam como extensão natural em anexo, um *terreiro* — para uma pequena criação de animais ou *roçados*.¹

A relação da família com estes *roçados* e *terreiros* anexos ou próximos à casa de *mocambo* segue o padrão do trabalho familiar camponês (Garcia Jr, 1984 e Herédia, 1979), ressaltando-se a maior precariedade da atividade agrí-

cola destes operários-camponeses e o fato de parte da força de trabalho familiar estar absorvida na fábrica.

A organização do trabalho no *roçado* e a intensidade do trabalho agrícola realizado pelos diversos membros do grupo familiar variam conforme o *pai de família* trabalhe ou não diretamente para a fábrica. O *roçado* neste caso está vinculado a uma concepção tradicional de moradia entre os operários da área, o que implica num trabalho de toda a família nessas atividades extra-fábricas contíguas à casa. Embora organizadas geralmente pelo *chefe de família*, tais atividades não foram criadas especialmente para a sua ocupação produtiva diante da impossibilidade de seu aproveitamento na fábrica. Esta será uma preocupação posterior da *companhia* com os *pais de família* aliciados, na *segunda era* do recrutamento de famílias. Tal concepção de casa associada a *roçado* e *terreiro* anexos e a atividades extra-fábricas importantes será combatida pela administração da fábrica, a partir do final dos anos 20, sob a cobertura de uma cruzada higienista (relatórios da CTP de 1927 e 1928), com isso escondendo uma preocupação com a disciplina fabril.

Quando se inicia a *segunda era* do recrutamento, através do *aliciamento familiar*, está em pleno andamento uma verdadeira cruzada contra os *mocambos*. A *companhia* procura acelerar a construção dos *arruados* de sua vila operária, e ao mesmo tempo impedir que os trabalhadores recém-chegados se instalem no padrão antigo de casa-*roçado*.

A disciplinarização da vila operária empreendida pela administração da fábrica, no entanto, não acaba pura e simplesmente com as atividades agrícolas das famílias de operários, mas atribui uma nova dimensão aos seus *roçados*. Estes últimos estão separados espacialmente das casas, que agora são predominantemente “de pedra e cal”, geminadas em *arruados* da vila operária, com pouco espaço no fundo para *roçado* ou criação, sendo retomados em áreas de terras novas, saneadas e colonizadas pela *companhia* em áreas antes pantanosas (relatório da CTP de 1939). A abertura pela *companhia* de novas áreas para os *roçados* não é feita apenas para compensar os operários antigos da expropriação de seus *terreiros* e *roçados* contíguos aos *mocambos*, mas também para atender a um novo problema surgido com o *aliciamento* massivo de famílias de trabalhadores provenientes do *interior*. Pois com este *aliciamento* — que visava ao aproveitamento fabril inicialmente das moças e secundariamente dos rapazes e das crianças — é atraído para a vila operária da fábrica um padrão de família cuja composição interna por sexo e idade, já analisada, implica na *vinda* numerosa de *pais de família* idosos para as atividades fabris. Na esteira do processo de *aliciamento* massivo de famílias, constitui-se para a *companhia* o novo problema dos *pais de família* idosos. Detentores da autoridade doméstica, eles podem provocar a saída do grupo familiar de Paulista — uma vez que, desenraizados e desadaptados na nova situação, cabe-lhes a alternativa do trabalho fabril humilhante ou, então, a desocupação. Esta questão dos velhos *chefes de família* — que assume proporções maiores

em Paulista devido ao processo de *aliciamento* e ao momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico desejado pelos *agentes* — é assim gradual e parcialmente resolvida com a atribuição de *roçados* aos “velhos”. A CTP adota, dessa maneira, uma solução relativamente original para o afluxo de “velhos” *pais de família*, em um período de inexistência de aposentadoria do trabalhador rural. Tal solução contrasta com a adoção das caixas de socorro das empresas, implementadas em várias fábricas européias no século XIX (Cottreau, 1983) e instituída na Fábrica Têxtil de Camaragibe, em Pernambuco. Por outro lado, essa solução não evita que uma parte desses *chefes de família* “idosos”, pertencentes a grupos domésticos com menos filhos em idade de trabalho tenha que se submeter ao trabalho fabril em condições humilhantes.

A concessão dos *roçados* aos “velhos” *pais de família* traz vantagens adicionais à CTP: além de ser parte importante da “moral do trabalho” que a *companhia* procura incutir em seus trabalhadores, os *roçados*-operários dos “velhos” incorporam-se às atividades agrícolas em terras mais afastadas da fábrica, e que abastecem a feira a preços administrados. Esses *roçados* passam a ter seus produtos também canalizados para a feira, após complementarem o consumo doméstico do grupo familiar, ou a ser objeto de dons e de um pequeno comércio na vizinhança. Os *roçados*-operários dos “velhos” ajudam assim a legitimar a *companhia* por dois lados, através da construção de uma “moral do trabalho” e através de um contexto de *fartura* visto como constituído por diferentes fontes de produção agrícola em Paulista, desaguando em uma feira barata ou vindo diretamente do *roçado* para a cozinha:

“Tinha roçado na vargem, a vargem era limpa. Eu me lembro de um senhor que morava ali em Pau Velho, quando eu me casei ele plantava na vargem. Plantava feijão verde. Eu comprei muito feijão verde a ele. Macaxeira, comprava era muito a ele. Seu Manuel. A várzea era limpinha, tudo enxutinho, né, planozinho. Não era como é agora, com muita lama, muita água e não dá para ninguém trabalhar. Não dá mais.” (Ex-tecelã)

“Esse Coronel Frederico todo ano ele mandava limpar lá a levada, até embaixo. Todo ano ele fazia isso. Agora, depois que o Coronel Frederico morreu, ninguém fez mais isso. A água pegou a juntar, a juntar, alagou.” (Ex-operário das caldeiras)

“Essa vargem era quase toda plantada de verdura. Agora não encontra verdura barato.” (Ex-fiandeira)

“Naquele tempo, tinha muita fartura, de toda espécie. Tinha criação, tinha ovos, o pessoal plantava aqui por perto. E tinha também aqueles lugares, sítios da companhia, plantavam lá gerimum, batata, inhame, cará. Todo sábado ele mandava a máquina, uma locomotiva, uma máquina chamada Catita,

tinha 3, 4 carros. Botava tudo em cima, era carne, era verdura, era manga, era farinha. Pra vender aqui. Mas quando tava vendendo assim, no meio da feira, ele (o Coronel Frederico) perguntava assim:

— Quanto custa isso?

— Isso é tanto.

— Não, venda por tanto, viu.

Ele dizia que devia vender por tanto. De fato eles [os agricultores-feirantes] só tinham o trabalho de plantar, né. Mas transporte, tudo, ele trazia pra cá. Trazia mais o dono. E vendia aquilo a preço barato. Ele dizia que pros operários dele tinha que vender barato, (...) Pra esse povo dos sítios da companhia, pra quem colhia os legumes, não era bom, eles reclamavam, não podiam vender fora daqui. Mas pra nós era bom. Porque se o povo não pudesse comprar, sobrava muito o que se plantava e tinha que vender mais barato.”

(Ex-tecelã e ex-operário das caldeiras)

Os depoimentos acima se referem às duas formas de *roçado* existentes na *segunda era* do recrutamento de famílias, os *roçados*-operários das “vargens”, especialmente disciplinados e complementares à vila operária, contrastando com os *roçados*-operários anexos aos *mocambos* da *primeira era* já extintos e os *roçados*-camponeses dos ex-engenhos mais distantes. Ambos os tipos de *roçado* contribuem para essa imagem retrospectiva de *fatura*. Os *roçados*-operários próximos à fábrica particularmente voltados para o consumo familiar direto complementam *in natura* o orçamento familiar que, por sua vez, é garantido pelo salário dos filhos.

Os trabalhadores marcam o término dos *roçados* das vargens e, dos *roçados* dos velhos com a morte do Coronel Frederico (em fevereiro de 1946). Também os *roçados* dos *sítios da companhia*, que abasteciam a feira a preços mais baixos são desmantelados, no decorrer da década de 50, por ação da *companhia*, temerosa da indenização de benfeitorias e reivindicações de posse da terra por trabalhadores rurais. A expulsão destes camponeses das terras da CTP se faz por intermédio de pressões, incluindo o uso da violência por parte de vigias armados (Leite Lopes), sendo utilizada como argumento para expulsão em diversas áreas, a necessidade do reflorestamento e a extensão do plantio de eucaliptos, que tinha se iniciado em meados dos anos 40 (relatório anual da CTP de 1944).

A prática, por parte dos velhos trabalhadores, do plantio em *roçados*-operários permanece teimosamente, apesar de tudo, em algumas áreas, em sobras de terras poupadas pelos eucaliptos. Alguns informantes se referem ao fato de muitos *chefes de família*, já aposentados, da geração posterior aos “velhos” aliciados no *interior*, conseguirem até hoje aforar terras da CTP para o *roçado*. Um exemplo é o caso do operário aposentado João Branco, que me mostrou com orgulho seu *roçado*; ele trabalhou mais de 30 anos na seção de estamparia da fábrica Aurora, cultivando simultaneamente um *roçado* próxi-

mo à sua casa. Para além da satisfação intrínseca de seu trabalho agrícola, João Branco tem toda uma rede de fregueses de feijão, quiabo e macaxeira entre seus vizinhos. A tradição do *roçado*-operário, espalhada em algumas áreas remanescentes onde a teimosia de operários mais antigos consegue permanecer com a posse da terra ou arrancar um aforamento da *companhia*, se concentra na localidade rural de Jaguaribe, situada entre Paulista e Abreu e Lima, localidade que em parte escapou, por razões históricas, de tornar-se propriedade da CTP. Estes são os herdeiros remanescentes dos “velhos” *chefes de família* aliciados nas décadas de 30 e 40.

O recebimento de um *roçado* pelo *chefe de família* nos relatos de *vinda* fornecidos pelos trabalhadores inclui-se no que já chamei de mito de origem deste grupo operário que além de ter sua unidade social ideal corporificada pela *família numerosa* e “pobre” vinda do *interior*, caracteriza-se também, ao chegar em Paulista, por sofrer uma distribuição ideal de seus membros no trabalho, efetuada pela administração fabril: aos filhos cabe o trabalho na fábrica, à mãe os cuidados da casa e ao pai o trabalho o *roçado*.

“Tinha muitas famílias que ele [o Coronel Frederico] trazia. O velho sempre ia pra agricultura. Trabalhava na agricultura, ele dava um sítio, um terreno — não pagava nada. E a família ia trabalhar na fábrica.”

No tempo do Coronel Frederico, segundo os operários, a fábrica dava grande importância ao trabalho do *chefe de família* no *roçado*, que era um prêmio imperativo que não poderia ser recusado.

O relato abaixo dá uma idéia clara de como os próprios trabalhadores percebem os limites do exercício de sua vontade diante da vontade maior, do coronel:

“Dizem que uma vez o comendador [ao oferecer um roçado a um chefe de família] recebeu a seguinte resposta:

— Ah! Eu não quero trabalhar na agricultura.

— Por quê?

— Não agrada as terras por aqui, era bom lá onde eu morava.

— (dirigindo-se aos agentes ou às chefias intermediárias) Ah! Então leva ele lá pra terra dele, terra boa é a dele, leva, leva...” (Ex-operário da estamperia)

Embora a concessão de pequeno pedaço de terra para *roçado* esteja associada aos “velhos” *chefes de família*, em muitos casos, no entanto, mais do que apenas uma tarefa exclusivamente do “velho”, organiza-se em torno do *roçado* um trabalho familiar camponês que supõe o trabalho fabril de alguns filhos.

"Esse pessoal que vinha do interior sempre tinha uma família grande. E, ele [o Coronel] aproveitava as moças e os rapazes para o trabalho na fábrica, e, às vezes, ao velho ele dava um pedacinho de terra, né, pro camarada cultivar. Então ele dava um pedacinho de terra, o camarada se sentia bem, cultivando uma terrazinha, e as crianças também trabalhavam com ele."

As "crianças" não enviadas para a fábrica podiam ajudar ao chefe de família no roçado, ao mesmo tempo em que este, quando não muito distante da casa, também permitia à mãe o exercício de tarefas não específicas ao cuidado da casa, como criar galinhas, porcos, etc. O trabalho no roçado do chefe de família propicia à mãe uma atividade que não é restrita à casa e que se assemelha assim à que é feita no terreiro camponês (das áreas de origem das famílias aliciadas) ou à criação anteriormente feita em Paulista, pela mãe e filhas, no terreiro anexo ao mocambo, na primeira era do recrutamento de famílias.

A ênfase na antiga fartura, associada, como já assinalai, tanto aos bens produzidos nos engenhos dos coronéis e "sítios da companhia" e vendida a baixos preços na feira de Paulista, quanto ao roçado dos "velhos", significa, se comparada aos dias de hoje, uma defesa compensatória aos baixos salários pagos pela CTP. Além da feira, essa compensação se dava através do salário do maior número possível de filhos na fábrica, do produto do roçado do chefe de família e da criação de animais realizada pela mãe. Essa combinação de trabalhos fabris e extra-fabris operada pela organização desse trabalho familiar direto e indireto é ressaltada pelos relatos dos velhos operários, mesmo aqueles que ascenderam através do sindicato e da política:

"(...) Como o salário era ínfimo e miserável, faminto, famélico, justamente botava uma família grande numa casa, porque todos em conjunto trabalhavam, e com esse pouco dinheiro, se alimentavam, uma espécie de coletividade, um mutirão." (Ex-operário da seção de acabamento, ex-dirigente sindical, ex-prefeito)

A organização, pelo chefe de família, "velho" para o trabalho fabril e anteriormente ligado à agricultura, desse trabalho familiar que atravessa não somente o roçado e o pequeno comércio, mas também a fábrica, pode fazer-se de maneira mais bem sucedida e menos traumática, quando o "velho" chefe de família tem como base para tal organização do trabalho familiar, a concessão estável de um roçado. Dentre as áreas que mais concentraram grupos operário-camponeses, e que resistiram às pressões da companhia no decorrer dos anos 50 e 60, destaca-se o já mencionado grupo camponês de Jaguaribe. Nesta localidade, onde a CTP não detém a propriedade da terra, forma-se um grupo camponês-operário, possuindo roçados, sítios e filhos na fábrica, que persiste até os anos 70. Nestas condições mais favoráveis de posse do chão de casa e de pedaços de terra anexos onde há roçados próximos à casa, é que podemos

observar com mais nitidez as potencialidades do *chefe de família* organizando o trabalho familiar a partir do seu trabalho camponês. Nesta situação limite de famílias operário-camponesas bem sucedidas na organização de uma transição da agricultura para o trabalho fabril, para uma condição operária, realiza-se o padrão ideal do "velho" *chefe de família* — conforme esta descrição do momento de chegada a Paulista.

"Éramos dez irmãos. Cinco moças e cinco rapazes. Um já estava casado e então tinha cinco moças e quatro rapazes. Papai trabalhava assim em negócios de agricultura, sabe? Nós morávamos aqui no interior de Paulista mesmo (em área próxima a Igarassu). A gente veio pra Paulista mesmo porque eu tinha um irmão, o mais velho, ele começou a vir de lá vender farinha aqui em Paulista. Nós éramos tudo pequenininho ainda. Ele gostava muito de trabalhar em agricultura e então ele achou que aqui em Paulista dava mais certo, porque tinha do que viver pra família ajudar. Ele achou que aqui dava mais certo de criar a família. Aí ele falou com papai pra trazer tudo praqui. Aí, logo que chegamos, papai arrumou logo um roçadinho pra ele, meu irmão mais velho começou a negociar novamente vendendo farinha e a minha irmã, ela tinha onze anos, aumentaram a idade dela pra ela poder trabalhar porque naquele tempo aqui na fábrica, tinha de toda idade, sabe. Menino de dez, onze anos aumentava pra doze e assim conseguia trabalhar. Foi o que aconteceu com ela. Ela começou a trabalhar bem pequenininha pra ajudar papai, né. A gente foi viver em Jaguaribe, é Paulista também. A gente morou lá muito anos. Quando a gente chegou, foi muito ruim. A gente foi morar na casa de uma tia da gente, nossa família grande tudo na casa de uma tia, a casa era pequena e a gente não tinha casa ainda. Depois papai andou muito e encontrou uma casinha, aí comprou essa casinha, né. Tudo lá em Jaguaribe mesmo. Aí a gente foi morar em casa própria. Própria da gente mesmo, né. Aí foi quando ele começou a trabalhar na agricultura e as minhas irmãs também começaram a trabalhar e foi melhorando um pouco. Aí depois, já tudo crescido, tudo trabalhando, melhorou, só eu que sou a mais nova e outra irmã pegada a mim que não trabalhava. Tudo trabalhava na fábrica menos eu e ela. E nós morávamos em Jaguaribe mesmo. E papai ficou sozinho no roçado. Naquele tempo os operários ganhavam muito pouco, mas mesmo assim isso ajudava, e quando não podia ajudar, papai assumia a responsabilidade sozinho mesmo. Porque ele plantava batata, inhame, farinha, essas coisas não precisava de comprar. E a ajuda que a gente dava, comprava outras coisas.

Aí, depois que tudo começou a trabalhar, aí também começou a companhia querendo comprar as casas de Jaguaribe. Casa que era própria. Isso foi mais ou menos em 1956, foi por aí parece, que eles começaram querendo comprar as casas de Jaguaribe. E eles faziam ameaça, diziam que se a pessoa não vendesse, eles tocavam fogo na casa. E faziam tanto medo, tantos absurdos que eles faziam, sabe, pra convencer a pessoa a vender as casas. Aí papai tam-

bém, já com os meninos tudo trabalhando, ficava muito distante assim pra eles virem de pés. Pegava um horário muito ruim. Pegava de 4 horas da madrugada, mas eles tinham que sair de casa duas e meia porque elas iam de pés. Então, tudo trabalhando, eles começaram a achar ruim, andando no caminho todo ruim, sozinhos, aí pediram pra papai pra arrumar uma casa aqui da companhia, aqui em Paulista. Aí ele achou que dava certo, af... sim, mas a casa era da gente, né. Aí a companhia querendo comprar e mamãe não queria sair de lá não, porque ela gostava muito porque criava muito, lá ela criava muito, era muito bom pra criar. Mas mesmo assim a companhia fazia tanta ameaça, que ia tocar fogo na casa e era tanta coisa que ela dizia que aí meu pai chegou e resolveu vender. Aí vendeu e a gente arrumou uma [casa] daqui, da companhia, na Rua Riachuelo. (...) Aí quando nós viemos pra cá meu pai entregou o sítio, mas não entregou de uma vez não. Ele tinha ainda um pedacinho de terra lá. Ele ainda saía de Riachuelo pra Jaguaribe todos os dias. Pra trabalhar, porque ainda ficou um irmão meu morando lá em Jaguaribe, então ele saía de manhã e passava o dia lá. Quando era de noitinha é que ele voltava.” (Ex-tecelã, atualmente mãe de família e dona de casa)

A família que vem para Paulista através do *aliciamento familiar* ou por outras formas como o auto-recrutamento espontâneo com a ajuda de parentes já estabelecidos tem sua estrutura re-arranjada face à colocação dos filhos e filhas no trabalho industrial; no entanto, em situações favoráveis ao desenvolvimento do trabalho no *roçado* em Paulista, o trabalhador *chefe de família* pode até, como se viu na última citação, reinventar sua situação camponesa anterior, ainda que para isso necessite da *ajuda* do trabalho industrial de seus filhos.

A estratégia da família camponesa procedente das áreas rurais próximas a Paulista incorpora o conhecimento das possibilidades de revigoramento de uma reprodução camponesa antes ameaçada, através de uma administração familiar da *ajuda* dos filhos e filhas no trabalho infantil e juvenil assalariado propiciado pela fábrica. O sucesso desta estratégia se dá já no final da *segunda era* de recrutamento, quando a *CTP* inicia uma política de desestímulo e perseguição aos operários-camponeses e agricultores dos “sítios da companhia” — deve-se ao fato de que a maioria dos filhos e filhas, já crescidos, está empregada na fábrica. A pressão da *companhia*, que recorre a notória violência dos métodos de seu enorme corpo de vigias, acaba dobrando a vontade do pai e a firme relutância da *mãe* na venda lesiva de seu *mocambo* (Leite Lopes, 1985) e parte de seus *roçados*, ajudando a explicitar um conflito familiar latente representado pela ligação dos filhos ao trabalho fabril. Aqui se explicitam as tensões no interior desta nova família operária, ligada ao *roçado* através do *pai de família*, que se dão no decorrer da segunda e/ou terceira *eras* do recrutamento e que se resolvem aqui “a favor” dos filhos já maiores, com participação das pressões da *CTP*. A persistência do trabalho no *roçado* do já “velho” *pai de família* simboliza o

apego às condições materiais e culturais de existência anteriores, que exigem o trabalho no *roçado*, explicando tanto o modelo geral dos operários sobre a relação entre a família e o trabalho, como o lugar do “velho” no *roçado*.

O pequeno comércio, uma alternativa de trabalho independente do pai *chefe de família*

O *pequeno comércio*, ou *negócio do chefe de família*, em princípio, assim como o *roçado*, está relacionado com a prática anterior em seu local de origem. Por outro lado, semelhantemente ao *roçado*, o *pequeno comércio* permite ao *chefe de família* o exercício de uma atividade que guarda uma relativa autonomia face a um controle direto dos proprietários da fábrica. Se o *roçado* é concedido como uma espécie de dom ao *chefe de família*, ele também pode ser obtido através da utilização de terras ainda não apropriadas pela *companhia*. O *pequeno comércio*, por sua vez, se beneficia do plantio nos *arrabaldes*, o principal dos quais é a localidade de Jaguaribe, já referida anteriormente. Nestes *roçados*, os *chefes de família* negociantes compram dos agricultores os produtos necessários para a sua atividade de revenda. Trata-se de um comércio de legumes, verduras e frutas realizado de porta em porta pelas ruas de Paulista, que se viabiliza pela garantia da casa e do salário dos filhos e filhas no trabalho industrial. A maior parte dos *chefes de família* envolvidos no *pequeno comércio*, no *negócio*, de um modo geral, a ele recorreram após várias tentativas de trabalho em serviços fabris ou em serviços ligados à *gerência externa*; é como se houvesse a necessidade de um certo tempo de fixação de sua família na vila operária, inclusive com a participação do *chefe de família* no trabalho assalariado, para que se consolidasse a garantia do trabalho dos filhos, e se desenvolvesse o conhecimento das condições para o desenvolvimento de um *pequeno comércio*.

O caso a seguir se refere a um *chefe de família* — ex-pescador e pequeno comerciante de mel em seu lugar de origem — que passou a desenvolver um pequeno comércio após frustradas tentativas em vários trabalhos da CTP. Depois da moradia em Paulista garantida pelo trabalho industrial de seus filhos, ele pôde então ocupar-se do *pequeno comércio*, atividade independente que lhe permite trabalhar fora dos constrangimentos de chefias e ordens superiores, pouco compatíveis face à situação anterior de pescador.

Uma de suas filhas, ex-fiandeira, narra:

“Papai trabalhou em negócio de construção que a companhia tinha. Era um bocado de homem, negócio de pedreiro, assim pra consertar casas, pra fazer caiação, chamava a gerência externa. Tinha também um homem que

tomava conta de cavalos. Aí ele [o pai] ficava tomando conta desse cabriolé (espécie de charrete). Ficava até onze horas, meia noite, a hora que ele chegasse, papai tinha que estar lá, pra dar comida para o cavalo, dar banho. Papai que era um pouco alvoroçado, abusado, eu sei que um dia ele se zangou com esse homem — o que ia com o Coronel —, ele abusou-se e não foi mais lá. Ele trabalhou um bocado de tempo. Começou a cortar capim, pra cobrir casa, era a folha amarela, mas era da companhia também, as casas tudinho era coberta de capim. Pagavam por cento. Aí, depois se abusou com o capim, deixou, e começou a comerciar com fruta.

Ele comprava e vendia no balaio, jaca, manga, banana, ele vinha e vendia. Quando dava pra ele chegar em casa [referência à quantidade de dinheiro obtido na venda] ele chegava, quando terminava no caminho, ele comprava logo outro [carregamento de frutas] e começava outro [balaio].

Durante o dia, ele fazia isso, ele vendia pelas ruas."

A experiência anterior deste pescador, de independência individual ao nível do processo produtivo, é bem provável que tenha interferido nas suas dificuldades de adequação à hierarquia implícita ao trabalho na *gerência externa*. No *negócio*, não depende da hierarquia fabril e o ritmo de seu trabalho é indicado pelas necessidades de sua família. Assim, o *pequeno comércio* do pai associado ao trabalho industrial dos filhos e filhas e, finalmente, ao trabalho doméstico produtivo da *mãe* permitem que a família compatibilize atividades dentro e fora da esfera propriamente fabril.

Como narra a mesma informante:

"A gente criava um bocado de gado. Porque quando começou negócio de pagar hora noturna, então parece que recebi quatro contos de réis (na década de 50). Aí mamãe que lavava umas roupinhas, juntou o seu dinheiro com o meu e comprou uma vaca e depois uma porca. Essa porca deu cria, aí a gente vendeu os porcos todinhos. Aí papai chegou e disse:

— Vamos comprar um bezerrinho.

A gente vendia leite também. Aí esse bezerrinho foi aumentando e só dava cria, sei que a gente ficou com umas oito cabeças. Era um bocado de gado. A gente deu para um pessoal criar, que a gente não podia criar tanto gado. Depois nós paramos tudinho, porque quem cuidava era ele, e ele adoeceu [o pai]."

A prática do *pequeno comércio* de frutas deste *chefe de família* articula-se assim com o trabalho doméstico produtivo da *mãe* que é a criação de porcos. A mediação para a compra idealizada pela *mãe* de uma vaca e uma porca é feita tanto pelo resultado de uma variante do trabalho doméstico remunerado da própria *mãe*, o *lavado de ganho*, quanto pelo trabalho assalariado fabril de uma filha. Uma atividade de criação feita em *terreiro* anexo à casa serve para

o consumo doméstico, para o *pequeno comércio* vicinal da venda do leite, e para a poupança camponesa.

A efetivação destas atividades de criação, por outro lado, depende da posse de um *roçado* ou da habitação recebida pela fábrica não estar situada em locais com forte concentração urbana, como são os bairros operários com suas casas de paredes coladas, geminadas, tão mal vistas pelos trabalhadores. No caso da família desse ex-pescador, a casa da vila operária, cujo aluguel é descontado do salário de sua filha fiandeira, pertencia a um *arruado* de casas situado em bairro descampado, com áreas agrícolas próximas.

Além do *pequeno comércio* ambulante, uma parcela muito pequena de *chefes de família* “idosos” se dedicava a uma atividade artesanal já exercida anteriormente. É o caso do velho sapateiro da região do brejo da Paraíba com suas cinco filhas e um filho.

“Eu vim de Esperança, na Paraíba, que fica entre Areias e Campina Grande. Era uma família grande a minha família, e eles [os agentes] se interessaram. Tinha cinco irmãs, todas elas entraram pra tecelagem, e eu também entrei, em 12 de maio de 1928, como aprendiz. Depois elas não se deram e foram embora, hoje estou só eu aqui. Meu pai não trabalhou na fábrica não, Ele era sapateiro e também era mestre de montaria lá em Esperança. Ele entendia bem, era dessas pessoas que doma cavalo, né, e que fica como mestre de montaria.

— *Ele tinha roçado aqui?*

— *Não, ele vivia somente da arte. Do sapato. Fazia sapato, consertava, fazia aquelas botas praqueles alemães, né. Ele fabricava botas pros alemães. Tudo davam pra ele fazer aí.”* (Ex-mestre de tecelagem)

A ligação do *pequeno comércio* ou do *negócio* com o *chefe de família* “idoso” tende a se reforçar após o final da *segunda era* do recrutamento, isto é, a partir da década de 50. Para aqueles *pais de família* “idosos”, que passaram a vida na fábrica, a aposentadoria assegurada pelo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, já extinto) ou a eventual indenização ou acordo trabalhista resultante de demissão servem de suporte para incursões no *pequeno comércio* na feira de Paulista, nas *barracas* ou em pequenas vendas nos bairros da cidade.

O trabalho do “velho” *chefe de família*

O *chefe de família* recém-recrutado com sua família para a CTP, quando trabalha diretamente sob o controle da *companhia*, pode estar alocado na *gerência externa* ou no interior da própria fábrica.

A *gerência externa*, como o próprio nome indica, engloba os trabalhos executados fora do espaço fabril, nas ruas dos bairros operários ou nos campos e matas de propriedades da CTP. Incluem-se aí desde as atividades ligadas à construção e manutenção da vila operária, até os trabalhos do corte de lenha nas matas transportada para as caldeiras das fábricas, ou ainda, a partir de meados dos anos 40, o plantio de eucaliptos. Os trabalhadores da *gerência externa* faziam parte da chamada *folha amarela* e recebiam por diária ou por produção. Segundo informa a CTP em carta ao CIFTA (Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão) de 12 de outubro de 1931, estes trabalhadores, recebendo por produção, eram contratados por empreiteiros — que faziam a ligação formal com a fábrica.

Se um setor de trabalho da *gerência externa* compreendia serviços não qualificados, exigindo vigor físico, outro setor, cuidando da construção e manutenção da vila operária, incluía serviços qualificados de pedreiros, carpinteiros, etc. O *pai de família* “velho” recém-chegado a Paulista, se tivesse uma prática anterior desses ofícios, podia juntar-se outros “velhos” *pais de família*, já estabelecidos há mais tempo em Paulista. Segundo uma informante, ex-tecelã,

“meu sogro trabalhou na construção dessas casas [da vila operária].
Meu sogro era pedreiro, ele era um mestre.”

O trabalho na *gerência externa*, por ser regido pela *folha amarela*, passa a ser, com a implantação da legislação trabalhista, considerado inferior ao trabalho fabril. Para os jovens, a *gerência externa* é como uma etapa para a posterior entrada na fábrica. Já para os “velhos” a *gerência externa* significa uma atividade temporária de um final de vida. Nela, é exigida força física dos mais jovens, um certo vigor físico dos mais velhos, ou ainda a qualificação em um ofício de construção civil. Sendo assim, os “velhos” estão aí em melhor situação do que dentro da fábrica. De companheiros dos homens jovens na *gerência externa*, passam a companheiros das crianças no trabalho fabril, estando lado a lado com elas em certas seções. As atividades em tais seções comportam, assim, tanto aqueles em final da vida produtiva, quanto crianças que iniciavam ali sua carreira fabril. O trabalho do “velhos” na fábrica, mencionado como uma das benesses desse período passado quando se enfatiza a situação de pleno emprego do *tempo dos coronéis*, guarda uma conotação positiva apenas se enunciada em termos genéricos. E mesmo assim, as descrições genéricas não deixam de insinuar as tristezas daquele sistema fabril, a humilhação do aprendiz tardio ou da função socialmente desqualificada, os acidentes de trabalho. Uma tal ambigüidade se manifesta na oscilação, ora mais favorável, ora implicitamente mais crítica, ao modelo do “trabalho para todos”.

“No tempo do Coronel Frederico, ele dava trabalho, até a aleijado, teve muito aleijado que trabalhava. Só não trabalhava cego. Mas aleijado trabalhava. Tinha um aleijado aqui que andava engatinhando mesmo, de quatro pés. Esse assunira seção lá de gravação. Era gravador. E tinha um serviço pesado, era serviço de catar algodão. Quando o algodão tá sujo, muito desperdício de algodão, então ele o Coronel botava pra tirar aquele lixo. E ganhava o salário da época, né, ganhava igual ao salário da época.” (Ex-banqueiro)

Essa primeira descrição genérica que quer ressaltar os méritos do modelo do pleno-emprego do *tempo dos coronéis*, enfatiza a situação de um trabalhador aleijado de nascença, na profissão qualificada de gravador. Mas a descrição dada a seguir do trabalho dos “aleijados” é a mesma do trabalho dos “velhos” dentro da fábrica. Outro depoimento, que descreve a mesma seção de separação e limpeza do algodão sujo, já interliga a situação do “aleijado” ao do “velho”, sublinhando o lado da invalidez decorrente do trabalho e sugerindo a existência deste aproveitamento produtivo dos acidentados, pois que os “aleijados” aqui são os “velhos”. A ênfase aqui dada aos aspectos positivos do modelo de “trabalho para todos” é menor, e a descrição, mais crítica:

“Na fábrica tinha um armazém grande onde trabalhavam muitos velhos. Velho todo paralítico, velho aleijado, nas pernas, aleijado mesmo. Trabalhava separando algodão. Era tudo misturado, aquele sofrer... Aquele horror de velhos ganhando seu salário, trabalhando, separando algodão, cada um sentado num banquinho. Todo mundo ganhava dinheiro, naquela época. Só se não prestasse de jeito nenhum. Mas se prestasse pra fazer alguma coisa, trabalhava. Agora, ganhava pouquinho, né.”

O aspecto do acidente de trabalho no “velho” trabalhador já fragilizado está presente também na descrição concreta, personalizada, referindo-se ao próprio pai, feita pelo mesmo operário ex-banqueiro do primeiro depoimento sobre os “aleijados”. Não se trata mais aqui do aspecto genérico e visto como positivo do “trabalho para todos”, mas do drama do “velho” trabalhador dentro da fábrica.

“Meu pai morreu, não sei do que foi. Ele era já um velhinho. Ele adoeceu quando trabalhava no armazém do rasga. Tem algodão muito apertado e ali tem uma turma de homem pra rasgar. Abrir aquele algodão. Praquele algodão ir pro batedor. Mas ele trabalhava não era rasgando. Quando chegava o caminhão com algodão, o vento jogava muito algodão pra fora e ele saía com um saco, ajuntando. E ele era esperto e não deixava o vento levar muito longe. Ai ficava pegando algodão e ajuntando pra levar pra lá. Ele começou a

adoecer, foi quando um trabalhador do caminhão derrubou um fardo de algodão e ele estava assim perto e ia pegando nele, né. Passou mais ou menos assim, pegou um pouco nele. Então ele acidentou-se. Ficou andando de banda. Passou todo o tempo andando de banda assim que não podia se aprumar. E com isso adoeceu. O fardo passou raspando nele, se tivesse pegado no peito, tinha matado. Quando ele viu, pulou ainda mas pegou nele e aí ele ficou andando de banda, não pegou licença nem nada. Ele ficou em casa e o Instituto naquele tempo não atendia direito. Não sei se foi por isso ou não, só sei que logo depois ele morreu.” (Ex-banqueiro)

Este depoimento parece ilustrar a própria contradição entre as descrições genéricas do modelo positivo do trabalho dos “velhos” e o drama das histórias de vida concretas desses mesmos “velhos”: a inutilidade — poética e patética — do trabalho contra o vento à cata do algodão desgarrado e voador se defronta com os pés do fardo do algodão e do conjunto das condições de trabalho fabris desfavoráveis a esses “velhos” operários.

O trabalho dos filhos e das filhas

O trabalho dos filhos e das filhas em Paulista no período do *aliciamento familiar* passa por uma divisão sexual. Uma tal divisão do trabalho fabril subsume, por assim dizer, os valores sociais de uma concepção que diferencia o comportamento dos gêneros feminino e masculino. O trabalho dos homens na fábrica vai estar ligado às tarefas que exigem força, resistência, ou então àquelas em que desempenham funções de mando. O das mulheres, por outro lado, ainda que implique em uso de resistência e mesmo de força física, não é visto a partir daí, mas associado à atenção, à disciplina, e aos cuidados que as tarefas representadas como femininas exigem.

Há mesmo uma separação física dentro da fábrica. O trabalho feminino tem uma proteção, uma privacidade que reforça a representação do “respeito à família” existente em Paulista no *tempo dos coronéis*. Às mulheres não se dá um trabalho, por exemplo, ligado às diversas atividades da “gerência externa”; sua execução na esfera pública vai contra a concepção feminina circunscrita ao domínio da casa e do privado.

O trabalho dos filhos

O discurso retrospectivo que descreve o trabalho fabril dos filhos — eles próprios *chefes de família* quando o enunciam — é pleno de referências a

brincadeiras dentro da fábrica ao lado de um trabalho duro e extenuante. Eis como um operário então aposentado descreve a sua maneira de ver o trabalho, quando inicia a sua carreira na profissão de banqueiro na seção de preparação do algodão, após uma série de entradas e saídas como ajudante na fábrica e trabalhador no setor de transporte de lenha para as caldeiras:

"(...) O meu negócio era trabalhar e brincar. Eu brincava, mas só brincava com a máquina rodando. Não se parava a máquina pra brincar. Eu não fazia isso. Eu rodava: vamos brincar e vamos trabalhar. Comigo era assim. E com isso eu tinha o apelido (a fama) de banqueiro bom."

A ênfase no pleno emprego, "no trabalho para todos" existente no *tempo dos coronéis* permitia o exercício constante de brincadeiras dentro da fábrica, porque se "perdesse o emprego num dia, no dia seguinte se conseguia outro". No entanto, o modelo idealizado de "trabalho para todos", que empolga o aposentado contrasta com o presente, deixa escapar informações sobre as dificuldades dentro da fábrica e também na obtenção de emprego naquele período mesmo (Leite Lopes, 1985). Por outro lado, a referência ao "brincar na fábrica", além de fazer parte do que Leite Lopes chama de "cultura fabril", aponta também para uma amenização por antecipação da difícil tarefa do futuro *chefe de família* que, enquanto solteiro, pode brincar no trabalho por não ter ainda responsabilidade familiar. A responsabilidade com a família de origem não é sua, mas sim de seu pai (Hoggart, 1973).

Tanto a brincadeira quanto a mobilidade dos trabalhadores e a facilidade de reintroduzir-se na fábrica — "facilidade" característica na memória idealizada do *tempo dos coronéis* — são próprias do período de jovem solteiro no ciclo de vida destes trabalhadores. É o caso do ex-banqueiro que, no início de sua carreira, ainda jovem na fábrica, na seção dos bancos, foi demitido por ter sido encontrado conversando com a namorada na seção de tecelagem. Após conseguir transferir-se para a seção de branqueamento do tecido na Fábrica Aurora, briga com o chefe da seção, que lhe exigia tarefas perigosas de manobra desrespeitosa, e passa longo período desempregado. É aconselhado então por vizinhos e colegas a pedir diretamente ao Coronel Frederico, em suas andanças periódicas pela vila operária, um novo emprego, no que é atendido e colocado na seção de montagem de máquinas de tecelagem. Nesta nova seção, briga novamente com seu chefe imediato por causa da rispidez deste no tratamento com os operários. É então transferido para as atividades extra-fábricas da *gerência externa* — onde, apesar das difíceis condições de trabalho e do fato representar um descenso na diferenciação interna dos operários — ele parece se adequar melhor, devido provavelmente à maior liberdade relativa das empreitadas e à variedade de frentes de trabalho a que é alocado:

"Estavam montando a usina elétrica. Ela foi construída num lugar onde tinha um açude e tinha muito barro e tinha que escorar com pedras. Aí eu fui trabalhar nas pedras. Foi quando eu ganhei muito dinheiro. Eu trabalhava de 7 da manhã às 5 da tarde ganhando 5 tostões por hora. (Mas havia serviços urgentes que o cabo da turma pedia para a turma trabalhar até meia noite) (...) Aí quando era 7 horas, 8 horas (da noite) a gente terminava, mas ganhava até meia-noite, né (como se tivesse trabalhado até meia-noite). Que eram as horas que ele dava. Depois foi o tempo também que chamaram muita gente pra pegar lenha, e me botaram pra lá, pra descarregar a lenha dos carros (do trem). Foi quando comecei a criar essa hérnia que eu tive. Depois eu fui parar na boca das caldeiras, como foguista. [E nas caldeiras, trabalhando como foguista, foi reconhecido por um mestre de uma seção dos bancos que, precisando de trabalhadores em sua seção, chamou-o de volta para os bancos, no interior da Fábrica Velha.]"

Embora marcado por um discurso referido às brincadeiras no trabalho e à aventura, característico da descrição da vida e da relação com o trabalho dos jovens solteiros, esses relatos também salientam a imprescindibilidade do trabalho destes filhos jovens para a sobrevivência do grupo familiar. Pois do ponto de vista do trabalho familiar, o dos filhos homens, convertido em salário, transforma-se na sua contribuição ao grupo doméstico, sem a qual o grupo não se reproduz. A situação do jovem filho solteiro parece marcada assim por uma certa ambigüidade, que pode se traduzir em tensão no interior do grupo familiar, entre a brincadeira, a aventura e a mobilidade no trabalho, por um lado, e a responsabilidade inerente ao caráter indispensável do seu trabalho para a sobrevivência da família, por outro lado. Se o filho geralmente não tem diante de sua família o peso da responsabilidade que cabe a seu pai, este ônus pode lhe ser imposto pelas circunstâncias. Assim, nas famílias de viúvas o filho homem mais velho deve assumir as responsabilidades com o grupo doméstico que cabiam anteriormente ao *pai de família*.

Esta responsabilidade do filho de viúva mais velho é descrita de forma marcante no romance autobiográfico *Os Miseráveis*, do operário Adatao Machado:

"Aquele jovem teve a sua primeira decepção na vida em 1949 quando morreu o seu pai vítima de uma capotagem no ônibus em que viajava. Deixava no mundo uma mulher e oito filhos menores, que por sua vez ficaram desorientados com a perda do seu líder. José Farias era o mais velho e sobre ele caiu toda a responsabilidade. (...) [A narração passa para José, o filho mais velho] Bem, depois que meu pai morreu, senti que todos dependiam de mim, eu tinha quinze anos mas era o mais velho, botei a minha enxada nas costas e fui tirar tucuca (limpa de um pedaço de terra medindo "doze varas de terra quadra-

das"). Eu ganhava quinze mil réis por cada ticuca, começava às sete da manhã e quando terminava já era noite, e eu recebia o dinheiro quando terminava, e eu não podia voltar para casa sem aquele dinheiro, porque lá em casa os meninos me esperavam para comer."

Após sua vinda de Carpina para Paulista com a família, José Farias passa a trabalhar na *gerência externa* sustentando o grupo doméstico até que outros irmãos entrem para a fábrica. Depois de casado, com os primeiros filhos, é demitido da CTP e trabalha em diversas fábricas até que, carregando sacos de sessenta quilos numa fábrica de moagem de milho, sofre um acidente que atinge sua coluna.

"(...) Em 1974, o instituto de previdência social, vendo que não havia cura para mim, resolveu me desamparar e me tiraram todo o direito do INPS. Eu fiquei na rua da amargura. Meus filhos nunca foram numa escola (ao contrário dos seus irmãos que ele ajudou a criar), a mais velha já vai completar 18 anos e não sabe fazer o nome dela. Eu devagar, comecei fazendo uns biscoites por aí, servicinho maneiro, (...) e assim nós vamos vivendo, e passando a nossa fome. Nasci na miséria, vivi e vivo na miséria, naturalmente eu sou um miserável. [A narração passa de José Farias para o narrador principal do romance, o qual ainda não anunciou qual a relação que o une a José Farias]. Ao dizer as últimas palavras, aquilo que resta de uma figura humana, não mais suportando, começou a chorar. Eu fiquei comovido e os meus olhos encheram de água. Toda a estória daquele homem era verdadeira e eu era testemunha, pedira pra ele falar para que não me esquecesse de nenhum detalhe. Pois ele é ... o meu irmão mais velho."

Machado finaliza, enfatizando seu reconhecimento ao sacrifício inerente à condição de "filho de viúva mais velho" que coube a seu irmão:

"A ti querido irmão, como uma pequena homenagem, pela participação que tivestes na minha existência. Prejudicastes a tua vida para que vida melhor eu tivesse. A ti ofereço esta parte do meu livro, como homenagem à tua bravura. Você é um herói. Muito obrigado."

Essa responsabilidade do filho jovem solteiro pode ocorrer também em grupos domésticos em que o *pai de família*, inválido, não mais trabalha. É o caso do ex-banqueiro, ligado desde jovem à seção de preparação de algodão e à responsabilidade com o sustento de sua família:

"Trabalhei 42 anos na Fábrica Velha, sempre na seção de preparação. Não conheço nem a Fábrica Aurora (a outra fábrica da CTP em Paulista). Porque temia ficar um tempo parado. Eu era solteiro, mas meu pai já não tra-

balhava e eu tinha duas irmãs menores; meu pai, minha mãe, duas primas menores e eu tinha que dar conta da família. Então eu não podia sair pra procurar trabalho pra melhorar minha situação em outras seções (como era comum entre os rapazes solteiros) (...)."

A tensão já mencionada entre a mobilidade no trabalho e as aventuras dos jovens solteiros,² que se mostra também nas brincadeiras e brigas com os chefes imediatos, por um lado, e na responsabilidade com a manutenção, pelo menos em parte, dos grupos domésticos aos quais pertencem, por outro lado, pode ser resolvida objetivamente pela busca de trabalho nas atividades extra-fabris da *gerência externa* com suas frentes de trabalho ocasionais e sua natureza de emprego temporário, instável e à margem da legislação trabalhista (a *folha amarela*). Aqueles trabalhadores jovens que, por uma posição desfavorecida na diferenciação social das famílias de operários, não conseguem colocar-se em uma ocupação mais estável no interior da fábrica vão buscar trabalho nas diferentes "frentes" da *gerência externa*, seja na derrubada e transporte de lenha para as caldeiras, no corte de capim para cobrir as casas de *mocambo* da *companhia*, ou no plantio de eucalipto.

As diferentes atividades da *gerência externa*, com suas variadas frentes de trabalho e empregos precários, se constituem em campo propício ao exercício do papel freqüentemente desempenhado pelo filho homem na busca de trabalho que possa reverter em moradia e trabalho para todo o grupo doméstico. A mobilidade no trabalho e a busca de aventuras, aspectos característicos dos trabalhadores jovens solteiros, podem se conciliar aqui com a imprescindibilidade de seu trabalho para a sobrevivência do grupo familiar. Isso se dá através da função desbravadora exercida pelo filho, geralmente o mais velho, no auto-recrutamento posterior de sua família. Já citei o caso de um deles — o sitiante da localidade de Jaguaribe. Naquele exemplo, o filho mais velho, vendendo farinha em Paulista, é o responsável inicial pela transferência de sua família para Jaguaribe. As atividades da *gerência externa*, mais ainda que aquelas do *pequeno comércio* e agricultura em Paulista, oferecem a possibilidade do deslocamento de um filho homem como primeiro movimento de um *auto-recrutamento* por etapas. O caso da família narrado por uma ex-fianadeira pode ser enxergado da mesma maneira:

"Lá em Nazaré da Mata era pobreza. Trabalhava na agricultura. Fiquei sem mãe em 1946 e vim embora pra Paulista. Viemos por conta própria. Primeiro vieram dois irmãos. Chegaram aqui e arrumaram trabalho em Paulista. (grifos meus) Depois foram me buscar, a mim e a meu irmão caçula. (...) Depois foram buscar o velho meu pai com a minha irmã. Formamos a família reunida. Meu irmão ficou trabalhando, mantinha a casa. (grifos meus) A gente morava em casa particular [casa que não era da companhia, geralmente um mocambo]. Antigamente a gente pra arrumar casa era preciso ser

operário. E que tivesse um bom emprego. Meu irmão era operário mas era operário que não tinha emprego. Considerava um emprego bom quando era banqueiro, tecelão, fiandeiro. Aí a companhia dava casa, achava que o salário daquele empregado dava pra pagar a casa e manter a família. E quem trabalhava no "externo", um trabalho que ganhasse diárias, então tinha que morar nos arrabaldes, em Jaguaribe, como eu que morei lá."

As atividades da *gerência externa* se constituem em domínio masculino e são associadas ao trabalho braçal pesado, àquele realizado em um espaço público (na construção e manutenção da vila operária) e ainda ao trabalho policial dos *vigias* recrutados para a milícia privada mantida pela *CTP* até os anos 60 (Leite Lopes, 1985).

Os atributos de masculinidade aparecem nos relatos dos trabalhadores sobre a encenação da cerimônia do *exame* feito pessoalmente pelo patrão nas famílias recém-aliciadas:

"Quem escolhia era o Coronel Frederico. Quando as famílias do interior, no dia de sair do depósito, (...) ele ia chamando família por família. (...) Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: 'Cada um apresente a mão!' Ele passava a mão assim, olhava: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!' (...) Aí olhou a minha mão grosseira que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de covoqueiro, né, aí era tudo cheio de calo. Ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar'. Pra manjar era o vigia, né. Pra pegar na ficha, pra fazer desordem. Graças a Deus eles não me botaram não. (...) Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes. Eu disse: 'Em todo serviço'. Quando me disseram que meu serviço era pra manjar, eu acho que eles pensaram que eu ia dizer que era. (...) 'Não, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo! — 'Então vai pras caldeiras'. Aí me botaram pras caldeiras." (Ex-operário da seção de tinturaria da Fábrica Aurora)

A essa rapaz forte, de mãos calosas, vindo de forma agregada a uma família estranha, é feito o convite, sob forma de sondagem, para se incorporar a essa ocupação masculina por excelência, o corpo de *vigias* da *CTP*. Como o rapaz reluta em aceitar a oferta, é alocado no serviço pesado da alimentação em lenha das caldeiras.

Mesmo no interior das atividades da *gerência externa*, a posição das famílias importa em diferenciação, implicando em trajetória menos ou mais favorável aos filhos solteiros quando de sua inserção no mercado de trabalho.

"Eu comecei no externo, trabalhava no externo, (com o pai, que era chefe de pedreiro), fazendo cerca de arame, desentupindo fossa, limpando

quintal de estrangeiro. Naquele tempo tinha muito alemão por aqui. Depois, fui pras caldeiras, em 42. Trabalhei de lenheiro. Entrei pra foguista. Mas eu sabia ler, aí me botaram como cabo de caldeira."

O pai do informante, sendo chefe de pedreiro, emprega inicialmente o filho na parte da *gerência externa* que cuida da vila operária; após um período no trabalho pesado de foguista, o informante consegue sair da *folha amarela*, obtendo assim um emprego mais estável como cabo de caldeira e através dele a possibilidade de ter acesso a uma casa da *companhia*. À moradia só tinham acesso os trabalhadores com ocupações fabris ou aqueles vinculados à *gerência externa* em cargos de chefia. Por isso, a família da ex-fandeira, que se desloca *por etapas* de Nazaré da Mata, não consegue uma casa na vila operária e tem de residir em *mocambo* na localidade de Jaguaribe.

A posição mais favorecida do jovem trabalhador e em particular do seu pai na diferenciação interna dos operários influencia sua alocação a seções de maior prestígio entre os trabalhadores. Exemplo disso é o relativamente difícil acesso ao aprendizado de uma arte³ no conjunto de oficinas das duas fábricas da CTP em Paulista. Um ex-fundidor relata o seu acesso ao aprendizado da *arte*, mediado por pedido de seu pai, encarregado da famosa condelaria dos Lundgrens, ao patrão:

"Eu fiquei pouco tempo na tecelagem. Depois eu sai e fui trabalhar lá na Fábrica Aurora, no acabamento de pano. Depois eu achava que devia aprender uma arte, entences eu pedi aos donos daqui de Paulista pra aprender uma arte. Eu falei pra meu pai, meu pai falou pra ele e ele disse: 'Ah, vou botar ele na fundição.' Aí eu perguntei [a meu pai] se era arte boa, né, e ele disse que era. Entences eu fui, e aí fiquei. (...) Porque eu achava que o homem tinha o dever de aprender qualquer uma arte. Eu achava muito bonito o trabalho do pessoal das oficinas, essas coisas. Eu achava bonito aquilo e queria conseguír fazer. Aí conseguí. Tanto que depois eu tive muitos aprendizes que vieram aprender comigo. Alguns estão no Rio e em São Paulo. Um mesmo trabalha em Volta Redonda."

A posição social entre os operários do *pai de família* do jovem trabalhador também é importante para o acesso a outras ocupações masculinas da fábrica: uma vaga nas seções de preparação do algodão (batedor, cardas, bancos), ou nas seções de acabamento do pano (branqueamento, tinturaria, estamparia). A interferência paterna é mais importante ainda no caso de obtenção de uma vaga de aprendiz ou ajudante de contramestre nas seções de preparação de algodão, de fiação e de tecelagem. Nestas duas últimas seções, as que incorporam um maior número de trabalhadores, os operadores das máquinas são mulheres (só no final da década de 50 é que os homens passam a trabalhar

como tecelões), mas as chefias imediatas, os contramestres, que se encarregam dos consertos das máquinas e também da disciplina, são homens.

A atribuição de ocupações nas seções e de lugares de chefias é feita também segundo o sexo do trabalhador. Há seções estritamente masculinas como, por exemplo, todas as de acabamento de pano ou as de preparação de algodão. Estas são contíguas à seção de fiação, cujas operadoras de máquinas são mulheres, ajudadas por serventes do sexo masculino, geralmente adolescentes, e chefiadas por contramestres homens; por fim, vêm as seções de tecelagem, de composição semelhante às seções de fiação. No *tempo dos coronéis* — quando a modernização do final dos anos 50 e 60 ainda não tinha introduzido máquinas em várias seções de tecelagem — a separação das seções “femininas” e “masculinas” era bastante nítida, havendo um limite espacial que os trabalhadores não podiam ultrapassar sob pena de receberem punição.

Houve no entanto um período em que os trabalhadores dos bancos (os “banqueiros”) — por serem participantes muito ativos nas reivindicações salariais dos trabalhadores — levaram a CTP a colocar mulheres naquela seção tradicionalmente masculina.

“(...) Aí botaram mulher pra trabalhar nos bancos. Foi o tempo que mulher entrou. Parecia que era uma festa, lá nos bancos. Porque a gente banqueiro só podia ir até a fiação. Na tecelagem não ia mesmo. Eu mesmo, botaram pra fora da fábrica, porque eu entrei na tecelagem.

Então entrou mulher nos bancos, pros homens ensinarem às mulheres. Agora, ensinava à mulher de tudo, né: do que é bom, do que é ruim. Virou bagunça, porque não existia respeito.

Naquele tempo, a gente conversava, até carnaval a gente fazia dentro da fábrica. A gente fazia tudo. A gente brincava, não era direito a gente brincar, mas a gente brincava, isto era contra a lei, mas a gente fazia isto, a gente não tava olhando. Não tinha fiscalização, era mais liberdade, era melhor pra trabalhar.

Entrou muita mulher nos bancos, pra ver se quebrava a força dos homens. Mas, mesmo assim não estava dando certo. Demorou muito tempo assim as mulheres trabalhando nos bancos. Comigo mesmo trabalharam várias ajudantes e aprendizes. Mas não tinha o desenvolvimento dos homens, pra trabalhar nos bancos precisa ter agilidade.” (Ex-banqueiro)

A tentativa da fábrica de colocar mulheres trabalhando nos bancos — seção onde na maioria das vezes se iniciavam paralisações e greves nos anos 50 e 60 — redundou em uma forma, considerada ilegítima para os operários, de divisão sexual do trabalho. É vista como uma desorganização — uma verdadeira “bagunça”. Porque o comportamento dos homens dentro da fábrica nas seções exclusivamente masculinas permite práticas que julgam não condizentes com a presença feminina.

Se na fábrica o trabalho do homem e da mulher se diferencia e sua atribuição passa por uma concepção do feminino e do masculino, no seio da família também vai-se dar a diferenciação face aos filhos e filhas operários. Os filhos, menos ligados à casa do que as filhas, explicitam isto ao falarem de suas famílias no contexto em que são solteiros e dependentes de seus pais. Todo seu discurso está preferencialmente ligado ao trabalho fabril e aos acontecimentos relacionados ao trabalho, à vila operária, ao espaço público; menos referido portanto a questões que envolvam a esfera da casa propriamente dita, considerada feminina. As atividades masculinas, extra-fabris, no mundo familiar, são as de *ajuda* ao pai na venda de algum produto do *roçado* ou na criação levada a efeito pela mãe.

"Minha sogra criava muito peru. era muito peru de roda. era peru, galinha. O irmão do meu esposo levava de Canoas (bairro) para vender peru."

O modelo do trabalho do filho, ao se constituir numa *ajuda* ao *chefe de família*, igualando-se nisto ao trabalho das filhas, também aponta para o processo de sua formação que permite que ele se reproduza em um futuro *chefe de família*. Ao homem, cabendo o domínio do trabalho, de onde traz o sustento de sua família, é também permitido, quando solteiro, a utilização de tal domínio no que ele tem de descompromisso e de divertimento.

O trabalho das filhas

*"Toca a sereia na fábrica
e o apito como um chicote
bate na manhã nascente
e bate na tua cama
no sono da madrugada,
Ternuras da áspera lona
pelo corpo adolescente.
É o trabalho que te chama.
Às pressas tomas o banho,
tomas o teu café com pão,
tomas teu lugar no bote
no cais do Capibaribe.*

"A Tecelã", Mauro Mota

Os tormentos da jovem tecelã — esse personagem social do Recife que impressionou Mauro Mota na década de 50 — com o apito da fábrica se

devem às longas jornadas de trabalho fabril e também ao cansaço acumulado nas atividades domésticas. Ao contrário dos filhos operários, as filhas operárias têm, quando jovens, a sobrecarga da *ajuda à mãe*. A condição ideal para as mulheres nesse grupo social é a de *dona de casa*, esposa e mãe. Para as famílias recém-chegadas a Paulista, o trabalho fabril das filhas não deixa de ser uma violência, considerando que, na situação de vida anterior, o trabalho feminino era efetuado dentro do âmbito do estrito controle familiar. A mãe que vem para Paulista com seu marido e filhos permanece na esfera doméstica, cumprindo seu papel de *dona de casa* e organizadora do consumo doméstico. A filha operária deverá, no entanto, ao lado do trabalho fabril, ajudá-la nas atividades ligadas à casa, tais como a obtenção de lenha nas matas, a criação de animais e particularmente nas tarefas da casa propriamente ditas, como arrumação e limpeza em geral. Através dessa sobrecarga, o trabalho feminino na fábrica não implica na perda cultural de uma concepção do feminino. A experiência em Paulista se diferencia nesse caso, do que ocorreu no período de industrialização na Inglaterra, no início do século XIX, quando as moças iam para a fábrica, ainda crianças e com isso perdiam a possibilidade de se reproduzirem como *donas de casa e mães de família*, ficando por assim dizer definidas pelo caráter público e portanto masculino do mundo fabril e destituídas do saber doméstico tradicional das *mães de família* (Hammond, 1967 e Marx, 1977).

Ao serem socializadas, quando “filhas”, no trabalho fabril, as mulheres de Paulista são também socializadas como futuras *donas de casa*, mães e esposas. E nos dois momentos de seu ciclo de vida — quando jovem filha solteira, ou quando esposa sem filhos ou com poucos filhos — o seu trabalho fabril será representado como uma *ajuda* aos homens dos quais depende, seja seu pai, ou seu marido.

Comparando o trabalho fabril das filhas com o dos filhos, pode-se perceber como a inserção respectiva no trabalho terá características diferenciadoras. Enquanto o filho solteiro, ainda dependente do pai, “brinca” na fábrica, a filha deve se precaver de brincadeiras que a exponham publicamente. Há brincadeiras de caráter feminino só que organizadas coletivamente e envolvendo meninas jovens.

As contradições entre a concepção do que deva ser o trabalho feminino na fábrica — temporário, anterior ao casamento e inserido num modelo geral em que o feminino tem determinadas características — acentuam-se pela demanda por parte da fábrica, de uma força de trabalho feminino considerável. O próprio recrutamento, a concepção da vila operária da fábrica e sua organização social voltada para famílias de trabalhadores têm como um dos seus motivos econômicos mais imediatos a utilização do trabalho feminino e infantil.

Assim, o trabalho feminino fabril, quando mencionado no passado, no *tempo dos coronéis*, aponta para os perigos que ele representa para as “moças” e é o que exprime a categoria *moça de fábrica*:

“O pessoal falava de moça de fábrica: — Aquela moça de fábrica, aquelas moças levianas. Moça de Paulista não tinha valor para o interior, não tinha valor de nada, diziam que era safada, diziam que a gente vinha praqui aprender tudo que era coisa feia, pornografia. Diziam que os pais traziam as moças pra Paulista para entregar aos Lundgren. É, eles tinham a fama, mas era de todo jeito que diziam, diziam que as moças da cidade, da fábrica, eram muito sem vergonha.” (Entrevista com duas ex-fiandeiras)

As operárias que dão o depoimento acima atribuem às pessoas do interior a percepção da fábrica e da cidade como espaços negativos para as “moças”, espaços em que a presença da família é supostamente negada. E como as próprias informantes são oriundas do interior, elas, apesar de críticas à tal concepção preconceituosa, apontam para a força dessa visão que representa a fábrica como um espaço público oposto à casa, à família, e portanto perigoso para a mulher. Idealmente, ela deveria assim estar restrita ao domínio da casa, do privado — aos limites da família, enfim.

Cabe à família atenuar a contradição tanto quanto isso é possível. O caráter familiar do recrutamento, que a CTP procura reforçar confere ao chefe de família o papel de mediador entre a fábrica e as filhas por ele controladas.

A visão da fábrica como lugar imoral, impróprio para mulheres — comum, aliás, durante a revolução industrial na Europa (Gaskell, 1972 — 1ª ed. 1833), é também amenizada pela separação entre as seções predominantemente femininas e masculinas, evitando-se sempre que possível a colocação de “moças” e homens lado a lado.

A cidade e a fábrica, além das representações negativas associadas aos trabalhadores do interior, desvelam na realidade um outro mundo, levando-os a assumirem novos papéis e valores, uma outra forma de vida. Assim esta tecelã, relatando a violência de sua entrada abrupta no mundo da fábrica e da vila operária, se depara com a firmeza e determinação do pai em permanecer nessa nova vida, com suas contradições e dificuldades. Do ponto de vista paterno, a permanência lhe facilitava o acesso a novas formas de reprodução social que contrastavam com a inviabilidade de sua situação no local de origem:

“Quando eu cheguei aqui, eu custei a acostumar, por causa do silêncio. Porque lá no lugar em que eu morava, era assim interior, era um silêncio. E, aqui [Paulista] era uma zoada muito grande. A gente quando chega assim na cidade fica logo aborrecida. Nesse tempo não tinha rádio, mas o povo gostava de cantar, quase todo mundo cantava.

Quando eu entrava para trabalhar na fábrica, eu olhava assim, eram aquelas máquinas antigas de tecelagem, aquela zoada: — Meu Deus, é o verdadeiro inferno, quando vou me acostumar?

Eu pedi ao meu pai pra voltar, porque não agitentava mais aquela zoada, era uma zoada muito grande. Ele disse: — Que nada, que voltar nada. Ele disse que estava muito satisfeito, que não queria voltar. (Ex-tecelã)

O trabalho fabril, além de ser visto como um lugar perigoso, de sedução para as “moças”, é também — do ponto de vista das filhas operárias recém-chegadas — um lugar em que o barulho, a “zoada” marcam o estranhamento. A entrada na fábrica conduz ao rompimento com a própria noção de trabalho ligado diretamente à natureza — em que o silêncio é uma característica retrospectivamente valorizada por oposição ao ruído das máquinas funcionando em lugar fechado e murado. A estranheza, sentida pela operária, não provoca no pai o desejo de voltar para o *interior*. Foi dele a decisão da *vinda*; a permanência também é de sua alçada. Sua autoridade se explicita neste exemplo: a filha não pode decidir a volta, nem tampouco deixar de trabalhar na fábrica, mesmo que este seu trabalho se dê de forma individualizada e fora do controle direto do pai. Por outro lado a decisão de permanecer tomada pelo pai indica a rápida relativização do caráter pejorativo da expressão “moça de fábrica”, tal como vista da perspectiva do *interior*.

Ultrapassado este estranhamento inicial, é a própria continuidade do trabalho habitual, cotidiano, que surpreenderá as operárias: o surgimento frequente de acidentes e principalmente de doenças no trabalho. A fábrica, assim, também revela às moças as doenças oriundas do trabalho e dos baixos salários. No contexto do detalhamento das condições de trabalho, Paulista do *tempo dos coronéis* não é representada como um paraíso a exemplo do que ocorre no contexto do mercado de trabalho e do pleno emprego de então. É recorrente nos relatos das mulheres a revelação de casos de “moças” atingidas pela tuberculose, atribuída ao excesso de trabalho e à fome.⁴

“Eu tenho tanta colega que morreu tuberculosa, que passava fome. Até que a gente não passava tanta necessidade, porque papai era chefe, mas cansei de ver a pessoa ficar amarela e desmaiar, aí o contramestre dizia: — É fome! (...) Aqui em Paulista tinha muita gente misturada, muita gente de fora, sabe. Naquele meio de gente ruim, gente boa, muita fome. O povo vinha pedir comida à gente.” (Ex-tecelã, cujo pai era chefe de uma turma de pedreiros)

“Minha mestra me ensinou que não fosse trabalhar sem tomar café, e nunca puxasse o fio com a boca. Ela disse que aquilo ia comer meu pulmão em pouco tempo. Porque naquele tempo as tecelãs pegavam um no fio com a boca, pegavam outro, chupando o fio e podia conduzir à tuberculose. Quando cheguei aqui, a maioria chupava lançadeira.” (Ex-tecelã, a mesma que reclamou inicialmente da zoada na fábrica e na vila operária).

Pressionadas pela intensidade do trabalho exigida na fábrica — tanto através do sistema de fiscalização e multas quanto do salário por produção — as tecelãs acabam tendo como hábito, para maior rapidez na recolocação em funcionamento da máquina, dar o nó do fio na lançadeira, puxando-o com o auxílio da boca. Coincidentemente os relatos mencionando a doença, ocasionada pela insalubridade e pela fome, aparecem com mais freqüência nas informantes que estiveram empregadas na seção de tecelagem. O hábito de dar o nó com o uso da boca talvez explique, pelo contágio, maior incidência da doença na tecelagem, apesar de as condições de trabalho serem ainda piores na fiação. A referência à doença é muito mais freqüente nas “moças” do que nos homens, provavelmente em decorrência também do que se costuma denominar como a dupla jornada de trabalho.

O trabalho feminino fabril por excelência é o trabalho na tecelagem e na fiação. A tecelagem freqüentemente é preferida como lugar de trabalho para as mulheres porque além de ser considerado um lugar “limpo” e que requer sobretudo habilidade, tinha uma jornada de trabalho de 10 horas. Já a fiação, durante muito tempo com um horário de 12 horas, se apresentava como um local de trabalho “sujo” e portanto menos feminino, sendo compensador exclusivamente pelo maior salário que pagava (devido ao maior número de horas de trabalho). É sempre mencionado o fato de que o Coronel Frederico prestigiava uma família ao encaminhar as suas “moças” para a tecelagem, setor considerado o “coração da fábrica”.⁵

“Na tecelagem trabalhava de quatro da manhã às duas da tarde. Entrava como aprendiz três meses. Ganhava diária. Depois tomei conta de tear. Trabalhava por produção. Quem trabalha por produção, trabalha por todo o mundo, diarista, chefe e gerente. Por isso que o Coronel Frederico dava tanta importância à tecelã, a produção é o coração da fábrica.

Quando cheguei aqui pra trabalhar, a mestra me ensinou. Agora tinha aquelas lançadeiras, aquelas máquinas de seis lançadeiras, pra mudar, pra fazer a fazenda quadriculada, xadrez, passar o fio. Quando quebra aqueles fios, meu Deus, aqueles fios quebravam todos, aí eu ia chamar a passadeira e era aquele trabalho. Mas que trabalho!

A companhia aqui dava um valor muito grande à tecelã. Se estava em casa, aí eles vinham buscar pra trabalhar. Eles gostavam mais de tecelã que ia dar o trabalho pronto. Se tinha tecelã boa, eles sabiam que ela era boa, eles não queriam aperreio de jeito nenhum, senão sabiam que ela ia para outra fábrica.” (Ex-tecelã)

O trabalho na tecelagem, na época fundamentalmente feminino, é visto como um trabalho difícil de “dar produção”, sendo portanto valorizado em função da habilidade e destreza por ele requeridas. A inteligência necessária para se dar o nó e controlar a “quebra dos fios”, que devem ser emendados

pela “passadeira” de maneira que o tecido não apresente defeitos, é, na época das máquinas mecânicas, no *tempo dos coronéis*, atributo da capacidade feminina. O mesmo reconhecimento não é dado ao trabalho na fiação, seção onde é preparado o fio que irá para a tecelagem. Além de menos prestigiada, a fiação não se coloca como um espaço desejável para “moças” por um motivo particular: os pêlos do algodão que voam pela seção impregnaram as roupas e o corpo das fiandeiras fazendo com que estas sejam classificadas pelas suas colegas da tecelagem, no contexto de uma velha rivalidade, como as “negas do pêlo”.

Ao contrário da fiação, a tecelagem era vista como uma seção que não tinha “trabalho noturno”. Isso porque, durante alguns períodos de crise, na década de 30, a tecelagem trabalhou somente com um turno, durante o dia. E, fora dos períodos de crise, por uma desproporção na produção entre as seções de fiação e tecelagem, comum nas fábricas brasileiras, a fiação precisava trabalhar mais para alimentar um tempo menor de produção de tecelagem. Assim, a fiação trabalhava até os anos 50 em dois turnos de 12 horas cada, de meia-noite ao meio-dia, havendo sempre um horário noturno para cada turno. Já a tecelagem trabalhava com um primeiro turno das 4 da manhã às 14 horas, e outro turno das 14 às 24 horas, não trabalhando entre a meia-noite e 4 da manhã. O trabalho feminino na fiação afastava-se, assim, comparado à tecelagem, do modelo da mulher como pertencente ao domínio da casa, por estender a permanência na fábrica até o horário noturno.

A competição entre as operárias da tecelagem e da fiação, nas décadas de 30, 40 e 50, é narrada por ex-tecelãs e ex-fiandeiras, e remetem à diferença do trabalho feminino entre as duas profissões; os sinais positivo e negativo af presentes estão na gradação da proximidade do que se considera como uma ocupação menos ou mais condizente com a condição feminina.

“No tempo que eu entrei tinha essas políticas, fiandeira ganhava mais que a tecelã. As da tecelagem chamavam as da fiação as negas do pêlo e as da fiação chamavam a gente [da tecelagem] as do óleo. Agora a culpa era dos contramestres.” (Ex-tecelã)

“A fiação era mais perseguida que a tecelagem. A gente [da tecelagem] só tinha o contramestre, a passadeira e a ajudante. Se a gente trabalhasse bem [produzisse], com ele [o contramestre] era tudo uma família. Na fiação ainda tinha fiscal, trabalhavam 12 horas, a gente nunca trabalhou 12 horas.” (Ex-tecelã)

Se a fiação apresentava desvantagens como o horário noturno, a sujeira e uma fiscalização mais presente do que na tecelagem, era no entanto muitas vezes preferida pelas famílias pelo fato de pagar mais, devido ao maior número de horas trabalhadas. A competição existente entre as duas seções, estimulada pela própria hierarquia, desvela duas identidades assumidas pelas operá-

rias — elas mesmas que, ao se diferenciarem e se oporem também dificultavam a união das duas seções diante de possíveis reivindicações.

"Olhe, a tecelagem se destacava da fiação. Era uma coisa séria, um problema, um complexo. Na fiação ganha mais, por causa do horário, era doze horas e na tecelagem era dez horas. Por causa do negócio do horário e quem trabalhava em trabalho limpo, na tecelagem sempre foi mais limpo. Na fiação dá muito pêlo, chamavam as "negas da fiação", porque pegava de meia-noite. E, a gente comia muito pêlo, aí chamava os "come-pêlo"." (Ex-fiandeira)

"Antes trabalhava com a roupa que vinha, e, quando saía era molhada de suor, cheia de pêlo. Depois a gente foi se organizando mais, aí começamos a levar roupa pra trocar. Naquela época não tinha vestiário, a gente trocava de roupa no banheiro. Chegava lá, assim mesmo suada, sem ter banho, sem nada, era só enxugar o suor com a roupa mesmo que estava trabalhando e saía assim mesmo." (Ex-fiandeira)

O trabalho noturno é descrito como muito extenuante pelas ex-fiandeiras:

"A gente não podia mais de cansada. Olha, eu me lembro, a gente dormia em pé, aí, ficava cochilando. A gente ficava lá na fábrica todo o tempo com aquela cara de defunto mesmo. Era uma coisa séria. E tinha vezes que a gente dormia um soninho de dia, sabe?" (Ex-fiandeira)

Esta ex-fiandeira menciona as dificuldades de se manter acordada à noite na fábrica, devido ao pouco tempo que tinha para dormir. Em casa, além de ajudar nos afazeres domésticos, ela tinha de participar com sua madrinha da busca de lenha, tarefa feminina que as mulheres realizam em grupo. O tempo que lhe sobra é dividido entre um pequeno repouso e a escola. Talvez por ser adotada por outra família, ela tem uma participação maior nas tarefas domésticas do que outras jovens operárias.

"Eu largava ao meio-dia, chegava em casa, almoçava, um sono, um sono. E, ia buscar lenha. A gente cozinhava com lenha, ainda cozinhava com lenha, nesse tempo não havia esse negócio de gás de bujão. Então eu ia buscar lenha, chamava cavaco, nas matas, aí em baixo dos eucaliptos. Então eu tirava toco de machado, às vezes ainda cavava na mata, por aquelas matas de Maranguape. Ia um bocado de mulher, todo mundo. Olhe, iam aquelas mulheres que ficavam em casa, as filhas trabalhavam e as mulheres, as mães das moças, tudinho é que iam. Porque muita moça não botava lenha, né. Agora, eu mesmo botava. Eu ia buscar lenha. Porque toda a vida eu não fui muito preguiçosa de fazer as coisas. Então eu ia pra lenha mais elas, quando chegava

lá, eu tirava lenha, a gente trazia na bacia, não sabe, o toco. Levava a bacia, aí enchia tudinho, depois a gente tudinho deitava lá dentro do mato mesmo e dormia um sono, um sono de morrer mesmo. Depois, quando o pessoal, que a gente ia tudo junto, terminava, aí vinha. Quando eu chegava em casa, botava aquela bacia, tomava banho e ia pra escola. Quando chegava da escola, então pronto, jantava, né, ia dormir. Dormir, deitava de sete horas, mas às vezes estava passada de sono e às vezes não dormia, sabe, só sei que quando era onze horas da noite, apitava, um apito bem grande, dois apitos, mas bem grande pra acordar o pessoal. Sempre naquela hora dos operários trabalhar, dava aqueles apitos bem grande, era um apito medonho mesmo, pra acordar o povo."

Diante dessas difíceis condições de trabalho as operárias acabam sofrendo concentradamente, num período de vida ativa geralmente menor que o dos operários, o equivalente ao que os homens sofrem em toda sua vida de trabalho.⁶ Esse desgaste tende a fazê-las refluir do trabalho para casa, reforçando a concepção de lugar ideal da mulher: a esfera doméstica. Ao levar em conta essa concepção prevalecente entre as famílias de trabalhadores sobre a transitoriedade do trabalho feminino, a administração da fábrica extrai o máximo de sobretrabalho das jovens operárias em período de tempo relativamente mais curto que o dos operários homens. A fábrica conta com o período de tempo concentrado em que a jovem operária, interiorizando a dominação e a intensidade do desgaste, subordina-se a estas condições de trabalho, para, em seguida, num ponto mais adiantado de seu ciclo de vida, recusar o trabalho fabril. Esse projeto passageiro do trabalho fabril (Cottreau, 1983) atribuído à mulher e que faz parte da gestão do seu ciclo de vida por parte das famílias de trabalhadores é assim utilizado pela fábrica, ao mesmo tempo em que isso pode se constituir em um problema de escassez de força de trabalho experiente em certas ocupações. Pois se é uma vantagem para a fábrica que o insuportável num projeto de vida permanente se torne suportável em um projeto de vida passageiro autorizando assim o desgaste prematuro da parte feminina, com repercussões no conjunto da força de trabalho — por outro lado essa situação cria a escassez de operárias experientes, necessárias na fiação e principalmente na tecelagem.

São freqüentes as entradas e saídas de mulheres no mercado de trabalho fabril. Isso acontece com as jovens operárias seja por se tornarem insuportáveis as jornadas de trabalho, seja por motivos de doença ou acidente (há grande freqüência de acidentes na seção de tecelagem quando a lançadeira se desgoverna, atingindo as tecelãs). Nessas ocasiões, elas passam um período em casa mas como seu trabalho fabril é necessário ao sustento familiar, voltam para um novo período na fábrica. A própria fábrica, no caso das "boas tecelãs", estimula a volta ao trabalho das esposas, *mães de família* ou viúvas. A existência da vila operária próxima à fábrica facilita esse retorno da *mãe de*

família ao trabalho fabril, quando a idade dos filhos lhe permite ou quando há alguma pessoa do grupo doméstico, parente ou vizinho, para cuidar das crianças (ou quando pode pagar uma empregada). A procura por parte da fábrica dessas operárias experientes revertidas para a esfera doméstica — que em certas conjunturas do mercado de trabalho se manifesta por um convite ao trabalho na porta de casa — parece ter o cuidado de respeitar a autoridade doméstica do marido *chefe de família*:

"Houve um tempo aqui que ela [a companhia] precisava de operário, chegava nas casas, e veio aqui em casa, pois a minha esposa é tecelã, a minha esposa. Se ele chegasse assim [pessoa da administração da fábrica que está fazendo o convite], só vinha a mim: 'Seu Fulano, precisamos que sua esposa vá trabalhar de tecelã'. Aí eu combinava com a minha velha, se ela quisesse ir ela ia, se não quisesse trabalhar eu não ia dizer 'tem que ir' não. Ela já não estava trabalhando. Eles pediam pra gente mandar, assim dentro de casa, aconteceu muito isso. Estavam precisando. (...) Eles precisavam de tecelã, e se a dona da casa tinha aquela especialidade eles chamavam o dono da casa e combinavam com ele se levavam a esposa. Se ela aceitasse, ia trabalhar, se não, não era obrigada a ir." (Ex-motorista)

Se a fábrica tem por estratégia a utilização desses relativamente curtos períodos de trabalho das mulheres; se ela conta com o desgaste prematuro desses projetos passageiros de trabalho fabril e com a exploração sempre renovada dessa espécie de "virgindade social" (Cottareau, 1983) representada pelo trabalho feminino e infantil, é tanto melhor para ela que algumas operárias permaneçam na fábrica mesmo quando se tornam *mães de família*. A exposição intermitente ao desgaste característico do trabalho feminino na produção pode provocar uma rejeição à fábrica, que inviabiliza, após sua saída, uma nova entrada, por iniciativa ou não da administração:

"Minha esposa trabalhou dezessete anos nessa fábrica. Só na Paulista. Quando eu me casei com ela, ela trabalhava dentro da fábrica. Quase dez anos ela trabalhou ainda depois de casada. Naquela época, a vida era um pouco melhor, né? A gente tinha empregada, né. Dava pra ela trabalhar mesmo com as crianças. Depois de uma certa época, ela começou a adoecer, tratou-se muito tempo, perdeu a saúde e não pode mais trabalhar. Não podia nem ouvir barulho de máquina nem nada. Quando ela começou a adoecer, ficou numas condições que não podia nem olhar a fábrica. Ouvia a sirene, ela chorava, tão nervosa que ficou. Adoeceu que não podia nem ouvir esses apitos." (Ex-tecelão, dos poucos que começam a trabalhar nessa seção nos anos 50, marido de ex-tecelã)

Se a continuação no trabalho fabril da *mãe de família*, ou a sua volta após períodos de afastamento, são sempre problemáticas, tal não acontece com outra parcela da força de trabalho feminina — as celibatárias ou as operárias com um casamento tardio, que acabam tendo de fato um projeto permanente de trabalho fabril. Aquelas terminam por fazer uma carreira, trabalhando continuamente até a aposentadoria, depois de se tornarem as melhores profissionais de suas especialidades e por vezes passarem para ocupações mais qualificadas, como é o caso das *passadeiras de rombo* na tecelagem.⁷ Outras vezes ocupam cargos de chefia, como *fiscais* (na fiação ou na tecelagem) ou *cabos de camada* (na fiação), ou se constituem em operárias reivindicativas e participantes do movimento sindical. Dentre as minhas principais informantes — a maioria com participação em movimentos reivindicatórios na fábrica, no sindicato, ou na política municipal — muitas delas eram celibatárias ou tiveram um casamento tardio, próximo à aposentadoria. Parece haver assim um celibato provocado pelo trabalho fabril, um celibato gestado por uma série de circunstâncias nas condições da divisão do trabalho familiar.⁸ O relato a seguir, de uma celibatária, que reflete sobre o fato de não ter constituído sua própria família, vincula o celibato a uma divisão de trabalho tácita entre irmãos, ao mesmo tempo em que justifica entradas e saídas no trabalho da *mãe de família* (sua cunhada):

“Depois que minha mãe morreu, eu fiquei já mocinha, né, continuei na fábrica. Trabalhava de meia-noite a meio-dia, meio-dia a meia-noite (na fiação). Tinha vez que adoecia e trabalhava doente, resfriada, e assim, em 47, eu tive que entrar no Instituto. Passei dez meses. Depois veio o corte do Instituto e voltei para o trabalho. Meu irmão ainda era solteiro. Depois ele arranhou Maria, botou dentro de casa, ela tava esperando um filho e a gente pediu pra ele casar com ela, né. Ela trabalhava na fiação também. Então Severino casou-se. Ficou eu, Maria e ele trabalhando. Então quando ele casou-se, ela teve o primeiro filho, mas como não podia trabalhar e cuidar do menino, entregou ao avô. Não tinha quem ficasse, né, aí ele entregou ao avô [materno] que criou. É o Paulo. Depois ela teve o Mauro. Aí eu adoeci e tava novamente no INPS [então IAPI], a gente se entendia muito bem, né. Então quando ela teve o Mauro, eu estava novamente no Instituto. Ela ficou trabalhando e eu cuidando do Mauro. Eu sei que quando Maria trabalhava, o Mauro era novinho e eu era quem cuidava dele de tudo. Ela nunca se levantava pra mudar uma fralda nem dar uma mamadeira. Sempre era eu. Que eu tenho muito jeito pra criança, né. Eu adoro criança e tenho muita paciência. (...)

A Maria, depois que o Mauro já tava quase com um ano, ela foi trabalhar, aí veio Margarida, e ela ainda trabalhou um tempo, mas veio também Daniel, aí já tinha três pra deixar, não tinha com quem deixar, foi quando ela saiu do trabalho. Ela saiu, eu fiquei; agora sempre quando ela ia ter um neném, eu comprava as coisinhas pro neném. Eu trabalhando e Maria em

casa. Eu sempre assumia muito as coisas com ela, porque eu achava assim que eu não fazia favor porque quando eu estava parada, que ela trabalhava, ela se desprendia de tudo pra mim. Eu passei uns tempos sem receber dinheiro e não me faltava vestido, nem calçado quando chegava o Natal. Deixava de comprar pra ela e me dava o dinheiro pra eu comprar pra mim. Ou então fazia "acodexame".⁹ Ou então tirava uma ordem pras Lojas Paulista pra comprar fazenda, né. Ela foi muito boa. Então quando ela deixou de trabalhar, os filhos tudo precisando, ela também não tinha o Instituto, eu fazia a mesma coisa com ela. O que os filhos precisavam, eu comprava. Comprava pra ela e assim a gente sempre se entendeu desse jeito, né. A casa quem descontava era Severino. Até ele sair do trabalho, era ele que pagava. Quando ele saiu, em 58, eu assumi, eu fiquei pagando a casa. (...) Maria era muito boa pra mim. Eu trabalhava e ela fazia tudo, tudo mesmo, eu não lavava roupa. Eu trocava de roupa, deixava. Quando voltava, já encontrava lavadinha, passada a ferro, em cima da cama. Eu não gostava que ninguém remexesse no meu guarda-roupa, então ela deixava em cima da cama. Minha comida, ela aprontava direitinho e quando não era ela que fazia, eu conhecia. (...) Agora o defeito dela era ser bruta, né. Ela era muito bruta com as crianças. A gente se chocava mais por causa disso. Nunca brigamos por outra coisa. (...)

(...) Às vezes eu fico assim pensando que tantas mães que não têm uma certa dedicação e são mães. E outras que têm uma vocação, um jeito pra cuidar de criança e não são. Não sei por quê. Eu sei que eu não me casei, não é. Não foi porque eu não me casei. Mas não sei por que a gente tem que ficar assim, uma vida quase inútil. Não criei nada, não construí. Posso dizer: a gente ficar solteirona é uma coisa que parece uma vida inútil. Porque não construí uma família. Eu não aconselho moça nenhuma a ficar solteirona. Porque eu trabalhei tanto, trinta anos. Passei de trinta anos trabalhando. Pra quê? É verdade que hoje estou aposentada, estou vivendo desse trabalho, mas pra quê? Não tenho pra quem. Comprei essa casinha [incluída na indenização devida à sua estabilidade na fábrica]. Sei que fica pra família, mas não tenho uma coisa certa, um filho que deixe. É por isso que eu digo, não construí."
(Ex-fiandeira)

Trabalhando desde criança na fábrica, logo que sua família recém-aliçada chega a Paulista fugida de um engenho de usina, inserida numa divisão do trabalho familiar em que só a mãe de família não trabalhava na fábrica, esta ex-fiandeira continua, após a morte dos pais, voltada para o esquema de uma divisão do trabalho dentro de um grupo doméstico constituído agora com o irmão e a cunhada. O peso de tal divisão do trabalho familiar é lamentado ainda mais pelo fato de não ter procriado; aí aparece o vazio de um final de ciclo de vida independente, mas solitário. O celibato feminino engendrado pela divisão do trabalho vai aparecer também no caso de uma outra ex-fiandeira que tem seu casamento retardado para assumir o sustento dos pais.

Paradoxalmente, a ligação maior das filhas com a casa as torna presas por mais tempo à fábrica. Enquanto os filhos, quando desempregados, se afastam logo de casa à procura de trabalho, as filhas eventualmente desempregadas retomam as tarefas domésticas, ficando disponíveis em momento futuro — afinal a carência material permanece — para serem reincorporadas à fábrica.

"Sempre na minha família, quem reagia mais, quem assumia mais a coisa era eu. Comprar, negócio de feira, tudo assim. Quando eu era pequena não, que mamãe tomava conta, mas depois que eu fui crescendo, e papai, ele confiava muitas coisas assim a mim. Tudo dele era pra eu fazer, depois que ele ficou doente, que ele ficou paraplético, aí ele começou confiando as coisas a mim, aí, pronto, eu fui assumindo. Meu irmão não estava mais em casa, já tinha saído. Zé criou-se lá mesmo [na casa do padrinho] cresceu e casou e ficou por lá mesmo (mais ligado à casa do padrinho). Aí ele [o pai] começou a confiar mais, ia confiando mais as coisas assim, que era comigo, e eu fui assumindo e tudo, até quando eu saí de casa, quando eu casei. Meu outro irmão, Virgílio, também saiu em 54, que ele passou quase dois anos desempregado aqui. Teve um dia que ele foi procurar trabalho em João Pessoa, saiu ele e um bocado de rapazes. Não tinha trabalho por aqui, só tinha mesmo a Paulista, a Poty, a Macaxeira, e a Torre, no Recife, se não arrumasse nessas três, pronto, pifava. Isso foi o que contribuiu mais para o pessoal sair daqui pro Rio, e São Paulo, porque não tinha trabalho.

(...) Então eu fazia assim: eu tava trabalhando, somente eu e Lídia, né, nessa época Virgílio já tinha ido embora, ele não mandava mais em casa, porque recebia tudo igual, né, que já trabalhava as duas [ela e a irmã] na fiação. Então a gente recebia por semana, não, era por quinquena. Eu fazia a feira no dia que eu recebia e Lídia [a irmã] ficava com a outra semana. Com o dinheiro meu numa semana e com o dela na outra." (Ex-fianadeira)

Se essa ajuda da filha ao *pai de família* envelhecido — tornando-a como que a *chefe de família* de fato, fazendo carreira na fábrica e condicionando um celibato em função do sustento da casa e do trabalho fabril — chama atenção para a relação das filhas com o *pai de família*, pode-se perguntar sobre a relação que se estabelece, nas atividades de *ajuda* das filhas na esfera doméstica, mencionadas entre as filhas e as *mães de família*.

A relação entre mãe e filha, ao contrário do que se poderia supor, dado o excesso de trabalho atribuído à filha na combinação do trabalho fabril com o doméstico, é apresentada como fraterna e respeitosa. E quando as mulheres falam hoje do seu tempo de filhas solteiras descrevem o cotidiano doméstico de forma positiva, mostrando muitas vezes sua mãe como que diminuída diante da proeminência pública e da autoridade doméstica do pai, do *chefe de família*. Através da relação com a mãe, a filha aprende o exercício dos afazeres domésticos, enquanto na fábrica ela tem o aprendizado do trabalho indus-

trial. Quando se tornar esposa-dona de casa e mãe de família, estará, por assim dizer, formada para dar conta destas múltiplas atividades.

Ao falar de suas mães, as operárias revelam o importante papel por elas desempenhado no tocante ao controle do orçamento familiar, no planejamento das compras alimentares e nas atividades de criação de animais de terreiro:

"Minha mãe, sempre minha vida foi com minha mãe. A minha mãe era muito amiga, acontece que as meninas [as outras irmãs] recebiam dinheiro na sexta-feira, e eu e Severino na quinta, a fiação recebia primeiro. Nós recebíamos na quinta. Quando era na quinta-feira, já tinha acabado tudo, e ela se achava com o meu dinheiro. Ela recebia, ela gastava o que queria, e o que sobrava, ela me dava. A gente ganhava pouco, mas as coisas não eram tão caras, ele [o coronel Frederico] mandava botar cal nos quintais para não dar doença nas galinhas, nem nos porcos, esses negócios de febre. Eles botavam uns troços nos quintais molhados, aí eles botavam cal misturado com umas coisas e não dava doença em galinha, terminava verão, entrava inverno e não dava." (Ex-fianadeira)

Young & Willmott (1975) e Dennis, Henriques & Slaughter (1969) observaram nos anos 60, entre grupos operários ingleses, a relação especial entre mãe e filha, mantida mesmo após o casamento, quando a mãe deverá ajudar a filha em seus afazeres domésticos. Vou restringir-me aqui à análise das relações mãe/filha quando esta última ainda mora na casa de sua família de origem, solteira portanto, e para cuja manutenção deverá contribuir. O trabalho que a filha deve realizar no âmbito da casa faz parte de um modelo cultural que as mulheres deverão cumprir e elas o farão conjuntamente com suas mães e outras mulheres.

O último depoimento aponta para o grau de autoridade materna na organização do consumo doméstico, controlando o dinheiro do salário ganho pelos filhos e administrando as despesas do consumo da casa. Por outro lado, ao controlar este dinheiro, ela reserva uma parte para os gastos individuais da filha, gastos estes que estão subordinados aos da família: só após a realização do consumo familiar é que a filha terá acesso ao seu salário, ou ao que dele sobra, para sua utilização individual.

A informante remete ao passado, ao tempo que se ganhava pouco, relativizando no entanto os baixos salários pela contribuição eventual da empresa na conservação dos quintais, evitando a proliferação de doenças que poderiam atingir a criação. Ora, esta atividade de criação era de responsabilidade da mãe, eventualmente ajudada pela filha, importante para compensar o fato de se "ganhar pouco". Pelas referências das mulheres, então filhas, percebe-se uma intensa atividade de "quintais" (criação de porcos, galinhas, etc.) levada a efeito pelas mães.

"Era pequeno, sabe [o quintal], mas mesmo assim era bom para criar, criação de bichos, criava porco, essas coisas, e criava muita galinha." (Ex-tecelã)

Esta "fartura" do *tempo dos coronéis*, referente ao *quintal* e ao *terreiro*, é uma fartura invisível, que se dá dentro da unidade familiar e que se conjuga com a "fartura" mais pública e teatralizada, promovida pelo Coronel, que se materializa na plantação em seus engenhos e, trazida para a venda na feira de Paulista. Tal fartura parece estar relacionada com a invisibilidade das atividades domésticas da *mãe de família*. As operárias trazem, portanto, em seu discurso sobre o passado, a descrição da vida de suas mães, as quais, ao lado dos afazeres domésticos, contribuíam para a organização do consumo e para a poupança da casa através da criação de animais. Além da criação de galinhas e porcos, as mães também se encarregavam muitas vezes da lavagem de roupa e, com o dinheiro aí ganho, investiam na compra de animais para aumentar o consumo futuro e poder viver naquilo que os operários se referem como fazendo parte da fartura:

"Mas era muita fartura, tanta fartura, de toda espécie, criação, ovos. (...) Quando começou esse negócio de pagar hora noturna, eu recebi, parece que 4 contos de réis. Aí mamãe, ela lavava umas roupinhas (lavava para fora), juntou e comprou uma porca. Depois desta porca que deu cria, aí a gente vendeu os porcos tudinho." (Ex-fiandeira)

As atividades da *mãe* em casa, no *terreiro*, na criação, na lavagem de roupa "a ganho", não fazem parte do discurso masculino, mal aparecendo nos relatos dos homens sobre a fartura do passado. Em relação à descrição do "trabalho para todos", do *roçado* para os "velhos", da "fartura" dos *roçados* dos operários e dos *sítios da companhia*, cujos produtos vinham para a feira a preços administrados de Paulista, essas atividades da mãe são como que ocultadas, apesar de efetivamente importantes para a reprodução do seu grupo familiar. Esse embutimento do trabalho doméstico da *mãe* pode ser explicado pela proximidade que tem a organização interna dessas famílias de trabalhadores, constituídas em Paulista na *segunda era* do *recrutamento*, com o modelo da família camponesa em que o *chefe de família* personifica seu grupo familiar, sendo seu representante legítimo para o mundo exterior, público.

O modelo hegemônico de distribuição do trabalho pelos membros familiares, vinculado à *segunda era* do *recrutamento*, embora guarde características que se assemelham com o trabalho familiar e os padrões de autoridade doméstica do campesinato, encerra também diferenças relativamente ao modelo das áreas camponesas de origem. Pode-se mesmo apontar uma inversão com relação a algumas propriedades referentes ao padrão do trabalho camponês. Neste último padrão, o *pai de família* assegura, através do seu trabalho, a

fonte principal do sustento do grupo familiar, enquanto a *mãe de família* e os filhos, ocupando-se de atividades complementares mas de menor importância econômica, compõem as “forças marginais da família” (Tepicht, 1973). A administração fabril do *tempo dos coronéis* possui a sabedoria, prezada pelos operários, de propiciar o desenvolvimento dessas “forças marginais” do trabalho familiar, embora então sob uma forma invertida relativamente à forma camponesa. Em Paulista, o *chefe de família* — “idoso” para o trabalho industrial — torna-se o principal agente destas “forças marginais”, no seu *roçado* concedido, no seu pequeno comércio ou mesmo em tarefas “marginais” da fábrica, enquanto seus filhos asseguram o sustento principal da família, o salário monetário proveniente do trabalho fabril. Apesar desta inversão, o *chefe de família* conserva a sua autoridade doméstica, organiza a distribuição dos filhos pelo trabalho fabril, por atividades acessórias ou domésticas, ou ainda eventualmente pela escola — e o trabalho fabril dos seus filhos, indispensável para a sobrevivência do grupo doméstico, é considerado uma *ajuda ao pai de família*.

A FAMÍLIA OPERÁRIA DO PRESENTE

Velhos e jovens operários no fim da *terceira era*

Já descrevi a forma pela qual se constitui a família de trabalhadores de Paulista, marcando nesse processo de proletarianização específico a participação cultural dos próprios trabalhadores. Penso que tal processo, iniciado com a *vinda* para Paulista de toda a família, se deu numa dupla relação, constituída, por um lado, pela ação fabril de recrutamento e disciplinarização de seus trabalhadores e, por outro lado, pela ação das próprias famílias que aderem ao recrutamento fabril, interiorizando e elaborando sua própria dominação.

A formação dessa família operária, cujos núcleos de concentração geográficos e sociais anteriormente à *vinda* estão marcados por uma origem rural — incluindo uma importante diferenciação social — se concretiza efetivamente, do ponto de vista da lógica dos trabalhadores recrutados, a partir da possibilidade de uma estratégia de reprodução familiar. Se estas famílias não podem ser homogeneizadas pela consideração de sua origem social, elas podem ser vistas, no entanto, desde a *vinda*, segundo um ponto comum. Ou seja, pode-se perceber uma concepção de família em que seu *chefe* é representado como o responsável pelo grupo familiar, como aquele que responde pela família não só do ponto de vista econômico, mas também pelo que simboliza a família. A permanência de uma concepção de família informada pela origem camponesa dos grupos sociais que constituem os operários de Paulista se prolonga nas famílias de trabalhadores estabelecidos na vila operária da fábrica, não sendo meramente um efeito dessa origem social, mas o resultado de um processo histórico que tem como cenário a fábrica e a vila operária. Procurei mostrar a maneira pela qual se efetiva essa transição na organização interna da família, de sua base social camponesa para seu novo mundo operário. A análise da transição se situa principalmente na *segunda era* de recrutamento de famílias, do início dos anos 30 ao final dos anos 40. Ao estudar a inserção no trabalho dos filhos dessa família recrutada na *segunda era*, todavia, a análise já se refere à *terceira era* do recrutamento. E nessa *terceira era*, situada basi-

camente entre 1950 e 1964 — apesar de sua caracterização como um período de grandes modificações na organização do trabalho que afeta a própria estabilidade e permanência deste grupo, ao enfraquecer a autoridade do *chefe de família* — há uma continuidade na concepção de família por parte dos trabalhadores. Essa continuidade persistia até a segunda metade dos anos 70, momento em que comecei a estudar esses trabalhadores. Tive então acesso àquela concepção de família através de relatos dos trabalhadores e de minha observação direta.

A observação direta da família do (no) presente nos traz uma realidade complexa e contraditória. Por um lado é um período de desemprego para os operários. Esta é a base da idealização do passado com que me deparei e que sustenta os relatos sobre o “sistema Paulista” e o “tempo de trabalho para todos”. Mas, por outro lado, encontrei um grupo significativo de operários *aposentados*, que são como que o repositório do passado do grupo ainda em posição importante na manutenção econômica das famílias no presente.

A permanência da antiga concepção de família pôde ser enfatizada em sua plenitude pelos informantes, testemunhas contemporâneas de uma situação de força dos *chefes de família* em fase inicial de “cisão” ou “dispersão” (Fortes, 1974). A situação de força é lastreada na aquisição da propriedade das casas em acordos trabalhistas feitos pelos operários estabilizados que são os *chefes de família* maduros dos anos 70, filhos das famílias vindas na *segunda era*.

Mas para melhor esclarecer a “relação de forças”¹ entre as gerações, encontrada no período de observação de campo e sua ligação com a qualidade das informações prestadas sobre a história das famílias de trabalhadores e sobre a sua configuração presente, devo delimitar melhor os objetivos deste capítulo. E assim também situar historicamente a família do presente, através dos desdobramentos da *terceira era* do recrutamento. O estudo das atividades do grupo familiar ligadas à casa, à esfera doméstica, depende menos dos relatos retrospectivos referentes ao período de formação desta força de trabalho familiar — neste domínio de atividades “naturalizadas” e portanto pouco verbalizadas — e mais da observação direta. Esta não pôde ser exercida sobre a família da *segunda era*, mas sim sobre os desdobramentos da *terceira era* sobre a família efetivamente observada em meu trabalho de campo realizado entre a segunda metade dos anos 70 e os três primeiros anos da década de 80. Por outro lado esta família dos anos 70 pressupõe todo o desenvolvimento histórico posterior à *segunda era*, isto é, tanto o período entre os anos 50 até 1964, de intensos conflitos de classe entre os operários e a *companhia*, como o período posterior a 64, de modernização e consumação final da época do “trabalho para todos”. Por isso, antes de começar a esboçar as características da família operária do presente em Paulista, e para o seu melhor entendimento, vou sumariamente me referir aos desenvolvimentos históricos posteriores à

segunda era do recrutamento e suas conseqüências sobre a organização interna da família.

No período compreendido entre o início dos anos 50 até a nova política de modernização da fábrica, realizada após 1964, a CTP procura reorganizar o processo produtivo demitindo a força de trabalho excedente. Dos cerca de 15 mil trabalhadores, incluindo os da *gerência externa*, sob o regime da *folha amarela* — existentes no imediato pós-guerra, restam aproximadamente 12 mil em 1952 (segundo avaliação feita pelo jornal *Folha do Povo* quando da greve do mesmo ano). Na ocasião da greve de 1963, ao noticiar o acontecimento os jornais (*Jornal do Comércio*, *A Hora*, *Diário de Pernambuco*) falam da existência de cerca de 4.000 operários, um corte atribuído à crise conjuntural têxtil de 1957/1958. Já no início dos anos 60 são introduzidas novas máquinas nas seções de pré-fiação, fiação e tecelagem (os teares automáticos, em substituição aos teares mecânicos ou *pé-duro*). Os anos 50 inauguram, assim, uma nova orientação gerencial relativa à força de trabalho, que os operários personificam em um diretor da CTP, o norte-americano Robert Harley, genro do Comendador Arthur Lundgren (seu irmão, Coronel Frederico Lundgren, falecido em 1946, permanece associado, na memória deste grupo operário, à fase de expansão fabril e de “trabalho para todos”). A quebra do padrão do “trabalho para todos”, isto é, o aproveitamento máximo de membros familiares por grupo doméstico, incentiva o recurso à justiça do trabalho bem como os movimentos associativos reivindicatórios por parte dos operários.

Este período se caracteriza não somente por levas de demissões massivas, mas também por uma utilização deliberada da rotatividade como política de rebaixamento salarial e de quebra da força associativa dos operários. Surgem novas modalidades de utilização do trabalho infantil e juvenil: servem menos a uma política de aprendizado que caracterizava a CTP como uma *escola* aos olhos dos trabalhadores, e mais a uma política de rotatividade em busca da “virgindade social”.

A primeira alternativa a se considerar, no estudo das repercussões sobre as famílias de trabalhadores das levas de demissões massivas dos anos 50 e 60, é a evasão. *Chefes de família* que eram operários profissionais demitidos procuram e encontram trabalho em outras fábricas, com vila operária ou não, transferindo-se com sua família. Outros, contando com parentes já estabelecidos no *sul*, no Rio ou em São Paulo, em fábricas têxteis ou outras ocupações industriais, valendo-se de suas habilidades e profissões aprendidas na *escola* da CTP, transferem-se para aquelas metrópoles, enfrentando uma série de dificuldades. Tal é um dos principais temas do romance autobiográfico *Os Miseráveis*, do mecânico de pré-fiação Adauto Machado. Este operário, que trabalhou como menor-aprendiz na CTP nos anos 50 e depois em fábricas do Recife, mas sempre residindo em Paulista, “aventurou a vida” em São Paulo levando posteriormente para lá sua mulher e filhos. Após anos de trabalho em diferentes fábricas e de passar dificuldades (entre as quais a perda de um filho

por doença), Machado volta para Paulista nos anos 70 com a carteira de trabalho bem apresentada e a profissão de mecânico, indo trabalhar em uma nova fábrica têxtil do novo distrito industrial de Paulista.

Há uma maior propensão à saída da vila operária em busca de trabalho nos anos 50 e 60 por parte dos filhos jovens das famílias. Enquanto isso, permanecem com mais frequência na CTP as jovens filhas solteiras, tendência ao celibato.

A evasão é assim uma consequência do fim do "trabalho para todos", da extinção da utilização pela CTP do máximo de membros de cada grupo doméstico no trabalho fabril. Mas esta extinção, embora acompanhada de novas possibilidades do uso de uma política de rotatividade da mão-de-obra, não acarreta a saída massiva dos grupos familiares da vila operária.

Ao contrário, embora diminua o número de seus membros empregados no trabalho fabril, os grupos domésticos de trabalhadores tendem a ficar em Paulista. Basta que um dentre seus membros permaneça vinculado ao trabalho fabril para que se assegure a permanência em casa da vila operária. E como tende a baixar a pressão demográfica a partir dos últimos anos da década de 50, a fiscalização e controle sobre a ocupação das casas da vila operária também diminui. Abre-se assim a possibilidade, nos anos 60 e 70 — quando então as 6.000 casas da vila operária tornam-se excedentárias para os menos de 4.000 operários empregados na fábrica.

Esta permanência dos grupos familiares *aliciados* ou *auto-recrutados* desde a *segunda era* de recrutamento para Paulista é a base sobre a qual poderá acontecer a volta tanto de membros familiares quanto de famílias nucleares que partiram em busca de trabalho (cf. o caso do operário-romancista Aduardo Machado acima relatado).

Mas a permanência dos grupos familiares contemporâneos à *segunda era* do recrutamento não se vincula exclusivamente à vila operária da *companhia* em sentido estrito. Uma outra alternativa de permanência está associada ao desenvolvimento das áreas encravadas no território da CTP, de propriedade de terceiros, como novos bairros de trabalhadores, geralmente construídos de forma especulativa para aluguel, havendo também lotes para a construção de casa própria. O crescimento desses bairros que coincidem com o centro dos distritos de Paulista (Abreu e Lima, ex-Maricota, município à parte desde 1983; Paratibe, ex-Camboatã, e Navaro, ex-Mirueira) está parcialmente vinculado às demissões a partir dos anos 50.

Já havia trabalhadores anteriormente habitando essas áreas, sobretudo os que dependiam de trabalhos na *gerência externa*, mas as demissões, passando ou não pela justiça do trabalho e proporcionando acordos ou indenizações, levam muitos dos *chefes de família* demitidos a se deslocar para estes novos bairros. Aqui, contribuem também para a fixação destes grupos o desenvolvimento de atividades acessórias à fábrica e à vila operária. Com a perda de controle da feira de paulista por parte da CTP — em decorrência do crescimento

municipal, a partir de 1947 — muitos operários demitidos e membros de suas famílias passam a ter atividades de feirantes. A proliferação de *barracas* e pequenas vendas nas ruas dos bairros — tanto da vila operária (sede municipal) quanto dos distritos, onde as famílias de trabalhadores encontram a possibilidade do *fiado* — favorece a permanência dos que já não encontram emprego na fábrica. Aqui, os vínculos anteriores com o trabalho assalariado, que terminam em acordo ou indenização, são importantes para o “capital inicial” do *pequeno negócio* (Machado da Silva, 1979).

Os novos bairros formados nos distritos do município podem apresentar alguma funcionalidade para a CTP como válvula de escape para a sua vila operária, como concentração alternativa de trabalhadores para as frentes eventuais de trabalho e para o *pequeno comércio* dirigido à sua força de trabalho. Tal não é o caso de outra “área livre”, escapando ao território da CTP, desta vez em plena área contígua à sede municipal e à vila operária. A origem desse bairro, vila Torres Galvão, é a luta desencadeada por forças políticas locais em oposição à CTP para a desapropriação das “áreas não edificadas das sedes municipais enclavadas em território particular” — possibilidade aberta pela Constituição Estadual promulgada em 1947.²

Após 1964, os investimentos que a CTP vinha fazendo no decorrer dos anos 50 e no início dos anos 60 (introdução de novas máquinas, inclusive dos teares automáticos) coincidem com a repressão ao movimento sindical e com a situação desfavorável aos trabalhadores em sua correlação de forças com a *companhia*. Com o fim da lei da estabilidade e o advento do FGTS, a CTP trava então uma “guerra contra os operários estabilizados”, último obstáculo à política de rotatividade de sua força de trabalho. Como os operários estabilizados ainda são numerosos e a sua resistência através de ações na Justiça do Trabalho tem uma certa eficácia, acabam revertendo a correlação de forças e conseguindo acordos mais favoráveis. A CTP lhes oferece então, desde 1968, a possibilidade do acesso à propriedade das casas da vila operária, incluindo o valor da casa no total da indenização devida ou no total do acordo por ela proposto. Os operários datam a inclusão das casas da vila operária, em acordos ou indenizações, após a morte (em 1967) do Comendador Arthur Lundgren. Com a diminuição da mão-de-obra empregada, a vila operária se tornava de fato superdimensionada (com mais de 6 000 casas para um contingente projetado entre 1.500 a 2.000 operários após o cumprimento completo do plano de modernização da fábrica). Além disso, a inclusão do valor das casas nos acordos e indenizações vem viabilizar financeiramente o pagamento da enorme dívida trabalhista acumulada pela CTP, o que obstaculizava financiamentos pretendidos junto à SUDENE.

Desde então, a vila operária de Paulista passa a comportar lado a lado *casas da companhia* e *casas próprias* de trabalhadores, aleatoriamente, em toda a sua extensão. Com a propriedade das moradias, amplia-se a área de autonomia das famílias de trabalhadores, não somente nos distritos de Paulista

e na área livre da vila Torres Galvão, mas também no interior mesmo da vila operária.

Quando desenvolvi minha pesquisa de campo, a partir de 1976, pude encontrar os ex-operários estabilizados já proprietários de suas casas, além de operários antigos, em final de carreira, que conseguiram um acordo incluindo a casa. O fato de concentrarem suas moradias na vila operária os fez participar da maioria das entrevistas, ainda que a rede de informantes tenha-se estendido aos outros "bairros livres" do município. Isto me faz pensar na importância da concentração de ex-operários proprietários para a coesão e identidade histórica de seu próprio grupo, impregnada esta última de uma forte "idealização do passado" (Sigaud, 1971 e 1979), idealização baseada principalmente nas dificuldades de emprego do presente.

As dificuldades de emprego e a presença constante do desemprego, enfrentadas pelos membros ativos das famílias de trabalhadores e que são tão recorrentes em seu discurso, se referem não só à diminuição do contingente empregado pela CTP, aos exames médicos e psicotécnicos, que fazem barreira à entrada nas novas fábricas instaladas no distrito industrial de Paulista. Acrescente-se a isso à rotatividade generalizada utilizada por estas fábricas.³

Esta situação de precariedade de emprego encontrada pelos trabalhadores ativos é parcialmente compensada, no interior dos grupos familiares, pela posição mais estável alcançada pelos ex-operários agora *aposentados*.

Em meu trabalho de campo, deparei-me predominantemente com grupos familiares cujo *chefe de família* é um operário aposentado. Isto se deu em parte por efeito de uma entrada em campo mediada por uma rede de trabalhadores ligados a atividades políticas e sindicais dos anos 50 e 60, rede em que predominavam ex-operários estabilizados recentemente aposentados. Desconsiderando-se, todavia, o viés de entrada em campo, de fato os *aposentados* ocupavam, então, uma posição central nesse grupo operário, por servirem de suporte para a reprodução da geração que procura com dificuldades superar as barreiras de entrada num mercado de trabalho restrito. Este suporte é mais visível quando exercido pelos pais aposentados. Se os filhos ou filhas se encontram em uma situação de dificuldades — o que era o caso da maioria — necessitando de *ajuda*,⁴ a sua família de origem não se omitirá e as formas de *ajuda* serão variadas, dependendo das necessidades em jogo: desde o cuidar de crianças do novo casal (forma que é exercida habitualmente, independentemente das dificuldades econômicas) à divisão da alimentação e até mesmo ao abrigo sob o mesmo teto do casal que se forma. Muitas vezes, e aqui é necessário que o trabalhador *chefe de família* tenha conseguido a propriedade de sua casa, o novo casal poderá construir sua casa no quintal da família de origem de um dos cônjuges.

Estou, portanto, considerando como referência principal de estudo os grupos domésticos cujo ciclo de desenvolvimento se encontra na "fase" em

que se inicia sua “dispersão” ou “cisão”, ou seja, a “fase” que atravessa o período de casamento de todos os filhos (Fortes, 1974).⁵

Cabem aqui algumas observações a propósito da utilização do “modelo de ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos” de Meyer Fortes que servirá parcialmente para organizar o material de pesquisa sobre as famílias observadas. Apesar da relevância da distinção entre “grupo doméstico” e “família” e da operacionalização do primeiro conceito para a análise diacrônica das estruturas de parentesco, o modelo de Fortes se prende muito à internalidade dos grupos domésticos no que diz respeito às “fases” do seu “ciclo de desenvolvimento”.⁶

No caso do presente estudo, os referentes empíricos destas “fases”, e particularmente da segunda delas — com a consideração do momento em que os filhos encontram-se em idade de trabalho e de *ajudar* o pai e ao mesmo tempo começam a “cindir” pelo casamento o grupo doméstico de origem — conduzem enfaticamente à consideração das relações entre o grupo doméstico e a sociedade abrangente e especificamente à inserção de classe deste grupo social. Mesmo afirmando a importância das “variáveis culturais e estruturais”, o autor atém-se mais à análise interna dos grupos domésticos e a reflexões gerais das relações entre o domínio do grupo doméstico e o que seria o “domínio jurídico”, externo ao grupo doméstico. Para efeitos do presente trabalho, minha crítica a Fortes incide aqui na sua ênfase à análise interna de fato do “domínio doméstico” relacionando-o apenas em princípio ao “domínio jurídico”, não incidindo sobre a própria relevância da distinção, como faz Yanagisako (1979). Parece-me aqui ser relevante citar crítica feita por Yanagisako ao que Fortes chama de “quatro fases do ciclo de vida individual no contexto do grupo doméstico e seu desenvolvimento” (1974) — crítica à preocupação em determinar o que seria invariante em todas as sociedades, no que se refere a uma certa universalidade da família.⁷ Esta crítica aponta para o fato de que a família não deve ser pensada a partir de invariantes, na medida em que esse procedimento pode inibir a descoberta de concepções familiares as mais diversas. E desta forma Yanagisako enfatiza a família como um sistema social em que valores, sentimentos e crenças estão envolvidos; em cada sociedade ela será um sistema cultural e simbólico com especificidades, em detrimento da consideração de família apenas a partir das condições materiais de existência em que se encontra inserida.

Em sentido semelhante à crítica de Yanagisako se situam as críticas implícitas de Champagne (1979), referidas ao que seriam as segunda e terceira fases do ciclo de desenvolvimento, e mais especificamente à concepção social de velhice e da correlação de forças entre gerações e classes de idade em grupo social camponês na França. Apoiando-se em Halbwachs (1972), Champagne mostra empiricamente como as descontinuidades que marcam os diferentes momentos do ciclo de vida são socialmente produzidas e que o processo social de envelhecimento não é totalmente redutível a um “processo

puramente natural como tende a sugerir, pelo menos implicitamente, a idéia de ciclo de vida" (Champagne, 1979).

Nesta perspectiva, têm importância as reflexões de Eunice Durham sobre "a família operária" (1980). Partindo de observações sobre a ausência de estudos num campo intelectual polarizado pelo marxismo, Durham enfatiza a importância da articulação da família com o conceito de ideologia.⁸ Tal articulação permitiria também a compreensão da família como referência nas representações dos trabalhadores quanto a seu lugar na sociedade e quanto a formação de sua consciência de classe (Durham, 1980). Assim, se é necessário fazer um estudo sobre as dimensões culturais e ideológicas no interior da família, estudá-la "na ideologia" segundo Durham,⁹ permite o desvendamento da formação de consciência e de ideologia.¹⁰

A ênfase de Durham nesta articulação denota a importância dada, quando da análise da família de um grupo operário determinado, a sua inserção de classe para que se visualize como a percepção das representações e valores são formulados no interior da família. Suas considerações, levando-se em conta a avaliação de trabalhos empíricos relativamente recentes sobre famílias de trabalhadores no Brasil, têm a característica de perceber a possibilidade de construção e o desvendamento da lógica interna de famílias operárias cuja articulação de classe não pode ser minimizada.

O bairro e a vida familiar

"Quanto mais atentamente consideramos a vida das classes proletárias, e tentamos compreender o que há de essencial nas atitudes que assume, mais nos salta à vista que esse elemento essencial consiste num sentido do pessoal, do concreto, do local, daí a importância da família e do bairro." (Hoggart, R., 1973: 41)

A citação acima — relativa a um grupo de trabalhadores em que a vida no bairro e a vida na família fazem parte de uma cultura própria à classe operária inglesa "tradicional" — me inspira a traçar pontos de aproximação e de distanciamento entre estes trabalhadores e os moradores da vila operária de Paulista.

Um primeiro ponto de distanciamento consiste no recorte do morar que é dado por Hoggart em seu estudo. Apesar da diferenciação profissional, reconhecida pelo autor, no interior do grupo operário por ele descrito, ao privilegiar o bairro e a família, por assim dizer, como "centros produtores de cultura", responsáveis pela manutenção e reprodução de uma cultura operária, Hoggart deixa de lado a questão da relação entre estes moradores operários e o trabalho a que se encontram vinculados. Já os moradores da vila operária de

Paulista apresentam-se para o pesquisador como operários, e, no caso dos trabalhadores *aposentados*, como ex-operários da *companhia*. A identidade de trabalhador e a de morador da vila operária são faces de uma mesma moeda, impondo-se como decorrência da monopolização da cidade pela fábrica têxtil.

O grupo estudado por Hoggart — cuja identidade se manifesta pelas atitudes impregnadas de um “sentido do pessoal, do concreto, do local”, fazendo a família e o bairro serem recortes imprescindíveis para seu entendimento e para a percepção do que o autor denomina de “sentimento de pertencimento” — não é apresentado como um grupo de trabalhadores em que a relação com o trabalho, a fábrica, seja uma referência forte, a exemplo de Paulista

Uma primeira aproximação entre os dois casos seria justamente através de uma observação sobre o “sentimento de pertencer” e pelas atitudes impregnadas por um “sentido do pessoal, do concreto, do local”, resultando esta importância da família e do bairro na própria identidade do grupo.

Apesar do sentimento de pertencimento a um bairro, da valorização à família e às relações pessoais, e, também, do fato de seu mundo estar permeado por uma vivência do concreto, esses trabalhadores não podem ser caracterizados exclusivamente pelo morar — nem mesmo quando o interesse etnográfico se concentra no bairro. O passado — a história concretizada na arquitetura projetada na vila operária, no urbanismo dos *arruados* — se impõe a estes trabalhadores, lembrando-lhes outro momento de suas vidas como operários, em que este espaço tinha um significado social diverso. Além disso, o aspecto rural de muitos dos *arruados* mais afastados do centro da vila operária a faz diferenciar-se da paisagem industrial dos bairros descritos por Hoggart, impregnados pela fumaça das fábricas. Se nos dias de hoje as diversas fábricas situadas no distrito industrial de Paulista (que foi iniciado em 1968) formam um pano de fundo assemelhado ao grupo operário descrito por Hoggart, o mesmo não pode ser dito relativamente às duas fábricas da *CTP*, tanto no passado quanto no presente.

A aparente uniformidade das casas de Paulista, vistas da rua, se dissipa quando se penetra no seu interior até os fundos. Lá estão os *puxados* de taipa formando a cozinha, prolongando a casa original e tomando um pequeno pedaço do quintal. Lá estão os quintais, muitas vezes sem cercas a separá-los dos quintais vizinhos, espaços de diferenciação de atividades acessórias a cada família — uma horta, uma bancada para “bricolagens” e consertos, um estoque de lenha empilhada que economiza a compra do bujão de gás, a pequena criação de galinhas ou ainda a construção de pequena casa para um filho casado. E do fundo dos quintais chega-se aos becos, trilhas através das quais se dá grande parte da locomoção e da comunicação entre os moradores, apontando para uma apropriação do bairro não prevista por aqueles que o projetaram.

A própria existência dos becos ilustra o fato de que o andar pelo bairro com um morador antigo, — e, eis mais um ponto de aproximação com o caso

descrito por Hoggart — é diferente do andar cauteloso de um estranho pelas ruas principais e visíveis do arruado. O morador da cidade utilizará as ruas “invisíveis”, percorrendo os diferentes bairros não apenas através das ruas aparentes, revelando neste andar outras dimensões da vida social que se exercem naquele território, desconhecidas do observador “estranho”.

É através dos becos que os moradores, particularmente as mulheres, se locomovem cotidianamente até as casas de vizinhos, amigos ou parentes, entrando pelos fundos, dirigindo-se à cozinha para conversar ou para trocar empréstimos de pequenas quantidades de comida. E é no percurso ou no entroncamento de certos becos mais movimentados que se situam muitas das barracas e pequenas vendas, de propriedade em sua maioria de ex-operários, onde graças a relações de conhecimento e confiança é possível *comprar fiado*. Porém tanto o *fiado* quanto o *pedir emprestado* aos vizinhos são vividos como uma humilhação e a *dona de casa*, ou o trabalhador em geral, só recorrerá a estas formas de pequenos endividamentos quando não puder definitivamente delas prescindir. Apesar do desgosto e da humilhação expressos no discurso dos trabalhadores sobre o *fiado*, o recurso ocasional ou permanente a esta forma de endividamento acaba transparecendo na fala dos informantes.

O bairro, para esses trabalhadores, é assim um lugar onde não somente se situam suas famílias e seus parentes mas também de conhecimentos, permitindo a utilização de relações personalizadas que *ajudam* a sobrevivência.

Fui conduzida pelos becos da vila operária de Paulista, a maior parte das vezes, por ex-trabalhadores da fábrica já aposentados no momento da pesquisa. Em função disso, minha observação dos bairros de Paulista difere das descrições de Hoggart e de outros (Duarte, 1984; Maggie e Contins, 1980)¹¹ que não privilegiam um segmento no interior do grupo social estudado. Minha observação é limitada pela influência do ponto de vista dos operários aposentados ou em vias de se aposentar do trabalho fabril. Eles privilegiam em suas descrições a relação do passado com o presente. E em parte foi por efeito dessa influência preponderante que me decidi a dedicar os capítulos precedentes a aspectos do processo de proletarização e de enraizamento na fábrica e na vila operária. Tenho consciência da existência de outros veios possíveis de descrição do bairro e de sua utilização pelos moradores, dependendo da classe de idade a que pertençam. Hoggart, que em sua infância e juventude foi membro do grupo operário por ele estudado, pôde apresentar o bairro de pontos de vista de diversos grupos de idade, inclusive das crianças e dos jovens. Não sendo um ex-membro — mas sim uma iniciada através de um tipo determinado de trabalhador e morador da vila operária — mesmo tendo adquirido no contato com o grupo empatia e mesmo uma certa paixão, o maior distanciamento relativo não me permitiu o estudo do bairro e de sua utilização social dentro da abrangência singular do estudo de Hoggart. Autor simultaneamente originário da classe — detendo, portanto, seu código — e dela distanciado

pelo olhar universitário e acadêmico ele pôde conferir novas dimensões à ambigüidade consciente do antropólogo diante do grupo estudado.

Em linhas gerais, os operários *aposentados* descrevem a vila operária de Paulista com certo desprezo por sua arquitetura e seu urbanismo, referindo-se à falta de intimidade das casas, "coladas parede com parede". Por outro lado, relacionam aspectos positivos inerentes aos seus bairros: pequena incidência de assaltos, atribuída principalmente à "falta de dinheiro" dos operários e moradores da cidade — e também a outros fatores como conhecimento recíproco existente entre os moradores e a ausência de estranhos. (Paralelamente assinalam que o número de assaltos em Paulista aumentou nos últimos anos, fato que associam à proliferação da construção de conjuntos habitacionais em terras vendidas pela CTP, para onde são transferidas populações de favelas do Recife ou são mutuários do sistema financeiro de habitação). Maior que o incômodo objetivo da falta de privacidade das casas "coladas parede com parede," ferindo uma concepção ideal, é a oposição socialmente construída entre as casas dos arruados e as das ruas ou bairros originalmente construídas para os gerentes e chefes — oposição operada com critérios do passado. São as "casas soltas", em que moravam "só alemães", ou, então, as *mulheres dos coronéis*, geralmente *chalets* ou casas maiores, com três ou quatro quartos — ainda habitados por funcionários graduados ou por descendentes das *mulheres dos coronéis*.

Além de oferecerem uma descrição dos bairros e da cidade plena de referências ao passado, os *aposentados* fazem parte, eles próprios, fisicamente, do cenário cotidiano da cidade e dos bairros. Pois os *aposentados* podem ser vistos pelas manhãs em conjunto, no seu tradicional ponto de reunião para conversas nos degraus da calçada do prédio do INPS do município (antiga Policlínica Ana Elisabeth Lundgren, da CTP), ponto que é denominado ironicamente de "poleiro dos aposentados". Ou à tarde, quando o sol bate na calçada do INPS, nas escadarias da Igreja, competindo com o jogo do dominó que reúne, no mesmo horário, nas ruelas dos bairros, pequenos grupos. Ao contrário do caso-extremo de velhos aposentados descritos por Hoggart, velhos solitários que se "abrigam" nas bibliotecas públicas municipais vivendo das lembranças do perdido lar, os *aposentados* de Paulista, entre os quais muitos viúvos, criam formas de convivência e de reunião, como já assinaléi. As pensões que recebem e, no caso de muitos deles, a casa própria asseguram a essa geração do grupo operário a base material para que se situem favoravelmente em relação às novas gerações no interior da família. Tanto o salário de *aposentado* quanto a casa própria abrem a possibilidade de "abrigar" filhos e filhas casados e seus filhos, evitando o peso econômico e a insegurança da casa alugada, e contribuindo decisivamente no orçamento doméstico. Se a vila de fábrica ou as cidades industriais tradicionais já propiciam — pelo fato de concentrar grupo operário próximo aos locais de trabalho — uma integração entre as gerações (contrastando com os novos bairros e conjuntos habitacionais dis-

sociados do local de trabalho),¹² as características históricas específicas dos velhos aposentados de Paulista dos anos 70 contribuem para que ela ocorra de forma mais favorável ainda aos “velhos”.

Na descrição dos bairros e das ruas de Paulista, feita pelos operários e operárias *aposentados*, mais que um relato geográfico ou urbanístico, transparece essa ligação entre espaço e pessoas e entre espaço e acontecimentos socialmente carregados das características das formas de dominação do passado e da resistência a esta dominação ou às novas formas de que se reveste depois dos anos 50. No caso dos bairros formados por arruados de casas geminadas características da vila operária, o bairro é também um conjunto de ruas que esses operários viram construir, de cuja construção participaram ou mais freqüentemente conhecem alguém que dela participou como um vizinho ou parente:

“O bairro da Roseira foi meu pai quem construiu” (Ex-tecelã aposentada).

Essa forma de apropriação das casas pela participação em sua construção se completa com a transferência de propriedade da casa da CTP ao operário estável indenizado no final dos anos 60. No entanto, mais que um sentimento de apropriação das casas, a descrição dos bairros por parte de alguns operários aposentados expõe um sentimento de apropriação de toda a cidade, utilizando-se do recurso da demonstração de uma apropriação do passado que se corporifica na descrição da cidade. Estas descrições dos bairros fazem parte da apropriação do passado do qual os operários, e particularmente as gerações de *aposentados*, são os únicos depositários, “passado” que serve de contraste implícito com as dificuldades que este grupo social vive no presente. Devido ao efeito de contraste, a descrição dos bairros se associa nesses relatos ao tempo do “trabalho para todos”, ao *tempo dos coronéis*, em que a dominação da *companhia* sobre a fábrica e a vila operária se exercia de forma absoluta, denotando também a pujança da fábrica e da cidade a ela atrelada:

“Nós estamos no bairro do Nobre. Da estrada da praia pra cá [o município de Paulista estende-se até as praias de Janga, Pau Amarelo e Maria Farinha] tem o Jorge. é desabilitado, não tem mais gente, fechou a Cerâmica [em que se fabricavam telhas e tijolos nas décadas de 30 e 40 para a construção da vila operária e das dependências fabris]. Tinha ali mais de oitocentas casas da fábrica que foram acabando. Sim, também em Maranguape, lá tinha a fábrica de cal, forno de cal. Porto Arthur, armadores, com navio pequeno. Embarcava, embarcação grande entrava, Porto Jatobá, estaleiro, fabricavam barcaças lá, isto há mais de vinte anos. Acabaram as casas lá também.

Tinha locomotiva que trazia madeira e as mercadorias para a feira. O Frio [localidade próxima à vila operária], muitas casas derrubadas, casas de

palha, de barro, Agora, aumentava o povo, construía casas. Até 42 não tinha Nobre, nem Conceição, nem Dom Vital, São José, São Miguel [bairros de arruados típicos da vila operária].

Rua do Alto do Céu. Cotuvelo, Alegria, três ruas de casas de palha, acabaram. Tinha a rua São José, também era de palha. A máquina [locomotiva e vagão] entrava com material pra lá, quando estavam construindo a rua Superior, a máquina queimou a casa, o fogo atravessou a rua e queimou as casas e sobrou a casa do crente. Ele [o Coronel Frederico] mandou botar o crente pra fora. De uns quinze anos pra cá é que tem crente, alguns crentes. Era difícil trabalhar crente aqui, não aceitavam.

No início [quando chegou este informante em 1936] as casas eram de palha, nós moramos em casa de palha no Alto do Céu, e tinha as casas conjugadas, eram de alvenaria, de telhas fabricadas no Jorge. Tinha Jardim Novo, Jardim Velho, tudo lá pro bairro de Aurora. A rua do Comércio, lá só morava gerente. Agora aqui no Nobre tinha rua do Alemão, que só morava alemão. No alto do Sumaré, umas casas de dois andares, pra alemão, aí brasileiro não morava. Por aqui mesmo têm umas casas soltas que era pra gerente estrangeiro. A rua do Sol, onde o padre mora, era de gente mais importante [bairro de Aurora]. As casas melhores tinham água, luz. Só em 1960 que teve luz da CELPE [luz para casa dos operários através da Companhia de Eletricidade de Pernambuco], antes a luz era da fábrica. Agora, pra operário só tinha luz na rua, mas pra gerente tinha água e luz em casa. Pra nós, três ruas, três chafarizes: rua da Luz, rua da Glória e Alegria. A água era gostosa, mas era imunda. Água veio em 69, a SUDENE cavou uns poços e fez um depósito, quem quer assina um documento e se bota água nas casas, mesmo se mora em casa da companhia.

Também tinha a Usina Timbó, moía e fazia mel para os cavalos de raça, pra esporte. O Coronel Arthur chegou a ser presidente do Turfe brasileiro. Quem manobrava a Usina era um alemão, muito brabo que dava muita surra e até matava. Se um vigia visse uma pessoa passando num posto com um pedaço de pano, vinte centímetros de pano, ninguém mais sabia dessa pessoa. Tinha um lugar que ninguém sabia que era pra torturar. Era o sumidor. Um vigia mesmo contou que levaram um cara para Mirueira [distrito de Paulista], lá mandaram entrar num quarto, ele entrou e caiu lá no fundo, sumiu. Acharam muito defunto depois que cavaram pra aumentar a fábrica.

Tem também o bairro de Jaguaribe, sítios, mas já é particular." (Severino, ex-banqueiro aposentado).

Ser um morador de Paulista e, em particular, da geração dos aposentados, é como deter uma história dos acontecimentos que tiveram lugar na fábrica e na vila operária, acontecimentos que se confundem com a própria história da transformação dos antigos arruados em cidade e que vêm à tona na simples descrição de ruas e bairros. Pode-se dizer, buscando inspiração em Hoggart,

que para os moradores e operários *aposentados* é marcante a conservação da “noção de constituírem seu próprio grupo, e isto sem que necessariamente esteja implicado um sentimento de inferioridade ou orgulho; antes sentem que são proletariado nas coisas que admiram e nas coisas que lhes desagradam, no seu pertencer” (Hoggart, 1973).

O relato de Severino revela um passado pleno de acontecimentos ocorridos em lugares, sítios, ruas, articulados em diversos momentos com a forma de dominação exercida pela direção fabril face a seus operários. Assim o “crente” é expulso da cidade devido a um episódio associado à destruição das ruas de casas de palha e à construção das ruas de casas de alvenaria, as famosas ruas de casas “conjugadas”. E subjacente a este episódio da perseguição aos “crentes”, está a própria transformação traumática dos *mocambos* em casas de pedra e cal esquadrihadas na vila operária. A referência à Cerâmica — que produzia telhas e tijolos para as construções da fábrica e de sua vila operária, e está agora fechada, em ruínas — assinala o desaparecimento de um bairro e suas várias casas e moradores. O porto, formado por um braço de mar que chegava até as terras da *companhia*, recebendo “grandes embarcações”, e também o “estaleiro”, que construa “barcaças”, fazem parte, nas lembranças de Severino, de um passado em que a opulência fabril é ressaltada por oposição à sua decadência atual. E, além disso, denota uma certa consciência do presente como ameaçador — do ponto de vista da reprodução social desse grupo operário — diante das dificuldades de emprego que os filhos das famílias dos moradores da cidade enfrentam. No passado pessoas eram mortas, “sumidas”, a presença de vigias revelando que o tempo do “trabalho para todos” continha também “coisas que lhes desagradavam” naquilo que Hoggart se refere como o “seu pertencer”.

Mas nem todas as descrições da cidade, do bairro ou da rua se associam a referências históricas no relato dos aposentados. Alternam-se pequenas ocorrências e casos privados que rompem com a rotina cotidiana, seja pelo inesperado e pelo acaso, seja pelo fato de transgredirem as normas sociais e os papéis a serem desempenhados pelos membros da família. Assim, existe “uma rua em que um avião caiu” e uma “mulher estava de resguardo e quase morreu”; outra na qual “uma mulher viu um homem cometer um crime e o filho nasceu ruim da cabeça”; numa outra um “homem se faz de doido e bate na mulher e filhos”. Há ruas que são associadas a eventos ou características de certos grupos familiares: assim, a rua X é singularizada por nela habitar uma família em que a *dona de casa* é admirada embora não tenha os filhos à sua altura; já as ruas Y e Z se notabilizam por terem *chefes de família* e *donas de casa* que não se merecem por não exercerem suas respectivas funções à altura. Outra rua está associada a uma mulher que se desdobra no cuidado da casa e trabalha fora, mas tem um marido que trabalha numa só ocupação insuficiente e não “se vira” para “arrumar mais dinheiro”. Outra, a brigas do presente e do passado, desgraças familiares como a morte de filhos, ou filhas que

são mães solteiras e vivem com a família. O ponto em comum é serem pequenos eventos, envolvendo críticas à quebra ou desvio das normas sociais na vizinhança que se aproximam daquilo Hoggart evoca como o sentimento de "pertencer" a um grupo "nas coisas que lhes agradam e que [também] lhes desagradam".

A estes relatos se superpõem às referências históricas do *tempo dos coronéis*. Se não existem mais as "ruas dos alemães", nem tampouco seu numeroso corpo de *vigias* armados, nem "os coronéis" se fazem presentes, a permanência física da *casa grande*, a presença (agora, em fins dos anos 70, em menor número) de chefes e gerentes em "casas soltas" e *chalets* e a existência na cidade de remanescentes de "mulheres de coronéis" e seus herdeiros; em suma, a permanência de uma arquitetura e "urbanismo" da vila operária, simbolizando relações sociais que tiveram todo vigor no passado, se constitui como "brasões de identidade" (Duarte, 1984) desse grupo social.

O acesso eventual à propriedade das casas da vila operária traz também uma nova diferenciação social entre as famílias de trabalhadores, com repercussões no espaço da vila operária e da cidade. Os *aposentados* que moram em suas casas "próprias" freqüentemente modificam suas fachadas, pintando-as de cor diversa da primitiva ou então colocando basculantes na janela e nova porta em lugar da tradicional janela e meia porta da casa padronizada da vila operária.

Entre os próprios operários *aposentados* que conseguiram a propriedade da casa via acordo ou indenização aparece também uma nova diferenciação interna. Tal diferenciação se materializa nas características e na localização da casa incluída na indenização, marcando uma nova hierarquização baseada não só pelas ocupações e salários na fábrica mas também pelo tempo de serviço e pelo tempo de resistência do *operário de questão* na justiça do trabalho. Desta forma, operários sem cargo anterior de chefia ascendem a casas originariamente destinadas a contramestres, empregados de escritórios ou chefias intermediárias como decorrência, aparentemente paradoxal, de terem resistido às pressões da *companhia* contra os operários estabilizados (particularmente depois de 1964) tanto no interior da fábrica quanto no decorrer do processo na justiça do trabalho. Para efeitos do acordo ou da indenização entre a *CTP* e um operário estabilizado envolvendo a inclusão do valor da casa, não são mais os critérios antigos da hierarquia fábri e do número de membros do grupo doméstico trabalhando na fábrica que determinarão a alocação das famílias às casas, mas sim o valor monetário da indenização devida pela *CTP* ao operário antigo e estável (Leite Lopes, 1985, analisa estas lutas trabalhistas e sindicais nos anos 50 e 60). A distribuição das casas por tamanho e localização sofre assim alterações. As casas maiores, situadas em ruas e bairros destinados a contramestres e funcionários do escritório, ainda mantêm com maior freqüência esta mesma composição social. Mas a elas passaram a ter acesso os antigos

operários estáveis e de *questão*, que aceitaram o pagamento com um imóvel da dívida trabalhista da CTP.

A propósito dos efeitos sociais dessa nova diferenciação interna, vale mencionar a trajetória residencial de um grupo familiar de uma *dona de casa*, Dona Maria, ex-operária *fiandeira*, cujo marido, operário *banqueiro* estável e de *questão*, teve acesso a uma casa maior devido ao alto valor relativo de sua indenização. A casa, de quatro quartos, no “bairro da Aurora”, onde predominam funcionários de escritório e chefias intermediárias na produção, foi escolhida em função do tamanho de seu grupo familiar (nove filhos e sogra de D. Maria). A *dona de casa* seguiu o padrão de descrições segundo a narração se deveu também a fatos concretos envolvendo relações de vizinhança. O bairro de operários em que morou durante grande parte de sua vida de casada, denominado não sem ironia “bairro do Nobre”, tem casas normalmente de um a dois quartos. De maneira geral, a lembrança do antigo bairro é positiva pois os vizinhos em geral eram “mais dados”, “mais chegados”, e particularmente as vizinhas “eram jóias” pois ajudavam, não brigavam, pertencendo algumas a movimentos de Igreja (da JOC — Juventude Operária Católica, ou da ACO — Ação Católica Operária). No entanto, apesar deste convívio retrospectivamente apreciado, D. Maria teve desavenças com algumas vizinhas; pequenas brigas geralmente tendo por origem as brigas de seus respectivos filhos crianças. Dentre estas desavenças destaca uma que se transformou em “inimizade”. Uma vizinha teria se tornado sua inimiga pela diferença de atitude de ambas diante da prática habitual na vila operária de se pedir emprestado pequenas quantidades de comida. Dona Maria reconhece que emprestava com todo prazer, mas nunca pedia, “graças a Deus porque nunca precisei”, e a vizinha passou a lhe agredir pois, apesar de sempre estar “ocupando” D. Maria com pedidos de empréstimo de café, açúcar, farinha, etc., D. Maria nunca a “ocupava”. A agressão se manifesta em termos verbais, à cor negra de D. Maria, através de ironias como a prática deliberada de cantar músicas “para humilhar”, como a marcha de carnaval “nega do cabelo duro, qual é o pente que te penteia”. A tensão diante da provação de dar conta da sobrevivência familiar face aos baixos salários, transborda em brigas e “arengas” entre vizinhas. Dona Maria, ao recusar pedir emprestado, se coloca como superior, estabelecendo uma relação assimétrica com sua vizinha — fato do qual ela se orgulha duplamente. É pobre e “preta”, “de uma família de pretos”, mas é *boa dona de casa* pois “mesmo assim” não “ocupa” as vizinhas. Por outro lado, permeada pelo preconceito racial, internalizado também entre as classes populares, a reação da vizinha aponta para o fato de poder ser socialmente imperdoável a ausência de reciprocidade entre operários e “iguais”. Esse exercício prático da boa *dona de casa* operária negra faz a vizinha operária branca sentir-se duplamente diminuída. As “boas vizinhas” de D. Maria no bairro do Nobre”, que, segundo ela, prevaleciam, viram sua mudança do bairro com bons olhos, na medida em que ela saía “para o que era seu”, uma “casa própria”.

O bairro atual onde reside D. Maria, o “bairro de Aurora”, trouxe-lhe outras surpresas desagradáveis com a vizinhança, desta vez mais sistemáticas, pois neste bairro Dona Maria se ressentia genericamente da vizinhança, a qual, segundo ela, “nem parece ser formada de operários” (e de fato, como reconhece, a maioria desses vizinhos é constituída por empregados de escritório). Se no bairro do Nobre o padrão seguido pelos vizinhos é o da ajuda mútua o mesmo não ocorre no bairro de Aurora. Ao tomar a iniciativa, como “recém-chegada”, de “prestigiar” uma vizinha ofertando-lhe um bolo e um gerimum, Dona Maria não foi bem recebida: a vizinha do bairro da Aurora mandou dizer que não podia atendê-la naquela hora. Se, no Nobre, Dona Maria fez inimizade por manter-se numa posição permanente de credora na relação costumeira de ajuda mútua, no bairro de Aurora a oferta de *dona de casa* recém-chegada e de origem hierárquica tida como inferior é previamente rechaçada.

A concepção de ajuda mútua entre vizinhos, a despeito desse desencontro, é predominante nesse grupo social, caracterizando e orientando as suas relações, e nisso se incluem não somente famílias de operários mas também de funcionários de escritório e pequenas chefias como os contramestres. Ela não comporta os que se consideram “melhores” nas relações cotidianas, como também produz uma forte censura à falta de solidariedade, à ausência de socorro ou ajuda a vizinhos, parentes e amigos, principalmente em momentos considerados importantes, seja de crise (morte, doença ou necessidade econômica) seja de festas (casamentos, batizados, etc.). Particularmente os parentes formam um grupo preferencial em que o “respeito”, a amizade e a ajuda mútua devem idealmente ser exercidos de forma incondicional e total.

O horário fabril e a vida cotidiana da vila operária de hoje

Aos domingos, enquanto alguns habitantes da cidade circulam pelas ruas com seus filhos — transitando entre as casas de parentes, outros permanecem sentados nas portas de suas casas, ou em seu interior, com janelas e portas abertas permitindo-lhes olhar as crianças que brincam nas calçadas e ruas, geralmente vendo televisão acompanhados por vizinhos. A vida dos bairros é bastante diversa nos dias de semana, norteados pelo horário de trabalho de seus moradores. A maior parte destes está ligada direta ou indiretamente ao trabalho industrial — como trabalhadores da CTP (até o início dos anos 80), de outras fábricas situadas no Distrito Industrial de Paulista e no Recife ou ainda como membros familiares de operários ativos, servindo-lhes de suporte em tarefas domésticas. Embora tenha sido quebrado o monopólio da cidade pela CTP, e diminuído também a presença desta fábrica na vila operária por

ela criada e em outros bairros, a característica da cidade é ainda marcada por ser uma concentração populacional de operários industriais.

Se no final da década de 70 a maior parte dos trabalhadores ativos não pertence aos quadros da CTP (então com 1.500 a 2.000 trabalhadores) e sim às diversas fábricas existentes no Distrito Industrial de Paulista, os apitos das fábricas Arthur e Aurora, dirigidos aos seus operários atuais, continuam, como mais que um simples fenômeno acústico: são uma presença marcante na vida cotidiana do conjunto dos moradores da vila operária e mesmo daqueles dos bairros mais afastados de Paulista. Assim os ex-operários *aposentados* estão imunes à presença da fábrica, através dos apitos, os marcadores do tempo que orientam suas atividades cotidianas, domésticas e extra-domésticas.

Os apitos assinalam a hora de acordar, o horário de entrada, almoço e saída nos três turnos das fábricas Arthur e Aurora. Às 4 horas da manhã toca o tradicional apito da madrugada, para despertar os trabalhadores que começam sua jornada de trabalho às 5 horas. Este despertar dos filhos "bons de fábrica" é conjugado freqüentemente com o início das atividades domésticas da *mãe de família*, ocupada primeiramente com a confecção das marmitas que os filhos e filhas operários levarão para a fábrica.

Se para os operários que não trabalham na CTP o único apito de referência é o da madrugada, para os trabalhadores das fábricas Arthur e Aurora, além deste, têm importância outros apitos assinalando as diferentes etapas da jornada de trabalho: o apito da entrada da primeira turma, às 5 horas da manhã; o apito das 7 horas, para a entrada dos escritórios e das oficinas; o apito das 9 horas, marcando o intervalo para a refeição, o "café" da 1ª turma; a sua volta ao trabalho, às 9:30; o apito das 11 horas, para a refeição do pessoal do escritório e oficinas, freqüentemente realizada em casa, e o apito das 12 horas, marcando o fim deste intervalo; o apito das 13:30 marcando a troca da 1ª e 2ª turmas; o apito das 17 horas, para a saída do pessoal do escritório; os apitos das 17:30 e 18 horas, marcando o intervalo de refeição da 2ª turma; o apito das 22 horas, para a troca da 2ª e 3ª turmas.

Além de marcarem o ritmo temporal diário dos trabalhadores da CTP, os apitos das duas fábricas trazem para o conjunto da população da vila operária, em particular a geração dos *aposentados*, diferentes efeitos de recepção, desde a indiferença a sons que fazem parte de uma segunda natureza, até lembranças menos ou mais traumáticas do seu período de trabalho na fábrica. O relato de um ex-tecelão descreve os efeitos destes apitos sobre sua esposa, ex-tecelã:

"quando ela começou a adoecer, ficou numa condições que não podia nem olhar a fábrica. Ouvia a sirene, ela chorava, tão nervosa que ficou. Adoeceu que não podia ouvir esses apitos".

Recorrentemente os operários exprimem queixas ou denúncias do trabalho fabril através do símbolo estridente do apito. Recorde-se o início do

poema de Mauro Mota, "A Tecelã", já citado. Além dele, há pequenas crônicas de moradores de Paulista do início do século, escritas no efêmero jornal local, se referindo aos tormentos causados pelo apito.¹³

Os apitos pontuam também o ritmo das atividades domésticas na vila operária. Quando uma *mãe de família* tem um ou vários filhos trabalhando na fábrica da CTP, grande parte do seu dia será ocupado na preparação de marmittas a serem enviadas à fábrica em horários nem sempre coincidentes. A proximidade geográfica entre casa e trabalho cria condições para que a alimentação dos trabalhadores seja enviada pela *dona de casa* no horário previsto, evitando que o operário leve a marmita desde sua saída de casa, e coma seu conteúdo frio. Como o intervalo é de apenas meia hora torna-se impraticável a caminhada até a casa para qualquer refeição.

A preparação da marmita condiciona o trabalho doméstico ao ritmo do trabalho fabril. O movimento nas ruas dos bairros e nas proximidades das fábricas é intenso desde que soam os apitos dos intervalos na jornada de trabalho: crianças, *aposentados*, homens e mulheres de idades diversas, saem de suas casas levando marmittas para parente e/ou vizinhos que estão esperando no portão da fábrica. A tarefa de entregar marmita não é percebida como uma atividade remunerada, e sim como um *agrado*, apesar de existir alguma forma de pagamento, para as pessoas que a realizam, se não pertencentes ao grupo doméstico do operário. Quando um indivíduo (pai aposentado, irmão ou irmã) tem como atribuição a entrega de marmita a um parente, ele aproveitará a ocasião para fazê-lo igualmente para vizinhos, recebendo em troca o *agrado*, mais freqüente quando o entregador é um menor. O pai *aposentado*, em geral, só realiza uma entrega recorrendo a parentes e vizinhos para a entrega de marmittas de filhos que trabalham em outros horários. A *dona de casa* só fará entrega de marmittas quando não contar com tais auxílios, sendo isso raro, dado o grande número de filhos e parentes agregados e a imensa rede de troca de favores entre vizinhos. O único caso observado de uma *dona de casa* preparando e entregando a marmita ao filho na fábrica, foi o de uma viúva que havia se isolado inteiramente da vizinhança (o motivo alegado, para a desavença: o comportamento de sua nora e de sua filha).¹⁴

Em resumo, os apitos são, para os moradores da vila operária, um referente geral de tempo. É através deles que os habitantes de Paulista datam os mais variados acontecimentos ali ocorridos: "aconteceu antes do apito das 11", ou "depois do apito das 5", etc. Poder-se-ia observar que se trata de uma vitória da disciplina temporal da indústria capitalista, interiorizada em uma população trabalhadora, até mesmo nas mais variadas atividades cotidianas e domésticas. No entanto, não parece ser exatamente a vitória do tempo-horário-do-relógio, que prevalece na interiorização dos trabalhadores como desejaria a disciplina capitalista, mas sim a incorporação dos apitos como uma segunda natureza do bairro e da cidade, dando a este referente temporal uma conotação que se aproxima dos referentes "pré-capitalistas" assinalados por Thompson (1979).

O acordo e sua importância nos grupos domésticos com *chefes de família* aposentados

Nos dias de hoje — como já assinalai — o acesso à propriedade das casas da vila operária por parte das famílias de trabalhadores é um fato determinante na preservação da história dos bairros e da cidade, assim como das redes de relações de parentesco e de vizinhança ali construídas. Vou portanto nesta seção analisar as condições de surgimento desta possibilidade de acesso às casas da vila operária tal como descritas nos relatos dos trabalhadores sobre os *acordos*, analisando simultaneamente a diferenciação interna criada entre os próprios *aposentados*.

Assim como as referências aos bairros e à vila operária de Paulista são feitas a partir de fatos, acontecimentos e situações concretas envolvendo pessoas e grupos familiares, o *acordo* efetivado entre os atuais *aposentados* e a fábrica é motivo de um relato minucioso com todas as marcas e detalhes presentes nas conversações e confrontações entre os operários e os representantes da CTP. O *acordo* — aquele que pressupõe a inclusão da cessão da propriedade da casa da vila da fábrica ao operário estabilizado — só começa a acontecer em meados dos anos 60. Outros tipos de acordos já existiam anteriormente, a começar pela indenização em dinheiro, geralmente menor do que aquela a que tinham direito. Este tipo de acordo, anterior a 1968, se, permitiu a alguns operários se estabelecerem através de um *negócio* bem-sucedido, foi considerado por muitos um desastre, face ao insucesso do *negócio*.

O desejo de sair da fábrica, tendo acesso simultaneamente a uma casa própria e a um *negócio*, era de tal forma presente entre os trabalhadores, que a CTP passou a usá-lo a fim de entrarem em *acordo*. Mas, para que isto fosse factível, era necessária a existência de bairros “livres”, onde pudessem residir os trabalhadores desligados da fábrica, e que o montante da indenização fosse suficiente para comprar ou construir uma casa própria e iniciar um *negócio*, na feira, em uma barraca, etc. O montante das indenizações propostas pela CTP nos anos 50 era insuficiente e abaixo do valor legal referente aos anos de serviço do operário estável. Naqueles anos os operários que tiveram sucesso na aquisição da casa própria e estabelecimento de um *negócio* foram freqüentemente os que enfrentaram a *companhia* na Justiça durante vários anos até conseguirem a indenização integral devida.

Após 1964, com a ditadura militar e a reorganização do processo produtivo, aumenta a pressão da CTP sobre os operários estáveis para conseguir demissões. A geração dos *aposentados* por mim entrevistados estava muito marcada por esta experiência recente de confrontação com a *companhia*.

"Eles chamavam pra fazer acordo. Ela [a CTP] então chamava com toda a calma: — Você quer fazer acordo? É muito bom, pega esse dinheiro, compra uma casa, bota negócio, você vai viver uma vida tranqüila.

Agora, eles atacavam, principalmente os estáveis. Porque os estáveis é que seguravam mais [as lutas contra a fábrica]. Eram a força maior. Então eles pegaram e botaram o pessoal pra lá, pro SENAI, onde era o SENAI [em Paulista] e o pessoal ficava isolado, fazendo nadinha. Minha irmã mesmo foi pra lá, chamava 'museu'. Chegava na hora da saída, batiá cartão e saía, porque eles não queriam fazer acordo. Agora tinha gente que ficava humilhada, chateada, porque era visto como uma coisa que não prestava, jogado lá. Ganhava o mesmo salário. Quer dizer, quando eles tinham assim um plano pra um operário, quer dizer que eles faziam joguete, entendeu? Tudo pra massacrar, pra ver se o operário se abusava, fazia as contas, fazia acordo. Quando não botavam no 'museu', botavam numa máquina ruim, entendeu? Era esse tipo, ficava massacrando, até que a pessoa se chateava mesmo, num aguentava... Só sei que era assim. Minha irmã foi pro 'museu', até que terminaram demitindo, mas quando demitiu quase ninguém saiu para o acordo, ela foi indenizada na justiça. Depois também recebeu o tempo que ficou parada. Mas ela passou um ano em questão, o processo dela não demorou tanto quanto o da gente, o nosso julgaram improcedente a volta ao trabalho. Eu saí em 67, ela [a irmã] saiu em 69. Botaram ela no 'museu' mas ela nunca fez acordo. Agora com o acordo também teve gente que conseguiu até 80 % no acordo, mas teve gente que perdeu na Justiça [a volta ao trabalho]." (Ex-fiandeira)

A ex-fiandeira, que se chama Honorina, ganhou a questão trabalhista na Justiça, obteve sua indenização em dinheiro, mas não conseguiu voltar para a fábrica — como era a reivindicação de todo o grupo de fiandeiras que entrou na Justiça sob a orientação do Sindicato. Teve que completar o tempo necessário à sua aposentadoria em firma localizada no Recife, prestando serviços de limpeza. Demitida da fábrica com muitos outros operários em 1967, ainda solteira, Honorina não conseguiu um acordo com a inclusão da casa na indenização. Por ter-se casado depois com um operário que teve acesso à propriedade da casa na vila operária, lamenta sobretudo não ter conseguido reintegrar-se à fábrica e continuar seu trabalho sindical de base. A pressão exercida pela CTP através do "museu", para onde é mandada a irmã de Honorina, ao que parece não surtiu efeito, tendo a fábrica preferido demitir e resolver a questão na Justiça. No entanto, quando a CTP institui a forma de indenização através da cessão da propriedade da casa, vários trabalhadores, pressionados, preferiam entrar em acordo e com isto ao menos garantir a moradia. Outros trabalhadores, mais idosos e frágeis para o trabalho fabril, argumentam que o acordo para eles foi um "bom negócio", por se encontrarem doentes e sem condições de continuar trabalhando. Argumentam que, através dele, conseguiram a aposentadoria e a casa:

"Eu fiz acordo porque eu trabalhei uns 42 anos, esperando que me botassem pra fora [risos]. Esperei, esperei, esperei, e eu vendo que talvez fosse me acabar, aí pensei, 'se a companhia quiser fazer acordo comigo eu faço'. Porque teve uma pessoa aqui que ficou trabalhando, trabalhando, trabalhando. Depois houve acordo [a CTP propôs acordos para quem aceitasse fazê-los]. Ele não quis fazer acordo, esperando que a companhia botasse pra fora porque no acordo a gente se sujeitava ao acordo que a companhia pagasse, né, e se botasse pra fora, ele ia receber a indenização [na Justiça]. Então ele resolveu não fazer mais o acordo, esperando, esperando, esperando. Mas ele tomou umas bicadas [a cachaça], depois começou com problema de saúde, o homem já tava muito doente, pensando que já não ia mais trabalhar, então foi procurar a companhia para fazer acordo. A companhia vendo que ele estava doente, não era mais vantagem para ela fazer uma acordo para ele. Não quis fazer o acordo com ele. Quando não pôde mais trabalhar passou para o Instituto e antes de receber o primeiro pagamento [da pensão], morreu. Nem ganhou nada do Instituto; nem da fábrica. E muitos operários, vendo isso, resolveram aceitar o acordo que a companhia estava propondo. Eu mesmo, vendo isso, aceitei o acordo em 1968, fiquei com essa casinha. Mil cruzeiros por essa casa, quando eu saí. Meu acordo foi um mil e quinhentos. Deu 500 em dinheiro e a casa". (Ex-operário da seção de preparação de algodão)

Os relatos feitos por atuais *aposentados* sobre os riscos e as dificuldades das opções colocadas pela fábrica para eles, operários *estabilizados*, apontam para a história da geração formada na *segunda era* do recrutamento de trabalhadores, ou pelo menos parte dela. Na história dos remanescentes da geração que permaneceu na vila operária, constata-se uma diferença entre a aposentadoria de mulheres e de homens. A maior parte das mulheres casadas, devido ao caráter intermitente do seu trabalho fabril, se aposentou por invalidez ou doença. Algumas delas, com poucos filhos, criados por avós ou outros parentes, se juntaram às operárias solteiras e aos homens, geralmente *chefes de família*, no enfrentamento à *companhia* no período das demissões e pressões sobre os operários estáveis no final dos anos 60, e conseguiram algum acordo ou indenização.

A história dos *acordos* entre os operários e a fábrica, se por um lado é valorizada, devido ao acesso à propriedade das casas, por outro lado permeia-se diante das pressões sofridas pelos trabalhadores desde os anos 50 (quando não era cogitada a indenização através de casas) por muitos exemplos de perdas reais, para estes trabalhadores e suas famílias. Tal é o caso de Severino cujo relato transcrevo a seguir:

"Quando saí no corte e botei na Justiça, ele era o presidente de Sindicato [Birino]. Mas eu botei contra a vontade dele, né. Eu depois falei

com ele: — Birino, vamos lá ver se você resolve o meu caso. Ele disse: — Sabe o que tem pra você? Você ou faz acordo com a empresa ou ela bota inquérito administrativo contra você. E ao invés de ganhar você vai preso. [No entanto este operário foi demitido apenas por ter sido dezenove vezes testemunha contra a companhia].

Cheguei em casa, a mulher disse: — Você agora vai passar fome, com questão na Justiça.

E juntou-se, juntou-se outro e aí eu pensei, 'eu tô danado'.

Eu digo: — Sabe de uma coisa, vou fazer acordo. Aí fiz o acordo e dei 22 anos pelo acordo. Foi o acordo que eu fiz que me arrependi. Duas coisas que eu me arrependi na minha vida: foi ter casado e ter feito o acordo. Eu não achei bom não, não achei bom não, duas coisas que eu me arrependi na minha vida, essas duas coisas. Quando trabalhava na fábrica, essa irmã [ex-fianadeira, solteira, que assistia à entrevista, operária aposentada] toda vida morava comigo, mas houve uma confusão entre ela e a mulher e ela saiu, se queixou. Nós toda vida nos entendemos, né, mas ela se desentendeu com a mulher e foi aquela atrapalhada...

Quando eu trabalhava na fábrica, eu entregava carvão [para a cozinha das casas dos operários na vila operária] de um rapaz de uma loja que vendia fazenda. Ele também tinha uma carvoaria e eu entregava carvão. Quando largava da fábrica, saía entregando carvão, ganhava mais uma coisinha pra família.

Aí quando eu saí, o dono da loja disse: — Vem Severino, você fica com a carvoaria, vendendo carvão. O carvão eu compro e chego aqui, lhe entrego. Você só me paga o carvão. Faz de conta que é meu, mas é tudo seu. Eu digo: — Tá, mas, rapaz, é trabalho sujo. Com dinheiro a gente trabalha limpo. Carvão suja muito.

Tinha um cara que vendia fazenda e era meu vizinho, ele disse: — Rapaz, pegue seu dinheiro e vá mudar de vida, vá vender fazenda, fazenda é bom. Eu seguí seu conselho, sem saber de nada entrei no negócio de fazenda, e acabou-se, nem carvão nem nada. E na época que eu saí da fábrica eles não faziam acordo com a casa, em 58, não faziam não, só depois que o Coronel Arthur morreu [em 1967].” (Severino, ex-banqueiro)

Severino faz *acordo* com a fábrica sem conseguir posteriormente comprar uma casa. Para morar numa casa da *companhia*, depende primeiro, de sua irmã operária — que com ele morava mas desentende-se com a cunhada — e, depois, que um de seus filhos trabalhe na fábrica. Isso paradoxalmente ocorre com referência a uma casa em que mora há vinte anos. Ao narrar o episódio de seu *acordo*, Severino mostra, dramático, como tanto o trabalho fabril quanto o extra-fabril são realizados visando à família: vendia carvão fora da jornada de trabalho fabril, para “fazer mais uma coisinha para a família”. O *acordo* do qual se arrepende é feito sob pressão de sua mulher, e também do presidente

do Sindicato, que, neste período, já não é visto pelos operários como um representante autêntico e confiável (Leite Lopes, 1985). O insucesso no *negócio* tem conseqüências desastrosas para Severino: como *chefe de família*, apresenta-se por invalidez, após voltar a trabalhar em fábrica têxtil no Recife, e atualmente é um *aposentado* destituído, por comparação a outros que conseguiram casa da vila operária. Para se manter em uma casa da fábrica depende do trabalho dos filhos ou, em períodos de desemprego deles, de algum operário ou operária que não necessite de moradia e a repasse para ele. Não se reconhece como um *chefe de família* realizado, expressando isto através da frase: “sujeito do trabalho dela [da filha] para ter uma casa para morar”. Além de tudo isso, se vê impossibilitado de cumprir a solidariedade suposta entre parentes, visto que sua irmã, ex-fiandeira, pelo motivo já mencionado, mora atualmente com uma outra irmã solteira em uma casa que recebeu da *companhia* através do *acordo*. Enquanto Severino se julga irrealizado como *chefe de família*, sua irmã, apesar de mulher e solteira, pelo menos conseguiu a propriedade da casa — fato que agrava o sentimento de inferioridade de Severino.

Nem todos os *chefes de família* que fizeram acordo com a fábrica foram mal sucedidos; são conhecidos na cidade vários casos de ex-operários que se conseguiram manter através de um pequeno *negócio*, seja nas *barracas* nos bairros, seja como feirantes. É menos freqüente encontrar-se ex-trabalhadores vendendo nos boxes do mercado municipal na medida em que ali a quantidade negociada é maior.

O caso de Joaquim, que relato a seguir, é um exemplo de *chefe de família* que sempre esteve em *questão* com a *companhia*, geralmente com resultado favorável. A última *questão* em que esteve envolvido foi a de sua mulher ex-tecelã, a qual orientou, e, vitorioso, obteve uma soma de dinheiro para estabelecer um *negócio*, montando uma barraca que fornece comida a trabalhadores das fábricas do distrito industrial.

“Eu entrei, eu cheguei em Paulista no dia 10 de agosto de 1944 e fiz acordo no dia 10 de agosto de 1975. Eu fiz acordo e me aposentei. Agora, fiz acordo com duas casas. Porque eu tinha mais ou menos 30 e tantos milhões pra receber, na base de 100 %, né. Mas o acordo a companhia só fazia na base de 60%. Então, 60 %, ficou 16 e pouco. Com 16 e pouco, eu tinha dado o nome dessa casa aqui [a que mora atualmente], eu já tinha feito o orçamento dessa casa, 8 milhões e pouco a casa, e de outra casa aqui perto também. Então só de casa eu dei 16 milhões e pouco. E ainda ficou devendo um pouco. E consegui fechar o acordo. Então, ainda faltava um pouquinho de diferença no salário em dinheiro. Aí eu digo: — Eu faço. Aí ele disse [o Juiz]: — Não pode fazer com uma diferençazinha no salário. Aí eu digo: — Eu faço. Aí ele disse: — Não, não é assim não. Não é só a sua vontade, nem a minha não. A Justiça ordena que tem que fazer o acordo com todos os papéis legalizados, de acordo com todos os salários que o senhor percebeu. Se há uma diferençazi-

nha, não pode. Volta os papéis e endireita e volta aqui. Não serve não. Logo que seu acordo chegar aqui, eu assino ele.

Aí quando foi no outro dia, fui novamente. O rapaz [do escritório da CTP] levou os papéis, mas faltou o cheque. — Vamos esperar. Aí deu a hora e nada.

— Cadê o cheque, não veio ainda não? [pergunta o Juiz].

Então marcou outro dia. Aí, com dois ou três dias, tava legalizado. Aí eu fui atrás do camarada: — Como é que é? [o funcionário do escritório da CTP]. Ele disse: — Pode ir andando que eu vou.

Assim que cheguei com os papéis na mesa, ele [o Juiz] olhou pra mim e fez um ar de riso, e disse: — Pode entrar, pode entrar.

Eu entrei e depois ele legalizou tudo e depois disse: — Quer dizer que agora tá tudo certo?

Eu digo: — Tá tudo certo. Quer dizer que agora eu não sou mais operário, não é?

Ele disse: — Não. Por aqui, por essa parte que eu assinei, você não é mais operário.

Eu digo: — Graças a Deus.

Aí eu fui com o rapaz [o representante da CTP], ele entregou o cheque e aí eu fui com ele mesmo pagar, pra receber os papéis da casa e fui pra coletoria. Aí cheguei lá no caminho, perguntei ao rapaz:

— Quer dizer que agora tá tudo liquidado mesmo? Tudo resolvido? Ele disse: — Tá!

Eu disse: — Graças a Deus, agora eu não sou mais operário dessa empresa." (Joaquim, ex-operário de estamparia)

Além de querer demarcar a sua hostilidade à CTP, o relato de Joaquim é pleno daquilo que Hoggart chama de "gosto pelo concreto". Sua narrativa, como a de tantos outros, é repleta de pessoas e acontecimentos, incluindo o cenário em que se dão as situações e em que surgem os personagens. Mas, para Joaquim, *chefe de família* bem sucedido — através de um *acordo* que lhe permitiu a propriedade de duas casas —, ex-operário que atualmente é um pequeno comerciante, ao se referir ao *acordo* remete também à sua condição anterior, de trabalhador da CTP, um passado no qual desempenhou um papel nas lutas operárias e do qual se orgulha.

Para um trabalhador próximo à aposentadoria, dentro de um grupo social no qual o projeto de coesão e solidariedade familiar parece ser o único possível, o acesso à propriedade da casa da vila operária, freqüentemente a própria casa que nela mora há muitos anos, é algo que para ele tem um significado simbólico, afetivo, além do significado material. A importância desse acesso à casa da vila operária aparece no discurso desses trabalhadores quando enfatizam, por exemplo, que sua casa é *particular* por oposição à casa da *companhia*. Evidentemente que a propriedade da casa elimina um item da despesa

familiar, o aluguel, o que é bastante significativo para o trabalhadores que ganham um pouco mais que o salário mfnimo. Mas, para além do aspecto monetário, a propriedade da casa é vivida como o *teto* seguro no qual é realizado o ideal da segurança e unidade familiar.¹⁵

Assim, como no passado os trabalhadores enfrentavam muitas vezes as regras da vila operária — que exigia um número x de trabalhadores para a ocupação de casas com um número x de quartos — trazendo de suas áreas de origem parentes que aumentavam o número de trabalhadores fabris, ilegitimando assim a intromissão da fábrica no espaço familiar. Para os trabalhadores que lograram, ao se aposentarem, a propriedade da casa, isso tem um significado social articulado ao seu papel de *chefe de família*, tendo sido capaz de prover sua família com casa.¹⁶

Do bairro para o interior das casas

Como já explicitiei, a rede de informantes a que tive maior acesso incluía-se na geração dos *chefes de família* ou *donas de casa* recentemente aposentados. Aqui estão os filhos operários das famílias “aliciadas” ou “auto-recrutadas” da *segunda era* do recrutamento de trabalhadores, que se tornaram *chefes de família* na *terceira era*, após os anos 50, e que atualmente estão próximos da aposentadoria. Vou-me ocupar assim inicialmente das características dos grupos domésticos que se encontram em uma fase específica do ciclo de desenvolvimento, caracterizada pelo fato de que a maior parte dos filhos já se encontra ligada ao mercado de trabalho. Apesar de estarem entrando na fase de “cisão” ou “dispersão”, com os filhos atingindo a idade do casamento, as necessidades de sobrevivência do grupo doméstico muitas vezes contribuem para retardar sua “dispersão”. Há tanto interesse dos pais em retardar o casamento dos filhos a fim de que contribuam durante mais tempo para os rendimentos conjuntos do grupo doméstico, quanto dos filhos, ou parte deles em permanecer já casados no grupo doméstico de origem devido à falta de moradia ou a um desemprego eventual.

Por outro lado, é freqüente a coabitação de um dos pais, já viúvo, e um casal de referência. Encontra-se assim muitas vezes uma composição do grupo doméstico em que coexistem três gerações e por vezes até quatro: os filhos casados, os filhos deles, isto é, os netos do casal de referência, detentor da autoridade doméstica do grupo.

Tal composição implica em estratégia visando empregar a maior parte de membros do grupo doméstico para que o *chefe de família* e a *dona de casa* possam fazer face às suas tarefas, particularmente a organização do consumo. A família pode ser vista como unidade social cuja organização se materializa em “unidade de rendimentos” e “unidade de consumo”. Além de produtora ela

própria de valores a partir da forma pela qual vive suas relações sociais internas e externas (Durham, 1980), pode-se verificar isto etnograficamente em Paulista pela observação da composição apresentada pelos grupos domésticos estudados.

Antes de examinar tanto a importância da composição de diferentes gerações no interior de grupos domésticos quanto as tensões e contradições no interior desta composição, vou apresentar sumariamente as concepções prevalentes — mas não exclusivas — neste grupo operário sobre os diferentes papéis sociais desempenhados pelos membros da família.

A começar pelo papel do *pai de família*, o detentor por excelência da autoridade doméstica, e a distinção que é feita entre as categorias *pai de família* e *chefe de família*. Para este grupo operário o *pai de família* “tem obrigação”, “tem responsabilidade”, “no sustento da família dele mesmo, a mulher e os filhos”. Mas ao mesmo tempo em que o *pai de família* tem como tarefa e dever o “sustento da casa”, seu salário é sempre mencionado como insuficiente para o cumprimento das “obrigações” relativas a esta “responsabilidade”. Diante da estrutural insuficiência do salário para o cumprimento das “obrigações” do *pai de família*, os operários apontam para uma distinção no interior da categoria *pais de família*, através da categoria *chefe de família* — a qual expressa não somente a “responsabilidade” do pai mas também sua autoridade na reprodução econômica do grupo, autoridade associada ao relativo sucesso obtido na manutenção de um padrão cultural de subsistência. Para que haja um reconhecimento social de seu desempenho como *chefe de família*, cabe ao *pai de família* “provar” ser capaz de cumprir suas “obrigações” com relativa eficiência. Esta “eficiência” no entanto está sujeita a uma margem de variações na sua apreciação. O *pai de família* reconhecido como não cumpridor de suas “obrigações”, que se exclui da categoria *chefe de família*, é decididamente aquele que utiliza seu salário para outras despesas que não aquelas consideradas essenciais e restritas ao seu grupo doméstico.

Estão fora de sanções aquelas despesas compreendidas como socialmente permitidas ao *pai de família* para seu uso pessoal (Dennis, Slaughter & Henriques, 1974).¹⁷ Inversamente, como o baixo salário implica na necessária dificuldade no cumprimento das “obrigações” do *pai de família*, isto não significa que inevitavelmente o homem nesta situação esteja excluído da categoria *chefe de família*. Há uma zona intermediária de avaliação, associada à autoridade do homem em relação à mulher e filhos e a seu desempenho nas diversas decisões tomadas pelo grupo doméstico. Neste sentido encontram-se grupos domésticos onde o papel da *mãe de família* vai se sobrepor ao papel do *pai de família* na condução da vida dos filhos em virtude da falta de eficácia daquele no “sustento da casa”. Por outro lado as mulheres costumam expressar admiração pelos maridos que procuram outras formas de rendimento além do salário industrial (quando operários ativos) ou além da pensão de aposentado;

são vistos como *chefes de família* que não dependem ou dependem menos do trabalho da mulher e dos filhos para “botar comida em casa”.

Assim o *chefe de família* aposentado buscará outra forma de *ganho* além da pensão para suprir a insuficiência de sua remuneração. Se logrou manter um remanescente dos antigos *roçados-operários* empregará suas manhãs no trabalho agrícola deste pequeno roçado cujo produto abastece a própria casa, o pequeno comércio vicinal ou mesmo eventualmente a feira. Mais freqüente atualmente que o *roçado-operário* é a atividade no pequeno comércio, na feira ou em pequenas *barracas* de rua, embora ela dependa de um certo capital inicial. Outras formas de ocupação alternativas se apresentam ao *chefe de família* aposentado a julgar pelo grupo de informantes: uma vaga como *servente* ou *vigia* em órgãos públicos locais ou em firmas de prestação de serviços (sendo freqüentes os serviços de conservação e limpeza) em Recife. A expectativa social é de que o *pai de família* aposentado não se conforme em viver de uma pensão insuficiente, porque o fato de vários filhos estarem ocupados no trabalho industrial não garante estabilidade no consumo doméstico na medida em que o desemprego aparece como uma eventualidade comum e o re-emprego por sua vez não acontece com facilidade. Como a atribuição do *pai de família* é garantir a sobrevivência do seu grupo doméstico, cabe também a ele estar apto a responder pelo grupo em situações de crise. O que ocorre quando um *aposentado* não procura um trabalho complementar é uma sobrecarga dos outros membros do grupo doméstico e, freqüentemente, o componente do grupo a ser sobreutilizado nessas horas é a *mãe de família*. Quando “pega um lavado de ganho” (lavar roupas para terceiros, de forma remunerada) ou organiza um comércio doméstico com a venda de pipocas, picolés, doces, etc., a *mãe de família* utiliza a renda advinda dessas atividades para fazer face às despesas relativas à educação dos filhos menores, ao seu vestuário, ou a acontecimentos ritualizados como casamentos, batizados e festas em geral, despesas não situadas no domínio da reprodução física propriamente dita, nem no âmbito do consumo alimentar. Se o *pai de família* não consegue cumprir seu papel, o rendimento do trabalho domiciliar da *mãe de família* será canalizado para o consumo doméstico ordinário, inclusive alimentar, desvirtuado de sua destinação original.

Mais uma vez a propriedade da casa é um fator que reduz tensões e distingue o *chefe de família* “realizado” e o *pai de família* com dificuldades para o cumprimento de suas atribuições e inferioriza na correlação interna de forças. Além do “teto” seguro para a família, coloca-se na gradação de prioridades do grupo doméstico a questão da alimentação dos membros, decisiva na avaliação do desempenho do *chefe de família*.

Podemos ilustrar a importância do item alimentação dentro do papel social do *chefe de família* através do grupo doméstico do ex-banqueiro aposentado José e sua mulher Dona Maria (a quem me referi ao exemplificar as relações com a vizinhança nos bairros do Nobre e Aurora). Seu José e Dona

Maria têm nove filhos, três casados, um dos quais vive sob o mesmo teto que seus pais. Formam um grupo doméstico com seis filhos solteiros (cujas idades variam entre 19 e 27 anos), um filho casado e sua esposa e a mãe de Seu José, perfazendo um total de dez pessoas. Ambos, Dona Maria e Seu José, são aposentados: ele recebeu a casa através de *acordo* no final dos anos 60, aposentando-se a seguir; ela conseguiu uma aposentadoria “por nervoso”, quando de reingresso na fábrica. *Chefe de família* de um grupo doméstico tão grande, desde que se aposentou, quando então a maioria de seus filhos não trabalhava, Seu José conseguiu emprego na prefeitura local como *vigilante*, e, com a parte em dinheiro que recebeu de seu *acordo* com a CTP, se estabeleceu na feira local com uma barraca em que vende inhame, seguindo o ramo de negócio de sua mãe, feirante local há mais tempo. A mãe de Seu José, ex-fiandeira da CTP, não se aposentou, mas há muitos anos tem uma barraca na feira de Paulista que funciona todos os dias, com especial movimento aos sábados, e na feira da vizinha cidade de Abreu e Lima, que acontece aos domingos.

Se o *chefe de família* deve “se virar”, Seu José, ele não se avalia, ou é avaliado, exclusivamente através da dimensão material. Esta dimensão é aqui mais corretamente associada à categoria *pai de família*. Seu José, como *pai de família*, esforça-se para que seus filhos se alimentem segundo uma dieta — cada vez mais difícil de ser seguida pelos operários — que contenha a *mistura*, ou seja, a carne. A referência a dificuldades monetárias para assegurar a presença da carne na dieta dos trabalhadores é uma constante em todos os relatos sobre o custo de vida. Tal referência se faz presente tanto no discurso do *chefe de família* como no da *dona de casa*. A ausência da carne (ou do charque) revela para os trabalhadores a perda de uma condição social e cultural vista como afetando a sua própria dignidade. Seu José, segundo informa Dona Maria, diz aos filhos: “Meus filhos, não comam sem mistura”, o que para ela é uma forma de “acostumá-los mal”. A presença necessária da *mistura* no cardápio operário e o empenho que os trabalhadores desenvolvem para mantê-la apontam para um padrão cultural de consumo. Lembra fenômenos semelhantes aos observados no movimento liderado por mulheres na Inglaterra do século XVIII, contra a fabricação e a venda do pão feito com misturas de farinhas mais baratas. Este pão era o símbolo de uma perda social que colocava em xeque a dignidade do grupo social, e levou a revoltas populares legitimadas pela motivação de uma “economia moral” contra as distorções do mercado na esfera da alimentação popular (Thompson, 1979). Se em Paulista os trabalhadores não têm no momento como se insurgirem contra o custo de vida que cada vez mais tira de suas mesas a *mistura*, a insistência com que se referem à dificuldade de seu consumo é tão marcante que deve ser olhada também pelo lado cultural, e não exclusivamente pelo de simples padrão alimentar. Assim o *pai de família* que exerce sua afetividade em relação a seus filhos esforçar-se-á para lhes trazer e lhes dar o que considera “nobre” em sua alimentação. Mesmo os trabalhadores que dificilmente conseguem manter o padrão cultural de alimentação — o

comer *misturado* — tentam fazê-lo pelo menos “uma vez por semana”, ou, quando isto não é possível, “uma vez por mês”. Há uma resistência cultural em abandonar este padrão de alimentação ainda que, segundo os próprios trabalhadores, seja cada vez mais difícil “comer com mistura”.

A referência dos trabalhadores à perda ou à ameaça de perda de um padrão cultural de consumo permite reforçar as observações de Durham quanto à família operária. Ou seja, para além de uma “unidade de rendimentos e de consumo” e produtora de valores de uso, a família deve ser pensada como uma unidade de produção e reprodução cultural, em que uma ideologia e uma cultura são vividas e constituídas a partir da prática social de seus componentes. Esta prática envolve não somente as relações sociais no interior da família, mas a inserção de classe do grupo, que se dá pela ligação no trabalho industrial.

Assim como o *chefe de família* expressa sua afetividade como *pai de família* através do cuidado com a manutenção de um padrão cultural de alimentação — que inclusive dificulta suas tarefas de “colocar a comida para dentro de casa” — para os seus filhos, a *dona de casa* será uma *mãe de família* “exemplar” ao cuidar “com carinho” deles, procurando orientá-los, mantê-los limpos e arrumados e conservá-los na escola ao menos enquanto são crianças (contrariando assim as pressões exercidas sobre a geração precedente, durante a *segunda era* do recrutamento, para que as crianças fossem desde cedo trabalhar na fábrica).

Também a descrição do papel social de *mãe de família*, como o de *pai de família*, traz no seu interior tensões e contradições, que em parte podem ser expressas pela distinção feita entre as categorias *mãe de família* e *dona de casa*. Enquanto a utilização da categoria *mãe de família* se relaciona com o aspecto da “responsabilidade” na socialização e orientação dos filhos, o cumprimento das “obrigações” referentes às tarefas da casa e especificamente ao consumo doméstico é que servirá de critério de avaliação de seu desempenho como *dona de casa*. A *dona de casa* é vista como aquela que “se vira” com o salário que o marido e os filhos lhe entregam, isto é, economizando ao máximo e sabendo comprar mais barato, gastando menos do que o previsto na feira e guardando as pequenas quantias sobrantes como economias mínimas que possam se constituir em alguma reserva a ser utilizada em caso de doença.

As atividades domésticas consistem no preparo da alimentação do grupo, incluindo previamente as compras, além das tarefas de arrumação da casa, lavagem de roupas e zelo com as crianças. Participam destas atividades além da *mãe de família*, eventualmente filhas, sogra, mãe, ou outros parentes agregados à casa como irmãs ou tias. Ao realizar estas tarefas a *dona de casa* atualiza sua função de gerir e controlar as atividades relativas à casa, o que confere e legitima sua autoridade como *mãe de família*. Na cozinha, pela quantidade de alimentos que a *dona de casa* logrou obter, vai aparecer sua própria eficiência em maximizar o consumo doméstico com a pequena soma monetária que

recebe dos membros "produtivos" do grupo. É o espaço em que se afirma simbolicamente a autoridade doméstica da *mãe de família* e da *dona de casa*.

No trabalho doméstico a *mãe de família* pode ser *ajudada* pelas filhas solteiras, por sua mãe ou pela sogra. Mas para que detenha sua autoridade como *dona de casa*, dirigindo todas as atividades domésticas segundo formas e ritmos por ela ditados, fazem-se necessárias certas condições que a favoreçam na correlação de forças entre os membros do grupo doméstico, como por exemplo não depender economicamente dos rendimentos ou dos bens provenientes da sogra. Os conflitos da mulher que, ao se casar, passa a coabitar com a mãe ou sogra, estão concentrados na sogra (os conflitos com a mãe são encobertos pelas relações de "respeito", afetividade e autoridade da ligação filial).

Os conflitos com a sogra na disputa pela posição de *dona de casa* servem para revelar certas características da autoridade da *mãe da família*. Mais uma vez a trajetória de vida de Dona Maria e a história do ciclo de desenvolvimento do seu grupo doméstico ilustram bem essa disputa pela autoridade doméstica. Ao casar, ela passou a morar também com a sogra. O nascimento dos primeiros filhos marcou um aumento e uma intensificação dos trabalhos domésticos e Maria não conseguia dar conta de todas as tarefas que incluíam a preparação de alimentos também para os ajudantes da sogra no seu *negócio* na feira. A contribuição da sogra ao orçamento doméstico, através de sua tradicional barraca de inhame nas feiras de Paulista e Abreu e Lima reforça a sua autoridade no interior do grupo doméstico, já grande pelo fato de ser a anfitriã (Maria, anteriormente, morava com seus irmãos, trabalhadores da *folha amarela*, no bairro afastado e "ruralizado" de Jaguaribe). Diante do sobretabalho na esfera doméstica de Maria, atarefada com os filhos pequenos, com as demais tarefas da casa, e ainda com o fornecimento de alimentação para a sogra e seus empregados e ajudantes na feira, José tem uma conversa com sua mãe no sentido de aliviar sua esposa destes encargos. A resposta da sogra:

"Na minha casa quem mora comigo levanta antes de mim, na minha casa quem mora comigo deita depois de mim. Se não estiver satisfeito vá embora".

Neste contexto, *morar com* significa estar submetido à autoridade daquela que na realidade é a *dona da casa*: mesmo não se ocupando das atividades domésticas. Somente quando José tem acesso à propriedade da casa da *companhia* é que Maria passa a inverter a situação no interior da casa e a se considerar a verdadeira *dona da casa*. Ela faz questão de marcar que, ao contrário do que já aconteceu, agora é ela quem está abrigando sua sogra:

"Agora é ela que mora comigo".

Paradoxalmente Dona Maria passa a ter conflitos com seu filho casado, que permanece sob o mesmo teto que ela também sem poder conceder à sua esposa toda a autoridade doméstica inerente às *donas de casa*. A este respeito vários conflitos são narrados por mães relativamente aos filhos homens: eles não permitem que as mães interfiram dentro da área doméstica própria de suas esposas, marcando sempre que pertencem a outra unidade residencial.

Situação semelhante à de Dona Maria foi vivida por Dona Severina, que, ao casar, parou de trabalhar como tecelã na fábrica e, residindo na casa dos sogros, subordina-se também à autoridade doméstica da sogra:

"Parei de trabalhar, casei, parei de trabalhar. Mas foi pior do que trabalhar, passei a cozinhar para cinco pessoas".

"Cozinhar para cinco pessoas" — no caso, além dela mesma, um irmão, o marido, o sogro e a sogra, todos eles trabalhando na fábrica — significa aqui enfrentar uma sobrecarga de tarefas domésticas, sem deter a autoridade plena de *dona de casa*. No decorrer do ciclo de desenvolvimento do seu grupo doméstico, com a morte do sogro; a entrada no mercado de trabalho dos seus filhos; a aquisição da casa da vila operária, e afinal a saída de sua sogra do trabalho fabril, Severina afirma sua autoridade doméstica como *dona de casa*. E mesmo tendo perdido uma perna e estando impossibilitada de fácil locomoção pela casa, Severina não abre mão da gestão, nas atividades da casa, do contingente feminino, formado por suas filhas e sogra. Caracteriza-se simbolicamente tal autoridade pelo controle da cozinha, onde, embora admitindo a *ajuda* de sua sogra na preparação dos alimentos, Severina marca bem a distinção entre aquela ajuda e a autoridade efetiva:

"Ela toma conta das panelas mas quem cozinha sou eu".

A atividade de cozinhar guarda portanto relação estreita e complementar com a tarefa própria ao *pai de família*, de garantir através de seu salário e rendimentos acessórios, "a comida para dentro de casa". Além de gerir as atividades da cozinha, a *mãe de família* finaliza simbolicamente estas tarefas ao distribuir os alimentos preparados entre os membros familiares durante as refeições. E na distribuição alimentar entre os membros da família, a *dona de casa* finaliza não somente o processo de cozimento dos alimentos, mas também as tarefas de distribuição dos bens de subsistência. O cálculo usado tanto na realização das compras e na distribuição dos bens alimentares no tempo (geralmente a semana) quanto entre os membros do grupo doméstico é parte integrante da perícia e habilidade da *dona de casa* na gestão de um orçamento escasso.

Mas para além desta atuação imprescindível à operação econômica do grupo familiar como "unidade de consumo", as atividades econômicas da *mãe*

de família não deixam de estar embebidas de ideologia e representações. Assim, a *dona de casa* não pode abrir mão de um valor cultural presente no seu desempenho — a afirmação da gestão da cozinha, no caso de Dona Severina ou a afirmação de Dona Maria de que ela é quem abriga a sogra, ambas afirmando-se em oposição à sogra enquanto *dona de casa* concorrente em potencial — permitindo-lhe afirmar sua posição no interior do grupo familiar. Quanto mais se sobressair no seu desempenho de *dona de casa* mais legitimará a concepção social do papel feminino embutido na esposa e na *mãe de família*, afirmando-se no interior de sua família e também na vizinhança como verdadeira *dona de casa*.

Por outro lado, é geralmente a *mãe de família* quem recolhe não só do marido, mas dos filhos que estão trabalhando, a maior parte do seu salário, adicionando-os ao orçamento doméstico e atualizando praticamente assim o grupo familiar como “unidade de rendimentos”.

Os salários dos filhos que contribuem para a manutenção do grupo doméstico através do seu trabalho industrial podem, em caso de necessidade e dificuldades do *chefe de família*, engrossar o fundo comum para as despesas mais imprescindíveis como as de alimentação. Geralmente, no entanto, têm uma destinação específica: despesas escolares ou de vestuário do conjunto de irmãos. Cabe geralmente à *mãe de família* a decisão quanto à divisão, entre os filhos que estão trabalhando, do valor da contribuição a ser dada, bem como do tipo da mesma. Se há uma exigência quanto ao desempenho do papel de *chefe de família* como provedor da principal parte do orçamento doméstico, o mesmo não ocorre em relação aos filhos homens solteiros. A tolerância do grupo operário quanto aos jovens que subtraem, do dinheiro proveniente de seu salário, quantias para as despesas com atividades e diversões tidas como próprias à idade, pode ser vista como uma concessão antecipada do grupo às responsabilidades — a serem cobradas sem complacência — do futuro *chefe de família* (Hoggart, 1972). Apesar da tolerância, transparece um conflito entre pais e filhos na disputa pela destinação das partes do salário destes últimos. Nos relatos das *mães de família* é recorrente a queixa dirigida aos filhos homens pelo fato de que muitos “escondem (delas) o [contra] cheque”, ocultando a quantia efetivamente recebida como salário. Ao invés de entregarem a elas o total ou a maior parte do salário, gerem-nos eles próprios e em contrapartida, “...só querem dar presentes, enfeitar a casa, comprando televisão e conjunto [sofá e poltronas]”, presentes dados por ocasião de festas de Natal e aniversários (do pai, da mãe), com a utilização do 13º salário e indenização (FGTS), ou então através de recurso aos *prestamistas*, pagando parceladamente o bem presenteado. Estes *prestamistas* são geralmente ex-operários e servem de intermediários entre os trabalhadores e as lojas que vendem as mercadorias. Há menos reclamações direcionadas às filhas, seja porque são menos rebeldes em entregarem o salário à mãe, seja porque continuam a executar tarefas de *ajuda doméstica*. Todavia, quando estão noivas, torna-se legítimo

aos olhos dos pais que contribuam menos para o orçamento familiar, por estarem realizando economias para o casamento.

Entre os operários de Paulista o padrão ideal esperado é o da permanência dos filhos na casa até o casamento. O período de contribuição para o orçamento doméstico é visto pelos pais como uma compensação pelos cuidados e energias gastas na criação e socialização dos filhos quando pequenos. Um casamento efetuado, principalmente no caso do filho homem, em data próxima ao momento de sua entrada para o mercado de trabalho, é sentido com um certo lamento. No caso da filha, este lamento pode estar associado também à perda da *ajuda* nas tarefas domésticas por ela desempenhada. O casamento, no entanto, não traz somente lástimas, mas também alegrias e vantagens; além de diminuir o número de filhos sob a "responsabilidade" do *chefe de família*, é, no caso da filha, garantia de um padrão moral de família. O número relativamente elevado de mães solteiras encontradas em Paulista aponta, por outro lado, para o fato de que preferem mantê-las nesta situação em casa e criar seus filhos do que vê-las "na rua" (na prostituição).

Além da participação dos filhos no orçamento familiar, é freqüente a contribuição também dos componentes mais velhos do grupo doméstico — geralmente pai ou mãe viúvos do *chefe de família* ou *dona de casa*. Usualmente esta *ajuda* se manifesta na destinação de parte de sua pensão à compra de vestuário, uniforme ou material escolar para os netos que ainda estão estudando ou a presentes também oferecidos aos netos. Ainda que os rendimentos de um parente mais velho aposentado não devam idealmente contribuir para o consumo familiar básico, em situações de crise (desemprego de vários membros da família, por exemplo) podem ter esta destinação. Tal contribuição é como que a contrapartida da assistência do grupo familiar ao velho parente, que, na maioria das vezes, não alcançou o período dos *acordos* dando acesso à propriedade de uma casa.

O acesso à casa própria, se por um lado se constituiu numa base objetiva para uma extensão do grupo doméstico, por outro lado inversamente também propiciou a constituição de grupos domésticos separados. Tal é o caso da formação de grupos domésticos de mulheres solteiras, em que uma delas, tendo conseguido a propriedade da casa através de *acordo* com a CTP por ser operária estabilizada, assume a posição própria ao *chefe de família*, dividindo com as irmãs a manutenção da casa. Não é incomum em Paulista os grupos domésticos com esta composição: várias irmãs solteiras juntas. Quando mais de uma delas conseguiu casa na mesma situação de *acordo*, geralmente preferem alugar a casa "em excesso", dividindo um mesmo teto entre si. São elas parte das operárias celibatárias que muitas vezes se mantinham no grupo doméstico de origem. (Thomas & Znaniecki ressaltam a força da ligação entre irmãos aumentada após a morte dos pais em famílias camponesas polonesas).¹⁸ O *acordo*, incluindo a propriedade da casa, abre a possibilidade para as operárias celibatárias de morar à parte sem se incorporar a grupos domésticos de irmãos

casados, em que a possibilidade de pequenos conflitos com as cônjuges dos irmãos não é descartada. A independência em relação aos grupos domésticos de irmãos casados não implica no entanto numa maior "individualização" destas irmãs celibatárias em novas unidades residenciais, pois outras formas de solidariedade entre parentes operam para que a *chefe de família* ex-operária celibatária incorpore novos parentes, geralmente irmãs também celibatárias, em um novo tipo de grupo doméstico. O caso de Isabel é ilustrativo a este respeito. Tendo sempre morado com um irmão casado, o acesso à propriedade de uma casa através de *acordo* com a CTP lhe permite residir em sua própria casa sem ter que administrar pequenos conflitos cotidianos com a cunhada. Mas, por outro lado, coloca-se para ela a pressão social, interiorizada, da solidariedade familiar entre irmãos, que não admite o abandono e a exclusão de uma irmã que não seguiu na mocidade nem os caminhos do trabalho industrial nem os da família. Tendo trabalhado mais de trinta anos como fiandeira da CTP, Isabel "trocou", segundo ela, seu tempo de trabalho "pela casa"; embora tenha se livrado de uma co-residência tornada difícil no grupo doméstico do irmão casado, deixa transparecer a frustração com seu encargo de "sustentar" uma irmã celibatária, "sem teto" e "sem Instituto" — irmã que não seguiu na mocidade os padrões de vida "em família" e que precisa de sua *ajuda*. Sendo ela o *chefe de família* do pequeno grupo doméstico que vive unicamente de sua insuficiente pensão, encontra dificuldades para sobreviver mas não considera legítimo negar proteção a uma irmã "necessitada". Embora sua situação provoque "pena" em pessoas que lhe são próximas, parentes e vizinhas, a incorporação da irmã ao seu novo grupo doméstico é a única saída legítima para este grupo operário onde o trabalho, a constituição e manutenção da família e a moral familiar são valores importantes, levando-os a abrigarem os "desgarrados" da família que nunca trabalharam regularmente ou viveram uma juventude de aventuras e "farras", da mesma forma como protegem as filhas que se tornam "mães solteiras" e os filhos destas.

Nos grupos domésticos em que não há *aposentados* com acesso à casa da *companhia*, recriam-se as condições apresentadas aos filhos das famílias operárias da *segunda era* do recrutamento, sendo precocemente repassadas a membros da geração seguinte as responsabilidades de *chefe de família*. A análise da trajetória de alguns destes grupos domésticos é interessante tanto para ressaltar comparativamente e por contraste a contribuição dos *chefes de família* aposentados e com casa, quanto para se observar a recriação da posição do *chefe de família* na divisão do trabalho familiar tal como assumida por um dos filhos.

Assim a família de Nininha (*passadeira de rombo* da tecelagem) reúne várias das características que impulsionam os filhos às responsabilidades de "sustento da casa", comuns à *segunda era* do recrutamento. Trata-se de uma "família de viúva" onde Nininha, assumindo o papel de *chefe de família*, se torna uma operária celibatária voltada para a manutenção de seu grupo domés-

tico de origem. Seu pai, ajudante de caminhão, não trabalhou na fábrica e morava com a família em Abreu e Lima (então distrito de Paulista), até desaparecer de casa, deixando mulher e seis filhos. Sua mãe casou-se pela segunda vez, tendo mais quatro filhos. O “pai adotivo” de Nininha trabalhava na CTP mas morreu antes de se aposentar nos anos 60, deixando a maior parte do “sustento da casa” com os dois filhos mais velhos e a mãe de família.

“Quando meu pai adotivo morreu, minha mãe ficou vivendo da costura, costurava roupa de carregação para vender nas feiras [trabalho a domicílio encomendado por feirantes de roupas], e também lavava roupa a ganho. O primeiro que trabalhou na companhia foi meu irmão mais velho, trabalhando pra ajudar em casa, e logo depois fui eu porque os outros estavam crescendo e eu precisava de ajudar a vestir os outros. Meu pai adotivo ainda era vivo quando nós dois começamos a trabalhar. Mas depois ele morreu e ficou tudo por nossa conta. Meu irmão quando chegava da fábrica entregava [no dia do pagamento] o dinheiro todinho para mamãe. Quando ele chegava da fábrica, largava de meio-dia, já tava com um tabuleiro de vendagem, pra vender doces [doces feitos pela mãe] (...) Eu estava com treze anos [em 1958] e só entrava de quatorze anos [para trabalhar na fábrica], aí minha mãe aumentou minha idade pra quatorze anos. Aí foi o tempo [uns cinco anos depois] que o meu irmão casou-se e eu fiquei e assumi a casa. A gente se aperreia mais com a situação da casa, sempre sou mais eu do que os outros.

Quando meu irmão casou, ele saiu de casa, aí eu fiquei como cabeça. Quando nós dois estávamos trabalhando eu defendia mais a roupa dos meninos, roupa, sapato. Foi o tempo que ele saiu aí eu fiquei com a despesa toda da casa, de comida, de roupa, tudinho. Porque tudo que ganhava era pra dentro de casa. Levava meu salário todo pra casa. Eu não tinha nada pra mim, não podia dizer assim: ‘eu vou ficar com tanto pra mim’. Eu ficava com besteira. Mas tirar do mês pra ficar com ele, eu não podia de jeito nenhum. Tinha que entregar em casa. Agora tá melhor porque o povo vai crescendo e aí vai ajudando. Vai ficando mais cuidadoso em casa”.

Talvez porque haja aqui a gênese de um *chefe de família* fora do padrão normal — por substituição do *pai de família* e do irmão mais velho — personificado por uma operária dedicada à sua família de origem, tornando-se, em parte devido a isso, celibatária, o papel social do *chefe de família*, seja mais transparente — porque menos naturalizado — em seu discurso, com a destinação de seus rendimentos e a divisão do trabalho no interior do seu grupo doméstico:

“... Porque se o homem da casa está trabalhando, é a responsabilidade dele botar tudo em casa. E não tendo homem, o dono da casa é a dona da casa, o chefe de família é a chefe de família, que sou eu, porque eu é que faço

o esforço pra arrumar pra dentro de casa (...) Agora serviço de casa quem faz mais é minha mãe e minhas irmãs. Eu não faço nada em casa. Quem cozinha tudo são elas aí".

Por ser uma operária qualificada na tecelagem (*passadeira de rombo*), Nininha conta com um cargo mais estável que o de seus irmãos, que entraram no mercado de trabalho numa situação de escassez de emprego. Dentre os sete irmãos de Nininha quem *ajuda* mais, devido à menor instabilidade no emprego, é uma irmã enfermeira, enquanto três irmãos trabalham em biscates ou pequenos *negócios* de venda nas ruas de uma produção caseira. Três outros irmãos são pequenos, não trabalham, e brincam com os dois sobrinhos, filhos de uniões sem casamento de um irmão, assumidos pelo grupo familiar. E deste grupo fazem parte ainda uma prima de Nininha (sobrinha de sua mãe) com seus dois filhos pequenos, prima esta que é quem mais lida nas tarefas domésticas; há ainda dois filhos pequenos de uma irmã de Nininha que viajou com o marido para o Rio de Janeiro, deixando-os um com sua mãe e outro com a mãe do marido. Assim o grupo familiar de Nininha ilustra bem esta solidariedade por agregação ao grupo doméstico, incluindo membros de mais de duas gerações e parentes não pertencentes ao grupo de casamento.

Se os grupos domésticos que tiveram acesso à propriedade da casa através de *acordo* têm condições propícias para agregar três ou quatro gerações, isto pode também ocorrer naqueles grupos em que não existe tal propriedade. Há uma disposição inerente às relações de parentesco neste grupo social no sentido da assistência implícita na solidariedade familiar, tão enfatizada por Thomas e Znaniecki (1974), materializando-se frequentemente através de uma agregação ao grupo familiar. Estes dois autores também ressaltam por sinal a tendência ao reforço à solidariedade familiar sempre que o nível de vida cai abaixo de um mínimo cultural considerado tolerável, exemplificando isto com famílias camponesas deslocadas para regiões industriais.¹⁹ Por outro lado, a pesquisa de Michael Anderson com a população operária que sofreu as consequências da Revolução Industrial nas cidades têxteis do Lancashire inglês de meados do século XIX até o início do século XX, aponta também para a importância da co-residência entre gerações que torna considerável o tamanho do grupo doméstico contrariando a suposta tendência à sua diminuição com a industrialização (Anderson, 1971 a e 1971 b).

Os membros dos grupos domésticos que não tiveram acesso à propriedade da casa da vila operária através de *acordo* tendem a explicitar tanto os defeitos daquelas casas, quanto, por oposição, o seu modelo ideal de casa. Alguns dentre eles eram inclusive operários ou operárias estabilizados e preferiram receber indenização em dinheiro ao invés da casa, optando por construir ou comprar casa fora da vila operária. Para outros, no entanto, nem se coloca a possibilidade de obtenção da propriedade da casa da vila operária por não serem estáveis, como é o caso de Nininha. A referência, neste último caso, a

um projeto de casa própria segue um padrão que se opõe ao modelo de *casa da companhia*, o que significa morar fora dos limites da vila operária, nos distritos do município ou na Vila Torres Galvão. Tendo residido já em *casa da companhia* e podendo *tirar casa* por ser operária da fábrica, Nininha no entanto se recusa a fazê-lo.

"Morei quatorze anos na rua Superior [no bairro do Nobre, na vila operária]. Eu pagava casa [aluguel de casa da fábrica]. As casas soltas têm muita vantagem. Porque casa conjugada não é muito boa não. Casa conjugada, não passa nada dentro de sua casa que o vizinho não saiba. E casa solta, assim [como na casa alugada em que mora na Vila Torres Galvão], vizinho só sabe contar o que se passou na sua própria casa. Mas casa pegada... Mãe estava falando pra eu pedir casa, mandando eu pedir casa da companhia. Eu quero nada. Aumenta o preço e não tem limpeza. Na rua Superior essa minha irmã ficou atacada dos nervos dela quando a gente morava lá. Tinha um vizinho que abusava, começou a beber, caía, escolhambava com o povo da rua e com a mãe também. Aí a gente viu que não agüentava mais a barra e foi quando nós saímos de lá pra arrumar essa casa aqui.

Agora a casa da companhia, a divisão dessa casa aqui é melhor do que a da casa da companhia. Porque as da companhia têm aquele salão e têm os quartos de um lado só. A sala é aquele salão, é sala de janta, com aquele corredor que chega na porta da rua. (...) Eu ainda quero construir uma casa, bem grande, com três quartos. Meu irmão é pedreiro. Se fosse o caso de arrumar o terreno a gente fazia logo a casa. A demora é o material, porque o pessoal do movimento [esta operária pertence ao movimento, vinculado à Igreja, da Ação Católica Operária] ajudava. No movimento tem pedreiro, tem tudo. É só arrumar o terreno que de 15 em 15 dias tem gente trabalhando, vem no domingo, trabalha o domingo todo, já ajuda muito".

Além de explicitar uma concepção de casa por oposição ao padrão de *casa da companhia* — tendo como pontos críticos o tipo de relação com a vizinhança e a disposição espacial dos cômodos — Nininha se opõe também à casa de *arruado* não pertencente à CTP, em que residiu em Abreu e Lima, antes de se mudar para a vila operária. Ali a sua referência crítica é a "falta de saída pelos fundos". Embora a sua crítica à inexistência de "saída pelos fundos" incida sobre o absurdo de ter de colocar o lixo na frente da casa, há mais do que este fato prático em jogo.

Como já mostrei na seção sobre o bairro, existe uma vida mais íntima, praticada nos fundos da casa, envolvendo as tarefas da cozinha, lavagem de pratos e eventualmente a criação de galinhas ou de algum outro animal. Esta parte da casa — a cozinha e o terreiro — é utilizada principalmente pelas mulheres, sendo freqüentada pelas vizinhas e parentes que circulam pelos fundos em conversas rápidas e informações transmitidas a respeito, por exemplo,

de tal fábrica estar precisando de trabalhadores, sobre alguém que está doente ou morreu ou o comportamento de tal membro de tal grupo doméstico, ou ainda a informação sobre o “bicho que deu” naquele dia. A concepção espacial da casa está embebida assim de uma concepção de relações de parentesco e vizinhança mais ou menos favorecida por aquela disposição espacial. A casa, portanto, para estes trabalhadores, se por um lado significa a permanência em um “lugar” do qual se consideram parte, por outro lado ela também tem um padrão ideal de materialização. E, quanto a isto, os operários e suas famílias são unânimes quanto a um modelo oposto ao de *casa da companhia*, cuja característica negativa principal é não permitir relações de proximidade com a vizinhança dentro de limites que permitam uma incorporação seletiva dos vizinhos à intimidade da casa, *locus* da família.

Se é possível uma realização mais aproximada dessa concepção ideal de casa fora da vila operária da *companhia* — seja em casa alugada (como é o caso de Nininha), seja sobretudo em casa própria — a separação geográfica do grupo doméstico de origem que permanece na vila operária e em particular a distância entre a filha e a mãe, fazem muitos grupos de casamento recém-instituídos hesitarem em se deslocar da vila operária quando a oportunidade se apresenta.

Tal é o exemplo do casal João e Bibi que hesita antes de se mudar da vila operária para uma casa própria comprada em terreno no “bairro livre” da “Vila Torres Galvão”, através da soma da indenização dos dois, demitidos no final dos anos 50 da CTP. Tendo se conhecido no bairro e trabalhado juntos na seção de tecelagem, João e Bibi casam, têm os primeiros filhos, sendo demitidos por estarem próximos de completar os dez anos de serviço que lhes daria acesso, naquela ocasião, à estabilidade. Com a soma das duas indenizações executam o seu projeto de casa própria, que não é isento de dificuldades para Bibi, afastada das relações com a mãe e com a família de origem do marido, que permanecem na vila operária. É com o apoio destes grupos familiares que Bibi consegue continuar trabalhando, mesmo após o nascimento dos primeiros filhos. E a sua saída da vila operária para uma casa própria mais distante é viabilizada não somente pela indenização, mas também pelo fato de que não mais trabalha na fábrica passando a ser exclusivamente *dona de casa*.

“Quando casei eu fiquei morando com mamãe e papai. Então fui ficando porque depois que eu ganhei neném, aí mamãe tomava conta. Logo que ganhei neném passei uns tempos sem trabalhar. Mas depois eu fui porque mamãe tomava conta e uma irmã minha ajudava. Essa minha irmã tinha casa e tinha ido pra São Paulo, mas ela veio com os filhos passar um ano com a gente. A gente morava em casa da companhia e era bom por causa da ajuda da família. Mas aí João foi demitido da fábrica. Antes de completar dez anos botaram ele pra fora. Aí eu fiquei. Trabalhei ainda uns dois anos lá, depois dele sair. Eu sai também porque naquele tempo tinha a estabilidade e eles

tinham uma política de não deixar completar os dez anos. Quando João saiu a gente guardou a indenização. Quando eu sai também, então a gente juntou os dois e comprou essa casa. É melhor morar na vila [Vila Torres Galvão], é mais calmo. Agora eu senti muito quando mudei porque eu morava perto de minha sogra, morava junto dela, das cunhadas, então a gente era quase uma família só [Bibi refere-se aqui somente à falta da sogra, e não da mãe, porque logo depois que se mudou para a vila Torres Galvão seu pai morreu e sua mãe foi morar com ela em sua nova casa], se dava muito bem. Ai depois que eu vim pra cá, ficou mais distante, é difícil a gente se encontrar. Só quando eu tenho um tempinho de ir lá ou ela de vir. Mas a confusão que tinha lá, na rua do Riachuelo, eram os vizinhos, eles eram umas pessoas que gostavam de uma confusão, então as pessoas assim a gente não procura não. Agora aqui eu acho melhor. Porque por aqui as casas são assim mais longe umas das outras, são todos bons vizinhos, qualquer coisinha assim que um estiver doente, uma doença, ai todos estão prontos pra ajudar.”

Na nova casa em que moram, cercada de um quintal onde criam galinhas e inclusive porcos — em uma cooperativa com os vizinhos — João e Bibi recriam relações de solidariedade que a proximidade de residência na vila operária facilitavam: a mãe de Bibi passa a morar com eles após a morte de seu marido e a irmã, que ajudou a tomar conta do primeiro filho, permanece algum tempo com seus filhos na nova casa da vila Torres Galvão, enquanto o marido procura trabalho em São Paulo e os manda buscar depois. Bibi procura justificar esta relação solidária entre parentes e particularmente entre irmãos que têm por ocasião propícia de explicitação o momento em que o grupo doméstico dos pais passa a desfazer-se devido à velhice e à morte dos mesmos. Esses laços de ajuda mútua entre parentes passam assim a ser explicitados no momento em que se desfaz o grupo doméstico dos pais, como uma preocupação com a reprodução da rede de solidariedade familiar repassado aos grupos domésticos na primeira fase de seu ciclo de desenvolvimento.

“Porque a família, eu considero que entra nela todos os que pertencem tanto à família da minha parte, como à parte da família dele [do esposo, João]. E seja primo, essas coisas. Porque pra mim eu considero uma família só. Porque só os de casa, meus filhos e ele [o esposo], eu acho que não tem sentido. (...) Dependendo da gente, a gente podendo ajudar, a gente ajuda qualquer um [qualquer parente, mesmo afastado]. Eles precisando, a gente tendo condições de ajudar, a gente ajuda. Porque eu considero como a minha própria família [parentes tanto de sua família de origem quanto os do lado de seu esposo], como sendo de casa, como se morasse aqui mesmo.”

No entanto a própria Bibi — e isto é uma constante em informantes de outros grupos domésticos estudados — ressalva que as “obrigações do chefe

de família” estão referidas, de forma hierarquizada, primeiramente a seus filhos e esposa e em segundo lugar aos parentes de ambos os lados da aliança decorrente do casamento.

“O chefe de família, se ele é bom pai de família, tem que ser bom para os filhos e cumprir as obrigações da casa. Se dizem que é um mau pai de família é porque tem uns que são muito ignorantes, que chegam em casa com aquela estupidez, não ligam para os filhos nem nada, né. Aí a pessoa diz assim: “Aquele é um pai de família muito ruim. Falta as coisas em casa e ele não está nem ligando. É como esse aí [um vizinho] que eu falei, ele largou a mulher sozinha com três filhos. Porque o pai de família, o chefe, tem aquela obrigação com os filhos. Agora dependendo da gente, se a gente puder ajudar, aí ajuda a qualquer outro [parente].”

No período do trabalho de campo João e Bibi tinham seis filhos, entre quinze e dois anos, os dois mais velhos começando a ajudar no orçamento doméstico com empregos eventuais e a venda de porta em porta de picolés feitos em casa. Este grupo doméstico estaria assim terminando a “primeira fase” do seu ciclo de desenvolvimento situando-se numa posição intermediária entre aqueles grupos domésticos com o *chefe de família* já aposentado e já iniciando sua fase de “cisão”, e aqueles no início da “primeira fase”, isto é no início da criação dos filhos.

Já as características do grupo doméstico cuja *mãe de família* é a operária Lenira, *passadeira* na tecelagem, — grupo doméstico situado na fase inicial de criação dos filhos — reforçam esta continuidade na concepção da casa e da família entre as gerações de trabalhadores deste grupo social. Lenira é mãe de três filhos, o mais velho, então com cinco anos, sendo criado pela avó paterna, enquanto os dois outros, com três e dois anos, permanecem em sua própria casa. Como operária qualificada, já tendo trabalhado oito anos na fábrica, Lenira, após passar quatro anos fora da produção, “em casa tendo filhos”, volta ao trabalho fabril. Ela e o marido tecelão revezam-se em turnos diferentes na fábrica (CTP). Ela começa a trabalhar na 1ª turma, à 5 horas da manhã e quando chega em casa, encontra a comida pronta — feita, de maneira atípica, pelo marido — e almoça juntamente com seus dois filhos. Seu marido então já saiu de casa para entrar na fábrica no horário das 13:30 horas, da 2ª turma, e “largar” às 21 horas. Sua mãe presta um auxílio na vigilância e criação dos dois filhos pois “prepara as mamadeiras”. Quando casou, Lenira morava com a mãe, que então ainda era operária, mas logo depois aposentou-se fazendo *acordo pela casa* no início dos anos 70. Passaram então a residir separadamente, denotando talvez algum conflito entre a mãe e o marido de Lenira. Nesta operária de uma geração mais nova permanece com muita força a ligação com o “território” tradicional deste grupo social, com os seus “bairros”, mesmo quando aparece o projeto da casa própria.

"Agora, com este salário não dá, o salário, não está dando mesmo. Eu queria ter uma casa. Nem que fosse da companhia, ou que fosse construída, mas que fosse minha. Se eu fosse escolher, eu queria construir, não queria da firma não. Mas eu não tinha vontade de me mudar deste lugar, porque eu nasci e me criei aqui em Paulista. Mas às vezes eu me aperreio um pouco, porque a minha mãe não tem vontade de sair, e morar perto de mãe é muito bom, né. Apesar de pouco me ajudar, a presença dela é importante. Às vezes ele [o marido] fala que vai mudar, vai morar perto da mãe dele, e não quer morar perto da minha, isto não está justo."

A este projeto de casa própria, de preferência não da *companhia* (que ela poderia hipoteticamente comprar daqueles operários proprietários de casa da vila operária), e sim casa construída nos bairros mais afastados do centro de Paulista, opõe-se, como obstáculo, a proximidade da residência com a mãe, a qual obstina-se em permanecer na vila operária. Tal proximidade espacial com a casa da mãe defronta-se também com o desejo do marido de residir perto de sua própria mãe. Esta ligação da filha casada com a mãe na família de grupos operários é enfatizada e analisada, no contexto dos bairros operários ingleses "tradicionais", por Young e Willmott (1975, cap. 3) e Dennis, Henriques & Slaughter (1974, cap. 5). A propriedade da casa, além de estar relacionada com o custo de vida, apresenta-se também como a certeza da permanência familiar em lugar que ela reconhece como o seu lugar, "o lugar em que nasci e me criei", lembrando a relação descrita e analisada por Hoggart entre os operários ingleses e seus bairros. É possível que o conflito entre Lenira e seu marido quanto à localização da casa tenha-se resolvido drasticamente, de forma a favorecê-la: com o fechamento da fábrica em 1983, a permanência em Paulista e a própria sobrevivência deste grupo doméstico em fase inicial de criação dos filhos passam a vincular-se à co-residência com a mãe de Lenira, aposentada e proprietária de casa da vila operária.

Chego assim ao final de uma descrição da diferenciação de grupos domésticos característicos dos operários de Paulista, considerando não somente seu ciclo de desenvolvimento interno mas também a possibilidade de arranjos diversos com parentes de várias gerações — arranjos que dependem não somente do ciclo biológico dos componentes do grupo doméstico mas do emprego e do salário industriais, da propriedade ou não da casa, incluídos nas relações entre parentes de até três gerações. Estes arranjos, por sua vez, permitiram a manutenção e a reprodução deste grupo social para além da existência da própria fábrica em função da qual se originou e se constituiu.

O sentimento de pertencer a um "território" e a um "bairro" — no sentido analisado por Hoggart — expresso pela jovem operária e mãe de família Lenira, tem como base material de sustentação a propriedade de parte das casas da vila operária conseguida pela geração precedente e o povoamento de "bairros livres" nos distritos de Paulista e na Vila Torres Galvão. Esta geração,

apesar de ajudada pela que lhe precede, enfrenta ameaças contínuas de maior empobrecimento em decorrência das novas modalidades de exploração do trabalho e do crescente desemprego. Apesar disso, esta base material de sustentação das novas gerações, legada pelas precedentes, traz, nela incorporada, toda uma história, parcialmente bem sucedida, de permanência e de apropriação de um território dominado pelas exigências fabris, conseguindo transformá-lo em território onde possa transcorrer a “verdadeira vida”: a vida da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1977, durante a minha segunda permanência no campo, pedia, em entrevista, a descrição do processo produtivo ao *ex-banqueiro* José, e este resolveu patrocinar a nossa visita (a minha e a de José Sérgio Leite Lopes) ao interior da fábrica. Foi uma visita curiosa, do ponto de vista da administração fabril, esta de ter dois pesquisadores universitários do Rio de Janeiro tendo como mediador um *ex-operário aposentado*, e um *ex-operário de questão*, que colocou a companhia várias vezes na Justiça Trabalhista e que, além disso, foi um ativo militante dos movimentos grevistas dos anos 60.

Na visita à fábrica, onde o gerente industrial nos mostrou preferencialmente os salões novos financiados pela SUDENE passando rapidamente pelos antigos salões de tecelagem, ele nos confessou, ao final, ainda na presença do *ex-banqueiro* José, a sua desilusão com a mão-de-obra da fábrica. E o motivo, segundo ele, de tal desilusão, era o fato de que a maioria daqueles trabalhadores, residentes em Paulista, tinha muito freqüentemente parentes no interior da fábrica:

“Quando se dá uma advertência ou uma suspensão em um operário, têm logo cinco ou seis de cara feia e má vontade no trabalho porque são parentes daquele. Isso não pode funcionar”.

Naquele momento o desabafo do gerente indicava como a persistência dos laços familiares dos trabalhadores dificultando a ação da administração fabril e vencendo-a através do cansaço. Apesar da fábrica querer se livrar das relações com a vila operária por ela criada e desenvolvida com uma população reunida ao longo do século, estas relações pesariam mais fortemente que a vontade de uma nova administração industrial gerencialista. E dificilmente a perplexidade do gerente poderia ser sanada, visto que lhe faltavam as condições de interesse e de percepção para apropriar-se do conhecimento desse grupo operário.

A queixa do gerente industrial novato mal parece se compatibilizar com a política de *aliciamento* de famílias de trabalhadores no meio rural nordestino

que tanto caracteriza a *CTP* nos anos 30 e 40 deste século, quando esta indústria atingia seu apogeu. De fato a ignorância a respeito da história da própria *companhia* é grande nos novos gerentes e pessoal de escritório da fábrica. Esse conhecimento concentra-se em alguns funcionários antigos, ou então entre os numerosos ex-operários da *CTP*. Além disso, essa política de *aliciamento* familiar nunca foi reconhecida por escrito pela fábrica em seus documentos oficiais, conforme mostrei no decorrer do livro e, em particular, no segundo capítulo. Mas essa queixa do gerente também nos indica a diversidade de formas assumidas pelas concepções interligando ao longo do tempo a família de trabalhadores ao trabalho.

Uma longa história parece separar o desabafo do gerente e o auge daquela fábrica resultado de uma construção que se baseou em uma política de *aliciamento direto de famílias* que, então, impunha um modelo de família recém-chegada à vila operária, caracterizada por sua origem camponesa, sua situação de pobreza, seu grande número de filhos (e em particular um grande número de filhas). Mesmo os trabalhadores que não foram sujeitos a essa forma de *vinda* para Paulista contam a história das famílias *aliciadas* como também a história da formação deste grupo social. A política de *aliciamento*, com seus critérios de recrutamento repassados aos *agentes*, acaba impondo suas condições às famílias que se apresentam espontaneamente à Paulista procurando trabalho.

Mas mesmo nesse período de apogeu de controle da fábrica sobre as famílias de trabalhadores, buscadas e moldadas desde o *interior* até a sua *domesticação* na vila operária, a administração fabril não pôde evitar uma certa ação autônoma por parte das famílias recrutadas. Assim as diretrizes do recrutamento de *famílias numerosas* exigidas dos *agentes* são burladas pelas famílias *aliciadas*, através da *adoção* ou da agregação de novos membros tomados de empréstimo a outras famílias no local de origem. Assim também, a família *aliciada* — já instalada na vila operária e com dificuldade de manter na força de trabalho ativa da fábrica um certo número de operários — manda buscar no interior, ou nas suas áreas de origem, novos trabalhadores, reequilibrando sua cota de operários e mantendo as regras que lhe facultam o acesso à casa da vila operária. Esse *subaliciamento espontâneo* de novos membros familiares para a fábrica e a vila operária escapa assim ao planejamento e à ação direta da administração fabril. Por outro lado, a homogeneidade suposta entre as famílias *aliciadas* do *interior*, com suas características de origem camponesa, pobre e com muitas filhas, na verdade esconde uma heterogeneidade e uma diferenciação interna desde as áreas de origem, perfazendo diferentes trajetórias sociais até a sua inserção socialmente diferenciadas na fábrica e na vila operária.

A nova divisão do trabalho familiar que se forma em presença da fábrica apresenta continuidades e rupturas com a divisão do trabalho familiar prevalente nas áreas de origem, particularmente quando tal referente é o *trabalho*

familiar camponês. O chefe de família conserva no entanto sua autoridade internamente à família e é o representante, junto à fábrica, da força de trabalho de seus filhos. O trabalho dos filhos, apesar de fornecer o principal da renda familiar, é considerado uma ajuda ao chefe de família. A mãe de família geralmente permanece em casa cuidando dos afazeres domésticos, com a ajuda de suas filhas — mesmo daquelas que são operárias da CTP — e eventualmente, organiza alguma atividade doméstica remunerada como um pequeno comércio vicinal, um lavado de ganho, etc. Os filhos operários, ao casarem, podem recompor o papel de chefe de família que de fato assegure o principal sustento da casa, embora então, já a partir dos anos 50, aumentem o espectro do desemprego e as possibilidades de se tornarem chefes de família em crise, porque desempregados. Muitas filhas operárias ao casarem poderão permanecer trabalhando na fábrica e isso mesmo depois do nascimento dos primeiros filhos, dependendo da possibilidade que tenham de organizar os afazeres domésticos envolvendo os filhos com a sua própria mãe, sogra ou outros parentes femininos. Há, no entanto, uma grande saída da fábrica da força de trabalho feminina, o que não exclui entradas posteriores ao emprego fabril. Ocorre também entre as filhas operárias um fenômeno que se pode classificar como celibato feminino fabril — estas filhas permanecem solteiras trabalhando para manutenção econômica de seu grupo familiar.

Grande parte dos operários e ex-operários entrevistados trabalharam na fábrica como crianças menores de 14 anos, compondo o orçamento familiar com o acréscimo de seus pequenos rendimentos, treinando e se disciplinando para o exercício próximo do papel de operário. Essa política de aprendizagem, fazendo parte de uma antiga moral do trabalho do tempo dos coronéis, do “trabalho para todos” — das crianças aos velhos e aleijados — que compunham o orgulho e as idiosincrasias patronais daquele período, dá lugar já na segunda metade dos anos 50 a uma política produtivista de utilização deliberada da rotatividade, substituindo trabalhadores mais experientes por crianças e jovens fazendo trabalho equivalente a salários inferiores.

O estudo contemporâneo da família e do parentesco na cidade de Paulista mostra sua importância central na vida cotidiana dos seus moradores, de uma forma tão marcante quanto a dos grupos operários ingleses descritos por Hoggart, Young & Willmott ou Dennis, Henriques & Salughter. E com suas repercussões se fazendo sentir, em 1977, dentro da fábrica, segundo o desabafo do gerente industrial. Ali se encontrava esse sentimento de pertencimento a um território e a um bairro, impregnados de família e parentesco como analisado por Hoggart e no sentido também descrito, no final do quinto capítulo, por operários jovens da CTP — sentimento de pertencimento este repassado às novas gerações, indissociável da história desse grupo operário. A permanência em Paulista, apesar de todas as ondas de demissões e desemprego, o acesso à propriedade da casa da vila operária por parte dos operários estabilizados, habilita a geração dos ex-operários recentemente aposentados a

oferecerem sua solidariedade às gerações subseqüentes que, ao alcançarem a idade de se transformarem em *chefes de famílias e donas de casa*, enfrentam uma situação de escassez de emprego e dificuldades de sobrevivência. Nesta nova situação deverão permanecer as formas de solidariedade asseguradas pela família e pelo parentesco, que, ao longo do passado deste grupo operário, se constituíram na sua própria identidade social. Sob diversas formas e modificações o modelo mesmo da família permaneceu organizando a coesão e a identidade social dos operários da cidade de Paulista.

RECRUTAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA FAMÍLIA OPERÁRIA

- 1 - *Agente* é uma categoria usada pelos trabalhadores de Paulista para se referirem àqueles homens contratados pela Companhia de Tecidos Paulista nas décadas de 30 e 40 a fim de recrutar famílias de trabalhadores nas áreas rurais de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.
- 2 - Segundo informações de funcionários do Departamento do Pessoal da Companhia de Tecidos Paulista, as fichas de R.E. (Registro de Empregados) foram padronizadas, a partir de sua obrigatoriedade legal em 1935, embora antes desta data a fábrica tivesse outra forma de registrar seus trabalhadores. Muitas destas fichas individuais padronizadas, dentre as que se situam entre 1935 e 1949, trazem no verso um número atribuído à família do trabalhador fichado, ou seja "família nº tal do ano tal", anotação que deve indicar a quantidade de famílias aliciadas naquele ano.
- 3 - *Companhia* é a forma pela qual os trabalhadores se referem à Companhia de Tecidos Paulista e especificamente à Fábrica de Tecidos Paulista.
- 4 - Cf. Bourdieu, 1972, ps. 174-189 e Bourdieu, 1980, cap. 3.
- 5 - Os trabalhadores do "sertão", ou mais propriamente do "agreste", conhecidos na Zona da Mata de Pernambuco como *corumbas* ou *curaus*, trabalham sazonalmente na área açucareira cortando cana ou fazendo outros trabalhos nos *engenhos* e usinas. Ver Correia de Andrade, 1964, Ringuet, 1977 e Leite Lopes, J.S., 1976.
- 6 - Esta concepção de família operária reelaborada pela concepção de família da classe dominante, foi por mim tratada no caso, que pode ser considerado modular, da fábrica de Camaragibe (Companhia Industrial Pernambucana) no início do século XX (Alvim, 1980 e Leite Lopes, J. S., 1980).
- 7 - Foucault (1975, p. 191) mostra a importância da constituição de um "campo documental", promovido simultaneamente por diferentes instituições como exércitos, hospitais, escolas e fábricas, classificando os indivíduos em um registro escrito com novos métodos de identificação e de descrição, que os coloca sob controle e vigilância. O campo documental é peça essencial nas engrenagens da

- disciplina [ou 'das disciplinas']" (p. 191) ou seja, o conjunto de "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a submissão constante de suas forças, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade".
- 8 - Regras de autoridade presentes na família de produtores diretos em que o papel do chefe de família se destaca pela importância que tem na condução e participação no trabalho familiar entre o campesinato.
 - 9 - O trabalho familiar entre pequenos produtores rurais implica na utilização da força de trabalho da família. A produção e o consumo familiares são organizados na e para a família. Entre os produtores diretos como pescadores, por exemplo, o trabalho é exclusivamente masculino (o que não é o caso do campesinato), restando às mulheres, além da organização doméstica da casa, o trabalho artesanal de fabrico de redes e rendas. Entre os pequenos produtores rurais o trabalho feminino é importante em certas fases da produção agrícola, ainda que seja secundarizado em relação ao trabalho masculino.
 - 10 - Smelser menciona que na Inglaterra durante a fase de implantação do sistema fabril, aprendiam lado a lado, pais e filhos (cf. Smelser, 1973).
 - 11 - Esta polêmica entre os pessimistas e otimistas dentre os historiadores ingleses da Revolução Industrial é analisada por Thompson, no seu *The Making of the English Working Class* (Thompson, 1968, caps. 6 e 10).
 - 12 - "Os da *folha amarela*" eram os operários que trabalhavam fora da unidade fabril, cortando lenha, consertando casas, cuidando de carvalho e que freqüentemente não constavam de nenhum registro oficial.
 - 13 - Agradeço a Gilberto Velho que discutiu comigo o tema da honra e me sugeriu a leitura de Pitt-Rivers. A questão da honra envolvendo relações sexuais entre dominantes e dominados não tem sido sistematicamente analisada pelas Ciências Sociais no Brasil. Gilberto Freyre vê as relações sexuais entre senhores e escravos dentro do *engenho* e, a partir da perspectiva das relações sociais patriarcais presentes no "mundo do engenho", as consequências da miscigenação para a cultura e sociedade brasileira. Garcia Jr., A. em recente trabalho (1983) aborda o tema quando trata da "sujeição" de moradores na Paraíba, utilizando como referencial o romance *A Bagaceira* de José Américo de Almeida.
 - 14 - Sobre a relevância dos *hobbies*, dos gostos e da idiossincrasia do *patronato*, ver Bourdieu, 1978, p. 7.
 - 15 - Como grande número de casas pertencem aos trabalhadores aposentados e a oferta de emprego em Paulista, na época da pesquisa de campo (1976/1977), era inferior às necessidades da força de trabalho de seus filhos, os jovens casais que não conseguiam emprego na fábrica, ou alugavam casas em áreas próximas ao centro de Paulista, além dos limites da vila operária, ou procuravam a alternativa de morar em casa da fábrica através da mediação de outro operário.
 - 16 - As "leis" a que o informante está se referindo são as leis trabalhistas promulgadas e implantadas a partir do início da década de 1930. Os trabalhadores reconhecem que quando as "leis chegam em Paulista", muita coisa muda. Porque

com "a chegada das leis", chega o sindicato, que em Paulista constitui um elemento de confrontação dos trabalhadores com a fábrica.

- 17 - Veja-se, por exemplo, a experiência do primeiro sindicato operário, que fundado em fins de 1930 e após algumas lutas reivindicatórias, é fechado no final de 1932 (Leite Lopes, 1985).

CONSTITUIÇÃO DAS FORMAS DE RECRUTAMENTO FAMILIAR

- 1 - Duarte trata da noção de identidade social e de pessoa em diversos artigos. Em particular, em um artigo apresentado na reunião da ANPOCS em 1981, se refere à construção de identidade social como construída também a partir de critérios que não se baseiam no "indivíduo", como seria a noção de identidade baseada na concepção de cultura ocidental. A identidade social desses trabalhadores, a partir daí, pode ser vista como "construída" com base na família que conforma uma totalidade, com relações sociais baseadas em princípios hierárquicos. A referência desses trabalhadores ao "passado" está articulada à própria história de suas famílias que de famílias camponesas, de pescador, pequenos produtores em geral, transformaram-se em famílias de trabalhadores industriais.
- 2 - Estou considerando que as "representações" do "passado" desses trabalhadores constituem-se numa "memória social" e como tal devem ser vistas como documento deste "passado", tendo-se cuidado de se realizar as relativizações necessárias quando se trabalha com representações que pertencem ao campo dos valores, da ideologia para uma análise da "memória social"; ver Halbwachs, 1973 e Duarte, 1983.
- 3 - Em 1921 a CTP lamenta em seu relatório (que se refere também a 1920) à "falta de um benefício natural como sucede nos centros manufaturados do sul, tal como o aproveitamento da força hidráulica, cujas vantagens claramente decorrem da sua indiscutível economia. Depreende-se do que acima alegamos que é patente a disparidade de condições entre os vários produtores de artigos de tecelagem do país: aos do Sul uma dupla corrente de auxílios, caracterizada pelas fontes de energia natural e pela facilidade de recursos pecuniários; aos do Norte — o inverso — a expansão do capital, ao lado da ausência completa dos recursos naturais, redundando um estado de apatia latente e dificilmente remediável".
- 4 - O relatório de 23 se refere ao fato da invasão de suas terras de plantio de cana pelo gado que passa por Paulista, então situada: "(...) à margem da estrada que liga Itabahiana, centro do comércio de gado, com Recife, havendo diariamente avultadíssimo trânsito de gado por ela".

O fato é interpretado pela companhia como "perseguição política" devido à ação da polícia que protegia este tipo de invasão aos canaviais da CTP. Ao mesmo tempo em que vive "estes prejuízos", a companhia se queixa de problemas com os operários que, sob a influência de "pessoas estranhas", teriam sido

“obrigados a retirarem-se do trabalho para suas casas”, daí tendo decorrido a “danificação da motora” (...) em função da fábrica ter “ficado abandonada”. O relatório apresenta ainda outros fatos:

“(...) na série de assaltos sistematicamente contra os bens da Companhia não deixou de ser atingida a seção de estamperia. O gerente de nacionalidade inglesa foi gravemente ferido, todavia os culpados nada sofreram. É conveniente salientar que todos estes atos de destruição sistemática se deram depois de ter-se verificado o acordo com os trabalhadores, pelo que não podiam estar obedecendo a fins de reivindicações dos operários, donde se conclui que foram atos de vingança partidária, postos em prática por indivíduos despeitados; os quais não podem prejudicar diretamente um adversário político, procuram levar seu ódio contra os interesses d’uma Companhia que sabiam ser o mesmo um grande acionista”.

As informações contidas neste relatório permitem ver que a localização de Paulista à margem de uma estrada que a ligava a um centro de gado e que passava por áreas que podem ser vistas como áreas de *interior* propiciava também um esgotamento “natural” da força de trabalho do *interior* do norte do Estado e da Paraíba para Paulista. Por outro lado, o conflito político partidário que envolve os Lundgren e sobre o qual não me deterei, aparece no relatório como sendo a causa única do conflito que estão então vivendo com seus trabalhadores. No entanto, o conflito com os trabalhadores que é mencionado testemunha, além de uma greve na fábrica, também a existência, anterior à greve, de reivindicações que segundo o relatório já teriam sido cumpridas. Em depoimentos de alguns dos trabalhadores que chegaram a Paulista na década de 10 e 20 teria havido em Paulista “greves, mas sempre pelo salário que era pouco”. Na descrição pormenorizada do conflito pode-se ver que além dos operários terem derrubado o portão da fábrica, procederam à invasão da mesma e que no mínimo esta atitude significava que os trabalhadores não estavam satisfeitos com suas condições de trabalho.

5 - As cinco fábricas existentes até 1925 — a Cia. Fiação e Tecidos de Pernambuco, fundada em 1876, as fundadas nos anos 90 do século passado, como a CTP, a Cia. Industrial Pernambucana (Camaragibe), a Fábrica de Tecidos de Apipucos, a Fábrica de Malha da Várzea, a Fábrica de Goiana (então Goyanna) e a Fábrica de Morenos (Société Cottonnière Belge-Brésilienne), de 1908 — acrescentam-se a partir de então a Fábrica Pirapama em Escada (1925), a Fábrica de Tacaruna (Cia. Manufatora de Tecidos do Norte) em 1926, as fábricas Bezerra de Mello (então duas fábricas), a Tecelagem de Seda e Algodão (as três últimas em Recife e as duas últimas em 1927), e também em 1927 o Cotonifício José Rufino no Cabo (Bezerra de Mello, 1930).

6 - O relatório de 1927 é explícito a esse respeito:

“A preocupação que sempre tivemos de melhorar as condições de vida dos operários continua a merecer os mesmos carinhos de sempre: casas grandes e higiênicas de acordo com as noções modernas da vida são de uma necessidade imprescindível para o bem estar e o conforto dos operários, quartos e salas

amplos e bem ventilados com ar puro, são o que constitui a verdadeira necessidade para pessoas com uma vida tão laboriosa, mas nunca a choupana ou mocambo de palha com o ar abafado e insuportável pela decomposição dos materiais aplicados na sua construção são alguns dos defeitos que lhes são peculiares. A construção de mocambos, palhoças e choupanas, é cousa do passado, é absolutamente intolerável sob o ponto de vista humanitário ou sob qualquer outro ponto de vista pelo qual tenha de ser encarado. Neste sentido podemos dizer que nossa orientação é modelar”.

A VINDA: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DE FAMÍLIAS A CAMINHO DA FÁBRICA

- 1 - Sayad refere-se a três “eras” da migração de trabalhadores argelinos, provenientes das áreas de seu país, em direção a grandes cidades na França. Estou utilizando analogamente esta referência para diferenciar os três momentos de vinda de famílias de trabalhadores para Paulista, detectados na pesquisa, e que configuraram distintas formas de recrutamento, através da força de trabalho pela CTP.
- 2 - Sayad (1977, p. 60) denomina de “variável de origem” o conjunto de características sociais, de disposições e atitudes socialmente determinadas, que os trabalhadores (no caso, “emigrantes”) eram já portadores antes do seu deslocamento (ou seja, sua entrada na França): características que permitem apreciar a posição que o trabalhador ocupava em seu grupo de origem, como a origem geográfica e/ou social, características econômicas e sociais deste grupo, atitude do grupo e do trabalhador individual ele-próprio a respeito do fenômeno migratório, etc.; opondo-as às “variáveis de chegada”, isto é, as diferenças que separam os trabalhadores no lugar de chegada, suas condições de trabalho e residência, etc. (no caso, na sua chegada à França).
- 3 - (Cf. a análise crítica desta produção sobre o tema da “migração” em Palmeiras & Almeida, 1977 e Esterçi, 1980). A análise refere-se à produção de um grupo de trabalho sobre o tema da migração dentro do Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste coordenado pelo professor Moacir Palmeira. O relatório final deste grupo de trabalho foi elaborado por Palmeira, M e Almeida, A., que mostraram que as análises sobre migração “supõem” as condições sociais nas quais os trabalhadores migram. E com isto generalizam um modelo que não dá conta da diversidade dos fenômenos sociais que caracterizam como “migração”. O trabalho posterior de Neide Esterçi, que fez parte do grupo de trabalho acima referido, retoma a questão à luz de situações concretas que observou diretamente.
- 4 - Cf. capítulo 2 para as referências da CTP (como os relatórios da diretoria aos acionistas de 1931 e de 1940) às “secas” como motivos aparentes do deslocamento para Paulista.
- 5 - Sobre o significado para o grupo social do “tempo dos coronéis”, ver capítulo 1.

- 6 - Enquanto posso valer-me da análise de Sayad preocupado em estudar as *trajetórias completas de emigrantes* argelinos na França, as quais, "se integralmente reconstituídas podem fornecer o sistema das determinações que, tendo agido antes da emigração e tendo continuado a agir, sob uma forma modificada, diante da imigração, conduziram o emigrado ao ponto de chegada atual" (Sayad, 1975, p. 60) — para o entendimento dos processos de recrutamento dos operários de Paulista, posso valer-me também, para a compreensão da diferenciação interna dessas famílias de operários recém-recrutados, da noção mais geral de *trajetória social* trabalhada por Bourdieu (1979, ps. 122-126). Esta noção supõe a análise do deslocamento de indivíduos e grupos no "espaço social" de forma tal que imponham as condições do "campo social" em que se movem suas propriedades, sejam elas "disposições" ou bens e títulos; torna não aleatórios os motivos explicativos da posição social de indivíduos ou grupos (no caso aqui subgrupos dentro as famílias recrutadas) que seja diferente da posição social modal do grupo social considerado em seu conjunto (no caso, as famílias recrutadas em seu conjunto).
- 7 - Para uma análise da teatralização característica do "sistema Paulista", ver Leite Lopes, 1985, caps. 1 e 2.
- 8 - Aparecem as seguintes categorias de "beneficiários": "os pais" (35 % do total), "mãe" (16 %), "esposa e filhos" (14 %), "irmãos" (10 %), "tio" ou "tia" (6 %), "pai" (4 %), "avô" (4 %), "mãe adotiva" (2 %), "sem declaração" (9 %).
- 9 - Dentre os operários que indicam a mãe como "beneficiária", a maior parte tem por lugar de nascimento áreas do agreste de Pernambuco ou da Paraíba, embora uma parte tenha nascido em Paulista.
- 10 - José Farias: "Aquele jovem teve sua primeira decepção na vida em 1949 quando morreu o seu pai vítima de uma capotagem no ônibus em que viajava. Deixava no mundo uma mulher e oito filhos menores, que por sua vez ficaram desorientados com a perda do seu líder. José era o mais velho e sobre ele caiu toda a responsabilidade. (...) [a narração passa para José Farias] Bem, depois que meu pai morreu, senti que todos dependiam de mim, eu tinha quinze anos mas era o mais velho, botei a minha enxada nas costas e fui tirar tucuca [limpa de um pedaço de terra medindo "doze varas de terra quadradas"]. Eu ganhava quinze mil réis por cada tucuca, começava às sete horas e quando terminava já era noite, e eu recebia o dinheiro quando terminava, e eu não podia voltar para casa sem aquele dinheiro, porque lá em casa os meninos me esperavam para comer. (...) Logo a minha mãe começou a costurar, comprou uma máquina de costura à prestação e a máquina, ela tinha que rodar com a mão, porque não tinha aqueles dispositivos para que pudesse rodar com o pé. A minha mãe começava o trabalho às cinco da manhã e às vezes ia até às dez da noite. (...) Assim vivemos alguns anos; em 1955 mudamos para a cidade de Paulista onde começamos a nos espalhar; meus irmãos, uns foram trabalhar na fábrica, outro foi para o Exército, as meninas foram para um colégio interno e eu fui trabalhar em uma cocheira, porque ali era o meu lugar."

Uma mulher que não rendeu-se: [Ao saber da morte do marido] “Como louca saf correndo, o meu pensamento era o meu desejo de me acabar também, assim passei três dias em estado de coma, mas depois comecei a me recuperar, eu estava desorientada com tudo que me aconteceu tão de repente, não sabia o que fazer para criar os meus filhos, que ao todo eram oito, o mais velho era José com quinze anos, a mais nova tinha menos de um ano. (...) Comecei lavando roupas para fora, depois comprei uma máquina de costura. Ali eu trabalhava quase que dia e noite, eu não tinha roupa para vestir mas meus filhos iam à escola. Quando os outros filhos menores já estavam mais sabidinhos, eu comecei a incentivá-los no sentido de ajudarem, e eu passei a fazer tapiocas, cocadas, pirulitos, eles quando chegavam da escola iam vender, e sempre vendiam tudo. (...) Bem... vivemos mais alguns anos, cheios de agonias. Até que uma ocasião eu fiquei pensando bastante, cheguei à conclusão que ali não havia nenhum futuro para os meus filhos, e eles não poderiam viver toda suas vidas naqueles serviços grossos e sem nenhum futuro; foi quando resolvi mudar para a cidade de Paulista onde morava uma minha irmã. Ali chegando nós começamos uma vida nova, um dos meus filhos foi trabalhar na fábrica, eu consegui internar as outras duas meninas menores, em compensação eu tirei a mais velha que já estava uma mocinha, trouxe para junto de mim; mas a vida não era fácil, o dinheiro que entrava muito mal dava para a nossa alimentação e nós tínhamos que pagar aluguel de casa, nós tínhamos que comprar roupas, sapatos e muitas coisas que precisávamos e não podíamos.”

Machado: “Eu não me lembro muito bem quando chegamos na cidade de Carpina, não me lembro como vivíamos, nem o que se fazia. Lembro bem quando já tinha oito anos, meu pai morreu e lá em casa houve uma grande confusão, depois disso comecei a ver o mundo como se uma neve desaparecesse dos meus olhos, talvez por causa das necessidades que passamos.”

- 11 - Aqui poder-se-ia pensar, ainda que o contexto da referência seja absolutamente diverso, como nas obras de Nelson Rodrigues, em que a família é o núcleo da referência fundamental do indivíduo e ao mesmo tempo sua anulação. Parece que em Paulista, como entre as personagens de Nelson Rodrigues, “fora da família não há salvação” (cf. Esterci, N. 1970, Velho, G., 1982 e Salem, T., 1984).
- 12 - Na exposição dos resultados de uma reflexão construída numa relação entre operário-entrevistado (Corouges) e sociólogo-entrevistador (Pialoux), Corouges & Pialoux (1984, ps. 57-58) enfatizam — a propósito das relações sociais presentes no interior da fábrica Sochoux da empresa automobilística Peugeot — as lacunas das análises, dos discursos e das representações que vêem os operários como seres exclusivamente esmagados por suas condições de trabalho, seres robotizados e “destituídos de humanidade” (“deni d’humanité”). Sua análise apresenta a violência na cadeia de montagem, mas apresenta também a “maneira pela qual o trabalho é vivido ao longo dos dias, adquire um sentido, tornando-se suportável, ‘vivível’, (‘vivable’) dentro de um universo que à primeira vista poderia parecer ‘invivível’”. (...) À imagem dos OS (‘ouvriers spécialisés’) como homens robo-

tizados, atrelados à sua máquina, animalizados por suas condições de existência [os autores opõem a imagem] de uma coletividade complexa constituída de homens e mulheres próximos e diferentes ao mesmo tempo, submetidos a uma violência comum mas capazes de inventar múltiplas paredes, através de um esforço coletivo, e isto com tanto mais chance de sucesso quanto são eles unidos desde muito tempo por laços de uma história vivida em comum dentro da fábrica, e às vezes fora dela.

TRABALHO FAMILIAR E PROLETARIZAÇÃO INDUSTRIAL

- 1 - "Mamãe veio trabalhar. (...) Aí mamãe pediu uma casa para a companhia. Todo operário tinha direito a uma casa, mamãe pediu e deram essa de Catolé (bairro de Paulista). Lá a gente acabou de se criar e fomos trabalhar. Mas o terreno era da companhia (era uma *casa de mocambo* já existente, provavelmente construída pela CTP). Agora, quem pagava o aluguel de uma casa, tinha o direito à casa e tinha aquele terrenozinho. Roçava, plantava tudo. Agora, era pequeno, sabe? Era pequeno o terreno mas mesmo assim era muito bom para se criar. Criação de bichos, criava porco, essas coisas." (Ex-tecelã)

"Tinha muito roçado por aqui mesmo, né (Bairro do Nobre, hoje pleno de arruados da vila operária). Eu não me lembro bem por quê. Acho que era porque os operários faziam as casas, sabe. Eu penso que antes dessas casas, dessas ruas (refere-se às casas e ruas da atual vila operária), por isso é que tinha roçado. Porque a pessoa aqui plantava." (Ex-tecelã que começou a trabalhar na década de 10).

- 2 - Consultar Sigaud, 1979, p. 42 (nota 2) e ps. 55 e 56 e Leite Lopes, 1976, ps. 172 a 175, para uma análise da parcela jovem masculina solteira da força de trabalho, em dois grupos sociais ligados à agroindústria açucareira.
- 3 - Para o estudo do aprendizado da *arte* em um grupo de trabalhadores artesanais nordestinos, cf. Alvim, 1979 e 1983.
- 4 - Segundo a *Folha do Povo* de 6/4/1949, "(...) de fevereiro de 1948 à data presente faleceram 1.002 pessoas vitimadas pela tuberculose, causada pelos miseráveis salários que recebiam". Em carta aberta ao Delegado Regional do Trabalho, publicada na *Folha da Manhã*, de 16/10/49, o deputado estadual Torres Galvão, do PSD, ex-presidente do Sindicato Têxtil de Paulista (gestão de 1943 a 1947), denuncia a burla à legislação trabalhista por parte da CTP, assim como a omissão da DRT, face à "(...) devastação que a tuberculose está fazendo naquele centro industrial."
- 5 - Nos anos 30 e 40, a tecelagem é quase exclusivamente uma seção feminina. A partir de meados dos anos 50, a fábrica começa a empregar tecelões homens, devido a mudanças nas máquinas e na organização do trabalho. Com a modernização da fábrica e a introdução dos teares "automáticos" nos anos 60 e 70, a tecelagem passa a ser uma seção predominantemente masculina. Isto já vinha

ocorrendo antes em outras fábricas do Recife, nos anos 50, as quais introduziram teares automáticos antes que a CTP. Na descrição do processo produtivo e da diferenciação interna dos operários têxteis feita por Pereira (1979), a tecelagem como o "coração da fábrica", trata-se da predominância masculina na tecelagem com a introdução dos teares automáticos desde o final dos anos 40 nesta fábrica têxtil carioca por ela estudada.

- 6 - Cottureau, em seu artigo sobre a "usura no trabalho" e sobre os "destinos masculinos e destinos femininos nas culturas operárias na França, no século XIX", chama a atenção para a "pressão produtivista permanente" que pesa sobre o conjunto dos trabalhadores desde a Revolução Industrial, provocando-lhes o desgaste no trabalho. Tal desgaste incide diferencialmente sobre os operários e as operárias. A "pressão produtivista", provocando uma "desmedida do trabalho" sofrida pelos trabalhadores, incide de forma concentrada nas operárias, que são, em sua maioria, jovens e solteiras, denotando a preferência de muitas fábricas têxteis pela "virgindade social" de sua força de trabalho. Por outro lado, as mulheres têm frequentemente um "projeto passageiro", relativamente ao trabalho fabril, que se liga à concepção dos papéis feminino e masculino nas "culturas operárias". (Cottureau, 1983, ps. 71-112).
- 7 - A *passadeira de rombo* cuida dos teares parados porque lida com muitos fios rompidos e embaralhados. A profissão exige um trabalho paciente e demorado de desembaraçar, emendar fios e religar na máquina os fios partidos.
- 8 - Pode haver também componentes extra-familiares dentre esses motivos para o celibato, como a contribuição que pode ser atribuída à participação em movimentos religiosos (JOC), sindicais (caso de informantes que tiveram uma participação inicial na JOC e depois no movimento sindical) e políticas (caso de uma ex-tecelã do Recife, entrevistada, que foi militante sindical dos têxteis do Recife e militante do PC, ex-vereadora, etc.).
- 9 - "Acode-vexame", segundo a própria informante, é "assim um grupo de pessoas, digamos dez pessoas, cada uma dá toda semana cinquenta cruzeiros. Ali junta 500 cruzeiros. Uma recebe, a nº 1 recebe aquele dinheiro. A gente fazia muito na fábrica. Na outra semana, já é o nº 2. Até completar as 10 a gente fazia isso". O "acode-vexame" pode ser visto como uma espécie de "caixa de socorro" feita pelas operárias nas mais diversas situações, seja para um empréstimo em dinheiro seja para a compra de um objeto necessário como uma geladeira. Sendo uma prática de mulheres, é também usada para as despesas por ocasião do noivado e casamento.

A FAMÍLIA OPERÁRIA DO PRESENTE

- 1 - Sobre a idéia de "relação de forças entre as gerações" ver Champagne, 1979; "a definição social das classes de idade é objeto de manipulação e engaja sempre, em graus diversos, as relações de força entre gerações" (p. 83); "(...) tanto o dis-

curso sobre a "terceira idade" quanto aquele sobre a gerontocracia não são senão um indício dentre outros da luta pelo poder entre as gerações" (p. 84). Este autor refere-se às "relações de força" entre gerações a propósito da análise do desenvolvimento particularmente importante e à primeira vista paradoxal, no meio rural francês, dos "clubes de terceira idade", os quais se supõe deveriam crescer agrupando os aposentados e idosos das grandes cidades. O aumento do contingente de idosos e a sua perda relativa de autoridade diante dos filhos que devem se tornar chefes de família camponeses, pressionando para isto os pais em direção a uma "aposentadoria forçada" — invertendo assim a situação de força anterior dos pais freqüentemente retardando a herança e sucessão camponesa e pressionando os filhos ao celibato — é o contexto social levando Champagne a analisar as razões desta configuração das relações de força entre classes de idade no interior do campesinato francês.

- 2 - O distrito industrial de Paulista foi criado em 1968 no contexto da diminuição numérica do contingente operário empregado pela CTP, assim como do interesse manifestado por esta companhia em tirar vantagens da quebra de fato, de seu monopólio da propriedade territorial no município. Assim, no seu relatório anual de 1965, a diretoria da CTP indica de certa forma o seu interesse na criação de um distrito industrial no município, em terras que foram de sua propriedade, vendidas para grupos industriais, ao mencionar a "(...) oferta de (...) áreas adequadas para a implantação de novas indústrias, que formarão em futuro próximo um núcleo industrial neste município". Em 1976, as 19 fábricas de diferentes setores industriais instaladas em Paulista totalizavam perto de 7 mil operários (incluindo os 2.000 operários da CTP, ainda a maior empregadora de mão-de-obra naquele período e a tradicional fábrica de cimento Poti), sendo as maiores fábricas (em termos de número de operários) a Tecanor (Têxtil Catarinense do Nordeste), a Santista (têxtil), a Wolf (metalúrgica), a General Electric, a Springer-Admiral entre outras. A maior parte destas fábricas está instalada em áreas periféricas à sede municipal, no distrito de Paratibe e de Abreu e Lima (que depois tornou-se município), e beneficiaram-se de incentivos e financiamentos através da SUDENE.
- 3 - Em relação à concepção de *ajuda* relativa ao trabalho assalariado dos filhos e da mulher face ao trabalho do *chefe de família*, cabe a este, segundo esta concepção, a obrigação de "sustentar a casa", de nela introduzir com seu salário basicamente a alimentação; o trabalho fabril dos demais membros da família significando uma *ajuda* complementar. No contexto do presente capítulo a *ajuda* a algum parente aqui mencionada significa reafirmar relações de solidariedade presentes no interior do grupo familiar, propiciando condições ao nível doméstico que permitam o trabalho regular e a percepção do salário, seja no cuidado às crianças, seja no acesso à habitação ou coabitação.
- 4 - A primeira fase segundo Fortes seria aquela em que se dá a "expansão" do grupo doméstico, "que vai desde o casamento de duas pessoas até a completa formação de sua família de procriação". A segunda fase seria a da "cisão" ou "dispersão" e

a última seria aquela que o autor chama de "substituição", que se dá pela morte dos pais: "esta é a fase de substituição, que culmina com a morte dos pais e a reposição, na estrutura social, da sua família pela família de seus filhos (...)". Estas fases formam o modelo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, assim denominado pelo autor. Por outro lado, Fortes também considera que existem "variáveis culturais e estruturais" envolvidas no ciclo de desenvolvimento, entendendo-as como "todas as forças geradas pela estrutura social e todos os costumes e instituições, através dos quais estas forças são manifestadas, como também o são os valores que essas forças refletem" (Fortes, op. cit. ps. 7 e 8).

- 5 - Fortes aponta para a importância da diferença entre família e grupo doméstico, distinção que me parece interessante reter. Considera que a família "elementar" é o "núcleo reprodutivo do domínio doméstico". Essa família consiste em duas, e somente duas, gerações sucessivas ligadas pela dependência fundamental que a criança tem dos pais, para seu sustento e afeto e que os pais têm da criança, como elo entre eles e o cumprimento de sua tarefa reprodutora. Por outro lado o grupo doméstico inclui geralmente três eras sucessivas, assim como membros ligados ao núcleo do grupo por colateralidade ou por outras formas. Neste domínio, entram na constituição do grupo, parentesco, descendência e outros laços jurídicos e afetivos (por exemplo, laços de adoção ou de escravidão), enquanto que o núcleo é formado somente por laços diretos de casamento, filiação e irmandade. O grupo doméstico "é essencialmente uma unidade que possui e mantém a casa e está organizado para prover os recursos materiais e culturais". Fortes também chama atenção para o fato de que a distinção possui um caráter analítico, na medida que a composição do grupo doméstico e da família nuclear pode ser a mesma, como acontece na nossa sociedade. Para que um sistema social se mantenha são necessários, segundo Fortes, dois recursos: o "capital humano" e o "capital social". O "capital social", o de maior interesse para o antropólogo, consiste: "a) do corpo social de conhecimentos, dos costumes e instituições de uma sociedade e b) das utilidades que estão disponíveis para sustentar a vida dos seus membros através da aplicação do equipamento e dos recursos naturais. Em termos gerais, o processo de reprodução social inclui todos os mecanismos institucionais, bem como as atividades e normas ditadas pelo costume (costumárias), que servem para manter, suprir e transmitir o capital social numa dada sociedade e como eles operam" (Fortes, op. cit., p. 2).

O conceito de reprodução social de Fortes é particularmente importante no caso que estudo por estar articulado a partir da família e do grupo doméstico. Para Fortes, em todas as sociedades "a fábrica da reprodução social é o grupo doméstico (op. cit. p. 3) (...) Poder-se-ia dizer que o domínio doméstico é o sistema de relações sociais através do qual o núcleo reprodutivo é integrado ao meio-ambiente e à estrutura social como um todo" (Fortes, op. cit., p. 13).

- 6 - A primeira fase estaria compreendida pela "célula materna", o indivíduo afilhado dependendo inteiramente dos cuidados maternos, a mãe sendo o elo entre este indivíduo e a sociedade. A segunda fase é marcada pela aceitação da criança no

interior da família "nuclear patricêntrica", o pai assumindo a responsabilidade sobre ela, relativamente à sociedade e "aos poderes espirituais". Na terceira fase a criança, após o desmame, já anda e "muda-se para o domínio do grupo doméstico". É a fase da infância e dura até quando o indivíduo é admitido no "domínio político jurídico" (Fortes, op. cit, ps. 13 e 14).

- 7 - "Tratando-se de uma unidade de vida social, articulada internamente pela referência a fins e valores, a problemática [da persistência e da transformação da família no mundo capitalista] se deslocou para o terreno do "vívido humano e aproximou-se do campo da ideologia" (Durham, 1980, p. 205).
- 8 - "Entramos então no terreno da significação e devemos analisar as representações que os operários elaboram sobre a família tal como elas apresentam *inseridas* na prática social, que é a vida familiar cotidiana" (Durham, 1980, p. 206).
- 9 - Como resultado de um acordo selado em 1949, entre a CTP, a Assembléia Legislativa e o governo estadual (que apóia a Câmara dos Vereadores local), a área a ser desapropriada não se incluí entre as "áreas não edificadas" da vila operária (que acabariam com o controle da CTP sobre a própria vila operária) porém uma área contígua à vila operária, mas dela separada (cf. Leite Lopes, 1985, parte IV). Nesta área começa a surgir um novo bairro em meados dos anos 50 (quando o valor da desapropriação é repassado pelo governo estadual para que a Prefeitura a efetue junto à CTP), a partir de lotes para construção de casas aforadas à prefeitura. Nas partes mais valorizadas destes terrenos (mais próximos à rodovia, nas partes mais planas) passam a residir comerciantes da cidade (que antes dependiam da casa cedida ou alugada pela CTP) e funcionários mais graduados da prefeitura, ou ainda operários "estabilizados" que venceram na justiça "grandes questões" contra a *companhia*. Nas partes menos valorizadas destes terrenos aparecem casas de operários que ganharam indenizações de menor valor monetário. E no decorrer do tempo passam a habitar este bairro também famílias com operários trabalhando na fábrica, seja em casa própria, seja em casa alugada neste pequeno comércio imobiliário "livre" que se forma nestas áreas "livres" que se distinguem do território da CTP.
- 10 - Gilberto Velho (1981, p. 113) chama atenção para a não-permutabilidade do conceito de ideologia pelo de cultura ou vice-versa. Velho lembra apropriadamente que ambos os conceitos foram formulados a partir de problemáticas diversas. No entanto, no caso do estudo da família no interior da classe operária parece-me pertinente a aproximação. Evitar-se-ia assim um duplo perigo. O primeiro de se "construir" uma família tão indeterminada socialmente que poderia ser qualquer família, destituída de sua inserção social específica; o segundo de se deduzir da classe a existência de uma família operária, que seria reificada a partir de uma referência social não permitindo a descoberta e construção das particularidades da família em um grupo operário específico.
- 11 - Os artigos de Maggie & Contins (1980) e de Duarte (1984) analisam os significados que tem o bairro para a identidade social de diferentes grupos de trabalhadores urbanos. O primeiro mostrando como tal identidade se constrói através da

umbanda, o segundo através de locais densos de significados relativos ao trabalho na pesca (em um dos grupos analisados) e ao antigo trabalho fabril com seus recursos acessórios à moradia em vila operária e nas matas circundantes (no outro grupo estudado por Duarte).

- 12 - "As vilas operárias construídas na proximidade das fábricas, permitiam, aos operários aposentados, conservar relações com seus antigos colegas de trabalho que eram também seus vizinhos, continuando assim a participar da vida da fábrica. A política urbana de "zoneamentos", separando os locais de habitação dos locais de trabalho (e notadamente fábricas que são reagrupadas nas zonas industriais), corta, mais fortemente que antes, os operários aposentados de suas antigas relações de trabalho que desaparecem rapidamente com o tempo. As operações de renovação dos velhos bairros populares, dispersando as populações operárias nos subúrbios, destroem as solidariedades de vizinhança que eram particularmente fortes nesta classe [o autor aqui cita Hoggart]; o desaparecimento do pequeno comércio em benefício de centros comerciais, dos bares tradicionais em benefício de 'drugstores' barulhentos, com seus brinquedos eletrônicos para os jovens, corta os aposentados das classes populares de seu bairro e contribui para aumentar seu isolamento social." (A propósito dos bairros populares e operários europeus e sua semelhança com a desestruturação que se processa nas relações sociais de base local em pequenas cidades camponesas na França, ver Champagne, 1979, p. 99).
- 13 - No período inicial da Fábrica Paulista, pouco tempo após a sua tomada de controle por parte da família Lundgren, assim exprime-se através de pseudônimo em pequena crônica no jornal local *Gazeta de Paulista*, um provável funcionário de escritório da CTP, tomando o apito da fábrica como um mote fantasmagórico para suas reflexões existenciais:

"A Vida

Não sei o que sou. Para que vivo não sei. Se estou dormindo ou acordado não sei... Enfim é um turbilhão de couzas taes que não posso definir.

Sempre com esta lucta em qualquer parte que estou ouvindo queixas continuamente. E porque tantas queixas?...

Por mim tiro a conclusão... Se procuro exprimir o que sou e o que desejo fazer, não posso...

O que sei é que não me compreendo, pois aos meus ouvidos não se affasta um barulho contínuo.

Sabem qual?...

O apito da fábrica...

Santa Maria!... Moro um pouco distante d'ella e assim fico, para estar mais tranquillo... Foi engano meus amigos... Vivo numa somnolência profunda sem ter contudo repouzo.

Quando procuro dormir, já bem tarde da noite, eis o apito! ... Desperto como um louco e a gritar pelas ruas.

Olho para o relógio e são XII horas da noite. Maldigo-a novamente. Era o apito'...

Era elle que me interrompia.

Consultei o relógio, eram quatro horas da manhã...

Adeus somno de minha vida! Esperei pelas cinco horas e fui tomar um banho hygienico nas bellas águas do nosso amado rio e d'ahi parti enchendo a rua de pernas, até quando puder obter melhor sorte, para obter melhor paz!

Paulista Agosto 1911

Zumby. (Gazeta de Paulista, nº 13;27/8/1911).

- 14 - A prática de entrega da marmitta no portão da fábrica na hora do intervalo para a refeição parece ser difundida entre operários que residam a uma distância percorrível a pé, embora longínqua demais para o operário ir e voltar naquele horário, mesmo em fábricas que não possuam uma vila operária. Há indícios da recorrência de tal fato, referente às fábricas têxteis mais antigas de Recife, como por exemplo o relato de uma notícia de 1949, do jornal *Folha do Povo*, sobre a hora do almoço dos operários da Fábrica Tacaruna:

“Às 11 horas soou o apito da Fábrica Tacaruna, anunciando a saída dos operários, homens e mulheres (...). Saíam para o almoço muito comum nas fábricas de Pernambuco: farinha seca com charque e feijão. Espalharam-se os operários pela ampla área que fica em frente à fábrica e sentaram-se em baixo das árvores para comer. É assim que grande número de operários da Tacaruna faz suas refeições. O refeitório foi transformado agora em armazém, pois já estão sendo acumulados sacos até o teto. ‘Refeitório não, uma casa com mesa’, diz um operário do ex-‘refeitório’. Uma das reivindicações dos operários da Tacaruna é realmente um refeitório que os venha atender, já que só têm tempo de ir nas carreiras em casa, os que residem perto. Mas os que moram longe são obrigados a fazer suas refeições na fábrica. Observamos cerca de 50 meninos espalhados pelo parque. E nos explicam: são garotos que vão buscar nas casas dos operários os seus almoços e trazê-los por pequenas gorjetas.” (Folha do Povo, 8/6/1949).

- 15 - Este projeto de coesão e solidariedade familiar estaria ligado, na classe trabalhadora, a um “sentimento da segurança” e da “previdência” (no sentido da oposição entre “prevision” e “provoyance” analisada por Bourdieu na concepção de tempo “tradicional” dos camponeses argelinos (Bourdieu, 1977, cap. 1), tal como o analisado no artigo de Lenoir sobre a “constituição do campo dos agentes de gestão da velhice”, em alusão e contraste com o trabalho de Ariès sobre a família e a infância. Tal “sentimento da segurança”, referido à luta dos trabalhadores pela garantia da pensão de invalidez e aposentadoria, seja através das suas associações “mutualistas”, seja exigindo esta garantia do Estado, materializa-se também na casa e no projeto da casa própria.

“Diferentemente da família burguesa, a família operária não é fundada sobre o ‘sentimento da infância’, as condições que o tornam [o ‘sentimento da infância’] possível, tais como a posse e a transmissão de um patrimônio estando

aqui ausentes, mas sim sobre um 'sentimento de segurança', como o atestam os esforços que os 'homens habituados a ficarem em casa' fazem para adquirir a todo preço (e notadamente às custas da extensão da definição de sua família) uma 'casa', para colocarem-se 'sob um abrigo', debaixo de um teto'. [Lenoir refere-se aqui em nota de rodapé ao trabalhador de Anderson, 1971, pg. 55-61: 'Anderson observa a mesma evolução na Inglaterra de meados do séc. XIX, em certas frações das classes trabalhadoras que encontram no desenvolvimento das cidades industriais as condições de uma certa estabilidade de emprego, de residência e de alojamento, favorecendo o desenvolvimento das relações entre gerações e o alongamento de sua duração para além da partida, já mais tardia, das crianças.'] A família operária encontrava, com efeito, na casa o elemento material de sua unificação: além de constituir-se no lugar das trocas entre os membros da família, as condições mesmas de sua aquisição, pelo jogo das solidariedades que ela exige, tendem a ligar aqueles que participaram de sua compra como o mostra Rolande Trespé [ps. 263-278] que descreve a ajuda financeira e material dos parentes, dos afins, da fratria, etc., aos quais recorrem os mineiros [de carvão do sul da França] para a compra e a construção de sua casa com as contrapartidas que elas implicam, notadamente os contratos de doação, o alojamento dos donatários e/ou o pagamento de uma pensão." (Lenoir, R., 1979, p. 60)

Este "sentimento da segurança" que se concretiza na casa, encontra seja no desenvolvimento das vilas operárias de fábrica (como indica Anderson, de forma assemelhada ao que se processa em Paulista), seja na construção da casa própria (no caso indicado dos mineiros franceses estudados por Trespé, suportes materiais para uma certa estabilidade da vida familiar entre as gerações.

- 16 - Mais que simplesmente o aspecto econômico da aquisição da propriedade da casa e da construção de um pequeno patrimônio, o acesso à casa própria, conseguido em Paulista correlativamente aos *acordos* e à aposentadoria, significa uma certa garantia da estabilidade e da não-dispersão dos membros da família. Para além de sua contribuição ao acesso à casa própria, a aposentadoria como renda adicional para a família operária, invertendo o seu "encargo" de sustento da velhice não-remunerada de operários esgotados pelo trabalho, contribui para esta estabilidade da família. Poder-se-ia dizer, no caso de Paulista, analogamente à observação de Lenoir (baseando-se na historiografia de Trespé) que "a aposentadoria não é reivindicada como instrumento de independência financeira em relação aos filhos, mas ao contrário como o meio de contribuir à subsistência coletiva do grupo familiar". É ainda que "longe de traduzir um 'relaxamento dos laços familiares', a instauração dos regimes de aposentadoria se inscreve no processo de constituição da família operária" (Lenoir, 1979, p. 61).
- 17 - São consideradas "legítimas" as pequenas despesas pessoais do *chefe de família*, por exemplo com cigarro e bebidas socialmente consumidas com colegas de trabalho, à semelhança do "dinheiro de bolso" destinado a estas despesas observado por Dennis, Henriques & Slaughter na clássica monografia "Coal is our Life". Estes autores descrevem a maneira como os mineiros ingleses destinam o

seu salário ao orçamento doméstico, repartindo-o com a esposa: enquanto alguns repassam para sua mulher o "salário da esposa" — uma quantia fixa e inferior ao salário total semanal do marido e independente de suas variações as quais acompanham a produção alcançada — ficando com a quantia excedente para seus gastos pessoais, outros entregam todo o salário para a gestão doméstica da esposa, tirando deste total o seu dinheiro de bolso.

- 18 - O clássico estudo do campesinato polonês que se utiliza da análise do epistolário entre membros das famílias camponesas divididas entre a Polônia e a América, assim menciona, na parte de sua introdução geral, a relação entre irmãos após a morte dos pais: "A relação entre irmãos e irmãs assume uma forma diferente após a morte dos pais. Enquanto os pais estão vivos a solidariedade entre os filhos é de certa forma mediatizada; a ligação entre pais e filhos é mais próxima que a ligação entre irmãos e irmãs, pois nenhuma relação é meramente pessoal, e os pais representam a idéia da família. (...) Mas se os pais estão mortos, a relação entre irmãos e irmãs torna-se mais próxima; de fato é a relação familiar a mais próxima que então persiste. Portanto o núcleo constituído pelo grupo de casamento, não se dissolve após a morte do casal; o grupo permanece, e enquanto grupo resiste tanto quanto possível a quaisquer influências dissolventes." (Thomas & Znaniecki, 1974, t. I, ps. 95-96)
- 19 - "(...) a solidariedade familiar é uma ajuda principalmente para os fracos, em relação aos quais a família não permite que caiam abaixo de um certo padrão mínimo de vida, enquanto ela [a solidariedade familiar] torna-se uma carga para os fortes. O resultado de uma adaptação [à nova situação após migração] difícil ou fracassada será portanto uma ressurreição consciente dos sentimentos familiares e mesmo uma idealização das relações familiares. Nós encontramos esta atitude em muitos grupos de casamento na América do Sul e Sibéria, entre soldados servindo no exército russo, e entre alguns poucos trabalhadores mal-sucedidos na América, na Europa Ocidental, e mesmo nos centros industriais poloneses." (Thomas & Znaniecki, 1974, p. 100)

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- 1) ALVIM, Maria Rosilene Barbosa "A Arte do Ouro – um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte". Dissertação de Mestrado. Mimeo. Museu Nacional, UFRJ, 1972.
- 2) _____. "A indústria doméstica camponesa na 'A Questão Agrária' de Karl Kautsky". Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo, 1978.
- 3) _____. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis" in Leite Lopes et alii. *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação; Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 4) _____. "A família operária segundo uma perspectiva patronal". Rio de Janeiro, Museu Nacional, mimeo, 1980.
- 5) _____. "Família e operários de origem camponesa" in *Comunicação*, nº 6. Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 1981.
- 6) _____. "A Construção da Família Operária". Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 1983.
- 7) _____. "Trabalho infantil e reprodução social; o trabalho das crianças numa fábrica com vila operária" in Machado da Silva (org.) *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, Col. Debates Urbanos nº 6.
- 8) ANNAES do Congresso Catholico de Pernambuco. 1º Congresso, Recife, 1902.
- 9) ANAIS do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Departamento Nacional da Criança, 1922.
- 10) ANDERSON, Michael. *Family Structure in Nineteenth Century Lancashire*. London, New York, Cambridge University Press, 1971.
- 11) _____. *Approaches to the History of the Western Family 1500-1514. Studies in Economic and Social History*. London, Mac Millan, 1980.
- 12) ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- 13) BEZERRA DE MELLO, Othon. "A evolução da indústria de tecidos de algodão em Pernambuco". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXIX F. 57-60, 1930.
- 14) BILLAC, E. D. *Família de Trabalhadores: estratégias de sobrevivência; a organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 15) BOTT, Elizabeth. *Family and Social Network*. London, Tavistock Publications, 1971.
- 16) BOURDIEU, Pierre. "Célibat et condition paysanne" in *Etudes Rurales*. Paris, 5-6, avr/sep., 1962.
- 17) _____. "La société traditionnelle, attitudes à l'égard du temps et conduite économique" in *Sociologie du Travail* nº 1, 1963.
- 18) _____. *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Genève, Droz, 1972.
- 19) _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- 20) _____. "Les modes de domination" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Juin nº 2/3. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1976.
- 21) _____. *La Distinction*. Paris, Minuit, 1979.
- 22) _____. *Le Sens Pratique*. Paris, Minuit, 1980.
- 23) BOURDIEU, P. e SAINT MARTIN, M. "Le patronat" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* nº 20-21, mars-avril. Paris, Minuit, 1978.
- 24) BRANDÃO LOPES, Juarez. *A Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
- 25) CETEX (Comissão Executiva Têxtil). *A Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.
- 26) CHAMPAGNE, Patrick. "Jeunes agriculteurs et vieux paysans". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 26/27. Paris, 1979.
- 27) CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*. (Thorner, Kerblay e Smith, eds), Illinois, Irwin, 1966.
- 28) COLLIER, Frances. *The Family Economy of the Working Classes in the Cotton Industry - 1784-1833*. Edited by R.S. Fitton, New York, Augustus M. Kelley, 1968.
- 29) CORREIA DE ANDRADE. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1964.
- 30) COTTEREAU, Alain. "Usure au travail, destins masculins et destins féminins dans les cultures ouvrières en France, au XIX^e siècle". in *Mouvement Social*. Juillet-Septembre, nº 124. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1983.
- 31) DA MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- 32) DENNIS, N.; HENRIQUES, F.M., and SLAUGHTER, C. *Coal is Our Life*. London, Tavistock Publications. [1956], 1969.
- 33) DONZELLOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- 34) DUARTE, Luís Fernando Dias. "As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescada em Jurujuba". (Dissertação de mestrado)

- do). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1978.
- 35) _____. "Construção social da identidade e hierarquia em um grupo de classe trabalhadora" in: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, *Comunicação*, nº 5, 1981.
- 36) _____. "De bairros operários sobre cemitérios de escravos: um estudo de construção social da identidade". Nova Friburgo, *Comunicação*, nº 7, 1983.
- 37) _____. "Da vida nervosa. Pessoa e modernidade entre as classes trabalhadoras urbanas". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, PPGAS, 1984.
- 38) DURHAM, E.R. *A Caminho da Cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- 39) _____. "A família operária: consciência e ideologia", in *Dados*. Rio de Janeiro, Campus, 23(2), 1980.
- 40) ENGELS, F. *La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*. Paris, Éditions Sociales, 1960.
- 41) ESTERCI, N. "Paixão e incesto em Nelson Rodrigues". UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1970.
- 42) _____. "O sistema de peonagem". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1975.
- 43) _____. "Migrações e migrantes: uma nova versão". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1977.
- 44) _____. "Campesinato e peonagem na Amazônia" in: *Anuário Antropológico* 78. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- 45) FAUSTO NETO, A.M. Quiroga. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- 46) FIRTH, Raymond et alii. *Two Studies of Kinship in London*. University of London, The Athlone Press, 1956.
- 47) FIRTH, Raymond; HUBERT, J. & FORGE, A. *Families and their Relatives*. Kinship in a middle class sector of London: an anthropological study. London, Routledge and Kegan Paul, 1970.
- 48) FORTES, Meyer. "O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico". *Cadernos de Antropologia*, nº 6. Brasília, UnB, 1974.
- 49) FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. Paris, Gallimard, 1975.
- 50) FUKUI, L. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". *BIB*, Rio de Janeiro (10), 1980.
- 51) GALESKI, Boguslaw. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester, Manchester University Press, 1972.
- 52) GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- 53) _____. "O sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1983b.
- 54) GASKELL, P. *The Manufacturing Population of England*. London, Baldwin and (1833) Cradock, 1972.

- 55) GEERTZ, C. *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 56) GLUCKMAN, Max. "Prefácio" in: Bott, E. *Family and Social Network*, London, Tavistock, 1971.
- 57) GOES, Raul. *Um Sueco Emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.
- 58) GOMES, Angela M. Castro. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil - 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 59) GONZAGA, Sonia. "A grande família". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1980.
- 60) HALBWACHS, M. *Classes Sociales et Morphologie*. Paris, Minuit, 1972.
- 61) HAMMOND, J. L. & B. *The Town Labourer (1760-1832): The New Civilization*. New York, Augustus Kelley, Reprints of Economic Classics, 1967.
- 62) HAREVEN, Tamara. *Family Time and Industrial Time: The Relationship Between the Family and Work in a New England Community*. New York, Cambridge University Press, 1982.
- 63) HEILBORN, M.L.A. "Conversa de portão": juventude e sociabilidade em subúrbio carioca". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1984.
- 64) HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 65) HEREDIA, Beatriz & GARCIA Jr., Afrânio. "Trabalho familiar e campesinato". *América Latina*. n. 1-2, 1971.
- 66) HOBBSBAWN, Eric. *Labouring Men*. London, Weidenfeld, 1974.
- 67) _____. "História do trabalho e ideologia" in: *Cadernos "Tudo é História"*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- 68) _____. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 69) _____. "As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial" in: *Níveis de Culturas e Grupos Sociais*. Lisboa, Cosmos, 1974.
- 70) HOGGART, Richard. *La Culture du Pauvre*. Paris, Minuit, 1970.
- 71) _____. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- 72) HUITZLER, C. "Acumulação e industrialização em Pernambuco de outrora" in *Comunicação*, 01. Revista de Ciências Sociais do Curso de Mestrado em Sociologia - PIMES/UFPE, 1983.
- 73) LASLETT, P. *Household and Family in Past Times*. London, Cambridge University Press, 1972.
- 74) LEITE LOPES, José Sergio. *O Vapor do Diabo, o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 75) _____. "Introdução" e "Fábrica e vila operária": Considerações sobre uma forma de servidão burguesa" in *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação; estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 76) _____. "Os católicos sociais e o operariado pernambucano no início do século". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1980.

- 77) _____. "Anotações em torno do tema 'condições de vida' na literatura sobre a classe operária" in Machado da Silva (org) *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, Col. Debates Urbanos nº 6.
- 78) _____. "A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés". Tese de doutorado, PPGAS, Rio de Janeiro, Museu Nacional (inédita), 1985.
- 79) LENOIR, Rémi. "L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 26/27, mars-avril, 1979.
- 80) LE PLAY, M.F. *La Reforme Sociale en France*. Paris, Alfred Mame et Fils, Libraire-Editeurs, 1978.
- 81) LEVINE, David. *Family Formation in an Age of Nascent Capitalism*. New York, Academic Press, 1977.
- 82) MACEDO, Carmem Cinira, *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- 83) MACHADO, Adauto. *Os Miseráveis*, romance manuscrito, 1977.
- 84) MACHADO DA SILVA. "Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais" e "A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado" in *Mudança Social no Nordeste: a Reprodução da Subordinação: estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 85) MAGGIE, Y. & CONTINS, M. "Gueto Cultural ou a Umbanda como Modo de Vida: notas sobre uma experiência de campo na Baixada Fluminense" in Velho, G. (org) *O Desafio da Cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1975.
- 86) MARX, Karl. *Le Capital*. Paris, Éditions Sociales, 1960.
- 87) _____. *O Capital*. Livro 1. São Paulo, Abril Cultural, 1984, Col. Os Economistas.
- 88) MEYER, Doris Rinaldi. *Terra do Santo no Mundo dos Engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- 89) MEYERS, Philippe. *L'enfant et la Raison d'État*. Paris, Seuil, 1977.
- 90) MOCH, L. & TILLY, L. "Joining the urban world: occupation, family, and migration in three french cities" in *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 27, nº 1, January, London, Cambridge University Press, 1985.
- 91) MONCORVO FILHO. *História da Proteção à Infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1926.
- 92) MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/LTRED, 1971.
- 93) MOURA, E.B.B. de. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores, sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- 94) MURARD, & ZYLBERMAN. *Le Petit Travailleur Infatigable. Villes-usines, habitats et intimités au XI^e S.* Paris, Recherches, 1976.
- 95) OLIVEIRA, J.S. de. *A Reposição do Suor*. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, PPGAS, 1980.

- 96) PALMEIRA, Moacir. "Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na 'plantation' tradicional", Rio de Janeiro, *Contraponto*, ano 2, nº 2, 1977.
- 97) PALMEIRA, M. et alii. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste (Projeto de Pesquisa). Rio de Janeiro, *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977.
- 98) PALMEIRA, Moacir & ALMEIDA, A. "A Invenção da Migração" in Relatório de Pesquisa IV - Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. UFRJ/Museu Nacional, mimeo, 1977.
- 99) PAOLI, Maria Celia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira". *Comunicação* nº 7. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1983.
- 100) _____. "Família operária - Notas sobre sua formação histórica no Brasil". Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Estudos Populacionais - 7-11 out., Águas de São Pedro, SP, 1984.
- 101) PEREIRA, V.M.C. *O Coração da Fábrica - estudo de caso entre operários têxteis*, Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 102) PERROT, Michelle. "Le Regard de l'Autre: les patrons français vus par les ouvriers (1880-1914)" in *Cahiers du Mouvement Social* nº 4. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1979.
- 103) PIALOUX, Michel. "Cronique Peugeot" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52-53. junho, Paris, Minuit, 1984.
- 104) PIALOUX, M. & COROUGES, C. "Cronique Peugeot" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 54, set., Paris, Minuit, 1984.
- 105) PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do Passado*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- 106) PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michel. *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930, documentos*. vol. 1: O movimento operário; vol. 2: Condições de vida e trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 107) PITT-RIVERS, J. "Honra e posição social" in J.G. Peristrany. *Honra e Vergonha, Valores da Sociedade Mediterrânea*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- 108) POLANYI, Karl. "The economy as an instituted process" in: *Trade and market in the early empires* (Palanyi, Arensberg, Pearson eds.) Glencoe, Free Press, 1957.
- 109) RINGUELET, Roberto. "Los migrantes estacionales del nordeste do Brasil". Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional (dissertação de mestrado), 1977.
- 110) RODRIGUES, Arakcy. *Operária: Estudo Exploratório Sobre o Operariado*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 111) SALEM, Tania. "A Família em Cena: uma leitura antropológica da dramaturgia de Nelson Rodrigues", comunicação apresentada no Encontro Nacional de Estudos Populacionais — ABEP — 7-11 out. Águas de São Pedro, 1984.

- 112) SANTOS FILHO, A.N. *Paulista em Algumas Lembranças*, Paulista, s/ed., 1978.
- 113) SAYAD, A. "Les trois 'ages' de l'emigration algerienne en France" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, Minuit. (nº 15), 1977.
- 114) SEYFERTH, G. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Movimento/SBA, 1974.
- 115) _____. "Herança e Estrutura Familiar Camponesa". Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional - Antropologia* nº 52, 1985.
- 116) SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- 117) _____. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 118) _____. "A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia", *Anuário Antropológico* 78, Tempo Brasileiro, 1980b.
- 119) SOUZA BARROS. *A Década de 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro, s/ed. (impresso na gráfica da Academia Brasileira de Letras), 1972.
- 120) STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850/1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 121) TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et Agriculture; Le Paysan Polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.
- 122) THOMAS, W.& ZNANIECKI. *The Polish Peasant in Europe and America*. New York, Octagon Books, 1974.
- 123) THOMPSON, E.P. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth, Penguin Books, 1968.
- 124) TREMPÉ, Rolande. *Les Mineurs de Carmaux, 1848-1914*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1971.
- 125) VANOLI, Dominique. "Les Ouvrières Enfermées: Les Convents Soyeux". Paris, *Les Revoltes Logiques*, nº 3, 1975.
- 126) VELHO, Gilberto. "O antropólogo pesquisa em sua cidade: sobre conhecimento e heresia", in VELHO (org) *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- 127) _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- 128) VERMEREN & DOUAILLER. "Les enfants du capital: de l'hospice à la manufacture", Paris, *Les Revoltes Logiques* nº 3, 1976.
- 129) YANAGISAKO, Sylvia Junko. "Family and Household: the analysis of domestic groups". In *Annual Review of Anthropology*, 8:161-205, 1979.
- 130) YOUNG & WILLMOTT. *Family and Class in a London Suburb*. London, Routledge and Kegan Paul, 1975.
- 131) WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1969, 2 tomos.
- 132) WOORTMAN, Klas. "Casa e família operária" in *Anuário Antropológico* 80. Fortaleza, Rio de Janeiro, 1982.
- 133) _____. "Família Trabalhadora" in *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS. Cortez, 1984.

JORNAIS

A MANHÃ - Rio de Janeiro, RJ. [1944]

DIÁRIO DA MANHÃ- Recife, PE. [1930-1939]

GAZETA DE PAULISTA - Paulista, Recife [1911; 1954]

JORNAL DO COMMERCIO - Rio de Janeiro, RJ. [1949-1964]

JORNAL PEQUENO - Recife, PE. [1930]

FOLHA DO POVO - Recife, PE. [1935, 1945-1960]

Este livro, da Graphia Editorial,
foi impresso em Petrópolis,
nas oficinas da Vozes,
em setembro de 1997.

fortemente pessoal, resumida, na memória dos operários, pela expressão “no tempo dos coronéis”.

A partir dos anos 30, a necessidade de mão-de-obra leva a CTP a enviar emissários por todo o interior do Nordeste, para recrutar famílias de camponeses. Condições desfavoráveis de vida, aguçadas pelas secas ou por crises pessoais, facilitam a missão dos *agentes* da companhia. Mas o fator decisivo é a perspectiva de preservação do grupo familiar, pelo critério de seleção, baseado na preferência por famílias grandes e na promessa de moradia e pleno emprego, inclusive para as mulheres e crianças.

São estas histórias de família, relatadas pelos próprios protagonistas, que este livro condensa, desde a fase de expansão até o ocaso da CTP.

A fábrica já não existe, e, do antigo império dos Lundgren, partido entre os herdeiros, celebra-se hoje, sobretudo, uma grande produção de desavenças.

Em Paulista, os operários remanescentes, por sua vez, criaram raízes locais, conquistando, inclusive, muitos deles, após embates e acordos trabalhistas, a propriedade da casa, antes pertencente, como quase tudo em volta, à fábrica. Todavia, muitos chegam a idealizar “o tempo dos coronéis” em confronto com um presente de desemprego e violência.

Na versão preliminar, a pesquisa foi apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no formato de tese de doutoramento. E, agora, com o texto atualizado e revisto pela autora, chega ao público em geral.

A Sedução da Cidade

Histórias de família, entre o campo e a fábrica

*Falavam de uma cidade onde tudo era fartura.
De chafarizes, jorrava leite
e havia casa e trabalho para todos.
Para lá migraram, em levas sucessivas,
milhares de famílias camponesas
do Nordeste brasileiro,
sobretudo a partir da década de 30.
A cidade era Paulista, em Pernambuco,
que sediou, aproveitando a mão-de-obra
barata e coletiva de famílias de origem rural,
uma das grandes indústrias têxteis do país,
neste século, a Companhia de Tecidos Paulista
(CTP), dos irmãos Lundgren.
Conhecida nacionalmente por suas redes
de comércio varejista - as Casas Pernambucanas
e as Lojas Paulista - a CTP chegou a oferecer,
só em Pernambuco, entre 15 e 20 mil empregos
diretos, um contingente de trabalhadores
em que se destacavam as mulheres e as crianças.
São estas histórias de família, suas esperanças
e ilusões, na trajetória do campo para a fábrica,
que este livro reúne e analisa, baseado
no testemunho dos próprios protagonistas.*

ISBN 85-85277-19-X



9 788585 277192